

Relatório Anual 2010



Principais indicadores	3
Órgãos Sociais	4
Factos relevantes e prémios obtidos em 2010	6
<i>Rating</i>	8
Valores Corporativos e Modelo de Negócio	9
Responsabilidade Social Corporativa	10
Enquadramento da Actividade	15
Áreas de Negócio	23
Áreas de Suporte ao Negócio	32
Informação Económica e Financeira	36
Gestão de Risco	45
Proposta de Aplicação de Resultados	53
Informação Complementar e Anexos	54
Governo Societário	65
Demonstrações Financeiras Consolidadas	83
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	89
Relatórios e Pareceres Consolidados	213
Demonstrações Financeiras Individuais	218
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	224
Relatórios e Pareceres Individuais	344

Principais Indicadores

milhões de euros	2010	2009	Var.
Balço e Resultados (milhões de euros)			
Activo Líquido	46.078	45.681	+0,9%
Crédito Líquido	29.774	29.557	+0,7%
Recursos de Clientes	27.938	24.361	+14,7%
Capital Próprio + Int. Minoritários + Pas. Subordinados	2.665	3.077	-13,4%
Margem Financeira Estrita	673,6	761,8	-11,6%
Comissões Líquidas e Out.Result.Actividade Bancária	344,5	311,8	+10,5%
Produto Bancário	1.075,8	1.150,1	-6,5%
Resultado de Exploração	554,4	628,6	-11,8%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	482,5	566,7	-14,9%
Resultado Consolidado do Exercício	394,0	473,0	-16,7%
Rácios			
ROE	18,4%	24,4%	-6,0 p.p.
ROA	0,9%	1,0%	-0,2 p.p.
Rácio de Eficiência (inclui amortizações)	48,5%	45,3%	+3,2 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios*	10,1%	10,7%	-0,5 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I)*	10,2%	9,1%	+1,0 p.p.
Core Capital *	8,8%	7,6%	+1,3 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	1,43%	1,21%	+0,2 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,44%	1,23%	+0,2 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	115,1%	124,8%	-9,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	113,8%	122,6%	-8,7 p.p.
Outros Dados			
Colaboradores**	5.758	5.655	+103
Colaboradores em Portugal**	5.699	5.592	+107
Pontos de Atendimento	758	762	-4
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	716	720	-4

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Em 2010, inclui-se 145 colaboradores, na sequência da fusão do Banco Santander de Negócios e do Banco Santander Totta.



Órgãos Sociais

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de Administração

Presidente	António Mota de Sousa Horta Osório ¹
Vice – Presidentes	Matias Pedro Rodriguez Inciarte ² Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Carlos Manuel Amaral de Pinho Eduardo José Stock da Cunha José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	António Mendo Castel-Branco Borges ³
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

Presidente	Nuno Manuel da Silva Amado
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Miguel de Campos Pereira de Bragança Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	João Manuel da Mota Branquinho e Crespo ⁴

(1) Renunciou ao cargo em 13/01/11

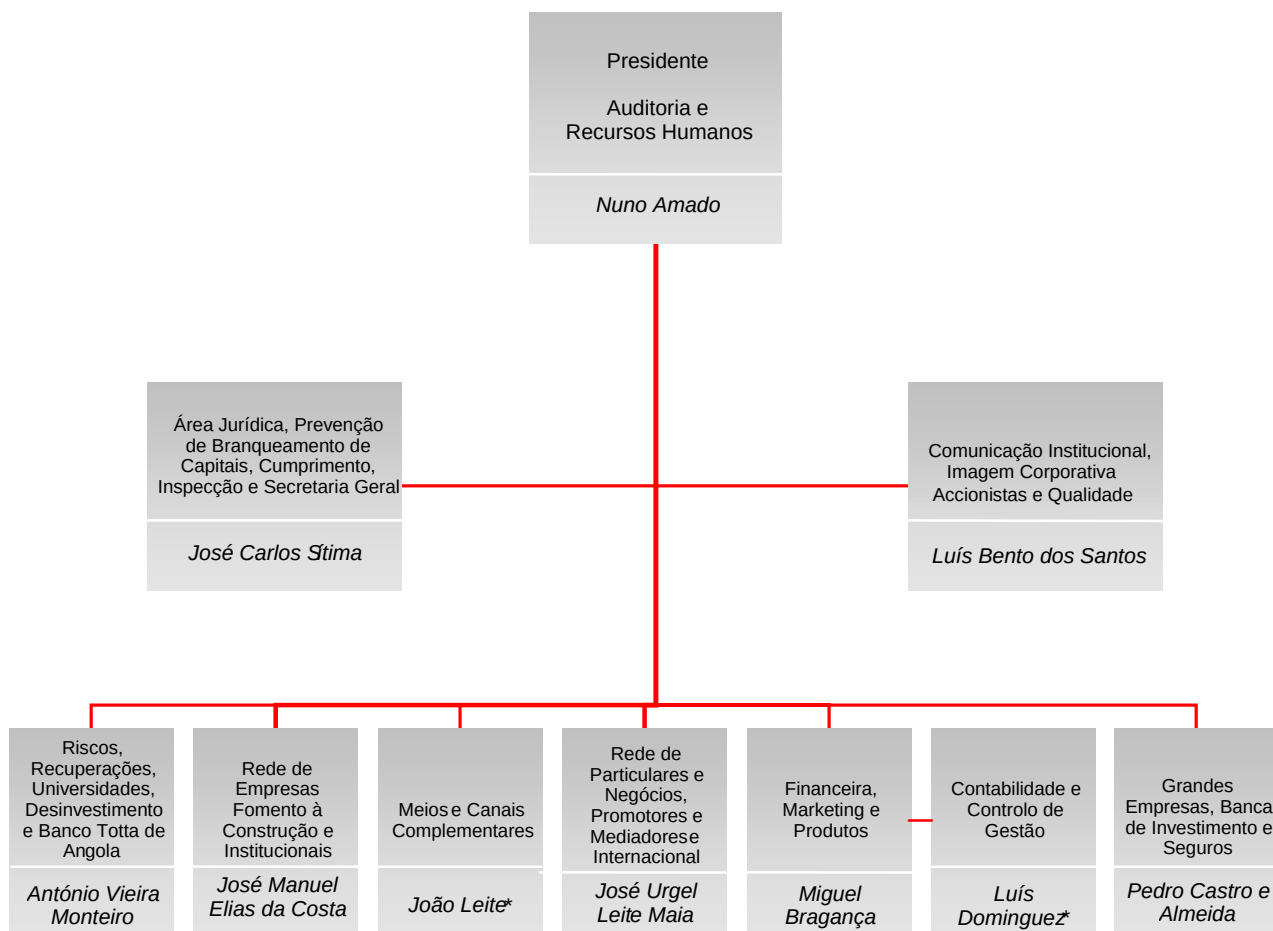
(2) Em 13/01/11 passou de Vice-Presidente a Presidente do Conselho de Administração

(3) Renunciou ao cargo em 18/02/11

(4) Cessou funções por óbito em 06/08/10



Organograma Funcional



(*) Directores Agregados à Comissão Executiva. O Dr. Luis Dominguez renunciou ao cargo em 01/01/11.



Factos Relevantes em 2010

Prémios em 2010

- Melhor Banco em Portugal – Global Finance (Fev/10)
- Melhor Banco em Portugal - Euromoney (Jul/10)
- Banco do Ano em Portugal – The Banker (Dez/10)
- Melhor Grande Banco em Portugal; Grande Banco mais Sólido; Grande Banco Mais rentável – Exame (Out/10)



- Certificação Entidade Familiarmente Responsável, Fundação mais Família
- “Melhor Contact Center do Sector Financeiro” no âmbito dos Prémios APCC 2010.
- “Empresa Mais Familiarmente Responsável” - Deloitte e AESE (2010)
- Best Foreign Exchange Banks - Global Finance

Outros factos relevantes em 2010

Janeiro

- Santander Totta e Universidade de Coimbra assinam acordo de colaboração
- Grupo Santander dá 1 milhão de euros ao Haiti
- Assinatura de Protocolo com o Centro Social do Bairro 6 de Maio

Fevereiro

- Santander Totta eleito “Melhor Banco em Portugal” pela revista *Global Finance*
- Investigação sobre “Magnetismo e biomimetismo em processos de separação” recebe Prémio Santander Totta / Universidade Nova de Lisboa
- Abertura das candidaturas para o Prémio América Latina
- Apresentação dos Resultados Anuais 2009

Março

- Santander Totta apoia reconstrução da Madeira
- Santander Totta reforça posicionamento junto do segmento Premium

Abril

- 4ª Edição do Prémio de Jornalismo Económico com inscrições abertas
- Apresentação dos Resultados do 1º Trimestre 2010

Maio

- Santander Totta e UBI firmam parceria estratégica para os próximos 5 anos
- Cerca de mil reitores irão assistir ao II Encontro Internacional de Reitores Universia

Junho

- 1.009 Universidades ibero-americanas e 44 reitores de outros países definiram "A Agenda de Guadalajara"
- Santander Totta dedica semana aos seus colaboradores
- Entrega do Prémio Primus Inter Pares
- Lançamento da 1ª edição do concurso FotoUniversia
- Santander Totta vence prémio de "Melhor Contact Center da Banca"
- Lançamento do serviço Videocall

Julho

- Prémio de Melhor Banco em Portugal, pela revista Euromoney
- Universia lança 2ª edição do U>Rock – o concurso das bandas universitárias
- Apresentação dos Resultados - 1º Semestre 2010

Agosto

- Testes de *Stress*: Santander Totta apresentaria os melhores níveis de solvabilidade perante um cenário económico adverso, de acordo com as provas de resistência
- 7ª Edição do torneio de golfe Santander Totta

Setembro

- "Social Meeting" vence FotoUniversia em Portugal
- Santander Totta inaugura dois balcões universitários na Universidade de Coimbra
- RedEmprendia apoia com 200.000 euros a valorização do projecto de investigação Laser Leap, da Universidade de Coimbra
- II conferência "Everything is Connected" inserida no Green Festival onde também são apresentados os resultados do concurso de fotografia para colaboradores

Outubro

- Santander Totta lança Soluções Integradas, com foco na poupança, para todos os momentos da vida dos seus clientes
- 2ª edição da Bolsa Virtual de Emprego e Empreendedorismo Universia
- Santander Totta eleito "Melhor Banco do Ano" pela revista Exame
- Apresentação dos Resultados - 3º Trimestre 2010
- 3ª Conferência Gestão no Feminino

Novembro

- Banco Santander Totta entrega Prémios de Mérito Científico na UBI
- Open Day Universidades: Santander Totta recebe 20 alunos da Católica
- Apresentação do novo serviço para as empresas: o Gestor de Pagamentos e Cobranças
- Bolsa Virtual de Emprego passa a estar aberta todo o ano

Dezembro

- Santander Totta é a 1ª empresa a ser certificada como Entidade Familiarmente Responsável
- Santander Totta eleito Banco do Ano em Portugal pela revista The Banker
- CAIS e Santander Totta metem "mãos à obra" no "Pão de Todos. Para Todos"
- Apresentação do livro "A Universidade, Uma História Ilustrada"



Rating

O Santander Totta é objecto de notação de *rating* pela Fitch Ratings, Moody's e Standard and Poor's, continuando a manter, no final de 2010, a melhor notação de *rating* da banca portuguesa (AA, A1, e A para a dívida de longo prazo), respectivamente.

Em 2010, o Santander Totta manteve a mais elevada notação de *rating*: AA, A1 e A para a dívida de longo prazo, atribuída pela Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's, respectivamente.

No dia 29 de Março, as agências de *rating* Fitch Ratings e S&P reafirmaram as notações atribuídas ao Banco Santander Totta, para a dívida de longo prazo, em AA e AA- respectivamente. No dia 27 de Abril, a S&P reviu em baixa os *ratings* de longo prazo e de curto prazo da República Portuguesa, para A-/A-2, respectivamente, e em consequência procedeu também à revisão dos *ratings* dos bancos portugueses, baixando as notações de *rating* do Banco Santander Totta, de longo prazo para A e de curto prazo para A-1.

Em Julho de 2010, a Moody's desceu, em dois níveis, a notação de *rating* da dívida de longo prazo da República Portuguesa, de Aa2 para A1. Como consequência desta decisão, o *rating* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta foi também revisto, tendo descido um nível, de Aa3 para A1, com a revisão de *outlook* negativo para *outlook* estável, tendo o *rating* da dívida de curto prazo sido reafirmado em P1. Por seu turno, e também em Julho, a Fitch reafirmou os *ratings* do Banco Santander Totta em AA (longo prazo) e F1+ (curto prazo) com *outlook* estável.

No início de Dezembro, a S&P colocou os *ratings* do Banco Santander Totta e de mais 4 bancos portugueses em vigilância negativa, resultante de idêntico procedimento feito à República Portuguesa. Posteriormente, também a Moody's pôs em revisão, para possível *downgrade*, os *ratings* de bancos portugueses.

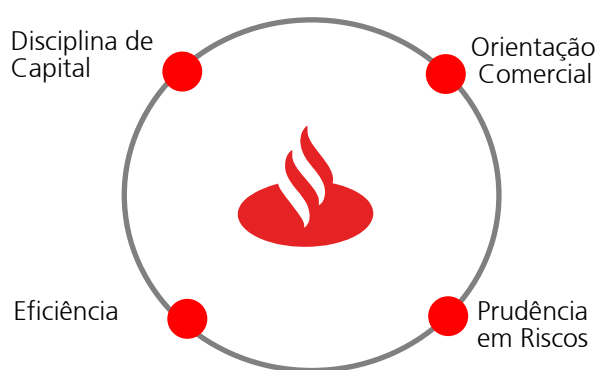
Agência	Notações de <i>Rating</i>
FitchRatings	
curto prazo	F1+
longo prazo	AA
<i>outlook</i>	Estável
individual	B
Moody's	
curto prazo	P-1
longo prazo	A1
<i>outlook</i>	Estável
individual	C
Standard & Poor's	
curto prazo	A-1
longo prazo	A
<i>outlook</i>	Negativo

Valores Corporativos e Modelo de Negócio

O Santander Totta, em linha com o Grupo Santander, rege-se pelos seguintes valores corporativos:

Dinamismo	Iniciativa e agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos seus concorrentes e flexibilidade de adaptação às mudanças de mercado
Solidez	A solidez de balanço e a prudência na gestão de riscos são as melhores garantias da capacidade de crescimento e de geração de valor para os accionistas a longo prazo
Liderança	Vocação de liderança com as melhores equipas e uma orientação constante para o cliente e para os resultados
Inovação	Procura constante de produtos e serviços que respondam às novas necessidades dos clientes permitindo obter aumentos de rentabilidade superiores aos dos nossos concorrentes
Orientação comercial e ética profissional	Estratégia de melhoria contínua na captação, satisfação e vinculação de clientes através de uma oferta ampla de produtos e serviços e de uma melhor qualidade de serviço

O cliente é o eixo fundamental do modelo de negócio do Santander Totta



O fulcro da actividade do Santander Totta, assente na actividade de banca comercial, consistiu na manutenção de uma estratégia de proximidade ao cliente, privilegiando a oferta de produtos e serviços inovadores, a melhoria contínua da qualidade de serviço, a captação e retenção de clientes, a captação e retenção de talentos, a gestão prudente de riscos e uma procura permanente de maior eficiência através da excelência operativa com base em tecnologia de vanguarda.

Responsabilidade Social Corporativa

O Santander Totta, alinhado com a política do Grupo, tem como eixo prioritário da sua política de responsabilidade social a promoção do conhecimento e ensino, em especial nas universidades, uma vez que considera que este é o motor de desenvolvimento da sociedade. O Banco mantém também uma política activa nas áreas da solidariedade social e ambiente, sem esquecer a cultura e a promoção da saúde e do desporto, ciente que esta diversidade na intervenção é determinante para o aprofundamento da consciência social e corporativa dos actores económicos.

Em 2010, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com a responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 5,8 milhões de euros, o que representa um incremento de 35% face ao ano anterior.

Universidades e Universia

Universia

O ano de 2010 serviu para o Universia consolidar a sua actividade com base nos eixos estratégicos definidos para o período 2008-2010, com especial ênfase no emprego, formação, observatório para a ciência e conhecimento, e redes sociais. No término deste período, o Universia conseguiu solidificar os projetos de referência nas diferentes áreas de actuação, mantendo sempre a criação de valor para a comunidade universitária.

No âmbito do emprego, o Universia Portugal voltou a inovar com a sua iniciativa bianual: Bolsa Virtual de Emprego. Este ano, em virtude de uma crescente dificuldade em encontrar emprego qualificado, a Bolsa Virtual contou com uma nova área, a do empreendedorismo. Com a aposta renovada nesta alternativa de auto-emprego, as sete edições da bolsa virtual - focada no mercado do primeiro emprego e dos juniores profissionais - contabilizaram no total 3,5 milhões de páginas vistas, 250.000 utilizadores únicos e 5.500 oportunidades de emprego. Ao longo das duas semanas em que esteve aberta na última edição, a Bolsa conseguiu disponibilizar 1.200 ofertas de emprego, o que representa um aumento de 70% em relação à edição anterior. Os 4.000 currículos enviados nesta edição traduzem também um aumento relativo na ordem dos 60%. No final desta edição, a BVEE abriu em permanência, dando às empresas e aos universitários uma flexibilidade maior na área do recrutamento que até agora não existia.

A área da formação continua a ser fulcral para o Universia. A aposta, em 2010, não se prendeu em inovar mas sim em melhorar o que já estava desenvolvido. O exemplo disso é a actualização da *Home Page*, melhorando a navegação e organização da página. Outros exemplos são ainda o Universia Emprego, os Classificados e a Agenda Universia. Estas três áreas do portal foram alvo de um *restyling*, onde o *design* mais jovem e dinâmico foi implementado, em conjunto com a integração de novas funcionalidades para as redes sociais.

O eixo do observatório para a Ciência e Conhecimento foi fortemente marcado em 2010 com a realização do II Encontro Internacional de Reitores Universia. Mais de mil universidades reuniram-se na cidade mexicana de Guadalajara em Maio de 2010 para discutir os futuros desafios do ensino superior e as respostas que as instituições de ensino devem dar à sociedade. Este encontro em Guadalajara assinalou o culminar de um debate que tinha sido desenvolvido durante os meses prévios através de canais *online* como *blogs*, redes sociais e plataformas audiovisuais. Através destes meios *online* foram recolhidas mais de 500 ideias e propostas que serviram como base para desenvolver os temas a debate no evento. Assistiram mais de mil reitores de universidades sócias e representantes de instituições de ensino superior de todo o mundo.

Por último, nas redes sociais, a organização da II edição do U>Rock Universia e o lançamento do concurso Foto Universia marcaram as actividades neste âmbito, sendo ambos eventos que pretendem captar novos talentos, e ao mesmo tempo fomentam actividades participativas e criativas dos jovens universitários, na área da música e da fotografia. Em Portugal, o U>Rock obteve um total de 24 bandas participantes com um total de 10.135 votos. Quanto ao Foto Universia, que decorreu entre 1 de Junho a 1 de Setembro, competiram 1.144 fotografias que no total obtiveram mais de 52.000 votos.

Prémio *Primus Inter Pares*

Lançado em 2003, pelo Banco Santander Totta e pelo jornal Expresso, a que este ano se juntou a Fundação Manuel Violante, através da Mckinsey, o Prémio *Primus Inter Pares* tem vindo a consolidar-se como um prémio de excelência, recebendo, ano após ano, um número cada vez maior de candidaturas de alunos de Economia, Gestão e Engenharia, as três áreas de formação em que os alunos podem concorrer.

Gonçalo Videira, finalista do curso de Gestão/Estratégia e Empreendedorismo, da Universidade Católica Portuguesa, é o vencedor da 7ª edição do Prémio *Primus Inter Pares* e terá agora a oportunidade de frequentar um MBA numa Universidade de prestígio.

Seminário sobre relações União Europeia-América Latina

O Banco apoiou o seminário “Encontro de Lisboa”, organizado pela Fundação Euroamérica, juntamente com a Fundação Luso-Espanhola e o Real Instituto Elcano. Este encontro, que decorreu na Fundação Gulbenkian nos dias 21 e 22 de Janeiro e que contou com a participação, entre outros, de Mário Soares e Ernâni Lopes, teve no centro dos trabalhos as relações União Europeia-América Latina. Os debates deram especial destaque às políticas públicas em I+D+i, investimentos em infra-estruturas e eficiência energética e transferência tecnológica para a América Latina, como um contributo para o desenvolvimento sustentável.

Programa universitário Casa da América latina

O Banco assinou um protocolo com a Casa da América Latina para a criação do “Programa Universitário Casa da América Latina / Santander Totta”, uma iniciativa que tem como objectivo estimular a formação de estudantes universitários latino-americanos em Portugal e contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de rigor e de excelência.

Este programa universitário é constituído por um prémio científico, com duas categorias, a de “Ciências Sociais e Humanas” e a de “Tecnologias e Ciências Naturais”, e por duas Bolsas Universitárias. O prémio consiste na atribuição de 5.000€ a cada um dos premiados em cada categoria. As bolsas universitárias consistem no pagamento do alojamento, por um ano, na Residência Universitária da Fundação Cidade de Lisboa.

Solidariedade Social

Apoio às vítimas do temporal na Madeira



Perante a catástrofe que assolou a Madeira em Fevereiro, o Banco manifestou a sua solidariedade junto da população atingida, através da implementação de um programa estruturado de medidas de apoio:

Em primeiro lugar, foi criada uma conta solidária, com um donativo inicial de 100.000€, para recolha de contributos junto de clientes e colaboradores. Para além do donativo inicial, o Banco comprometeu-se a completar o valor dos donativos recebidos na "Conta BST Solidariedade com a Madeira", até ao montante de 250.000€. Os donativos angariados foram entregues às Câmaras Municipais e às Corporações de Bombeiros Voluntários das zonas mais afectadas.

Foi também implementado um conjunto de medidas com efeito directo na recuperação e normalização da actividade e economia locais.

Pão de todos



“Mãos à Obra. Porque todos somos precisos” foi o tema da 7ª edição do Pão de Todos, que contou com a participação solidária de 350 voluntários do Banco. O tema desta edição apelou ao espírito de equipa e partilha por um Portugal mais justo e equilibrado.

Pela primeira vez em sete edições, o “Pão de Todos. Para Todos”, organizado pela CAIS (associação de apoio aos sem abrigo e à população mais carenciada) e patrocinado pelo Santander Totta desde a sua 1ª edição, visitou duas cidades, Porto e Lisboa. As duas cidades foram palco desta iniciativa em que os 350 voluntários do Banco, em conjunto com profissionais de empresas do sector da panificação, garantiram a produção de milhares de pães que foram oferecidos, junto com chocolate quente, a

todas as pessoas que visitaram a tenda do “Pão de Todos”.

Frases como “Foi uma experiência inesquecível!”, “Para o ano, estamos cá outra vez para ajudar!” e “Este tipo de iniciativas prestigia a empresa onde trabalhamos” foram as mais ouvidas entre os colaboradores do Banco que, com alegria e orgulho, participaram nesta iniciativa solidária.

Recolha de alimentos para o Banco Alimentar

A proposta apresentada foi simples, rápida e socialmente de muito valor. A DCRH propôs aos colaboradores que adquirissem vales no valor de 1€ ou cabazes no montante de 5€ para compra de bens alimentares básicos, destinados a famílias carenciadas apoiadas pelo Banco Alimentar. O Banco contribuiu com 50.000€ em bens alimentares de primeira necessidade.

O resultado superou as expectativas e o estímulo de poder ajudar e tornar o Natal das famílias necessitadas um pouco melhor, traduziu-se em 582 pacotes de leite, 350 garrafas de azeite, 179 garrafas de óleo, 250 latas de salsichas e 1.818 cabazes de bens essenciais.

O Natal numa caixa de sapatos

Pelo 2º ano consecutivo, desenvolveu-se o projecto “O Natal numa Caixa de Sapatos”, através do qual os filhos dos colaboradores entregaram presentes para as mais de 2.000 crianças e jovens que vivem nas 64 instituições de acolhimento de todo o país indicadas por cada uma das Direcções Comerciais.

A ideia é simples: os colaboradores que participaram na iniciativa deram uma caixa de sapatos aos seus filhos e sugeriram que a enchessem com presentes que gostariam de dar a um menino ou menina da mesma idade, escrevendo na tampa da caixa o sexo e a idade a quem deve ser entregue o presente. As caixas foram entregues nos diferentes locais de recolha distribuídos por todo o país, e posteriormente, entregues nas instituições de acolhimento.

Esta iniciativa contou com o envolvimento das Direcções Comerciais, que identificaram localmente quais as instituições a apoiar; dos colaboradores, que localmente asseguraram toda a logística, e com o entusiasmo dos nossos filhos. Estes foram os factores chave do sucesso deste projecto.

O sentimento de partilha e o espírito de solidariedade com que foi vivida esta iniciativa levou um sorriso e a magia do Natal a estas crianças e jovens.

CEDEMA

O Banco apoiou a CEDEMA (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Mentais Adultos) através de um donativo para a construção do Lar do Telhadinho e do patrocínio do torneio de golfe que esta instituição organiza anualmente.

Fundação CEBI

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia esta instituição particular de solidariedade social, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração. Esta instituição tem como principal actividade a promoção da educação, abrangendo 1.600 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social no valor de 540.000€/ano.

Para além disso presta apoio a 250 idosos em lar e apoio domiciliário e centros de dia. Ainda no âmbito de acção social, acolheu 49 crianças, vítimas de maus tratos ou abandono, no Centro de Emergência Social e acolheu famílias monoparentais na comunidade de inserção. Assegura também a distribuição de 40.630 Kg de alimentos por 146 famílias, num total de 590 pessoas, em articulação com o Banco Alimentar Contra a Fome e Empresas Locais. Na área da saúde, e através da sua Clínica de Medicina Física e Reabilitação faz cerca de 5.000 atendimentos por ano.

Visão em Braille

Visão em Braille - O Santander Totta é apoiante desde a primeira edição da revista VISÃO Braille que ficou acessível a um leque mais vasto de potenciais leitores, por nós considerados muito especiais: os invisíveis. Sem fins lucrativos, esta edição especial é mensal e a sua distribuição gratuita. Prosseguiu-se ainda a política de apoio a outras instituições, das quais se salientam a cooperação com a *Pró Dignitate* e a Cruz Vermelha Portuguesa, entre outras.

Mini Maratona Sportzone / Santander Totta

As ruas das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia receberam a 4ª Meia Maratona e Mini Maratona Sportzone/Santander Totta que contou com a presença de mais de 300 colaboradores e 50 clientes. Estas provas foram apoiadas pelo Banco no âmbito da sua Responsabilidade Social e do seu compromisso com a promoção do Desporto.

As provas contaram com a presença de cerca de 12 mil participantes, entre os quais encontravam-se cerca de 300 colaboradores e 50 clientes do Banco. A Meia Maratona Sportzone tem desenvolvido, desde a primeira edição,



uma componente de solidariedade social, dando a conhecer projectos diversos, promovendo-os e apoiando-os. Nesta última edição, foram angariados fundos para a Fundação Salvador.

Instituto de Empreendedorismo Social (IES)

O Banco é, desde 2009, membro fundador do IES, que nasce de uma parceria de um grupo de empreendedores sociais com o INSEAD e com a Câmara Municipal de Cascais. Pretende apoiar os empreendedores sociais potenciando o impacto das suas iniciativas para dar resposta aos crescentes desafios sociais e ambientais. O objectivo é tornar-se um centro de investigação e aprendizagem em empreendedorismo social. Para isto, o IES tem 4 áreas de actuação: investigação, promoção do IES, partilha de conhecimento e aprendizagem.

Acredita Portugal

O Banco apoiou em 2010 a associação Acredita Portugal, através do patrocínio do concurso "Realiza o Teu Sonho", que tem como principal objectivo o fortalecimento da confiança dos portugueses para a realização dos seus sonhos e projectos.

Semana Santander És Tu

Pelo 3º ano consecutivo o Santander Totta celebrou a semana "Santander És Tu", uma semana dedicada aos colaboradores em que se promoveram e realçaram as vantagens de trabalhar no Santander, consolidando os valores corporativos, desenvolvendo o sentimento de pertença e fomentando a aproximação entre as equipas.

"Santander Faz Bem" foi o lema escolhido; 7, 8 e 9 de Junho, os dias em que decorreram as seguintes iniciativas:

- Dia do Colaborador - "Santander Faz Bem: Coma Melhor, Mexa-se Mais, Respire Ar Puro"
- Contacto Directo - Um dia dedicado às equipas
- Mega Intercâmbio - "Trocar de função... por um dia"
- Santander Solidário - Reciclar, Recuperar, Reutilizar telemóveis velhos

Ambiente

Green Festival e Everything is Connected



O Santander Totta patrocinou mais uma edição do *Green Fest*, no âmbito do qual organizou a 2ª conferência

Everything is Connected, que sob o mote de que tudo está ligado, reuniu destacadas personalidades da Ciência e das Humanidades.

A conferência pretendeu pôr em debate a importância da cooperação pessoal, institucional e disciplinar e a da complementaridade, tendo como pano de fundo um mundo globalizado onde a interdependência é a palavra de ordem. Destacando o contributo de cada uma das áreas do saber e a sua correlação, cada um dos intervenientes fez alusão à necessidade de nos unirmos tendo em vista um desenvolvimento sustentável.

Projecto de florestação da Madeira

Apoio de 10,000€ ao Projecto de Florestação da Madeira, desenvolvido pela Câmara Municipal do Funchal.

Cultura

A Universidade. Uma história Ilustrada em Portugal

O Santander Totta apresentou no início de Dezembro, em Lisboa, o livro sobre a universidade, editado pelo Grupo Santander. Participaram no evento os principais reitores de universidades do país.

A apresentação desta obra, que teve lugar no Museu Nacional de Arte Antiga, esteve a cargo do coordenador e editor responsável, Fernando Tejerina, ex-reitor da Universidade de Valladolid e antigo secretário de Estado de Universidades. Tejerina resumiu na sua intervenção os vários capítulos do livro, sublinhando que "Coimbra foi das primeiras universidades, no modelo actual de Ensino Superior, a surgir na Europa, em 1290".

Nuno Amado, presidente do Santander Totta, referiu-se a este livro "como algo natural para o Santander devido ao facto de, por um lado, o Grupo ter como prioridade absoluta no seu compromisso de Responsabilidade Social o apoio ao Ensino Superior e ao Conhecimento, e por outro lado, devido à dimensão da presença internacional do Banco, com convénios com mais de 800 universidades em 15 países."

O livro reúne, pela primeira vez num só volume, os principais acontecimentos e personagens que contribuíram para a construção desta história "do saber", contendo ainda magníficas ilustrações. Numa viagem ao legado deixado por grandes civilizações e culturas como a China, Índia, Mesopotâmia, Egipto, Grécia ou Roma, a narrativa ilustra de que forma civilização e universidade andaram, ao longo da história, de mãos dadas.

Exposição "Primitivos Portugueses"

O Santander Totta apoia exposição "Primitivos Portugueses (1450-1550). O Século de Nuno Gonçalves",



no Museu Nacional de Arte Antiga, através do patrocínio do catálogo, uma obra fundamental para o estudo da pintura portuguesa nos sec. XV e XVI.

Reunindo mais de 160 pinturas, a exposição tem como principal objectivo, além de reunir obras exímias, ensaiar um panorama crítico, actualizado e de grande dimensão sobre os chamados “primitivos portugueses”. Através de um estudo técnico e material das obras, a exposição contribui decisivamente para aprofundar e aumentar o conhecimento sobre a época.

Festival de Sintra

No ano em que o Festival de Sintra comemorou o seu 45º aniversário, o Santander Totta voltou a patrocinar este evento de grande qualidade artística e de prestígio nacional e internacional, que constitui uma referência no panorama cultural português. O Banco patrocinou um concerto do pianista francês Jean-Marc Luisada, que interpretou Chopin numa das mais belas salas do Palácio Nacional de Queluz: a Sala do Trono. Para assistirem ao concerto foram convidados clientes da área de Institucionais, de Empresas e da Rede de Particulares e Negócios.

Ciclo Gastronómico do Festival das Artes

Organizado pela Fundação Inês de Castro, a 2ª edição do Festival das Artes decorreu no mês de Julho, em Coimbra, tendo os eventos sido realizados fundamentalmente na Quinta as Lágrimas. Com o elemento “água” como tema central, o festival incluiu concertos sinfónicos, ópera, concertos para piano, jazz, fado, cinema, conferências, ciclo gastronómico e exposições de banda desenhada. O Banco Santander Totta patrocinou o Ciclo Gastronómico, tendo convidado clientes da zona de Coimbra, numa acção de angariação e vinculação de clientes *Premium* e que foi especialmente bem sucedido.

Centenário da Universidade de Lisboa

O Banco patrocinou o concerto Jazz na Aula Magna, inserido no programa de comemorações do Centenário da Universidade de Lisboa, e convidou colaboradores e clientes a assistirem a este espectáculo. A Big Band Orquestra Ligeira do Exército, sob a direcção do Maestro italiano Marco Renzi e com a participação especial do clarinetista solista Bepi D’Amato - um dos maiores expoentes italianos do Jazz -, interpretaram clássicos do Jazz americano e canções napolitanas. A lotação esgotada e os dois *encores* que o público exigiu foram prova do sucesso do espectáculo.

Música nos 100 Anos da República

O Salão Nobre dos Paços do Concelho, na Câmara Municipal de Lisboa, recebeu, no dia 1 de Outubro, um concerto de Vera Prokic. O mote para o espectáculo, que contou com o apoio do Santander Totta, foi a comemoração do centenário da República Portuguesa.

No espectáculo puderam ouvir-se peças eruditas como *Portugal*, de Franz Liszt, pianista revolucionário que viveu entre 1811 e 1886, e ainda outros nomes, como Alfred Keil e José Vianna da Mota.

Ciclo de Cinema Espanhol, com o Apoio do Santander Totta

Através da 3ª edição do ciclo de cinema Espanhol, que contou com o patrocínio do Santander Totta, foi possível ver, de forma gratuita, alguns dos mais conhecidos filmes espanhóis no cinema São Jorge, em Lisboa.

Com títulos como *Bienvenido Mister Marshall*, máximo expoente do realismo espanhol, *Tierra*, de Júlio Medem, ou *Mar Adentro*, de Alejandro Amenábar, o Ciclo de Cinema Espanhol mostrou, através dos filmes, a realidade espanhola dos anos 40 e 50 do século XX, e a situação actual, projectando significativas obras de um e do outro momento histórico.

Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

A economia mundial recuperou mais rapidamente, em 2010, após a forte recessão de 2009. O FMI estima que a economia mundial tenha crescido 4,8%, assim retomando os ritmos observados no período imediatamente anterior ao início da crise financeira.

O ritmo de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, tendo-se assistido a uma aceleração bastante pronunciada no primeiro trimestre do ano, período em que a generalidade das economias registou já taxas de variação homólogas positivas (o ponto mínimo da recessão, em termos trimestrais, tinha sido observado no 1T2009). Esta recuperação da actividade beneficiou, além destes efeitos estatísticos, do significativo volume de ajudas públicas adoptado no segundo semestre de 2009.

A dissipação do impacto destes dois factores, no segundo trimestre, resultou numa desaceleração do crescimento, que se tornaria mais acentuada no início do Verão. Essa situação alimentou mesmo receios de que a economia mundial, em especial os países mais desenvolvidos, como os EUA, pudessem estar a caminhar para uma nova fase recessiva, o que exigiria a adopção de novas medidas de estímulo.

Crescimento Económico Mundial

	2008	2009	2010
Mundo	2.8	3.0	4.8
Países Avançados	0.2	-3.2	2.7
EUA	0.0	-2.6	2.6
UEM	0.5	2.6	-3.9
Reino Unido	-0.1	-4.9	1.7
Japão	-1.2	-5.2	2.8
Países em Desenvolvimento	6.0	2.5	7.1
África	5.5	2.6	5.0
Ásia	7.7	6.9	9.4
China	9.6	9.1	10.5
Europa de Leste	3.0	-3.6	3.7
Médio Oriente	5.0	2.0	4.1
América Latina	4.3	-1.7	5.7
Brasil	5.1	-0.2	7.5

Fonte: FMI (Outubro de 2010)

Já no final do Verão, observou-se de novo uma reaceleração do crescimento, de forma relativamente generalizada, mas mais perceptível nos mercados emergentes e nas economias desenvolvidas que têm maiores fluxos comerciais com aqueles, como a Alemanha. O ano terminou, desta forma, com sinais de

reanimação da actividade, o que deixa perspectivas favoráveis para o ano de 2011.

O ritmo de crescimento também não foi uniforme entre as principais economias, com os mercados emergentes a manterem taxas de crescimento bastante sólidas, nomeadamente a China, mas também o Brasil.

A mais forte taxa de crescimento económico na China, na ponta final do ano, exigiu por parte das autoridades a adopção de medidas destinadas a arrefecer a economia, em especial uma subida da taxa de reservas de caixa, num total de 250pb, para 18,5%. O Banco Central da China subiu também as taxas de juro, para 5,81%, procurando moderar a procura de crédito, que cresceu 19,9%.

Nos EUA, o perfil de crescimento caracterizou-se por uma desaceleração face aos ritmos de final de 2009, e que foi mais pronunciada no 2T, fruto também do fim de várias medidas de estímulo económico (como os benefícios fiscais à aquisição de habitação própria). Esta situação gerou receios de que a economia pudesse estar a entrar numa nova fase recessiva, pelo que a Reserva Federal adoptou novas medidas de estímulo, nomeadamente a decisão de ampliar a aquisição de dívida pública. Após ter decidido, no Verão, em reaplicar os montantes de dívida privada que entretanto maturem em dívida pública, em Novembro anunciou um novo programa, no montante de 600 mil milhões de dólares para adquirir mais dívida pública até Junho de 2011.

Adicionalmente, a Reserva Federal manteve a sua política de taxas de juro de referência em mínimos históricos, com o compromisso de manutenção nestes níveis por um período de tempo prolongado.

No Reino Unido, a economia saiu da recessão, no segundo trimestre do ano, com uma aceleração da actividade basicamente suportada pelo consumo privado (com o desemprego estável), investimento (a beneficiar, em parte do mercado imobiliário) e das exportações (que colhem ainda os frutos da depreciação da libra).

O Banco de Inglaterra manteve, também, inalterada a política monetária, em termos de taxas de juro de referência (que permanece no mínimo de 0,5%), bem como de política quantitativa, tendo decidido manter também inalterados os montantes destinados ao programa, em 200 mil milhões de libras esterlinas.

O novo Governo britânico anunciou um conjunto de medidas destinado a reduzir o défice orçamental em 2011, partindo de níveis historicamente elevados de 10,5% do PIB em 2010.

Na zona euro, a actividade económica acelerou também, embora de forma ainda desigual entre países. O conjunto dos 16 países cresceu 1,9%, em termos homólogos, no terceiro trimestre, com a Alemanha e França a destacarem-se como duas das economias mais dinâmicas, com taxas de crescimento de 3,3% e 1,3%, respectivamente, enquanto a Grécia e a Irlanda ainda registaram taxas de variação negativas. A Espanha já saiu da condição de recessão técnica, com o PIB a crescer 0,2% em termos homólogos.

	PIB	Inflação
UEM	1.7	1.6
Alemanha	3.3	1.3
França	1.6	1.6
Espanha	-0.3	1.5
Itália	1.0	1.6

Fonte: FMI (Outubro de 2010)

Em resultado, o ritmo de deterioração das condições no mercado de trabalho abrandou, com a taxa de desemprego a subir para 10,1% em Novembro (face a 9,9% no final de 2009). De qualquer modo, a confiança dos consumidores permanece em níveis deprimidos, agora afectada pelas perspectivas de políticas orçamentais mais restritivas, seja por contenção da despesa pública, seja por um aumento da carga fiscal.

Esta alteração da orientação da política orçamental foi determinada pela situação na Grécia, onde as estimativas relativas ao ano de 2009 foram muito mais negativas (com um défice de 15,4% do PIB, superior ao esperado), que resultou na impossibilidade de financiamento em mercado e consequente necessidade de um plano de apoio europeu, com o FMI, destinado a assegurar as necessidades de financiamento da Grécia até pelo menos 2012. Em contrapartida, a Grécia iniciou um significativo plano de redução do défice orçamental, visando alcançar um défice inferior a 3% do PIB em 2014.

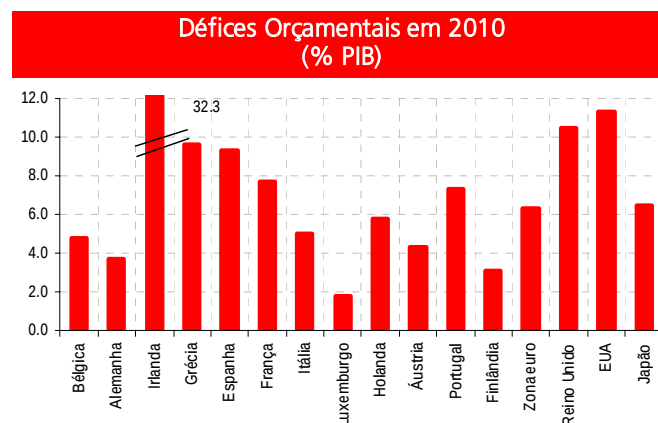
Este plano não foi suficiente para acalmar os mercados financeiros, que começaram a temer que outros países do Sul da Europa (e, em especial Espanha e Portugal) tivessem igualmente dificuldades de acesso aos mercados de dívida e se vissem impossibilitados de financiar-se. No final de Abril e início de Maio este sentimento resultou numa subida bastante pronunciada nos *spreads* de crédito exigidos aos soberanos do Sul da Europa, para todo o espectro de maturidades.

Em resposta, a União Europeia, com o apoio do FMI e do BCE, anunciou um novo plano, com a criação de um

fundo global orçado em 750 mil milhões de euros, que asseguraria as necessidades de financiamento de Portugal, Espanha e Irlanda até 2012. Em resultado, os países anunciaram novas medidas de redução do défice orçamental, com Portugal e Espanha a anteciparem as metas inicialmente anunciadas para 2013.

No final do Verão, assistir-se-ia a uma segunda vaga da “crise soberana”, que resultou novamente na subida pronunciada dos *spreads* de crédito, para níveis próximos dos verificados em Maio. Portugal e Espanha anunciaram mais um pacote de medidas, incluídas nos Orçamentos do Estado para o ano de 2011, de forma a assegurar as metas anunciadas anteriormente. Mas a Irlanda ficou na linha de fogo, depois de mais um plano de resgate do sector financeiro.

Os custos assumidos com a nacionalização do Allied Irish Banks, em 2010, que se juntou ao Bank of Ireland, implicaram que o défice de 2010 subisse para 32% do PIB (13% sem esse custo).



Fonte: CE

Adicionalmente, os líderes europeus discutiam a criação de um novo mecanismo permanente de apoio, que substitua o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) após 2013, com a Alemanha a colocar como condição que os investidores privados assumam responsabilidades em caso de reestruturação da dívida soberana de um Estado-membro.

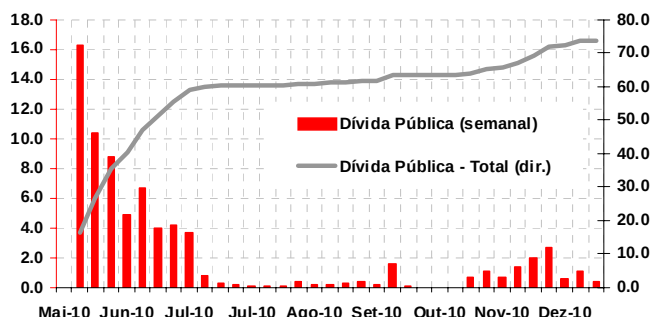
Neste quadro, a Irlanda assumiu o papel de foco dos mercados, sendo posteriormente acompanhada de Portugal e Espanha. No final de Novembro, a forte deterioração das condições de mercado levou a Irlanda a pedir apoio ao FEEF, com um pacote de ajuda orçado em 85 mil milhões de euros, que asseguram as suas necessidades de financiamento até 2013. Parte deste apoio é fornecido pelo FMI (22.5 mil milhões de euros) e outra parte, destinada a recapitalizar os bancos, é providenciada pelo Fundo de Capitalização da Segurança Social irlandês, num montante de 17.5 mil milhões de euros. Em contrapartida, a Irlanda anunciou mais um conjunto de medidas destinadas a reduzir o défice

orçamental, com novas reduções da despesa, incluindo salários e despesa social, e subidas de impostos, excepto o IRC.

Simultaneamente, os líderes europeus acordaram as bases do novo mecanismo de apoio financeiro. A principal diferença face à discussão anterior prende-se com a reestruturação da dívida. O pedido de auxílio obriga a uma análise de sustentabilidade da dívida pública, e apenas caso seja considerado que a mesma segue uma trajectória insustentável se coloca a possibilidade de reestruturação.

O BCE, por seu lado, e no âmbito das medidas de apoio aos mercados financeiros, iniciou um programa de aquisição de dívida pública de alguns países europeus, de forma a procurar restabelecer o normal funcionamento dos mercados de dívida. Até ao final do ano, o BCE adquiriu cerca de 74 mil milhões de euros de dívida soberana. Esta aquisição ocorreu em duas grandes vagas. A primeira em Maio, e até Julho, logo após o pedido de auxílio pela Grécia, quando foram adquiridos cerca de 60 mil milhões de dívida. A segunda, no final de Novembro e primeira semana de Dezembro, após o pedido de auxílio pela Irlanda, num total de cerca de 10 mil milhões de euros. Fruto desta segunda intervenção, as taxas de juro de Portugal e Espanha desceram, destacando-se a *yield* dos 10 anos de Portugal, que caiu dos 7,5% para 5,8%. Posteriormente, retomaria níveis em redor de 6,5%.

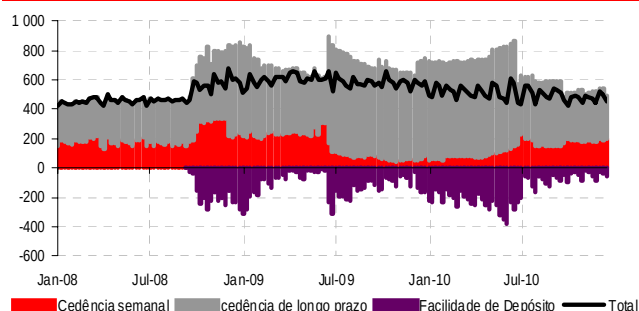
Aquisição de Dívida Pública pelo BCE (€ bn)



Fonte: BCE

Igualmente em resposta ao agravamento das condições nos mercados financeiros, o BCE adiou, por três vezes, o término das operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses. A primeira vez em Maio, com a sua extensão até Setembro; posteriormente, até ao final do ano; e, em Dezembro, até ao final do primeiro trimestre de 2011. Durante o mesmo período, está em vigor a cedência ilimitada nas operações regulares semanais.

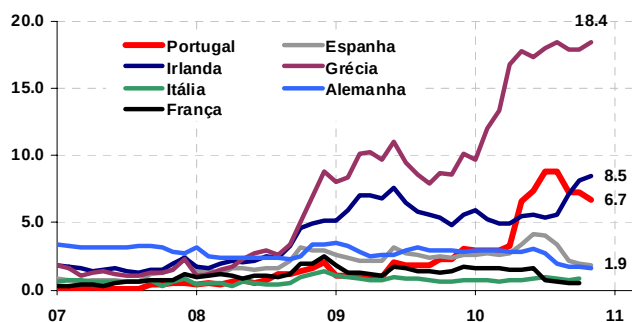
Cedência de liquidez pelo BCE (€ bn)



Fonte: BCE

Ainda assim, estas medidas não foram suficientes para repor a confiança nos mercados, pelo que desde Maio se assistiu a uma redução significativa das linhas de crédito às instituições financeiras destes países por parte de outros bancos. Esta situação veio a materializar-se numa diminuição drástica do acesso aos mercados de curto prazo, também para os bancos portugueses, que tiveram, deste modo, que passar a refinarçar-se junto do BCE. Entre Março e Junho, o montante de financiamento obtido junto do BCE pelo sistema bancário nacional mais do que duplicou, para cerca de 41 mil milhões de euros, atingindo um máximo de 49 mil milhões em Agosto, após o que se reduziria, fruto de uma gestão delicada de balanço, para cerca de 39 mil milhões em Novembro.

Acesso ao BCE (% activos)



Fonte: BCE

Também ao nível dos mercados de médio e longo prazo se assistiu a uma deterioração das condições e acesso por parte das instituições financeiras nacionais, com uma subida bastante pronunciada dos *spreads* de crédito em mercado secundário, além da completa impossibilidade de realizar emissões de dívida em mercado primário.

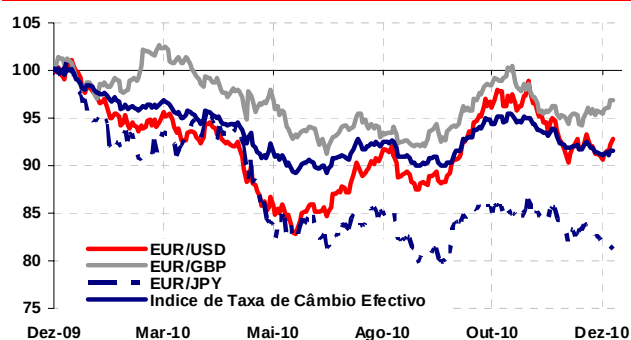
O comportamento dos demais mercados financeiros esteve, em grande medida, influenciado pelos desenvolvimentos ao nível da "crise soberana" europeia.

No mercado cambial, destacam-se dois grandes "movimentos". Por um lado, a depreciação do euro face

ao dólar, embora numa tendência que não foi uniforme, com mínimos do euro em Maio/Junho, após a primeira vaga da crise, e novamente no final do ano. Em Maio/Junho, o dólar chegou a cotar abaixo de 1,19 dólares por euro (o nível mais forte do dólar desde Fevereiro de 2006), fechando o ano em redor de 1,33 dólares.

Em Novembro, o dólar testaria mínimos do ano, em redor de 1.428 dólares por euro, devido aos sinais de menor crescimento económico e maior aquisição de dívida pública pela Reserva Federal dos EUA.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2009 = 100)



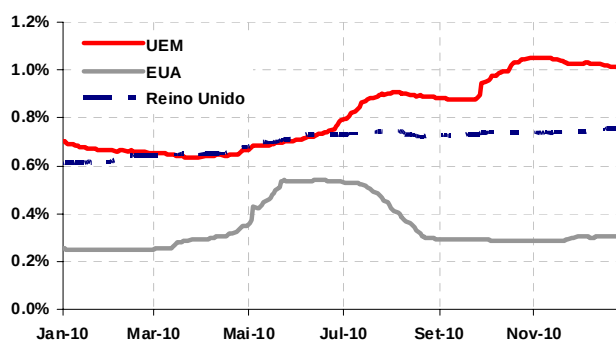
Fonte: Bloomberg

O segundo “movimento” está relacionado com a “guerra cambial” que foi tema de destaque durante a reunião do G20 de Novembro. O facto de a China manter, apesar das medidas anunciadas no primeiro semestre, um regime de câmbios quase fixos, à semelhança de outras economias emergentes, alimentou alguma especulação que se revelaria, para já, espúria.

Nos mercados monetários, as taxas de juro permaneceram em níveis historicamente baixos. Nos EUA, houve uma subida moderada das taxas de mais curto prazo durante o Verão, mas que se anulava após os sinais de abrandamento da actividade económica, e a decisão da Reserva Federal em ampliar a aquisição de dívida pública.

Na zona euro, a taxa Euribor a 3 meses subiu de cerca de 0,6% no segundo trimestre até 1,05% no final do ano, reflectindo o término da “Grande Operação” de cedência de liquidez a 12 meses, que ocorreu em Junho. Até essa data, a zona euro tinha um excesso de liquidez, que era depositado no BCE, à taxa de 0,25%, colocando grande pressão sobre a taxa Eonia e, consequentemente, todos os prazos do mercado monetário. O ritmo de subida das taxas Euribor abrandaria no final do ano, na sequência da extensão da cedência ilimitada de liquidez até ao final do primeiro trimestre de 2011.

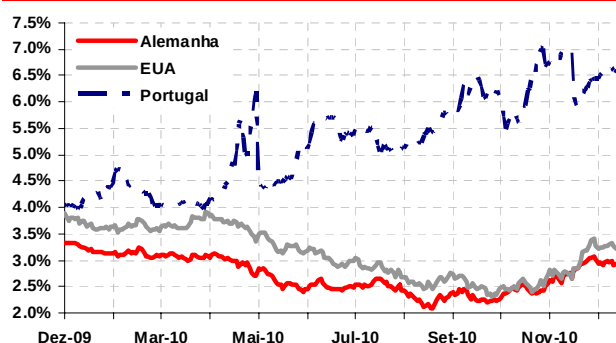
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, para os EUA e Alemanha, testaram níveis mínimos históricos, abaixo de 2,5%. Essa situação reflectiu, por um lado, um movimento de fuga para a qualidade, na Europa, na sequência da crise soberana e, por outro, as medidas extraordinárias adoptadas pelos bancos centrais, com a aquisição de dívida pública, em especial nos EUA. Apesar da subida ocorrida no terceiro trimestre, as taxas de juro de longo prazo fechariam o ano abaixo dos níveis de final de 2009.

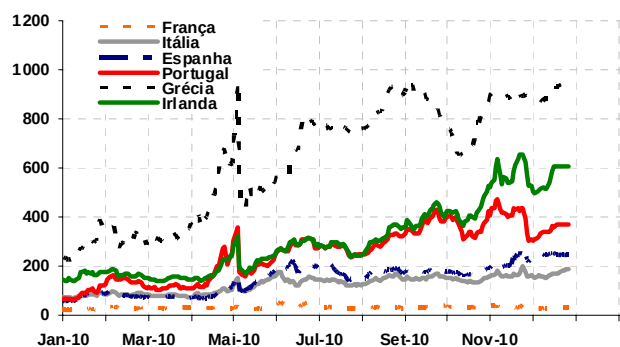
Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Excepção feita aos países periféricos, onde, na sequência da deterioração das perspectivas orçamentais e receios de necessidade de aceder ao FEEF, as taxas de juro subiram para os níveis mais elevados desde a criação do euro, em 1999, o mesmo sucedendo com os *spreads* de crédito soberano, que fecharam o ano em máximos históricos, acima inclusive dos níveis observados em Maio, quando a crise soberana teve início.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

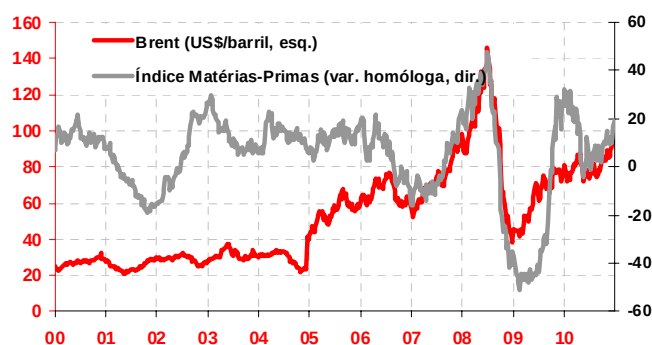


Fonte: Bloomberg

A aceleração da economia mundial, em especial o forte crescimento nos mercados emergentes, suportou a subida dos preços das matérias-primas, de forma relativamente generalizada, para os níveis mais elevados desde o pico de 2008. Destaque para o petróleo, que subiu 20%, excedendo os 95 dólares por barril no final do ano.

A mesma tendência foi verificada para os metais de base, com o cobre a subir para 9,600 dólares, o nível mais elevado de sempre.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



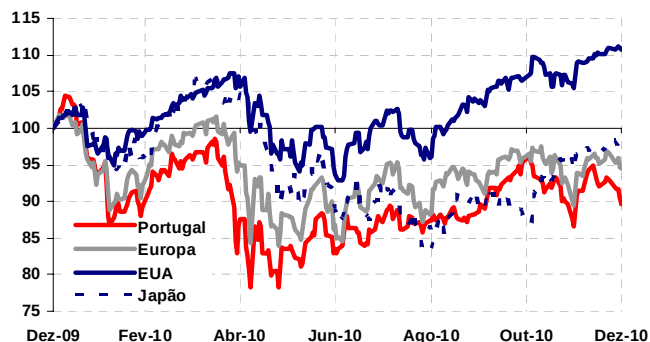
Fonte: Bloomberg

Ao nível dos metais preciosos, o ouro ultrapassou os 1,400 dólares por onça, o nível mais alto de sempre (em termos nominais). O ouro beneficiou do seu papel de refúgio em momentos de crise, que em 2010 teve dois efeitos conjugados: (1) a crise soberana, na zona euro; (2) a política monetária não-convencional, nos EUA, com a injeção massiva de liquidez na economia, que alimentou receios de uma espiral inflacionista, e consequente aversão ao dólar.

As tensões relacionadas com a crise soberana e os receios quanto a um "double dip" nos EUA afectaram também o comportamento dos mercados accionistas, os quais, de forma quase generalizada, fecharam negativos no ano. A excepção foi o mercado norte-americano, que, com uma valorização de 10,8%, recuperou para os níveis

observados no início de Setembro de 2008, mesmo antes da falência do banco de investimento Lehman Brothers, bem como a Índia, onde o índice bolsista valorizou 18%.

Mercados Accionistas (Dez-2009 = 100)



Fonte: Bloomberg

Apesar de terem terminado o ano em terreno negativo, a generalidade dos índices valorizou face aos mínimos observados em Abril, quando a "crise soberana" se iniciou, afectando particularmente a percepção de risco pelos investidores.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa acelerou mais do que o esperado, em 2010, podendo registar um crescimento de 1,4%, após a contracção de 2,6% observada em 2009.

Os principais contributos para o crescimento, em 2010, provieram da procura interna, em grande medida, com alguns factores pontuais a penalizarem o contributo das exportações líquidas.

Dados Macroeconómicos

	2008	2009	2010E
PIB	0.0	-2.6	1.4
Consumo Privado	1.8	-1.0	1.8
Consumo Público	0.8	2.9	6.8
Investimento	-0.3	-14.1	-5.0
Exportações	-0.3	-11.8	7.0
Importações	2.8	-10.9	6.3
Inflação média	2.6	-0.8	1.4
Desemprego	7.6	9.5	10.9
Défice público (% do PIB)	2.9	9.3	7.3
Dívida pública (% do PIB)	65.3	76.1	82.8
BTC (% do PIB)	-11.1	-9.4	-8.8

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta

O consumo privado acelerou bastante, devendo ter crescido cerca de 1,8% em 2010. Para esta melhoria contribuiu, por um lado, a melhoria do rendimento disponível, associada aos baixos níveis de taxas de juro, bem como maiores transferências do Estado para as

famílias; e, por outro lado, a antecipação da aquisição de bens duradouros, em especial automóveis, em Junho e em Dezembro, antes dos aumentos do IVA em Julho de 2010 e Janeiro de 2011.

Esta aceleração da procura ocorreu mesmo num quadro de aumento do desemprego, que atingiu o máximo histórico de 10,9%, no terceiro trimestre de 2010, com o número total de desempregados a ultrapassar as 600 mil pessoas. A taxa de poupança permaneceu nos níveis mais elevados desde 2002, próximo de 11%, embora caindo ligeiramente durante o ano.



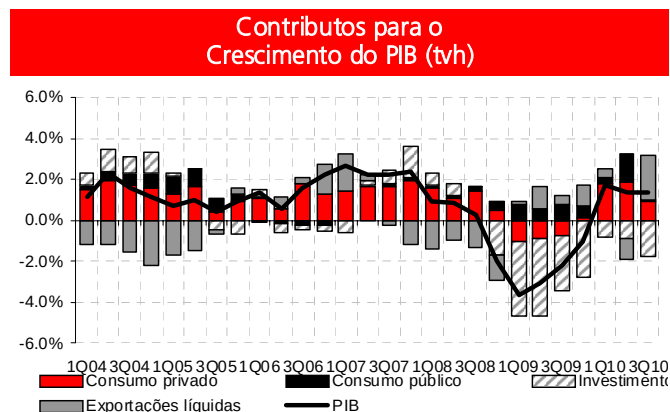
A inflação acelerou para 1,4%, em média anual, fruto quer da subida dos preços nas classes de alimentação e de transportes (reflectindo a subida dos preços das matérias-primas), quer da subida do IVA. A taxa homóloga no final do ano situou-se em 2,5%.

O consumo público registou uma forte aceleração em 2010, devido em grande medida à aquisição de material militar, nos segundo e quarto trimestres do ano. Sem este efeito, a taxa de crescimento teria sido cerca de 3pp mais baixa (3,8% em vez de 6,8%).

Esta aquisição afectou também o comportamento das importações, com um acréscimo de 1,6pp para a taxa de crescimento homóloga. Este efeito afectou o contributo das exportações líquidas para o crescimento, que passou a ser marginalmente negativo (-0,2pp), em vez de um contributo positivo que ocorreria sem aquele efeito pontual. As exportações cresceram ao ritmo mais forte desde 2007, beneficiando claramente da recuperação da procura nos principais parceiros comerciais, em especial a Alemanha e França.

O investimento voltou a contrair em 2010, em cerca de 5%, afectado, por um lado, pelas medidas de contenção orçamental e, por outro lado, pelos efeitos da deterioração das condições nos mercados financeiros, com condições mais restritivas na concessão de crédito (subida dos *spreads* de crédito e maior exigência de garantias por parte dos bancos). As medidas de

contenção orçamental afectaram, por um lado, o investimento público (directo e via PPPs), e, por outro, as perspectivas de crescimento da procura.



A questão orçamental foi um tema dominante durante todo o ano de 2010. A deterioração da percepção de risco no conjunto da zona euro exigiu, por parte do Governo, progressivas novas medidas destinadas a reduzir mais agressivamente o défice orçamental.

De uma meta inicial de 8,3% do PIB para o défice de 2010, o Governo viria, em Maio e na sequência do início da "crise soberana" a definir uma meta de 7,3% do PIB. Para isso, anunciou um conjunto de medidas, incluindo o aumento de todas as taxas de IVA em 1pp, o aumento do IRS em 1,0/1,5% (para rendimentos abaixo/acima de 1.500 euros mensais) e o aumento do IRC em 2,5pp para rendimentos colectáveis superiores a 2 milhões de euros.

Do lado da despesa, as medidas incluíram a redução do investimento público e das transferências para as empresas públicas, e a redução das transferências para as famílias (revisão da política do medicamento e teste de meios para as prestações sociais não contributivas).

No entanto, as medidas do lado da despesa produzem efeitos apenas de forma mais gradual, especialmente quando comparadas com as medidas de redução dos salários em outros países (Grécia, Irlanda, Espanha), que tiveram efeitos imediatos, pelo que Portugal, nesse campo, comparou desfavoravelmente com os demais países que estiveram sob foco dos mercados.

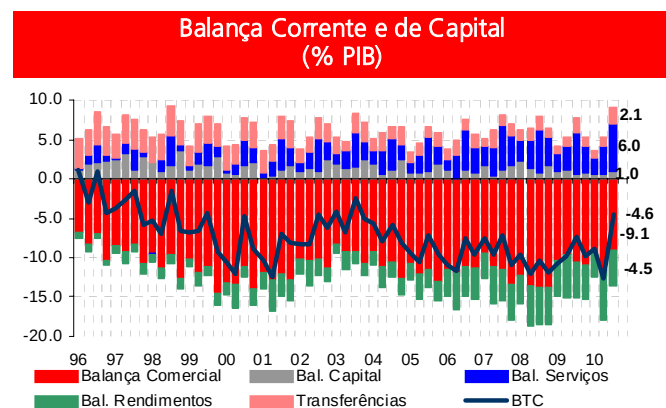
No final do ano, o Governo anunciou um novo pacote de medidas, incluído no Orçamento do Estado para 2011, com mais redução da despesa (e já com uma redução dos salários na Função Pública) e um novo aumento dos impostos. A meta pública é de reduzir o défice para 4,6% do PIB.

Relativamente ao ano de 2010, e para cumprir a meta de 7,3% para o défice, o Governo anunciou a inclusão de parte do Fundo de Pensões da PT na Caixa Geral de

Aposentações, num valor de 2.8 mil milhões de euros (1,6pp do PIB). Este montante destina-se a cobrir os encargos com a aquisição de material militar (que, apesar de adquiridos em *leasing*, serão totalmente contabilizados em 2010) e ainda derrapagens da despesa em alguns sectores (saúde, Estradas de Portugal, por exemplo).

Neste contexto, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros, através da emissão de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações do Tesouro, num total de 38 mil milhões de euros, dos quais 27 mil milhões já no período de maior tensão, após meados de Abril. Apesar de a procura ter permanecido relativamente forte, as taxas de juro subiram fortemente no decurso do ano, com o último leilão de BTs a 12 meses a registar uma taxa média de 5,28% (0,93% no primeiro leilão a 12 meses do ano, em Janeiro). A última *yield* no leilão de OTs a 10 anos foi de 6,81%, uma subida de 247pb face ao primeiro leilão do ano, em Abril.

O défice da balança corrente e de capital caiu ao longo do ano, tendo-se situado em 4,3% do PIB no 3T2010 (8,9% no ano terminado no trimestre), fruto de uma redução mais pronunciada do défice da balança de bens e serviços, bem como de uma ligeira melhoria no défice da balança de rendimentos. No entanto, a subida pronunciada das taxas de juro no segundo semestre de 2010 implica que em 2011 o défice da balança de rendimentos permanecerá bastante elevado.



Fonte: Banco de Portugal, INE

A posição de investimento internacional ficou menos negativa no decurso de 2010, em 105% do PIB no 3T2010, devido em grande medida à menor aquisição de dívida pública portuguesa por não residentes, fruto da aversão ao risco gerada pela crise soberana.

O crédito bancário estabilizou, com uma taxa de variação homóloga em redor de 2,0%, em 2010. A evolução foi, contudo, diferenciada por segmento, com uma desaceleração ao nível do crédito aos privados, e uma aceleração do crédito a OIFNM e ao sector público administrativo. Ao nível dos privados, a aceleração que ocorreu ao nível do crédito hipotecário (ainda assim, com

um crescimento moderado de 3%) foi insuficiente para anular os efeitos da queda ao nível do crédito ao consumo.

Ao nível do crédito a empresas, assistiu-se a uma estagnação, quer em termos de stock, quer em termos de nova produção. Ao longo do período, os *spreads* de crédito alargaram.

Os recursos de clientes cresceram de forma muito moderada, com um crescimento marginal dos depósitos a prazo a anular a redução dos DOs (reflectindo a subida das taxas de juro passivas), enquanto as aplicações em fundos de investimento caíram, num quadro de desvalorização dos mercados accionistas. Os recursos fora de balanço subiram, em especial os seguros financeiros.

O *gap* de liquidez do sistema aumentou ligeiramente, fruto também desta recomposição de recursos de clientes, mas o financiamento nos mercados monetários internacionais reduziu-se para cerca de metade, depois de um mínimo observado em Abril/Maio, quando do pico de tensão nos mercados financeiros.

A qualidade da carteira de crédito do sistema continuou a deteriorar-se, em especial ao nível do crédito ao consumo (com um efeito de base, visto o *stock* de crédito se ter reduzido), e ao nível das empresas, neste caso em especial ao nível da construção e indústria transformadora. O agravamento dos rácios de incumprimento no hipotecário foi muito menor, devido aos baixos níveis das taxas de juro, que compensaram os efeitos da subida do desemprego.

Principais riscos e incertezas para 2011

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no ano de 2011 são de duas ordens, uma de origem doméstica, outra internacional.

A nível internacional, destacam-se as perspectivas de crescimento na zona euro, caso as medidas de contenção orçamental que já foram anunciadas de forma generalizada afectem a actividade. Este movimento poderia ser ampliado caso a economia mundial, e em especial os mercados emergentes, dessem sinais de maior abrandamento económico. Na China, por exemplo, as autoridades estão a adoptar novas medidas restritivas do crescimento do crédito.

A nível doméstico, as incertezas estão relacionadas com a política orçamental e o seu impacto sobre a actividade económica. A necessidade de reduzir o défice orçamental para 4,6% do PIB em 2011 implicou a adopção de medidas mais restritivas, como a redução dos salários na Função Pública e das transferências para as famílias. As perspectivas de redução do rendimento disponível conduziu a confiança dos consumidores para mínimos

históricos, e levou os empresários a repensar as decisões de investimento para 2011, o que pode ter impactos ao nível do desemprego. A procura interna, em consequência, deverá registar uma forte contracção em 2011. Os riscos continuam negativos, caso se revele necessário adoptar novas medidas de contenção orçamental, que podem ampliar a contracção da actividade.

Relacionado com este factor está o acesso dos agentes económicos nacionais aos mercados financeiros internacionais. A República tem conseguido financiar-se, mas com custos bastante mais elevados. Já o sector financeiro mantém a dependência dos fundos do BCE, que apenas estão assegurados de forma ilimitada até Março de 2011, quando se realiza a última operação de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses. De qualquer modo, a forma como os investidores institucionais estão a avaliar a dependência de fundos do BCE exige do sector financeiro a procura de fontes alternativas de

financiamento ou, na sua ausência, uma aceleração do processo de desalavancagem. Neste contexto de manutenção de fortes restrições de liquidez, o custo do crédito pode continuar a aumentar e os critérios de concessão tornarem-se mais restritivos.

O regresso de um clima de confiança aos mercados internacionais que permita o retorno das Instituições Financeiras Nacionais ao financiamento internacional exige que o Estado cumpra os planos de redução do défice público que se propôs e que dependem do incremento da receita fiscal, mas sobretudo da redução sustentada da despesa pública. O não cumprimento destes objectivos pode atrasar a retoma das emissões de financiamento internacional por parte do sistema bancário, incrementando ainda mais os riscos para a economia nacional por via de uma brusca mas necessária desalavancagem.

Banca Comercial

Particulares & Negócios

Ao longo do ano, o Santander Totta continuou a apostar numa estratégia centrada no cliente, focando a sua acção comercial essencialmente na captação e retenção de recursos, na renegociação de *spreads* do crédito, no controlo do crédito vencido e na dinamização das áreas de Empresas, Negócios e *Premium*.

Foram lançados, não só um conjunto de produtos de poupança tradicional, como o “Depósito Crescente a 3 anos”, “Depósito Crescente a 18 meses” e o “Depósito Netbanco Crescente a 3 anos”, como também se ajustaram as taxas dos produtos de passivo ao contexto de mercado, mantendo a competitividade da oferta nesta área de negócio.

A oferta em recursos foi enriquecida com diversas soluções de produtos estruturados e seguros financeiros (SRS's), numa cadência de lançamento mensal.

Como forte aposta no segmento *Premium*, o Santander Totta lançou, em Março, a campanha “Em Sintonia Consigo”, exclusivamente dedicada ao segmento. A campanha disponibilizou um amplo conjunto de soluções, serviços e vantagens, com uma aposta na qualidade de serviço e na relação, que permitiram à rede comercial apresentar a cada cliente as soluções mais adequadas às suas necessidades pessoais.

No âmbito da política de vinculação de clientes, foi relançada a “Campanha de Ordenados”, exclusivamente destinada ao segmento *Premium* e aos clientes de Protocolos e Promotores, assente na oferta de brindes, na isenção das comissões dos principais serviços do dia-a-dia e oferta da taxa promocional de 0% no descoberto durante o 1º ano. Em Dezembro, foi efectuada uma campanha de captação de novas domiciliações de ordenados com a oferta de um brinde.

Em Junho, foi lançada uma campanha interna designada de “Recursos Champions” com um objectivo claro de captação de novos recursos e com uma forte ambição de crescimento nesta área. Os depósitos lançados, nomeadamente o “DP Vencedor”, “DP Triunfador” e “DP Ganhador”, exigiam condições de *cross-selling* e de

crescimento de saldos médios, dando consistência à política de vinculação.

No último trimestre do ano, foi lançada a campanha “Soluções Integradas”, com uma forte componente de *media* em TV, rádio e imprensa. A campanha incorporou um conjunto de soluções abrangentes e adaptadas às várias necessidades e fases de ciclo de vida dos clientes Particulares, tendo como principais objectivos: (i) apoiar os balcões na captação de novos clientes numa abordagem multi-produto; e (ii) incrementar o *cross-selling* junto da base actual de clientes.

Como o objectivo de captar clientes e gerar tráfego nos balcões, foram disponibilizados diversos PACK's – Emprego, Poupança, Casa, Carro e Filhos – que incorporam vantagens financeiras extremamente atractivas em diversos produtos “âncora” do Banco, com foco em poupança e transaccionalidade.

No que respeita ao crédito à habitação, o ano de 2010 iniciou-se com uma recuperação do mercado, tendência iniciada em meados de 2009. No entanto, a partir do 3º trimestre registou-se uma redução nos níveis de produção, reflectindo a deterioração das condições económicas em Portugal. Neste contexto, a estratégia passou sobretudo pela implementação de medidas de protecção do produto bancário, através de acções de vinculação junto dos clientes e de maior exigência nas condições de *cross-selling*, nomeadamente através da implementação de um novo modelo a partir de Fevereiro.

No âmbito da Responsabilidade Social Corporativa foi disponibilizada uma Linha Especial de Crédito para Particulares de apoio às vítimas da Madeira, na sequência do forte temporal que atingiu a ilha a 20 de Fevereiro, no valor de 2 milhões de euros, em que são oferecidas condições muito vantajosas para clientes proprietários de habitação.

No crédito ao consumo, o início de 2010 foi marcado pela implementação de alterações transversais a toda a oferta, respondendo às novas condições do mercado e centrando-se essencialmente na optimização e simplificação de produtos.

O Santander Totta reforçou ainda as apostas no investimento em projectos de desenvolvimento sustentável e no apoio ao sistema educativo nacional, nomeadamente através da dinamização de produtos especialmente dirigidos para as áreas das energias

renováveis, do ensino universitário e da educação em geral, neste último caso com o lançamento de um produto especial para o financiamento de material escolar, o “Crédito Ensino Plus”.

Ao longo do ano foram lançadas 3 campanhas de crédito ao consumo. Em Março, a campanha para o segmento *Premium*, em que o Banco oferece um produto especial com taxas de juro atractivas, beneficiando os clientes com a domiciliação do ordenado no Banco. Na campanha de transferências de crédito ao consumo, lançada no 3º trimestre, são disponibilizadas condições específicas para os clientes que pretendam transferir o crédito ao consumo para o Santander Totta, beneficiando de condições vantajosas, em que o Banco suporta os custos de amortização antecipada na transferência do crédito pessoal até ao limite máximo de 2% do montante contratado no Santander Totta. No início do 4º trimestre foi lançado, no âmbito da campanha “Soluções Integradas”, o crédito pessoal “Soluções Integradas” com uma taxa de juro promocional durante o 1º ano.

Na área de Negócios, prosseguiu a estratégia de consolidação, que apesar da crise financeira, verificou um ligeiro crescimento do volume de negócio de 0,9%, com uma ligeira retracção do crédito, -0,1% e uma variação positiva dos recursos de 3,2%.

Foi um ano em que o Santander Totta reforçou o seu posicionamento como Banco de apoio às Empresas, fruto de um grande dinamismo no segmento, em que foram lançadas diversas soluções/campanhas, das quais se destacam:

- Solução Saúde
Oferta específica dirigida a consultórios médicos, centros de enfermagem e laboratórios de análises, com condições especiais, nomeadamente, a nível do *leasing*, *factoring* e POS.
- Solução Empresas de Contabilidade
Campanha lançada em Abril para as empresas de serviços de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal e cartórios notariais, com condições vantajosas nos produtos de *leasing* e Sistema de Débitos Directos.
- Solução Retalho Alimentar
Oferta destinada ao apoio do pequeno comércio.
- Solução QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional)
Oferta de condições de apoio através do adiantamento de incentivos, de consultadoria e de linhas de apoio ao investimento via linhas de crédito PME Investe, onde em termos acumulados se registou uma quota de mercado em volume de 16%.

- Campanha POS
Lançada no último trimestre do ano com condições vantajosas ao nível da taxa mensal de serviço e da tarifa de serviço.
- GPC – Gestor de Pagamentos e Cobranças
Também no último trimestre foi lançado este serviço de apoio à gestão de tesouraria do cliente. Trata-se de um conceito inovador que funciona numa plataforma *on-line*, disponibilizado de uma forma totalmente segura e gratuita no NetBanco Empresas.

Na área de *Private Banking* e *Premium* registou-se por parte dos aforradores uma tendência para se concentrarem em activos líquidos, com baixo risco e muito particularmente depósitos a prazo.

No *Private Banking* concretizou-se um bom crescimento de novos clientes que procuravam para a s suas aplicações bancos sólidos e com gestão estável. Em termos de património gerido, o *Private* cresceu cerca de 15% no ano, o que permitiu um excelente contributo para o incremento do negócio de recursos da rede de particulares. Em activo, um crescimento na ordem de 22% veio também a consolidar o negócio deste segmento.

A oferta para os aforradores foi variada e proporcionou um rácio rendibilidade/risco bastante atractivo para os clientes. A possibilidade de uma carteira diversificada com uma gestão dinâmica foi um factor relevante com retornos interessantes. As sinergias da integração da área de *Private Banking* Portugal numa Área Global do Grupo Santander permitiu aos clientes beneficiarem de uma oferta global de produtos.

O rigor no processamento de operações, a procura da qualidade no serviço oferecido, bem como a proximidade com os clientes continuaram a ser objectivos da equipa de *Private Banking*.

O segmento *Premium*, com crescimento de volume de negócio na ordem dos 5%, reforçou o seu posicionamento no seio da área de Particulares do Banco, tendo sido lançada uma campanha de marketing no início do 2º trimestre que proporcionou não só um aumento de notoriedade do segmento como também uma redefinição de uma ampla oferta de produtos financeiros e de serviços de valor acrescentado. Os 15 centros *Premium* continuaram a ser um forte marco na captação de clientes e na imagem do segmento.

O segmento *Premium* tem merecido um grande foco também pelo facto dos gestores terem metodologias e ferramentas que lhes permitem estar mais aptos a responder às necessidades dos seus clientes de uma forma rápida e eficiente, tendo também em conta o perfil

de investimento e necessidades financeiras, de modo a anteciparem as decisões de investimento.

Empresas

O ano de 2010 na Rede de Empresas foi um ano marcado pela necessidade de adaptar frequentemente os planos comerciais estabelecidos à conjuntura económica adversa. Neste contexto, as principais prioridades passaram por aproveitar a estrutura de balanço para uma contínua aposta no mercado das Empresas e mais concretamente das PME's, mantendo um controlo muito apertado das situações de crédito em incumprimento.

Em termos de volume de negócio, a Rede de Empresas registou um crescimento de 2,5% em crédito e de 30,4% em recursos, com destaque para as seguintes actividades:

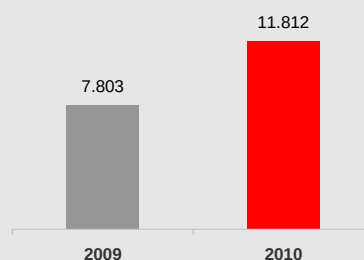
- A formalização de 323 operações no montante de 188,2 milhões de euros nas linhas PME Investe V e VI, traduzindo um forte compromisso e aposta do Santander Totta e da Rede Empresas no mercado das PME's, assumindo um papel muito relevante na dinamização destas linhas nas Pequenas e Médias Empresas;
- O crescimento de 35,7% do crédito concedido em *factoring* e *confirming*;
- Crescimento da carteira de recursos em todas as rubricas, reflexo da política de maior proximidade comercial com os clientes, apresentado soluções para a sua tesouraria, inovadoras e únicas no mercado;
- Evolução do crédito vencido dentro do perspectivado e abaixo da média do mercado, fruto da relação estreita com os clientes e de uma cuidada e eficiente gestão de riscos.

A estratégia prosseguida traduziu-se ainda no crescimento de 33% no número de clientes captados, relativamente a igual período de 2009 e no crescimento de 20% nos clientes vinculados ao Banco.

Linhas PME Investe

O Santander Totta continuou muito dinâmico na colocação das Linhas PME Investe, tendo já formalizado mais de 11.000 operações, num montante que já ultrapassa 1 bilião de euros colocados. Saliente-se que em resultado da rapidez da formalização e da atenção especial que o Banco tem estado a dar na contratação deste tipo de operações, se atingiu, nestas linhas, uma quota superior a 16%, muito acima da quota natural do Banco em empresas. Nas linhas específicas do sector do Turismo, um dos segmentos em que está a ser feita uma aposta estratégica, como é o caso da Linha PME Investe III Sector Turismo, a quota é superior a 30%.

Evolução do nº de operações

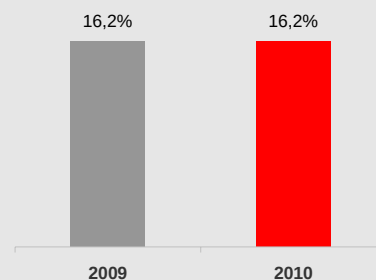


Diversas foram as novas linhas de crédito protocolado assinadas pelo Banco e disponibilizadas de forma muito eficiente aos clientes, visando o apoio ao investimento e reforço dos capitais permanentes das empresas, sendo de destacar as seguintes:

- Linha de Crédito PME Investe V;
- Linha de Crédito PME Investe VI e VI Aditamento;
- Linha de Crédito IFAP PME-2010, para apoio das empresas do Sector Agrícola e Pecuário;
- Linha de Apoio à Recuperação Empresarial da Madeira;
- Linha de Apoio às Intempéries;
- Linha de Crédito Açores Empresas;
- Linha PME Investe III- Apoio ao sector do Turismo da Região do Oeste;
- Linha de Apoio aos projectos para Crédito Energias Alternativas e Eficiência Térmica;
- Linha de Apoio aos projectos QREN;
- Renovação Protocolo da Linha Crédito Investe Açores, para alargamento dos prazos das operações já contratadas, tendo em vista melhorar as condições dos financiamentos concedidos.

Estas linhas, para além de beneficiarem de bonificação de juros, têm na sua generalidade associado o Sistema de Garantias Mutuas, tendo em vista facilitar o acesso das empresas ao crédito.

Quota de Mercado PME Investe (montante)



Grandes Empresas

O Santander Totta reforçou, em 2010, o compromisso assumido junto dos grandes clientes. O contexto macroeconómico adverso e a instabilidade dos mercados verificada ao longo de todo o ano exigiram uma estratégia de rigor e de maior aproximação.

O modelo comercial corporativo, seguido há vários anos pelo Grupo, permitiu consolidar a posição do Santander Totta na relação com os seus clientes, através da oferta de soluções integradas, ajustadas às suas necessidades e que se traduzam num valor acrescentado à sua actividade.

Neste enquadramento, foi necessário adequar os contratos de crédito às novas condições de mercado, desde a revisão das condições financeiras à dinamização do *cross-selling*, permitindo a ampliação do negócio existente às outras áreas do Banco.

Promotores e Mediadores

Para o canal de Promotores Externos e Mediadores Imobiliários manteve-se como prioridade o reforço da proximidade junto dos principais parceiros privilegiando diversas acções de dinamização destes importantes canais.

No âmbito dessa estratégia o Santander Totta esteve presente em todos os principais eventos da mediação imobiliária, nomeadamente na Imobitur, SIL – Salão Imobiliário de Portugal, e nas convenções nacionais dos principais parceiros do sector Imobiliário.

Reforçando a aposta no lançamento de novas iniciativas que motivem ainda mais os nossos parceiros, destacam-se as três edições do PIPE – Plano de Incentivos de Promotores Externos que decorreram em 2010; as duas Edições do PIME – Plano de Incentivos de Mediadores e muitas outras campanhas e planos de incentivos que deram mais relevo às principais variáveis estratégicas de crescimento do Banco, nomeadamente captação de novos recursos, captação de clientes activos e captação de clientes do segmento de Negócios.

De referir ainda o lançamento do 1º Prémio Anual de Promotores que irá levar conjuntamente com outras iniciativas, cerca de 40 promotores externos à Cidade Financeira Santander em Boadilla del Monte.

Relativamente às Lojas de Promotor, o objectivo continuou a ser o de alargar esta rede tendo terminado o ano com mais 50 aberturas líquidas permitindo desta forma fechar 2010 com 250 Lojas de Promotor. De mencionar também a crescente importância desta rede nos resultados do Canal Promotor.

Meios de Pagamento

O ano de 2010 destacou-se pela preocupação da fidelização dos clientes e na procura da excelência de serviço e atenção a clientes.

Foram tomadas diversas iniciativas para promover a utilização de cartões, que se massificaram e que se caracterizam por ofertas e descontos aos clientes que utilizam regularmente os cartões do Santander Totta. Igualmente houve uma grande dedicação em realçar todos os serviços bem valorizados pelos clientes, como sejam os seguros de cartões e um foco em melhorar níveis de serviço e minimizar eventuais incidências. Efectivamente, a conjugação destas medidas permitiu aumentar a utilização de cartões - a facturação de 2010 superou a de 2009 em 6,6% - e reduzindo, em simultâneo, o total de cartões cancelados pelos clientes.

No início de 2010, lançaram-se 2 cartões para o segmento *Affluent*: um cartão *Gold* para o dia-a-dia e um cartão *Gold* de crédito. O Santander Totta oferece uma gama muito completa para este segmento de clientes, podendo o cliente optar ainda por um cartão *Gold* com um vasto conjunto de seguros, ou por um cartão *Gold* com programa de fidelização de acumulação de milhas aéreas rebatíveis em qualquer companhia aérea.

O Santander Totta apostou também nos protocolos do Exército e Marinha oferecendo cartões personalizados com imagens emblemáticas a estes colectivos.

Em 2010, o Santander Totta manteve uma posição de *player* relevante no mercado de POS com uma quota de 16% e estando presente nas principais cadeias de distribuição e nos diversos sectores de actividade.

Banca Transaccional

Cash Management e Negócio Internacional

Durante o ano de 2010 foram efectuadas diversas campanhas comerciais nas áreas de Empresas e Negócios, com o propósito de aumentar a transaccionalidade e a vinculação de clientes. Complementando a rede comercial, foram criadas equipas de especialistas / dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios.

O Santander Totta é hoje reconhecido como um dos principais prestadores de serviços de *cash management* e de negócio internacional em Portugal, tendo consolidado a sua presença nas empresas.

Prosseguiu-se a melhoria e incremento da oferta de produtos e serviços, tendo no decurso do ano sido



lançados, para o mercado doméstico, duas soluções inovadoras:

- GPC – Gestor de Pagamentos e Cobranças, solução informática disponibilizada em ambiente Netbanco Empresas que permite aos clientes otimizar a sua tesouraria, gerindo automaticamente as suas cobranças e pagamentos.
- *Home Deposit*, disponibilização de equipamentos que possibilitam depósitos à distância, permitindo ao Banco uma gestão centralizada da recolha de valores.

As funcionalidades de negócio internacional disponíveis na plataforma internet foram também objecto de melhorias, visando uma maior segurança e transparência para os clientes.

Customer Service

Actualmente uma das armas de diferenciação mais fortes do mercado é o pós-venda. Este importante elemento de fidelização é hoje tão importante como a qualidade do próprio produto.

O Santander Totta continuou a investir fortemente em novas formas de seguimento e controle da resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

Foi ainda consolidada a vertente comercial desta área, tendo sido efectuadas visitas aos principais clientes em conjunto com a área comercial, apoiando e fortalecendo a relação comercial com as empresas.

O Santander Totta, como membro exclusivo para Portugal da Associação IBOS, usufrui da estreita parceria comercial entre os 12 grupos internacionais que a integram e que cobre designadamente países da União Europeia e da América do Norte.

Canais Complementares

Selfbanking

A área de *Selfbanking* manteve a sua estratégia, a nível da rede Multibanco, de optimização do actual parque de ATM's instalado junto de clientes, traduzindo-se essencialmente na deslocalização de ATM's para novos locais com elevado potencial de transaccionalidade, tendo atingido um crescimento do número de operações dos ATM's deste segmento superior a 5%.

No que diz respeito a equipamentos de depósitos e cheques – rede interna - foram implementados mecanismos automáticos de controlo e avaliação da disponibilidade de funcionamentos dos equipamentos, privilegiando assim o vector qualidade.

Aumentou-se o nível de serviço através do lançamento de novas funcionalidades, destacando-se a consulta da posição consolidada do cliente e a possibilidade de aceder a todas as contas do cliente utilizando apenas um único cartão. A externalização total de operações tem mantido uma evolução positiva, acima já dos 50%.

Netbanco

Nos canais internet, NetBanco Particulares e Empresas, o ano de 2010 caracterizou-se pelo lançamento de novas funcionalidades, por uma melhoria na disponibilidade e *performance* dos *sites* o que permitiu um aumento sustentado do número de clientes utilizadores e um forte crescimento do tráfego dos *sites* com o número de visitas a crescer cerca de 24%.

No Netbanco Particulares destacam-se o lançamento do serviço “Finanças Pessoais”, que permite que os clientes organizem de modo prático e intuitivo todas as suas despesas e receitas, a disponibilização de ofertas segmentadas nomeadamente para os clientes *Premium* e *Private* e serviços de apoio no contacto com o Banco como o *Video Call* e o *Click2chat*. Em 2010, os utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registaram um crescimento superior a 11%.

No NetBanco Empresas foi lançado o “Gestor de Pagamento e Cobranças”, que permite às empresas, de uma forma gratuita e totalmente segura, otimizar a sua gestão de tesouraria. Procedeu-se também à simplificação do processo de adesão e a diversas melhorias em funcionalidades de pagamentos de ordenados e a fornecedores. Os utilizadores frequentes do Netbanco Empresas registaram um crescimento superior a 10%.

Banca Telefónica

No ano de 2010, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado pela Associação Portuguesa de *Contact Centers* o “Melhor *Contact Center*” de Portugal no sector financeiro. O número total de contactos de clientes em 2010 com operadores do *Contact Center* foi ligeiramente superior ao do ano anterior.

Reforçou-se a estratégia de efectuar menos contactos a clientes e incentivar o contacto para o *Contact Center* e para outros canais, potenciando as vendas em *inbound*. Foram ainda reforçadas iniciativas de contacto a clientes que demonstraram, noutros canais, interesse em adquirir produtos e serviços do Banco.

Em colaboração com o Netbanco Particulares, o *Contact Center* passou a assegurar o atendimento a clientes por novos meios de contacto, nomeadamente aos clientes que solicitam contacto por *Chat* ou por *Video Call*, sendo este serviço completamente inovador no sector da Banca em Portugal.



Foi consolidado o atendimento telefónico a clientes e fornecedores de produtos de *leasing* em colaboração com a Santander Totta Crédito Especializado – IFIC.

Actividade Internacional

No ano de 2010, a conjuntura económica, centrada no financiamento da actividade e liquidez dos mercados, manteve-se complexa tendo as principais economias adoptado medidas severas para controlo dos respectivos défices públicos, o que se traduziu em crescimentos da actividade económica reduzidos e níveis de desemprego elevados.

Face a este enquadramento, a estratégia prosseguida na actividade Internacional focou-se no reforço da proximidade com os clientes, transmitindo a segurança e solidez do Grupo, procurando consolidar a oferta de serviços e de soluções dirigidas aos residentes no estrangeiro em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

No que respeita a condições adequadas aos portugueses residentes no estrangeiro, assumiu especial importância a oferta da “Super Conta Residentes no Estrangeiro” e de produtos de poupança.

Foi proporcionada a oferta de produtos diversificados, nomeadamente seguros financeiros e de capitalização e, no que respeita a USD e CAD, aplicações com rentabilidade muito interessante no actual contexto de taxas de juro daquelas moedas.

Em euros foram ainda disponibilizados, com sucesso, produtos que pretenderam associar ao rendimento, oportunidade de reforçar a vinculação com os clientes.

Pretendendo-se apoiar as comunidades realizaram-se, nos países onde temos representação, apresentações sistemáticas, onde se procurou transmitir oportunidades que a economia portuguesa suscita em determinados sectores assim como o desempenho do Santander Totta e do Grupo em que estamos inseridos de forma a incutir maior confiança aos portugueses residentes no estrangeiro. Em Paris realizou-se inclusivamente um evento de maior dimensão dirigido a particulares e empresários portugueses residentes no estrangeiro.

Decorreu ainda a “Campanha de Verão” com um conjunto de iniciativas que visaram receber da melhor forma os clientes que vivem e trabalham no exterior tendo sido garantida uma estrutura de comunicação e de meios com assistentes especificamente focadas no atendimento e apoio dos nossos clientes. Esta campanha foi previamente promovida nas principais comunidades, inclusivamente em meios de informação locais, de forma

a garantir um grau de conhecimento significativo da oferta e do apoio disponíveis.

A sucursal de Londres, tendo em conta os níveis modestos da procura do mercado imobiliário, vem mantendo a oferta de soluções para crédito à 2ª habitação em Portugal para residentes no Reino Unido. Na sequência de medidas já tomadas e tendo presente a conjuntura do mercado britânico, foram reforçados os meios e mecanismos de controlo sobre a carteira de crédito.

O volume de negócios, na área de residentes no estrangeiro cresceu 5,2% beneficiando da conjugação da oferta de produtos de recursos e da evolução de crédito neste segmento.

Manteve-se ainda, dentro do planeamento estratégico definido, um esforço para garantir uma forte ligação entre clientes, escritórios de representação e balcões em Portugal promovendo-se um conjunto de visitas de directores de balcão e comerciais, provenientes de zonas com maior significado na emigração.

O produto bancário do segmento registou uma boa evolução, embora afectada pela conjuntura, sendo ainda de destacar a evolução no crédito neste segmento de Residentes no Estrangeiro comparativamente ao verificado no segmento de Particulares residentes em Portugal.

No que respeita a transferências de emigrantes canalizadas para o Santander Totta, prosseguiram acções de promoção e dinamização nos países mais importantes para o segmento, com foco na forma mais fácil e económica dos clientes procederem.

Finalmente assinala-se uma variação positiva no volume de transferências tendo-se registado um ligeiro incremento da quota de mercado.

Global Banking and Markets

Tesouraria

A actividade desenvolvida no ano de 2010 caracterizou-se pela adaptação de estratégias a um contexto macroeconómico de crise, com o custo de liquidez a aumentar, com elevada volatilidade e com manutenção de expectativas de taxas de juro baixas por um período mais alargado de tempo.

Na área de Institucionais, o Banco Santander Totta manteve a sua estratégia apoiada na utilização de equipas globais do Grupo Santander, permitindo potenciar a sua capacidade de estruturação e diversificação de tipo de operações.

A actividade no segmento de Grandes Empresas pautou-se pela adaptação de produtos às novas realidades de mercado, mantendo-se a preferência por produtos mais simples. A conjuntura económica levou também à extensão de perspectivas de taxas de juro baixas, pelo que se verificou uma maior apetência pela gestão de risco de taxa de juro a prazos mais longos.

A actividade nos segmentos de Empresas e Negócios foi essencialmente feita no acompanhamento das operações contratadas pelos clientes e numa maior simplicidade de produtos oferecidos, posicionamento ponderado e adequado ao contexto de mercado, apresentando soluções de gestão de risco adequadas, para uma melhor gestão da actividade num cenário de grande imprevisibilidade resultante da crise financeira.

Manteve-se o forte compromisso da sala de mercados com as actividades de *flow* (cambial). Neste capítulo, o aumento do número de clientes e operações realizadas espelham o bom trabalho e reconhecimento por parte dos clientes da sala de mercados com as actividades de *flow* (cambial). Saliente-se também a obtenção do Best Foreign Exchange Providers 2011- Global Finance, atribuído em 22 de Novembro de 2010.

No que respeita a produtos estruturados, apesar do ano de 2010 se ter revelado um ano menos fácil para a colocação deste tipo de produtos, o Santander Totta foi bem sucedido na sua comercialização, tendo superado a fasquia dos 600 milhões de euros, sob a forma de depósitos a prazo e obrigações de caixa. De entre os produtos, é de destacar o depósito indexado "Valorização Energias Renováveis" e ainda o depósito indexado "Depósito Valor Mundial", cuja remuneração depende da valorização de um cabaz de acções geograficamente diversificado, incluindo acções de países desenvolvidos e emergentes.

Custódia

A actividade da área de Custódia Institucional do Santander Totta não registou alterações significativas comparativamente com o ano de 2009, apesar do enquadramento adverso dos mercados financeiros e situação económica de Portugal, tendo inclusivamente registado um aumento no volume total de activos custodiados. Na sequência da fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios de Portugal SA no Banco Santander Totta SA com efeitos a Maio de 2010, o Banco Santander Totta mantém o 2º lugar no *ranking* nacional de Custodiantes, com cerca de 25% de quota em volume de activos sob custódia.

Equities

A conjuntura de incerteza em 2010, relacionada com o crescimento económico em Portugal e com a deterioração

das contas públicas Portuguesas, provocou um menor interesse da generalidade dos investidores no mercado accionista. Não obstante, e em função de desenvolvimentos específicos em algumas empresas portuguesas, que viram o interesse por parte dos investidores aumentar significativamente, o volume médio diário transaccionado na Bolsa de Lisboa acabou por subir face ao ano anterior, tendo o Santander Totta acompanhado este crescimento, o que se reflectiu positivamente na rentabilidade da actividade.

Credit Markets

A conjuntura de incerteza e falta de liquidez das instituições financeiras portuguesas, fruto da crise de dívida soberana sofrida por Portugal desde Março de 2010, levou à suspensão/adiamento de vários concursos e investimentos públicos e ao atraso em projectos de iniciativa privada. A crise soberana levou também a que os mercados de dívida europeus (eurobonds) se fechassem para emitentes portugueses a partir do mês de Abril, não havendo desde essa altura qualquer emissão de obrigações portuguesas.

Neste contexto, o ano de 2010 registou uma menor actividade, sendo que o Santander Totta continuou como uma das poucas instituições com presença constante em financiamentos estruturados de MLP, o que lhe permitiu participar em quase todos os financiamentos relevantes realizados este ano.

No que diz respeito a operações de financiamento de projectos ("Project Finance") é de realçar a participação do Banco como "Mandated Lead Arranger" na montagem do financiamento da 1ª fase do projecto ENEOP, o qual consiste num portefólio de parques eólicos com uma capacidade de 480MW, num total de 1.200MW atribuídos em concurso. A ENEOP é um consórcio constituído pela EDP, Endesa, Geneng e TP, tendo como parceiro industrial a Enercom com uma unidade industrial em Viana do Castelo.

É também importante destacar a participação do Santander Totta como um dos líderes no financiamento ao consórcio ELOS para a 1ª Fase do Projecto de Alta Velocidade, que corresponde à ligação Poceirão-Caia. Este projecto, com elevado apoio de fundos comunitários, faz parte do compromisso europeu de ligação em alta velocidade de todas as capitais europeias.

No que diz respeito a operações de *Acquisition Finance* será de realçar a montagem e participação como "Mandated Lead Arranger" e "Bookrunner" no financiamento da aquisição da Betecna pela Secil, o qual será concluído após a autorização da Autoridade da Concorrência. Neste campo, apoiou também o incremento do financiamento à Empark com uma linha de Capex no valor global de 50M€, para que a empresa

tenha flexibilidade financeira para aproveitar as oportunidades de aquisição que possam surgir.

Nos mercados de dívida, o Santander participou como “Bookrunner” na emissão de obrigações no mercado europeu para a EDP, a única emissão de uma empresa portuguesa não financeira durante o ano de 2010. No final de Março, mesmo antes do fecho dos mercados e num ambiente já de grande volatilidade, o Santander liderou também a emissão de 1.000 milhões de euros de obrigações hipotecárias para o Banco Santander Totta, o que acabou por ser a última em 2010 de um emitente português.

Neste enquadramento, para permitir à Brisa gerir o melhor momento de acesso ao mercado de capitais, o Santander liderou, em conjunto com o Caixa BI e o Barclays, a montagem e organização de um financiamento ponte (300 milhões de euros) à emissão de obrigações (eurobonds).

O Santander assume-se, hoje, como um Banco de referência, em Financiamentos Estruturados e mercado de dívida participando em todas as operações relevantes realizadas no país.

Corporate Finance

A área de *Corporate Finance* desenvolveu, durante o ano de 2010, uma intensa actividade na área de fusões & aquisições reafirmando a posição do Santander como um dos principais actores do mercado de Fusões & Aquisições em Portugal.

Destacam-se em 2010, a conclusão com sucesso das seguintes importantes operações:

- Assessoria à Brisa - Auto Estradas de Portugal no processo de venda da sua participação na CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias do Brasil;
- A assessoria aos grupos Mota-Engil e Opreway na aquisição de 50% do capital da Construtora Idinsa no México;
- A assessoria ao grupo Urvasco na venda do hotel Silken Berlin ao Grupo Sana.

De realçar também a assessoria em curso à Galp Energia na alienação de uma participação na Galp Gás Natural Distribuição, *holding* que detém as principais empresas reguladas de infra-estrutura de distribuição de gás natural em Portugal.

Ao longo de 2010, o portefólio de transacções foi também reforçado, estando em curso vários outros processos de assessoria em operações de *corporate finance*, a concluir nos próximos meses.

Gestão de Activos

Fundos de investimento

O ano de 2010 foi caracterizado por uma grande instabilidade nos mercados financeiros, nomeadamente marcado pelos seguintes temas:

- Risco soberano nas economias periféricas europeias, nomeadamente o resgate à economia grega e irlandesa;
- Sustentabilidade da UE e moeda única através do possível alastramento do risco soberano às outras economias, nomeadamente Portugal e Espanha;
- Sustentabilidade do crescimento económico global e recuperação da economia norte-americana;
- Intervenção dos Bancos Centrais através da injeção de liquidez;
- Regulação do sistema financeiro e consequentes impactos.

Todos estes factores contribuíram para uma forte aversão ao risco por parte dos investidores com natural impacto na procura por instrumentos financeiros como os fundos de investimento.

Embora tenha assinalado uma redução dos seus activos sob gestão, a Santander Asset Management, ao nível de fundos de investimento mobiliário, terminou o ano de 2010 como a 3ª maior sociedade gestora de Fundos de Investimento Mobiliários em Portugal. Para tal contribuíram as seguintes medidas: i) dinamização da gama actual de produtos com foco nos fundos de valor acrescentado para o cliente; ii) lançamento de novos fundos de investimento com baixo risco e com estratégias activas de investimento.

Nos fundos de investimento imobiliário, o ano de 2010 foi caracterizado pela gestão activa de património através da promoção da ocupação de imóveis devolutos (redução em cerca de 15%) e da promoção de projectos imobiliários.

Gestão de patrimónios e fundo de pensões

As carteiras sob gestão da Sociedade Gestora de Patrimónios Santander Gest registaram um aumento de volume de cerca de 7%, beneficiando da visão conservadora adoptada ao longo do ano, com foco no controlo de risco.

Para a Santander Pensões, os retornos foram mistos. Os volumes sob gestão no final de 2010 eram de 1.315 milhões de euros.



Perspectivas para 2011

As perspectivas, para 2011, da actividade bancária em Portugal irão depender em grande medida da execução da política orçamental em Portugal e do seu impacto sobre a actividade económica, sendo de esperar que na parte final do ano se verifique uma melhoria no acesso e condições de financiamento dos mercados internacionais, se se vier a verificar a eficácia das medidas que forem definidas pelo Governo, e for cumprido com rigor o orçamento do Estado.

Num enquadramento difícil e complexo, que será de grande exigência no que se refere à gestão bancária, caracterizado nomeadamente por menores crescimentos dos volumes de negócio, maiores custos de financiamento e aumento dos níveis de imparidade e provisões derivados do aumento dos rácios de incumprimento, o Santander Totta irá manter uma estratégia assente no modelo de banca comercial muito focado em clientes, disciplinado e criterioso nas linhas de acção prioritárias.

Uma das principais prioridades do Santander Totta será o equilíbrio de balanço, com a diminuição do *gap* comercial, através do aumento de depósitos e estabilização dos níveis de crédito.

A gestão de margens, o controlo de custos e a gestão activa dos riscos e da qualidade da carteira de crédito continuarão a ser linhas de actuação críticas para 2011.

Recursos Humanos

Proximidade ao negócio e conciliação

A actividade de Recursos Humanos foi, em 2010, pautada por 2 prioridades, muito importantes para os resultados de negócio do Banco:

- **Proximidade da rede comercial**, apoiando em todos os processos de Recursos Humanos (recrutamentos, mobilidade, formação);
- Continuação da criação de condições para que os colaboradores possam **conciliar** a sua vida familiar com a carreira profissional no Banco.

Proximidade

No âmbito da proximidade às áreas e ao negócio, a gestão do quadro de colaboradores, com reforço de jovens licenciados sempre que necessário, permitiu manter uma equipa estável e dar resposta às necessidades das equipas e dos clientes.

Os mais de 1.000 colaboradores entrevistados pelos gestores de Recursos Humanos e as cerca de 400 visitas efectuadas a balcões dão nota do esforço desenvolvido no sentido de conhecer e gerir o potencial interno do Banco. Rejuvenescer, qualificar e privilegiar os *upgrades* internos para funções de maiores responsabilidades foram actividades que marcaram o ano: 304 *upgrades* registados, para novas funções, dos quais 45 foram para Directores de Balcão.

A Política de Mobilidade e Carreiras que o Banco tem vindo a concretizar continuou a merecer especial atenção, tendo-se divulgado 74 recrutamentos internos, efectuado mais de 30 movimentações de colaboradores dos serviços centrais para as redes comerciais e efectuado mais de 1.000 movimentações de colaboradores, indicadores que dão nota de uma dinâmica contínua que o Banco tem vindo a concretizar.

Importa referir a realização do “Programa de Mobilidade 2010”, alicerçado num plano de Formação e Desenvolvimento próprio com o objectivo de preparar colaboradores dos serviços centrais para virem a construir as suas carreiras profissionais no âmbito da actividade comercial. Este programa constitui um desafio para os

colaboradores e uma oportunidade de impulsionar a sua carreira profissional.

Nesta orientação de estar próximo das necessidades do negócio, a Formação deu um contributo de relevo, tendo-se concretizado mais de 350.000 horas de formação.

O desenvolvimento de competências comerciais e de produtos e a área de Compromisso e Valores Corporativos mereceram particular atenção tendo representado 39% e 27% respectivamente, da formação ministrada totalizando cerca de 100.000 horas.

De destacar o apoio dado à implementação do Projecto Partenon, plataforma única geradora de sinergias e de uma maior agilidade no negócio e na qualidade de serviço ao cliente, que envolveu cerca de 1.500 assistentes nas 12.000 horas de formação realizadas.

De salientar ainda o envolvimento de toda a rede de balcões para a formação no Programa Arte, cuja participação ascendeu a 1.600 colaboradores (mais de 22.000 horas de formação ministradas).

Merece particular destaque a implementação da Plataforma Corporativa Santander *Learning*, ambiente *on-line* de formação disponível para todos os colaboradores, um passo importante para a transmissão homogénea da Cultura e Conhecimento do Grupo e para a partilha sistemática de melhores práticas.

Nº Horas de Formação	355.600
Nº Horas de Formação por Colaborador	63
Investimento Formação	2,7 milhões
Investimento Formação / Massa salarial	1,36%
% Formação e-learning	14%

“Reinventar os Negócios” foi o tema central da 3ª edição da Conferência Gestão no Feminino, que contou com a participação de mais de 150 Directivas e em que uma vez mais se reforçou a importância do papel das mulheres na condução das empresas, um evento que denota a atenção dada à Política de Igualdade de Género. Hoje, as Mulheres representam 45,6% do efectivo do Banco.

Teve também lugar a 1ª Conferência para Directivos sobre Políticas de Gestão de Recursos Humanos, numa sessão de “transferência” para os cerca de 100 gestores das

políticas que queremos ver cimentadas na gestão das equipas.

Na relação estreita com Universidades, manteve-se o Programa Bolsa de Valores, tendo concedido cerca de 350 estágios a jovens recém-formados.

Conciliação

Em 2010, o Santander Totta voltou a reforçar as medidas que permitem proporcionar aos seus colaboradores condições para conciliarem a sua vida profissional e a sua vida pessoal, tendo implementado duas novas iniciativas: (i) a dispensa concedida aos pais para que possam acompanhar os seus filhos durante o 1º dia de escola no 1º ano de escolaridade; (ii) a concessão de um dia ou dois meios-dias por ano aos pais que façam parte dos órgãos sociais das Associações de Pais para permitir uma participação mais activa na vida das escolas.

O interesse demonstrado pelos participantes nas acções de “Coaching Parental” implicou a reedição deste programa com novas acções em Vila Real, Mesão Frio e Aveiro para colaboradores que não tinham tido oportunidade de participar na 1ª edição e acções de 2º nível em Lisboa e Porto.

Em linha com o que tem sido prática nos últimos anos, o Banco decidiu considerar favoravelmente os pedidos apresentados no âmbito do concurso de crédito habitação à taxa ACT, tendo para o efeito disponibilizado um montante total da ordem de 68 milhões de euros, e possibilitando deste modo um acesso mais facilitado a melhores condições de vida familiar.

Os filhos dos colaboradores continuaram a ter uma atenção particular, mantendo-se o prémio “Melhores Alunos” que distinguiu 12 filhos de colaboradores que terminaram o 12º ano com média superior a 16 valores tendo sido também concretizados os já habituais programas de ocupação de férias de filhos de colaboradores, na Páscoa e Natal, que contaram com a participação de 60 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

O caminho que o Santander Totta tem vindo a fazer ao nível da conciliação foi, este ano, reconhecido com a atribuição do prémio “Empresa Mais Familiarmente Responsável”, em Maio, pela Deloitte e AESE e obter, em Novembro, a Certificação pela Fundación Más Familia como “Empresa Familiarmente Responsável – EFR”.

O Banco foi a 1ª empresa em Portugal a obter esta certificação, uma distinção que atesta a consistência da linha de actuação que tem vindo a ser seguida em matéria de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e que reforça o objectivo de sermos um empregador de referência em Portugal.

Programa Santander És Tu

O contínuo desenvolvimento de iniciativas que têm por objectivo reforçar as vantagens de trabalhar no Santander e promover o diálogo entre os directivos e as suas equipas constituem os traços dominantes do Programa “Santander És Tu” que é já uma marca reconhecida e distinguida no mercado, pela diferença que o Santander Totta tem vindo a introduzir no modelo de Gestão das Pessoas, destacando-se no panorama da gestão em Portugal.

A realização de mais uma edição da “Semana Santander És Tu”, que este ano se desenrolou sob o mote “Santander Faz Bem” constituiu o ponto alto deste programa, concentrando uma série de actividades que envolvem todos os colaboradores dos mais distintos patamares e sintetizam o espírito associado a esta “marca”, merecendo particular destaque o “Dia do Colaborador” dedicado à saúde e bem-estar, o “Contacto Directo” com a visita dos administradores a balcões e serviços centrais dos diversos distritos do país, e o “Mega Intercambio” que permite que os colaboradores conheçam na prática outros serviços.

Foi mantido o esforço de comunicação interna com os colaboradores, o que é demonstrado pelas mais de 250 notícias publicadas durante o ano e que permitem manter um permanente fluxo de informação interna com as equipas.

Implementar e desenvolver várias iniciativas que contribuem decisivamente para uma melhoria das condições de vida de populações necessitadas e desfavorecidas constitui já uma prática que dá corpo à solidariedade, uma das vantagens de pertencer ao Santander. “Reciclar, Recuperar, Reutilizar telemóveis velhos”, “Limpar Portugal”, “Um Livro por um Sorriso”, uma campanha de recolha de presentes para crianças institucionalizadas, a iniciativa “Pão de Todos” (este ano em Lisboa e no Porto) e uma campanha de recolha de alimentos para o Banco Alimentar foram as acções concretizadas em 2010, às quais os colaboradores responderam com particular entusiasmo e empenho.

Tecnologia e Sistemas

A área de Tecnologia e Sistemas de Negócio do Santander Totta, em articulação com a Divisão Corporativa de Tecnologia e Operações, é responsável pela identificação dos meios tecnológicos necessários ao sistema de informação junto das áreas utilizadoras de forma a melhor adequar as respectivas plataformas de *hardware*, *software* e comunicações, potenciando todas as vantagens em termos de escala, novas tecnologias e gestão integrada de recursos, assim como pelo desenho



dos processos de negócio, implementação de projectos e controlo operativo da rede.

No âmbito da estratégia global do Grupo Santander de deter uma plataforma tecnologicamente uniformizada para todas as unidades do grupo, prosseguiu-se com o projecto Partenón/Alhambra e na sequência das aplicações já migradas no ano anterior, concluiu-se em Outubro a migração do sistema de empréstimos por vagas sistematizadas de balcões e prosseguiu-se a implementação do sistema de transferências nacionais e internacionais, cuja migração foi concluída em cerca de 398 balcões até ao final de Dezembro com o objectivo de integrar, padronizar e melhorar os serviços aos seus clientes. Neste processo, a área de Processos e de Implementação teve uma intervenção crítica ao redefinir todo o modelo operativo, preparar a mudança operativa, formando as equipas e apoiando a rede na implementação das alterações operativas que o novo sistema exigiu.

Com o objectivo de continuar a assegurar o alinhamento das ferramentas tecnológicas com as necessidades de negócio, prosseguiram os investimentos em áreas estratégicas com prioridade para os projectos de natureza legislativa, regulamentar e de gestão do risco, com um investimento global, excluindo o Projecto Partenón/Alhambra, de 200 mil horas de desenvolvimento de *software*, envolvendo perto de 370 projectos dos quais mais de 260 se encontravam terminados e em pleno funcionamento, no final de Dezembro.

Destaca-se o Gestor de Pagamentos e Cobranças, plataforma *online* integrada no NetBanco Empresas, que permite otimizar a gestão de tesouraria de uma empresa disponibilizando para o efeito as seguintes funcionalidades:

- Gestão automatizada dos pagamentos e cobranças;
- Emissão automática de facturas;
- Reenvio automático de cobranças;
- Consulta e actualização da posição da conta de clientes e fornecedores;
- Relatórios com informação de gestão.

Por outro lado, lançou-se a Plataforma de Gestão de Contactos a Clientes, que permite a gestão integrada e coordenada dos contactos a clientes através dos diferentes canais, assegurando que um cliente não é contactado em excesso nem com mensagens incoerentes, permitindo a cada canal possuir informação actualizada sobre os clientes já contactados e *feed-back* desse mesmo contacto.

Com vista à implementação das medidas decorrentes de Basileia, desenvolveram-se vários projectos que permitiram dar sólidos passos no cumprimento dos requisitos de Basileia.

Privilegiando as disciplinas de *compliance*, continuidade operacional e qualidade, desenvolveram-se e foram implementadas, durante o ano de 2010, um conjunto de medidas que visam melhorar a gestão eficiente e sustentável das tecnologias de informação, com o objectivo de reduzir gradualmente os níveis de risco operacional da actividade e garantir a sustentabilidade e continuidade do negócio. Nesta linha destaca-se a realização de diversos testes de “Disaster Recovery”, visando assegurar a reposição dos sistemas de informação em caso de desastre.

Nas áreas de processos de negócio e implementação foram desenvolvidos vários projectos de reorganização interna, alcançando resultados muito relevantes na simplificação e optimização de tarefas e recursos e na reorganização e normalização de processos e coordenação de novos projectos transversais ao Banco.

Qualidade

A qualidade de serviço e a excelência no atendimento são parte integrante da política de qualidade e objectivos do Santander Totta, como elemento de fidelização dos clientes e de diferenciação da concorrência.

Conhecer bem o cliente e conquistar uma relação de confiança é um importante factor de retenção de clientes e, não menos importante, de satisfação do cliente.

Neste sentido, e após o Plano Contacto de 2008, foram desenvolvidas mais um conjunto de acções que abrangeram todos os colaboradores do Banco, incluindo todos os níveis hierárquicos, denominado “Plano Contacto II”, tendo-se realizado mais de 870 sessões em toda a estrutura do Banco, envolvendo todas as áreas de negócio do Banco e serviços centrais.

O “Plano Contacto II” teve como objectivo uma maior sensibilização de todos os colaboradores para a importância da qualidade de serviço, e conhecimento e confiança dos clientes como factores essenciais para a sua satisfação e fidelização.

Experiência do cliente

Em 2010, o Banco iniciou um projecto de experiência do cliente (PEC). Com este projecto pretende-se melhorar a experiência dos clientes começando por actuar nos aspectos menos positivos que foram identificados, através de “Focus Group” com clientes, inquéritos externos, uma nova ferramenta implementada no final de 2009 que permite o controlo de todas as incidências de clientes e uma identificação dos temas que mais perturbam a relação dos clientes com o Banco.

Foram assim definidos um conjunto de temas e respectivas acções de melhorias das quais uma grande percentagem foi implementada ainda em 2010.

O projecto Radar deu também um contributo para o PEC identificando situações em processos que resultavam numa menor qualidade de serviço aos clientes.

Certificação

Em 2010 o Banco viu renovada a sua certificação de conformidade com a norma ISO 9001-2008, sendo este um corolário de 3 anos de melhorias implementadas no Sistema de Gestão de Qualidade.

Reclamações

No que respeita a reclamações de clientes registou-se uma diminuição das reclamações formais recebidas apesar do clima desfavorável que se viveu ao longo do ano.

O Santander Totta assume nas reclamações uma importante fonte de detecção de potenciais problemas e reais oportunidades de melhorar a relação com os seus clientes.

Redes comerciais

Ao nível das redes comerciais, Particulares e Negócios e Rede de Empresas, mantém-se o funcionamento pleno do META 100, indicador que incorpora diferentes avaliações (métricas operativas e de satisfação de clientes), continuando a apresentar uma evolução muito positiva no ano 2010.

A percentagem de balcões que apresentam valores no Indicador META 100 considerados superiores (indicador $\geq$ 90 pontos) cresceu, em 2010, cerca de 81% o que revela uma muito boa evolução. Ao nível dos centros de Empresas o crescimento foi de 20%.

Por outro lado a percentagem de clientes que recomendam o Banco aumentou para 89%.

A Direcção de Qualidade prosseguiu a sua política de avaliação sistemática da satisfação de clientes e dos níveis de serviço prestado pela rede de balcões tendo sido efectuadas mais de 66.000 inquéritos telefónicos de satisfação a clientes e mais de 6.000 contactos mistério (presenciais ou telefónicos).

Posicionamento

Em 2010, foi efectuado um estudo de posicionamento mais completo, que deu informação muito relevante sobre o comparativo do Banco com os concorrentes. Este estudo surge também na procura de uma matriz corporativa que permita comparar o posicionamento dos vários bancos do Grupo nos vários mercados onde o grupo está presente.

Actividade Consolidada

Introdução

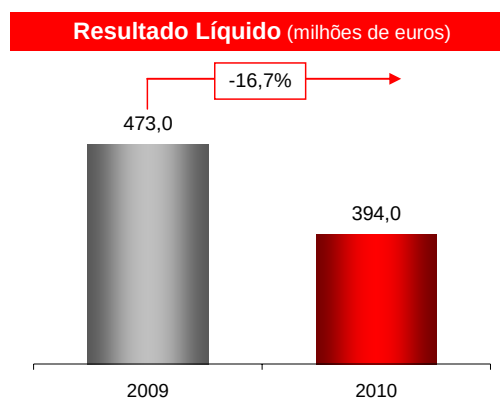
Num enquadramento caracterizado pela dificuldade de captação de liquidez, pelo abrandamento da actividade económica e pelo aumento do incumprimento das famílias e empresas, o Banco Santander Totta conseguiu obter um nível de actividade e de resultados adequados ao actual momento do ciclo económico, alcançando, no final do exercício de 2010, um resultado líquido consolidado de 394,0 milhões de euros, que compara com 473,0 milhões de euros contabilizados no ano anterior, o que equivale a uma rentabilidade dos capitais próprios de 18,4% e a um rácio de eficiência recorrente de 48,5%.

A evolução do resultado líquido foi condicionada pelo decréscimo do produto bancário recorrente e pelo reforço de provisões, constatando-se, no entanto, uma estabilidade dos custos operacionais, resultante de um controlo muito rigoroso dos mesmos.

O Banco Santander Totta direccionou a sua estratégia de concessão de crédito para um crescimento selectivo, mediante uma avaliação rigorosa do risco associado aos financiamentos, com a carteira de crédito (incluindo garantias) a aumentar 0,7% face ao período homólogo. Nos recursos, o Banco focou-se no crescimento dos

recursos em balanço, com os depósitos a crescerem 17,8%, em relação ao período homólogo.

Mediante uma gestão prudente de liquidez, adaptada à evolução e condicionalismos dos mercados financeiros, o Banco Santander Totta efectuou em 2010 a terceira emissão de obrigações hipotecárias, a três anos, no valor de mil milhões de euros. O Banco prosseguiu uma política de reforço de activos elegíveis, para financiamento junto do Banco Central Europeu, que no final de 2010 atingiu o montante de 15,6 mil milhões de euros, reduzindo o risco de falta de liquidez.



Demonstração de Resultados (Proforma*)

milhões de euros	2010	2009	Var.
Margem Financeira Estrita	673,6	761,8	-11,6%
Rendimento de Instrumentos de Capital	4,3	5,0	-14,6%
Margem Financeira	677,9	766,9	-11,6%
Comissões Líquidas e Out.Result. Actividade Bancária	344,5	311,8	+10,5%
Margem Comercial	1.022,3	1.078,7	-5,2%
Resultado de Operações Financeiras	53,5	71,4	-25,1%
Produto Bancário	1.075,8	1.150,1	-6,5%
Custos Operacionais	(521,4)	(521,5)	-0,0%
Custos com Pessoal	(301,9)	(302,3)	-0,1%
Gastos Gerais	(153,2)	(154,7)	-1,0%
Amortizações	(66,3)	(64,5)	+2,8%
Resultado de Exploração	554,4	628,6	-11,8%
Imparidade e Outras Provisões e Resultados	(71,9)	(61,9)	+16,2%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	482,5	566,7	-14,9%
Impostos	(84,3)	(87,1)	-3,2%
Resultado Após Impostos	398,2	479,7	-17,0%
Interesses Minoritários	(4,1)	(6,7)	+37,7%
Resultado Consolidado do Exercício	394,0	473,0	-16,7%

* Inclui a reclassificação da mais valia da redução da exposição económica ao Banco Caixa Geral Totta Angola (28,1 ME em 2009 e 54,0 ME em 2010), das mais valias de vendas de crédito (4,3 ME em 2009 e 0,1 ME em 2010) e da mais valia na valorização da posição da Unicre (21,2 ME em 2010), de resultado de operações financeiras para imparidade e outras provisões

A evolução do resultado líquido foi determinada principalmente pelo decréscimo da margem financeira e do resultado de operações financeiras e pelo reforço do provisionamento, não obstante a evolução favorável registada em comissões líquidas e a estabilização dos custos operacionais.

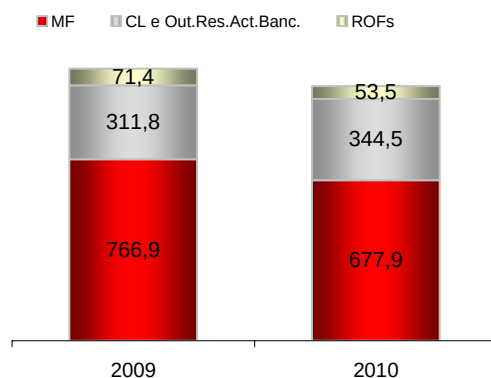
A margem financeira estrita, principal componente das receitas, ascendeu a 673,6 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 11,6%, face a 2009, resultante do abrandamento do ritmo de crescimento do volume de crédito, do estreitamento dos *spreads* dos recursos de clientes, reflectindo um contexto fortemente concorrencial na captação dos mesmos, da limitação no acesso e aumento do custo de *funding* e do menor resultado da cobertura de balanço que favoreceu 2009 devido ao desfasamento temporal entre o *repricing* do crédito e a descida da Euribor.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária atingiram 344,5 milhões de euros, valor que compara com 311,8 milhões de euros em igual período do ano anterior, crescendo 10,5%. Para este desempenho destaca-se a evolução favorável das comissões de fundos de investimento, de seguros financeiros e da banca de investimento e gestão de activos.

O resultado de operações financeiras recorrente situou-se em 53,5 milhões de euros, equivalente a um decréscimo face ao período homólogo de 25,1%, mas representando apenas 5% na geração de proveitos do Banco, devido aos menores resultados da actividade com clientes. Caso se incluía no resultado de operações financeiras os proveitos não recorrentes referentes à mais-valia da redução da exposição económica ao Banco Caixa Geral Totta Angola, das mais-valias de vendas de crédito e da mais valia na valorização da posição da Unicre (reclassificados para imparidade e outras provisões), existe um crescimento homólogo de 24,1%.

A evolução registada na margem financeira e no resultado de operações financeiras levou a que o produto bancário registasse um decréscimo de 6,5%, ascendendo a 1.075,8 milhões de euros no final de 2010 (1.150,1 milhões de euros em 2009).

Produto Bancário (milhões de euros)



Os custos operacionais que agregam os custos com pessoal, os gastos gerais e as amortizações, somaram 521,4 milhões de euros, o que corresponde a uma estabilização face ao período homólogo, traduzindo uma política de controlo rigoroso dos custos,

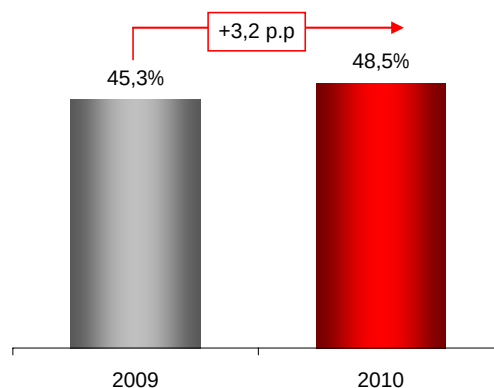
particularmente relevante numa conjuntura de decréscimo homólogo do produto bancário. No final de 2010, a rede comercial do Banco perfazia um total de 758 pontos de atendimento.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Custos com Pessoal	(301,9)	(302,3)	-0,1%
Gastos Gerais	(153,2)	(154,7)	-1,0%
Custos de Transformação	(455,1)	(457,0)	-0,4%
Amortizações	(66,3)	(64,5)	+2,8%
Custos Operacionais	(521,4)	(521,5)	-0,0%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	42,3%	39,7%	+2,6 p.p.
Rácio de Eficiência (inclui amortizações)	48,5%	45,3%	+3,2 p.p.

Dado o produto bancário ter decrescido 6,5%, em comparação com uma estabilização dos custos operacionais, o rácio de eficiência (com amortizações) cresceu 3,2 p.p. passando de 45,3% em 2009 para 48,5% em 2010.

A evolução conjunta das receitas e dos custos levou a um resultado de exploração recorrente de 554,4 milhões de euros, 11,8% inferior ao valor alcançado no final de 2009 (incluindo resultados não recorrentes, o resultado de exploração regista um decréscimo de 4,7%).

Rácio de Eficiência (inclui amortizações)



No que diz respeito à produtividade, o Banco Santander Totta apresentou indicadores favoráveis.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Crédito ⁽¹⁾ por Colaborador	5,6	5,6	-1,1%
Recursos por Colaborador	4,9	4,3	+ 12,6%
Crédito ⁽¹⁾ por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	42,2	41,6	+ 1,3%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	36,9	32,0	+ 15,3%

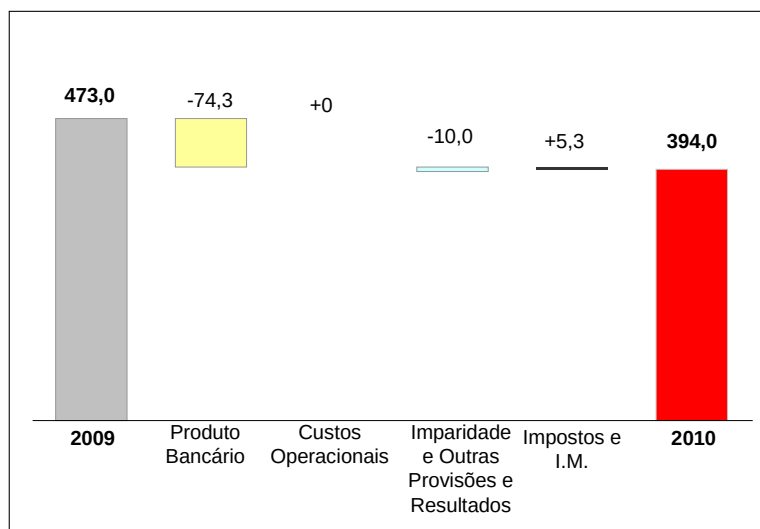
(1) Inclui garantias

(2) Inclui agências, centros empresa, sucursais e escritórios de representação

O total de imparidades e outras provisões e resultados, que inclui a reclassificação dos montantes não recorrentes, ascendeu a 71,9 milhões de euros, traduzindo-se num reforço de 10,0 milhões de euros face ao registado em 2009. Excluindo a reclassificação dos valores não recorrentes, a imparidade e outras provisões e resultados totalizam 147,2 milhões de euros em comparação com 94,3 milhões de euros contabilizados em 2009, o que corresponde a uma variação anual de 53,0 milhões de euros, ou seja 56,2%. Este reforço reflecte uma política de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à conjuntura macroeconómica vigente mas também de um envelhecimento da carteira de crédito vencido.

O resultado líquido de 2010 de 394,0 milhões de euros, que traduz uma diminuição homóloga de 16,7%, incorporou a contabilização de uma mais-valia de 21,2 milhões de euros pela valorização da posição do Banco na Unicre bem como uma mais-valia de 54,0 milhões de euros decorrente da redução da exposição ao Banco Caixa Geral Totta Angola (em 2009 registou-se uma mais valia de 28,1 milhões de euros).

Evolução do Resultado Líquido (milhões de euros)



Balanço e Actividade

A evolução da actividade no exercício de 2010 foi condicionada pela restrição nos mercados de dívida institucional e nos mercados monetários, dado o agravamento das tensões de dívida soberana de Portugal e de outros países da zona euro.

Neste enquadramento de grande escassez de liquidez, o Banco Santander Totta prosseguiu uma política de concessão de crédito selectiva mantendo simultaneamente o foco na captação e retenção de recursos em balanço.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Volume de Negócio ⁽¹⁾	59.911	56.097	+ 6,8%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	31.973	31.737	+ 0,7%
Crédito Bruto	30.271	30.010	+ 0,9%
<i>do qual</i>			
Banca Comercial	26.001	25.913	+ 0,3%
Crédito a PMEs	7.531	7.625	-1,2%
Negócios	3.044	3.095	-1,7%
Rede Empresas	4.487	4.530	-0,9%
Crédito a Particulares	18.470	18.289	+ 1,0%
<i>do qual</i>			
Habitação (incluindo securitização)	16.452	16.236	+ 1,3%
Consumo	1.610	1.638	-1,7%
Grandes Empresas e Institucionais	3.501	3.462	+ 1,1%
Recursos de Clientes	27.938	24.361	+ 14,7%
Banca Comercial	23.041	21.821	+ 5,6%
Recursos de Particulares e Negócios	21.569	20.692	+ 4,2%
Depósitos	13.788	12.271	+ 12,4%
Títulos colocados em clientes, seg.capitalização e outros	7.781	8.422	-7,6%
Recursos de Empresas	1.472	1.129	+ 30,4%
Recursos de Grandes Empresas, Institucionais e Outros	4.897	2.540	+ 92,8%

⁽¹⁾ Inclui securitização, papel comercial e garantias e avales

Em Dezembro de 2010, o volume de negócio ascendeu a 59,9 mil milhões de euros, traduzindo um incremento homólogo de 6,8%, para o qual contribuiu o crédito (incluindo garantias), que subiu 0,7% para um total de 32,0 mil milhões de euros, e os recursos de clientes com um crescimento de 14,7%, totalizando 27,9 mil milhões de euros, salientando-se o crescimento do total de depósitos de 17,8%.

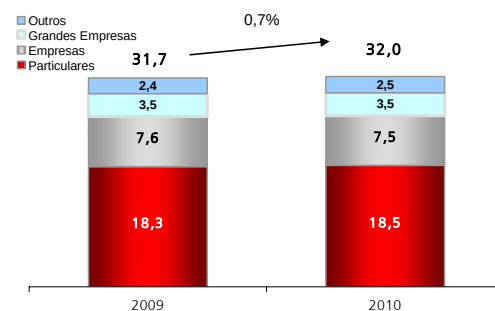
Num contexto caracterizado por uma menor procura de crédito e por uma maior restrição à concessão do mesmo, a carteira de crédito (incluindo garantias) ascendeu a 32,0 mil milhões de euros contabilizados no final de 2009. O crédito concedido a grandes empresas e institucionais aumentou 1,1% em termos anuais, em comparação com o decréscimo de 1,2% no crédito atribuído a PMEs.

O crédito concedido ao segmento de particulares evoluiu para 18,5 mil milhões de euros, representando um crescimento anual de 1,0%, impactado pela desaceleração do ritmo de crescimento do crédito à

habitação, o qual aumentou 1,3% ao atingir os 16,5 mil milhões de euros, em consonância com a retracção do sector imobiliário e a diminuição do poder de compra dos particulares.

O crédito ao consumo revelou um abrandamento acentuado no ritmo de crescimento anual, registando-se uma taxa de variação homóloga negativa de 1,7%.

Crédito a clientes* (mil milhões de euros)



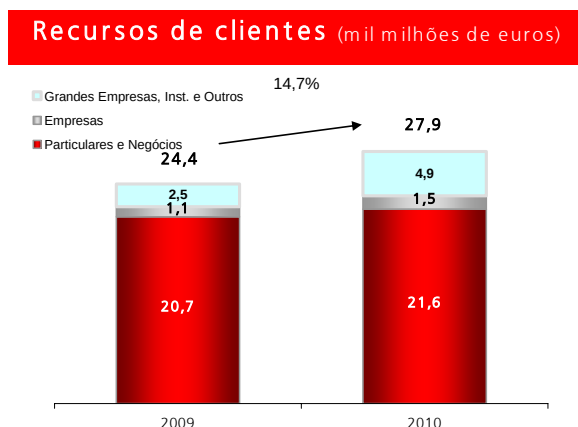
* Incluindo securitização e garantias

A deterioração da actividade económica e o aumento do desemprego levaram ao agravamento dos indicadores de qualidade de risco da carteira de crédito, no entanto o Banco Santander Totta apresentou um rácio de incumprimento de cerca de metade da média do sector bancário. Em Dezembro de 2010, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias no crédito total fixou-se em 1,43% (+0,2 p.p. face ao período homólogo). A respectiva cobertura por provisões situou-se em 115,1% (124,8% em 2009).

O rácio de crédito em incumprimento em percentagem do crédito total, calculado de acordo com a definição do Banco de Portugal, atingiu 1,44% no final de 2010, acima dos 1,23% apurados em 2009, embora aceitável para o actual ciclo económico.

	2010	2009	Var.
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	1,52%	1,30%	+0,2 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	1,43%	1,21%	+0,2 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,44%	1,23%	+0,2 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	107,8%	116,4%	-8,7 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	115,1%	124,8%	-9,7 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	113,8%	122,6%	-8,7 p.p.

Os recursos de clientes alcançaram 27,9 mil milhões de euros, subindo 14,7% face ao valor registado no final de 2009.



Num enquadramento de redução acentuada de liquidez nos mercados de financiamento internacional, a evolução dos recursos de clientes do Banco Santander Totta assumiu particular importância, destacando-se o aumento de 12,4% nos depósitos do segmento de particulares e negócios e de 30,4% nos recursos do segmento de empresas, em relação a 2009. O crescimento de 92,8% registado no segmento de grandes empresas, institucionais e outros recursos, resultou em parte da alteração do perímetro de

consolidação relacionado com a inclusão dos fundos de investimento de 1,3 mil milhões da Gestão de Activos, decorrente da fusão do Banco Santander de Negócios e do Banco Santander Totta. Em perímetro constante, o crescimento deste segmento é de 39,9%.

Os recursos em balanço ascenderam a 18,6 mil milhões de euros, representando 66,5% do total de recursos captados de clientes, e registaram um crescimento de 15,6%, enquanto os recursos fora do balanço totalizaram 9,4 mil milhões de euros, tendo crescido 12,9% face ao registado em 2009. Caso se expurgue o efeito do incremento dos fundos de investimento pela fusão do Banco Santander de Negócios e do Banco Santander Totta, os recursos fora do balanço decrescem 3,3%, em resultado da instabilidade nos mercados financeiros que levou a uma forte aversão ao risco por parte dos investidores, influenciando a menor procura de fundos de investimento, com um decréscimo de 11,3%. Os seguros de capitalização e outros recursos apresentaram um acréscimo anual de 2,7%.

Tal evolução permitiu a redução do *gap* comercial em cerca de 2,2 mil milhões de euros (-16,1%).

milhões de euros	2010	2009	Var.
Recursos de Clientes	27.938	24.361	+ 14,7%
Recursos em Balanço	18.566	16.059	+ 15,6%
Depósitos	18.006	15.281	+ 17,8%
Débitos representados por títulos colocados em clientes	559	778	-28,2%
Recursos fora do Balanço	9.372	8.302	+ 12,9%
Fundos de investimento	4.524	3.582	+ 26,3%
Seguros e outros recursos	4.848	4.719	+ 2,7%

Rácio de Adequação de Fundos Próprios

No final de 2010, o rácio de adequação de fundos próprios de base situou-se em 10,2% e o rácio Core Capital atingiu 8,8%, incluindo a retenção do resultado gerado e reflectindo uma gestão de capital prudente (9,1% e 7,6% em 2009). Excluindo os resultados gerados, os rácios de fundos próprios de base e Core Capital atingiram 9,4% e 8,0%, respectivamente (7,9% e 6,6% em 2009).

Os rácios de solvabilidade foram calculados no enquadramento regulamentar de Basileia II, com a aplicação do método de notações internas (IRB *advanced*) no cálculo dos requisitos de fundos próprios para parte substancial da carteira de crédito tendo sido utilizado o método do indicador básico para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional. A partir de Dezembro de 2010, o risco de mercado, que anteriormente era calculado segundo o método *standard*, passou a ser calculado por modelos internos para a maior parte dos derivados e FEI's.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Total de Fundos Próprios	2.248	2.564	-12,3%
Fundos Próprios de Base	2.257	2.193	+2,9%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-9	371	-102,5%
Activos e Extrapatrimoniais Ponderados	22.232	24.074	-7,7%
Rácio Core Capital	8,8%	7,6%	+1,2 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	10,2%	9,1%	+1,1 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	10,1%	10,7%	-0,6 p.p.

Actividade Individual

Demonstração de Resultados

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido, em termos de contas individuais, de 278,0 milhões de euros no final do exercício de 2010, representando um decréscimo de 36,7% face aos 439,0 milhões de euros contabilizados em 2009.

Operando numa envolvente económica e financeira difícil, o Banco registou uma diminuição de 10,3% no produto bancário, o qual ao atingir 938,5 milhões de euros em 2010, compara com 1.045,8 milhões em 2009. Esta evolução derivou do decréscimo da margem financeira e do resultado de operações financeiras, parcialmente compensados pelo incremento das comissões líquidas.

Os custos operacionais atingiram 509,1 milhões de euros, o que corresponde a uma estabilização face ao período homólogo, traduzindo uma política de controlo rigoroso daqueles. O rácio de eficiência (com amortizações) cresceu 5,6 p.p. passando de 48,6% em 2009 para 54,2% em 2010.

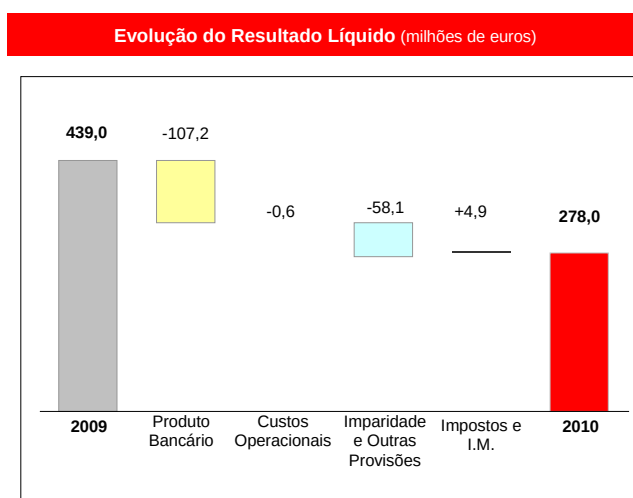
A evolução conjunta das receitas e dos custos repercutiu-se num resultado de exploração de 429,4 milhões de euros, 20,1% inferior ao valor alcançado no final de 2009.

A imparidade e outras provisões ascenderam a 92,8 milhões de euros, traduzindo-se num reforço de 58,1 milhões de euros face ao registado em 2009. Em 2010, na sequência da venda de parte das Notes relacionadas



com operações de securitização, o Banco transferiu parte dos riscos/benefícios associados aos créditos e desreconheceu proporcionalmente os activos titularizados no valor de 5,6 mil milhões de euros não desreconhecidos anteriormente, por contrapartida da rubrica de "Passivos financeiros associados a activos transferidos", o que conduziu a uma reposição de provisões de 56,9 milhões de euros. Excluindo este efeito e a reclassificação das mais-valias com a venda da carteira de crédito e com a redução da participação no Banco

Caixa Geral Totta Angola, obtida em 2009, a imparidade e outras provisões tiveram um incremento de 54,7 milhões de euros, ou seja mais 57,5%. As provisões constituídas reflectem uma política de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à conjuntura macroeconómica vigente mas também de um envelhecimento da carteira de crédito vencido.



Balanço e Actividade

Em Dezembro de 2010, o volume de negócio totalizou 52,1 mil milhões de euros, representando um decréscimo homólogo de 4,3%, para o qual contribuiu o crédito

(incluindo garantias), que desceu 16,1% ao atingir 25,2 mil milhões de euros, e os recursos de clientes com um incremento de 10,3%, somando 26,8 mil milhões de euros.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Volume de Negócio ⁽¹⁾	52.082	54.398	-4,3%
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	25.233	30.065	-16,1%
Crédito Bruto	23.529	28.346	-17,0%
Recursos de Clientes	26.849	24.333	+ 10,3%
Banca Comercial	23.041	21.821	+ 5,6%
Recursos de Particulares e Negócios	21.569	20.692	+ 4,2%
Depósitos	13.788	12.271	+ 12,4%
Titulos colocados em clientes, seg.capitalização e outros	7.781	8.422	-7,6%
Recursos de Empresas	1.472	1.129	+ 30,4%
Recursos de Grandes Empresas, Institucionais e Outros	3.808	2.513	+ 51,6%

⁽¹⁾ Inclui securitização, papel comercial e garantias e avales

Em 2010, o Banco desenvolveu a sua actividade num contexto caracterizado por uma menor procura de crédito e por uma maior restrição à concessão do mesmo, em virtude da redução da liquidez dos mercados e do aumento dos riscos associados aos financiamentos. Em paralelo, efectuou-se o desreconhecimento de 5,6 mil

milhões de euros referentes a parte da carteira securitizada. A conjugação destes factores levou a carteira de crédito (incluindo garantias) a diminuir 16,1%, em relação ao período homólogo. Caso não tivesse ocorrido o desreconhecimento do crédito securitizado referido, a carteira de crédito (incluindo garantias) cresce 2,5% face a 2009.

Os recursos de clientes subiram 10,3% face ao valor registado no final de 2009, suportados pelos recursos em balanço, os quais apresentaram um incremento de 17,4% (com destaque para o aumento de 19,7% nos depósitos que representam 68,0% dos recursos totais,

enquanto os recursos fora do balanço decresceram 3,3%, como resultado da instabilidade nos mercados financeiros e a respectiva menor apetência dos investidores por produtos de risco.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Recursos de Clientes	26.849	24.333	+ 10,3%
Recursos em Balanço	18.822	16.032	+ 17,4%
Depósitos	18.262	15.254	+ 19,7%
Débitos representados por títulos colocados em clientes	559	778	-28,2%
Recursos fora do Balanço	8.028	8.302	-3,3%
Fundos de investimento	3.179	3.582	-11,3%
Seguros e outros recursos	4.848	4.719	+ 2,7%

Solvabilidade

De acordo com a regulamentação de Basileia II, em Dezembro de 2010, os rácios Core Capital e Tier I fixaram-se em 7,5% e 8,8%.

milhões de euros	2010	2009	Var.
Total de Fundos Próprios	2.344	2.527	-7,2%
Fundos Próprios de Base	1.963	1.783	+10,1%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	381	743	-48,7%
Activos e Extrapatrimoniais Ponderados	22.189	23.505	-5,6%
Rácio Core Capital	7,5%	6,3%	+1,2 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)	8,8%	7,6%	+1,2 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	10,6%	10,7%	-0,1 p.p.

Introdução

Na linha da política corporativa do Grupo em que se insere, a qualidade na gestão do risco no Santander Totta constitui um eixo fundamental de actuação. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura de grande volatilidade nos mercados financeiros.

Risco de Crédito

Principais vectores da actividade

No exercício de 2010, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

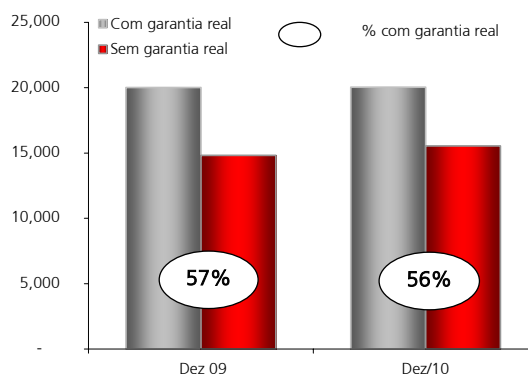
- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento do risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço da qualidade dos instrumentos de análise de admissão dos riscos, ajustados e diferenciados em função de cada um dos segmentos, permitindo incrementar a qualidade da admissão e seguimento dos riscos com a consequente melhoria da qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se uma actuação preventiva, procurando antecipar os problemas, a qual permitiu manter níveis reduzidos de morosidade e crédito vencido. Simultaneamente deu-se continuidade ao apoio às redes comerciais nos objectivos de crescimento do produto bancário e da carteira de negócios: Rones, visitas a clientes, pré-classificações, binómios risco-comercial e de negócios;
- Nos riscos standardizados, prosseguiu-se a modernização das ferramentas informáticas com reforço da utilização de sistemas automáticos com destaque para o *scoring* comportamental Triad instrumento com carácter mais preditivo e que possibilita uma intervenção mais proactiva junto dos clientes, potenciando o crescimento do negócio, o reforço da qualidade de serviço prestado e a preservação da qualidade da carteira;
- Ao nível da função de seguimento, mantém-se o foco permanente na melhoria do conhecimento da carteira e da qualidade da informação de gestão, procurando-se evitar entradas em incumprimento e,

no caso de irregulares, tendo uma acção proactiva no seu saneamento com reforço da política de acordos de reestruturação;

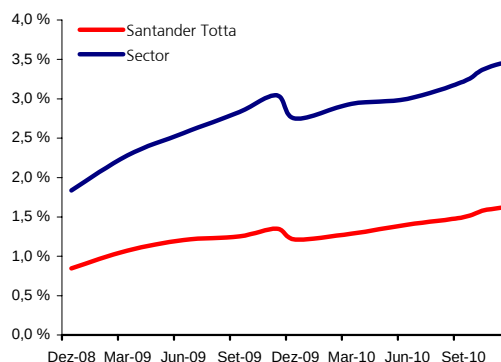
- Maior enfoque de recuperações, reforçando-se a negociação e a obtenção de dações em pagamento como alternativa à actuação judicial.

Indicadores

Evolução da carteira de crédito (milhões €)



Rácios de Crédito Vencido



Fonte: Banco de Portugal

Modelo de risco

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados):

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, tem atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementado com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas especializados nesta tipologia de riscos.

Ferramentas de classificação (*rating / scoring*)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco País, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos.

Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como são exemplo o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes.

Desta forma, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o momento do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

Estes factores constituem os principais parâmetros de risco de crédito. A sua combinação permite o cálculo da perda provável ou perda esperada, a qual é considerada como mais um custo de actividade, reflectindo o prémio de risco, sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

São estes parâmetros que permitem também o cálculo da perda inesperada que é a base de cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II). Esta perda inesperada reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as

entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Escala de *rating*

Com a finalidade de estabelecer uma equivalência entre os *ratings* internos dos diferentes modelos existentes – corporativo, risco país, instituições financeiras, etc. – e permitir a sua comparação com os *ratings* externos atribuídos pelas agências internacionais, o Banco utiliza uma tabela de equivalência.

A equivalência estabelece-se através das probabilidades de incumprimento associadas aos *ratings* internos com as taxas de incumprimento associadas aos *ratings* externos (periodicamente publicados pelas agências de *rating*).

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação no Banco Santander Totta.

Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco. Isto implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade.

Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da

segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio.

Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do Valor Presente de cada contrato (ou Custo actual de Substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2010 manteve-se uma exposição reduzida com entidades financeiras. Relativamente à exposição com entidades não financeiras verificou-se um incremento devido à evolução das taxas de juro do Euro, observando-se um volume reduzido de novos contratos.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Santander Totta (Individual)

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2010 (Milhares de Euros)

Total					
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	11 296	329 988	169 184	1 193 789	1 704 258
Derivados Taxa de Câmbio	7 832	7 272	62 523	0	77 627
Derivados Equity	3 166	36 662	0	0	39 828
Total	22 294	373 922	231 708	1 193 789	1 821 713

Grupos Financeiros					
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	3 844	1 438	4 430	0	9 711
Derivados Taxa de Câmbio	0	0	0	0	0
Derivados Equity	0	36 473	0	0	36 473
Total	3 844	37 911	4 430	0	46 184

Grupos Não Financeiros					
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	7 453	328 550	164 755	1 193 789	1 694 547
Derivados Taxa de Câmbio	7 832	7 272	62 523	0	77 627
Derivados Equity	3 166	190	0	0	3 355
Total	18 451	336 011	227 278	1 193 789	1 775 529

Risco de Mercado**Metodologias****Actividades sujeitas a risco de mercado**

O segmento de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados da actividade bancária em que o Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de balanço: o risco de juro e liquidez surge em resultado dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, incluem-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço da actividade bancária do Santander Totta.
- Riscos Estruturais:
 - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
 - Rendimento Variável Estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em companhias que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

Actividade de Negociação

A metodologia padrão, aplicada no exercício de 2010, no âmbito da actividade bancária do Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de simulação histórica, com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as actividades. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que

permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Back-testing*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *back-testing*. O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *back-testing* que são realizadas no Santander Totta, para a actividade bancária, cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *back-testing* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

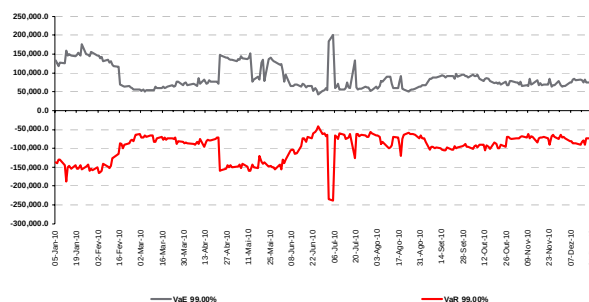
Limites

Para as carteiras de negociação, utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV ou gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2010, quantificado através do VaR e do VaE, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre 42 mil euros e 240 mil euros.

Risco de Balanço

As decisões sobre gestão do risco estrutural são tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, no qual participam os órgãos directivos máximos do Grupo. O comité reúne mensalmente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2009, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis baixos.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez prosseguida assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está mais protegido relativamente a potenciais crises que

afectem o meio envolvente o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada, com mais qualidade.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionarem como uma almofada de liquidez.

Todos os processos de gestão de liquidez do Santander Totta centram-se na prevenção de crises e não na reacção às mesmas. Esta ideia é subjacente ao plano de contingência que se centra em modelar potenciais crises através da análise de diversos cenários, na identificação do tipo de crises, na definição das comunicações internas e externas, assim como das responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no processo.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

Durante o ano de 2010, contribuiu para o equilíbrio estrutural: uma emissão de obrigações hipotecárias de mil milhões de euros, emissões ao abrigo do programa de EMTN de 763 milhões de euros e a emissão de passivos de médio longo prazo, sob a forma de depósito ou obrigação, colocados junto dos clientes de retalho.

Ao longo do ano, o BCE assumiu-se como contraparte do sistema, através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. No final de 2010, o Banco tinha 15,6 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma almofada de liquidez significativa, diminuindo consideravelmente o risco de liquidez. Há também a considerar a possibilidade de o Banco recorrer à emissão até 2 mil milhões de euros no âmbito da garantia do Estado Português.

Risco Operacional

O Santander Totta define o risco operacional como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Trata-se em geral de um risco que se encontra presente nos processos gerados internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como

consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional baseia-se fundamentalmente na identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação do respectivo risco.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional está baseado na gestão directa e activa por parte de todas as áreas na totalidade das fases do ciclo operacional e que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidade, existindo uma área central que controla e supervisiona, sendo responsável pela implementação do projecto corporativo.

O modelo de gestão de risco operacional implementado tem as seguintes vantagens:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional;
- Permite um melhor conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e a sua atribuição às linhas de negócio de suporte.

Por outro lado, o Marco de Gestão define as directrizes de gestão, de forma que o controlo deste risco seja determinado pela Alta Direcção da organização. O modelo, no seu conjunto, cumpre os requisitos estabelecidos por Basileia II, bem como os estabelecidos pelo Banco de Portugal.

A implementação e constante melhoria do Marco de Gestão permitem alcançar os seguintes objectivos:

- Identificar, avaliar e realizar o seguimento dos riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, facilitando a tomada de decisões de gestão ao permitir que se estabeleçam prioridades de maneira mais eficaz;
- Controlar e mitigar os riscos operacionais de todas as linhas de negócio e unidades, identificando e eliminando os focos de risco.

Permitindo desta forma:

- Gestão integral e efectiva do risco operacional (identificação, avaliação, prevenção, controlo/mitigação, seguimento e reporte);
- Melhoria do conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e o seu enquadramento nas linhas de negócio;
- Melhoria dos processos e controlos e redução de perdas.

No âmbito do Risco Operacional:

- Estão designados coordenadores de risco operacional em todas as áreas relevantes;
- São elaborados questionários de autoavaliação em que se identificam as situações de potencial risco e consequente aplicação de recomendações e medidas correctivas;
- Estão definidos indicadores quer de controlo quer de actividade que são reportados periodicamente pelas respectivas áreas, existindo uma base de dados de eventos de erros e incidências operativas com reporte mensal;
- Os eventos são identificados e classificados de acordo com as categorias de risco e linhas de negócio definidas em BIS II;
- São identificados e analisados os eventos mais significativos e mais frequentes, com a adopção de medidas de mitigação;
- É realizada uma conciliação entre a Contabilidade e Base de Dados, de forma a garantir a fiabilidade da informação;
- Sobre o registo de eventos são estabelecidos mecanismos de informação e reporte que incluem tanto a situação actual como a tendência ou evolução por comparação com exercícios anteriores;
- Estão definidos limites de risco operacional que permitem analisar o perfil de risco da instituição.

evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ou terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Política de novos produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; iv)

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2010, foi de € 278.010.234,98 (duzentos e setenta e oito milhões, dez mil e duzentos e trinta e quatro euros e noventa e oito centimos) e o resultado consolidado, em 2010, foi de € 394.027.964 (trezentos e noventa e quatro milhões, vinte e sete mil e novecentos e sessenta e quatro euros).

O Conselho de Administração vem, nos termos do artigo 19º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1. Reserva Legal: € 27.801.023,50 (vinte e sete milhões, oitocentos e um mil e vinte e três euros e cinquenta centimos);
2. Distribuição de Dividendos: € 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de euros);
3. Resultados Transitados: € 75.209.211,48 (setenta e cinco milhões, duzentos e nove mil e duzentos e onze euros e quarenta e oito centimos).

Lisboa, 1 de Março de 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Banco Santander Totta identifica-se com as Autoridades e a sociedade em geral na preocupação sobre as consequências e malefícios do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo por afectar aspectos essenciais da vida em sociedade. Deste modo, o Banco segue políticas e critérios de actuação e aplica procedimentos de forma a desenvolver o seu negócio em conformidade com a legislação aplicável, providenciando pela detecção, contenção e impedimento de situações de eventual risco.

O Banco dispõe de regulamentos em linha com o normativo legal, cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica afecta exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais, o quadro de pessoal está formado e é actualizado nesta matéria para facilitar a detecção de situações de eventual risco e a comunicação imediata ao órgão competente, dispõe de aplicações informáticas para exploração da movimentação atípica e para a monitorização das transacções de eventual risco, avalia as transacções que se enquadram em tipologias de risco com vista à sua eventual comunicação à Procuradoria-Geral da República e à Unidade de Informação Financeira. A efectividade do sistema de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo é testada anualmente através de auditoria interna.

As Unidades sedeadas no exterior são seguidas e, através de visitas ou de controlo centralizado, é efectuada a comprovação do funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Estas Unidades vêm aplicando os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país, caso este seja mais exigente.

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, S.G.P.S., S.A.	604,651,319	97.51
TaxaGest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	14,593,315	2.35

Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

I. Modelo de Negócio		
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 11, 22 e 45.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira. Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 3 e 27.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Áreas de negócio.
II. Riscos e Gestão de Riscos		
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 48 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados		
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 48.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira. Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

IV. Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência		
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Gestão de risco. Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 48.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 48.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 48.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

V. Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização		
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A:
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e f), 7, 8, 12 e 48.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - Stress cenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 48.
VI. Outros Aspectos Relevantes na Divulgação		
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

Estrutura Orgânica por Pelouros

Nuno Manuel Amado

Dir. Auditoria Interna – Javier Pliego Alegria

- Dep. Riscos Operativos
- Dep. Riscos de Crédito
- Dep. Riscos Financeiros

Dir. Coord. Recursos Humanos – Isabel Viegas

- Dep. Gestão de Recursos Humanos
- Dep. Gestão Administrativa
- Gab. Compensação e Informação
- Gab. Formação
- Gab. Gestão de Directivos

Gab. Presidente Comissão Executiva

Dir. Coord. Private Banking Norte – Luís Coimbra

Dir. Coord. Private Banking Sul – Sofia Frère

- Dir. Com. Private Banking Sul 1
- Dir. Com. Private Banking Sul 2

Dep. Apoio ao Negócio Private – Miguel Cordovil

Gab. Gestão de Activos Private

Dir. Coord. Tecnologia e Sistemas de Negócio (*) – Nuno Frias Costa

- Gab. de Planificação e Controlo Financeiro
- Gab. de Governo e Cumprimento
- Dep. de Gestão do Plano e Implementação Técnica
- Dep. de Processos de Negócio
- Dep. de Meios da Rede

Dir. Coord. Imóveis, Serviços Gerais e Segurança (*) – Pedro Rodrigues

- Gab. Segurança
- Gab. Controlo Financeiro
- Dep. Obras e Manutenção
- Dep. Gestão de Espaços e Património
- Dep. Serviços Gerais

Dir. Coord. Operações (*) – Abel Bernardes

- Gab. Assessoria Técnica
- Dep. Estrangeiro e Pagamentos
- Dep. Operacional de Contas e Mercados
- Dep. de Controlo Operacional e Clientes
- Dep. de Expedição, Arquivo e Compensação
- Dep. Custódia e Liquidação de Valores

Dir. Coord. de Crédito e Hipotecário (*) – Elsa Graça

- Gab. Apoio Jurídico a Empréstimos
- Dep. de Empréstimos e Apoio às Redes
- Dep. de Apoio Técnico a Empréstimos

Dir. de Organização (*) – Francisco Moutinho de Freitas

- Gab. de Estruturas
- Gab. de Planeamento e Controlo

Dir. de Gestão Integral do Gasto (*) – Mário Paulino

- Gab. de Gestão de Compras
- Gab. de Optimização e Controlo de Gastos

Dir. de Risco Tecnológico e Operacional (*) – Esther Casillas

- Gab. de Risco Operacional
- Gab. de Risco Operacional de Tesouraria e Intermediação

Gab. de Segurança Informática e Risco Tecnológico

Dir. Coord. Canais Complementares (*) – Joaquim Calça e Pina

- Gab. Contact Center
- Dep. Self-Banking
- Dep. NetB@nco

(*) Relativamente às Direcções assinaladas, o despacho corrente está organicamente atribuído ao Director João Baptista Leite, com reporte directo ao Presidente da Comissão Executiva

António Vieira Monteiro

Gab. Controlo/Função Gestão de Riscos – Manuel Aragão

Dir. Coord. Recuperações – Teresa Ribeiro

- Div. de Telecomunicações
- Dep. de Gestão de Recuperações
- Dep. de Recuperações Norte
- Dep. de Recuperações Sul
- Gab. de Acompanhamento e Controlo Jurídico

Dir. Coord. Riscos Standardizados – Inês Furtado

- Gab. de Sistemas de Informação de Riscos
- Dep. de Riscos de Particulares
- Dep. UDO Negócios Norte
- Dep. UDO Negócios Sul
- Dep. de Seguimento de Clientes não Encarteirados

Dir. Coord. Riscos B.Wholesale e Empresas – Amílcar Lourenço

- Gab. Serviços Técnicos
- Dep. Banca Wholesale
- Dep. Banca Comercial
- Dep. de Seguimento de Clientes Encarteirados

Dir. Coord. de Solvência, Mercados e Controlo de Crédito – Alfredo Diez

- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Comerciais
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Maioristas
- Dep. de Infra-estrutura e Informação de Riscos
- Dep. de Riscos Financeiros
- Dep. de Capital – BIS II

Gab. Planificação e Projectos de Risco – José Leão

Gab. Universidades – Sebastião Beltrão

Conselho Superior de Crédito

José Manuel Elias da Costa

Dir. Coord. Empresas – Norte – Paulo Natal

- Dir. Especialistas-Dinamizadores Norte
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 1
- Dir. Com. Empresas Braga
- Dir. Com. Empresas Guimarães
- Dir. Com. Empresas Maia
- Dir. Com. Empresas Boavista - Porto
- Dir. Com. Empresas Aveiro
- Dir. Com. Empresas Viseu
- Dir. Com. Empresas Coimbra



Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 2
Dep. Riscos de Empresas Norte
Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Norte
Div. De Middle Office de Empresas Norte

Dir. Coord. Empresas – Sul – António Velez do Peso

Dir. Especialistas-Dinamizadores Sul
Dir. Com. Empresas Rua do Ouro - Lisboa
Dir. Com. Empresas Conde Valbom - Lisboa
Dir. Com. Empresas Montijo
Dir. Com. Empresas Odivelas
Dir. Com. Empresas Estoril
Dir. Com. Empresas Leiria
Dir. Com. Empresas Faro
Dir. Com. Empresas Funchal
Dir. Com. Empresas Columbano B. Pinheiro – Lisboa
Dir. Com. Empresas Rodrigo da Fonseca - Lisboa
Dir. Com. Empresas Ibéricas - Lisboa
Dep. Riscos de Empresas Sul
Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Sul
Div. De Middle Office de Empresas Sul

Gab. De Apoio ao Negócio da Rede Empresas

Dir. Coord. de Crédito Predial/Fomento à Construção – António Fontes

Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
Dir. Com. de Fomento à Construção Sul
Dep. Riscos Imobiliários

Dir. Coord. de Clientes Institucionais – Pedro Fialho

Dir. Com. Clientes Institucionais
Dir. Dinamização de Clientes Institucionais
Gab. Protocolos Colectivos

José Carlos Sítima

Dir. Coord. Assessoria Jurídica do Negócio – António Terra da Mota

Dep. de Assessoria Corporativa
Dep. de Assessoria da Rede
Gab. De Assessoria à Banca Maiorista Global

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento – João Labareda

Gab. de Cumprimento
Unid. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Gab. de Inspeção – João Pedro Mendes

José Leite Maia

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Norte – Manuel Cerejeira Castro

Dir. de Empresas - Norte
Dir. de Particulares - Norte
Dir. de Dinamização Premium-Private Norte
Dir. de Apoio ao Negócio - Norte
Dir. de Controlo de Irregulares - Norte
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 10
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 11
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 12
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 13
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 14
Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 15

Dir. Coord. Particulares e Negócios – Sul – Jorge Mogo

Dir. de Empresas - Sul
Dir. de Particulares - Sul
Dir. de Dinamização Premium-Private Sul
Dir. Apoio ao Negócio - Sul
Dir. Controlo de Irregulares - Sul
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 13
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 14
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 15
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 16
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 17
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 18

Dir. Coord. de Seguimento de Negócios – Alberto Moura

Dir. Com. Seguimento de Negócios Norte
Dir. Com. Seguimento de Negócios Sul

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede – Joaquim Filipe

Dep. Planeamento e Controlo de Gestão da Rede
Dep. Marketing Operacional da Rede
Dep. Gestão e Dinamização Comercial da Rede
Gab. de Apoio a Projectos da Rede e Mediação Seguros

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários

Gab. Apoio à Gestão
Dir. Com. PMI Norte
Dir. Com. PMI Sul
Dir. Com. Lojas de Promotores

Dir. Coord. Internacional – Luís Santos

Gab. Apoio e Dinamização da Rede
Dep. Sucursais e de Controlo de Gestão
Dep. Comercial de Emigração

Projecto Vulcão – Paulo Lourenço



Luís Bento dos Santos

Dir. Coord. Qualidade – Otilia Casquilho

Dep. Atenção ao Cliente

Dep. Avaliação e Controlo

Gab. Imagem, Comunicação Externa e Interna – Ana Maria Lima

Gab. Informação e Seguimento – Rui Santos

Gab. Relações Públicas e Eventos – Cristina Carvalho

Gab. de Accionistas – José Pacheco

Miguel Bragança

Dir. Coord. Contabilidade e Controlo de Gestão – Luís Dominguez

Gab. Controlo Interno e Normas

Gab. Controlo Prudencial

Div. de Pagamentos

Dep. de Contabilidade

Dep. de Controlo de Gestão

Dep. de Consolidação do Grupo

Dir. Coord. Financeira – Manuel Preto

Dep. Finanças Corporativas

Dep. Participações Financeiras e Fiscalidade

Dep. Gestão Activos e Passivos

Dep. Mercados de Curto Prazo

Gab. Planeamento Estratégico e Relações com Investidores

Gab. de Economic Research

Dir. Coord. Marketing

Dep. Planeamento de Marketing e Segmentos

Dep. Publicidade e Comunicação

Dir. Produtos e Serviços de Particulares – Alexandra Brandão

Gab. Passivo e Preçário

Gab. Crédito ao Consumo

Gab. Crédito Hipotecário

Dir. Produtos e Serviços de Empresas – Inês Oom de Sousa

Dep. Produtos Crédito, Recursos e Parcerias

Gab. Banca Transaccional

Gab. Negócio Internacional

Div. Customer Service

Dir. Meios de Pagamento – Inês Gouveia

Gab. Técnico e de Controlo

Gab. de POS

Gab. Risco de Cartões

Div. Operacional de Meios de Pagamento

Dep. de Cartões

Dir. Estudos e CRM – Sara Fonseca

Gab. Técnico e de Suporte

Gab. Analítico e de Estudos

Pedro Castro e Almeida

Dir. Coord. Corporate and Investment Banking – João Veiga Anjos

Dir. Coord. Credit Markets – André Gorjão Costa

Dir. Coord. Global Transaction Banking – Hélder Gomes

Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 1

Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 2

Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Porto

Dep. Dinamização Produtos Clientes Globais

Dir. Rates – Cristina Melo Antunes

Dep. Vendas Corporate

Dep. Santander Global Conect

Gab. De Vendas Institucionais de Rates

Dir. Equities – Luís Capitão-Mor

Dep. de Cash-Equity

Dep. de Custódia Institucional

Gab. de Estruturados

Dep. Middle Office e Controlo GBM – António Rebocho

Gab. Sales Trading Support

Gab. Customer Service Support

Gab. Controlo de Negócio – José Viegas

Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração do BANCO SANTANDER TOTTA, SA desempenham fora da sociedade, significativas em relação à mesma, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
António Mota de Sousa Horta Osório	Banco Santander, S.A. (Espanha)	Director Geral
	Santander Investment, S.A. (Espanha) ¹	Membro do Comité de Direcção
	Santander UK, Plc. (Reino Unido) ²	Administrador
	Santander Totta, SGPS, S.A.	Presidente da Comissão Executiva
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ³	Presidente do Conselho de Administração
	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Banco de Inglaterra	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Nuno Manuel Silva Amado	Banco Santander, S.A (Espanha)	Administrador
	Santander Totta, SGPS, S.A.	Director Geral
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ³	Membro do Comité de Direcção
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
Matias Rodrigues Inciarte	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
	Banco Espanhol de Crédito, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Finaceira Ponferrada, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	SCH Seguros e Reseguros, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	União de Crédito Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Operador do Mercado Ibérico de Energia Pólo Espanhol, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Sanitas, S.A.	Consejero
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ³	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
	Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
António José Sacadura Vieira Monteiro	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Partang, SGPS, S.A. ⁴	Presidente do Conselho de Administração
José Manuel Alves Elias da Costa	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

¹ Renunciou em 16/12/10

² Renunciou em 30/11/10

³ Cessação de funções em 03/05/10 (a sociedade foi incorporada por fusão no Banco Santander Totta, S.A.)

⁴ Renunciou com efeitos a 05/07/10

José Carlos Brito Sítima	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Tottaurbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ¹	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
José Urgel Moura Leite Maia	Totta – Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Associação do Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ¹	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Eduardo José Stock da Cunha	Sovereign Bank	Membro do Management Executive Committee Head of Manufacturing
António Mendo Castel-Branco Borges	Santander Totta, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ¹	Presidente do Conselho Fiscal
	Hedge Fund Standards Board	Chairman
	CNP Assurances (França)	Administrador
	SCOR (França)	Administrador
	Caixa Seguros (Brasil)	Administrador
	Jerónimo Martins	Administrador
	Heidrick and Struggles (EUA)	Administrador
	Fundação Champalimaud	Administrador
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ¹	Vogal do Conselho Fiscal
	Banco Rural Europa, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
	Clube do Autor, S.A.	Administrador
Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra	Santander Totta, SGPS, S.A.	Vogal suplente do Conselho Fiscal
	BSN – Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ¹	Vogal suplente do Conselho Fiscal

¹ Cessação de funções em 03/05/10 (a sociedade foi incorporada por fusão no Banco Santander Totta, S.A.)

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2010, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/09	Movimentos em 2010				Posição 31/12/10
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
António Mota de Sousa Horta Osório	Acções Banco Santander Totta, SA	157	04-05	11			168
	Acções Santander Totta, SGPS, SA	142.571					142.571
	Acções Banco Santander Negócios Portugal, SA	2	04-05		2	5,77	0
Nuno Manuel Silva Amado	Obrig. BST-Inv. Premium 2011-8,25% Cx	100					100
	Obrig. BST-Premium Energias Cx 08/2010	120	03-03		120		0
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Acções BST, SA	6.053					6.053
	Obrig. BTA-Rendimento Certo Cx. 05/2013	300					300
António José Sacadura Vieira Monteiro	Obrig BST – Euro Banca 7% - 7/2011 CX	100					100
	Obrig. BTA-Rend. Certo Cx.05/2013	300					300
José Urgel Moura Leite Maia	BST – Aqua Rendimento 22/08/2011-Cx	300					300
	BST – Rendimento China Premium 10%-07/2011-Cx	500					500
	BST – Valor Premium 07/2011 Cx	500					500
	BST Competição Mundial Cx 06/10	100	21-06		100	50	0
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Acções ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário	1	29-07		1	5	0
	Obrig. BST – Super Rendimento Mercados Emergentes CX.-06/2010	200	25-01		200	50	0
	Obrig. BST – Gás Natural Premium CX. 10%-2010	100	27-09		100	50	0
	Obrig. BTA – Rendimento China 8%	280					280
	Obrig. BST – Rendimento Best of Sectors CX-08/2010	120	04-02		120	50	0
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Obrig. BTA – Rendimento Certo Cx. 05/2013 CÔNJUGE	200					200
	Obrig. BSP Rendimento Crescente 6% Cx 08/2011 CÔNJUGE	500					500
	Obrig. BST – Super Rend. Mercados Emergentes Cx.-06/2010 CÔNJUGE	300	25-01		300	50	0
	Obrig. BST – Rendimento China 8% 07/2011 CÔNJUGE	400					400

I. Relatório

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. O capital social do Banco é detido em 97,508% pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é directamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indirectamente dominante do Banco Santander Totta, SA.

Do restante capital do Banco há ainda uma percentagem de 2,353% que pertence a uma Sociedade igualmente sob domínio integral, directo ou indirecto das Sociedades Santander Totta, SGPS, Santusa e Banco Santander.

O capital remanescente correspondente a 0,239% do total, encontra-se disperso por diversos accionistas.

2. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiro desde o décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

4. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.

5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2c do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação do Banco. Reúne mensalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.

Tem-se como objectivo permanente a racionalização e uniformização dos serviços operacionais e técnicos de suporte à Rede Comercial.

7. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da

modificação da composição accionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

No âmbito do normal exercício da actividade bancária, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista do Banco, em linha com o que é corrente e comum na prática bancária.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

8. As principais áreas de negócio do Banco são:

- Banca de Retalho – refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionados com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares (telefone, internet, etc.);
- Banca de Empresas – considera-se nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos de capital de trabalho, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário;
- Global Banking & Markets – inclui essencialmente a actividade do banco nos mercados financeiros (mercados de taxa de juro, cambial e de acções) e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como de serviços de custódia de títulos e corretagem das ordens de bolsa recebidas dos clientes;
- Actividades Corporativas – nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com o core business, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

9. O modelo global de governo da sociedade é o que consta do ponto III - Modelo de Governação Interna

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a actividade da instituição.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções.

Conselho Superior de Crédito

Órgão máximo de decisão da estrutura de Riscos e exerce os poderes delegados pela Comissão Executiva.

Riscos

Analisar a informação de “governance” da área de Riscos; analisar e controlar os diversos riscos; aprovar procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes.

ALCO – Assets and Liabilities Committee

Gerir o Risco Estrutural de mercado e liquidez, estabelecer planos de contingência, promover estratégias de hedging, decidir posicionamentos estratégicos, de modo a otimizar a margem financeira e a rentabilidade dos capitais próprios.

CAR – Comité Análise e Resolução

Prevenir o Branqueamento de Capitais e efectuar as comunicações estabelecidas na Lei.

Novos Produtos

Aprovar, alterar e efectuar o seguimento de novos produtos e serviços.

Gastos e Investimentos

Avaliar, decidir, seguir e controlar o gasto e o investimento.

Particulares

Fazer o seguimento da actividade do segmento Massivo de Particulares, assegurando, em cada momento, a adequabilidade das estratégias e acções comerciais e Produtos aos clientes de forma a maximizar a eficácia comercial neste segmento.

Empresas

Fazer o seguimento da evolução da actividade comercial do segmento de Empresas, assegurando

que a sua evolução decorre dentro dos objectivos marcados no âmbito do projecto STEP e que as várias iniciativas lançadas ao abrigo deste projecto estão de facto a ser implementadas no ritmo previsto.

Negócios

Fazer o seguimento da evolução da actividade comercial do segmento de Negócios (tanto de Encarteirados como de Não-Encarteirados), assegurando que a sua evolução decorre dentro dos objectivos marcados no âmbito do projecto STEP2n, a adequabilidade das estratégias e acções comerciais e dos Produtos aos Clientes e ainda que as várias iniciativas lançadas ao abrigo deste projecto estão de facto a ser implementadas no ritmo previsto e com a efectividade esperada.

Premium

Fazer o seguimento da evolução da actividade comercial do segmento de Premium e assegurar a implementação integrada da abordagem ao segmento Premium dentro dos objectivos do projecto lançado.

Captação e On-Boarding de Clientes

Repensar o modelo de Captação e vinculação de Clientes para desenvolvimento de um modelo sustentado e sustentável de captação de clientes que suporte as necessidades de crescimento do Banco.

Modelo de Distribuição e Multicanalidade

Repensar o modelo de Distribuição e adaptá-lo às necessidades do novo modelo comercial.

Posicionamento e Comunicação

Repensar o posicionamento da marca e a sua estratégia de Comunicação face às alterações previstas para o modelo comercial de captação e relação com os Clientes.

Experiência do Cliente

Incorporar melhorias radicais nos níveis de satisfação dos Clientes associados à sua experiência de relacionamento com o Banco.

Controlo e Cumprimento Normativo

Seguir e fiscalizar as políticas de Cumprimento e promover um ambiente de controlo interno, nomeadamente através da aplicação efectiva do sistema de Gestão de Riscos.

Risco Tecnológico e Operacional

Estabelecer e acompanhar a implementação de medidas de controlo e mitigação do risco tecnológico e operacional.

Fiscalidade

Apreciar as alterações legais e regulamentação tributária com impacto nas instituições do Grupo e determinar as medidas que se mostrem apropriadas ao cumprimento das determinações e obrigações constantes do normativo jurídico-tributário.

10. O Banco cumpre integralmente o Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, relativo ao Controlo Interno.

Neste quadro, o Banco pratica um sistema de identificação e gestão de riscos em conformidade com os arts. 11º e 12º do referido Aviso e está organizado em ordem a potenciar um apropriado ambiente de controlo e um sólido sistema de gestão de riscos.

Estão especificamente definidos e são praticados políticas e procedimentos respeitantes a todos os riscos referenciados no citado art. 11º do Aviso 5/2008.

Tais políticas e procedimentos estão disponíveis e são facilmente acessíveis por todos os colaboradores da instituição por via da sua divulgação em espaço próprio do sistema de Intranet do Banco.

11. Estão institucionalizadas as funções de gestão de riscos, cumprimento e auditoria nos termos legais e regulamentares.

Dá-se seguidamente conta das linhas gerais a que obedece a organização e funcionamento das três funções.

a) Função de Gestão de Riscos

A função está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos – GCFGR, dirigido pelo Dr. Manuel Osório de Aragão.

Tem por missão geral assegurar o funcionamento eficiente e adequado do modelo de controlo interno, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira ou segunda linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim

com capacidade para efectuar os seus próprios testes com o objectivo de assegurar a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos.

A Comissão Executiva (CE) conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Comissão Executiva;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;
- Efectuar a ligação entre a equipa local e as Áreas Corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o Relatório Anual relativo à Função de Gestão de Riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Comissão Executiva estime como oportunos.

Em absoluta concordância com estas competências, o GCFGR foi criado na dependência directa da CE, o que lhe assegura também maior autonomia e liberdade no exercício das suas funções.

Devido à elevada interligação entre sociedades do Grupo, com parte significativa das funções de medição e controlo de Riscos asseguradas por serviços centrais de âmbito transversal, procedeu-se à adopção de uma óptica transversal e de serviço comum pela FGR a todas as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras directa ou

indirectamente dominadas pela Santander Totta, SGPS, SA.

A actividade desenvolvida consta no Relatório da FGR, de Maio de 2010. Trata-se de um documento destinado a servir de apoio ao Sistema de Controlo Interno do Santander Totta, sendo que as principais acções centraram-se no acompanhamento dos controlos e promoção do controlo interno, nomeadamente através de diversas acções que constam do referido Relatório.

Foi já parcialmente aplicada a metodologia própria desenvolvida para avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de Riscos, que se materializou num conjunto de testes ou verificações de requisitos formulados de forma específica para cada tipo de risco. Estes testes e requisitos foram inspirados nas recomendações efectuadas pelo Comité de Basileia e do Comité de Autoridades Europeias de Supervisão Bancária (CEBS), Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), Federal Reserve System (FED), Lei Sarbanes-Oxley (SOX), Financial Services Authority (FSA) e outras entidades normativas e reguladores. Teve-se ainda presente o caso português, em especial a regulamentação sobre aspectos de Controlo Interno constante no Regime Geral das instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e documentação conexas como o Aviso n.º 05/2008 do BdP, o Aviso Regulamentar nº3/2008 da CMVM e em particular no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR).

Da aplicação desta metodologia resultaram algumas melhorias de controlos e revisão de procedimentos, contribuindo assim para o reforço de um ambiente de Controlo Interno. Neste enquadramento são de salientar a revisão da metodologia associada ao Risco de Concentração, o estabelecimento de uma maior evidência documental na fixação do Perfil de Risco, e, sobretudo o reforço do ambiente de controlo interno induzido pelo próprio processo de reflexão e revisão estimulado às áreas.

O relatório da FGR evidencia que o Santander Totta está empenhado na contínua adequação dos seus processos e mitigação de deficiências, que as políticas actualmente praticadas são globalmente adequadas e eficazes. Revelador desta situação, é o facto do Santander Totta, mesmo num enquadramento macro-económico de forte crise financeira com significativo aumento da morosidade no sistema financeiro nacional e com períodos de quase total ausência de liquidez no mercado, revelar um desempenho sustentado.

O responsável da FGR é da opinião que “existe de modo geral na organização um ambiente de controlo interno, favorável ao controlo e mitigação dos riscos, estando o modelo de Governo Interno direccionado de modo a que a Alta Direcção acompanhe, em todas as matérias

relevantes e decida sobre a actividade (...) não existindo situações de riscos que possam vir a ter impacto material nas sociedades e que não estejam a ser acompanhadas, com vista à tomada de medidas atempadamente para a sua eliminação ou mitigação.”

b) Função de Cumprimento

O Banco privilegia, de há muito, a autonomização, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

A função de cumprimento está corporizada na Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento (DCAIC). O responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, com as atribuições que lhe são próprias:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, directa e exclusivamente dependente da Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio;
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, que integra os quadros da Instituição, exclusivamente afecto ao exercício das funções cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director;
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade do Banco que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da Instituição;
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas;
- O Banco dispõe de um Código Geral de Conduta, de um Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e de um Código de Conduta na Relação com os Clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses. O cumprimento do Código de Conduta para o Mercado de Valores é especialmente

controlado pela DCAIC, que igualmente apoia e segue o cumprimento do Código Geral, cujo controlo, todavia, está a cargo da Direcção de Coordenação de Recursos Humanos;

- Está instituído um procedimento específico para aprovação de Novos Produtos, que visa garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento. Do mesmo modo e no quadro dos procedimentos estabelecidos, procede-se também ao seguimento das incidências relevantes detectadas na comercialização dos produtos, em ordem a avaliar o seu significado e, sendo o caso, introduzir medidas de superação ou mesmo decidir a suspensão ou termo da comercialização se as circunstâncias o justificarem;
- Embora com o apoio e condução executiva das unidades locais, a política de cumprimento é extensível, em toda a sua amplitude, às filiais e sucursais no exterior. Algumas destas dispõem de responsáveis locais de cumprimento que aí exercem as funções correspondentes. Nos demais casos, em que o tipo e modo de exercício da actividade não justifica essa opção, o próprio responsável operativo da unidade assegura o procedimento em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, tanto os locais como os que devam ser cumpridos por via das imposições a que o Banco se acha sujeito em Portugal. A DCAIC, no quadro das suas funções, controla o desempenho da função pelos responsáveis a quem a execução está confiada.

Noutro plano, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz a sua missão, a Direcção promoveu a institucionalização de comités específicos de cumprimento especialmente vocacionados para as áreas consideradas mais sensíveis, nomeadamente as mais directamente relacionadas com mercados financeiros, de funcionamento periódico – em regra, de base mensal – que permitem apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter as áreas informadas acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o cumprimento de obrigações informativas e outras aplicáveis, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esses Comités são dirigidos e coordenados pela DCAIC, neles tendo participação os responsáveis das áreas envolvidas.

Destaca-se ainda, neste quadro, a articulação institucionalizada com a área de Qualidade - responsável pelo seguimento e tratamento das reclamações de clientes - em ordem a, por um lado, acompanhar a evolução da situação nesse domínio e, principalmente, escrutinar, a partir da tipologia das reclamações eventuais

omissões ou práticas inadequadas que possam indiciar, com vista a providenciar os ajustamentos ou correcções apropriados.

Sem prejuízo dos contactos constantes e sistemáticos com a Comissão Executiva do Banco, e principalmente com o administrador especialmente encarregado do pelouro, a actividade desenvolvida no âmbito da função de cumprimento é objecto de relatório anual.

Em consonância, o Director de Cumprimento apresentou à Administração o relatório da actividade de *compliance* desenvolvida no período decorrente entre o último relatório (Maio de 2009) e o final de Maio de 2010.

Em linha com o que fica exposto, o Director de Cumprimento é de opinião que o Banco procede em conformidade com o enquadramento regulamentar da função de *compliance*, constante do Aviso nº5/2008.

c) Função de Auditoria

A função de Auditoria Interna está corporizada na Direcção de Auditoria.

A Auditoria Interna tem como missão supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, bem como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística, actuando com independência e de forma permanente.

Os estatutos orgânicos de Auditoria Interna encontram-se aprovados pela Comissão Executiva do Banco e publicados, conferindo a autoridade ao desempenho da função de auditoria, salvaguardando a necessária objectividade e independência relativamente às restantes áreas funcionais.

Mantém a Administração regularmente informada das conclusões do seu trabalho, proporcionando informação sobre os principais aspectos detectados que, de algum modo, possam por em causa o sistema de controlo interno existente, com detalhe das principais recomendações e seu adequado seguimento.

A política e funções da Auditoria Interna englobam-se numa perspectiva conjunta para todo o Grupo.

As funções básicas da Auditoria Interna são:

- Supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno do Grupo, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística. Para tal, verifica que os riscos inerentes à actividade do Grupo estão adequadamente cobertos, em particular, os riscos contabilístico, de mercado (que inclui risco de taxa de juro e de câmbio), estrutural de balanço (que inclui o risco de liquidez), de crédito,

operativo, (incluindo o adequado arranque dos produtos), de branqueamento de capitais, regulatório e reputacional;

- Verificar que as Unidades responsáveis por exercer os controlos sobre os Riscos cumprem com as suas responsabilidades e respeitam as políticas determinadas pela Administração, os procedimentos e a normativa interna e externa que sejam aplicáveis. Do mesmo modo, analisa a estrutura organizativa das mesmas e o adequado uso dos recursos humanos e meios materiais afectos;
- Efectuar investigações especiais, tanto por iniciativa própria como por solicitação da Administração;
- Realizar todos os relatórios das unidades auditadas e comunicar-lhes as recomendações emitidas como resultado das auditorias, estabelecendo um calendário de implementação e realizar um seguimento para verificar a implementação de tais recomendações.

O responsável pela função de auditoria interna é o Dr. Javier Pliego, nomeado pela Administração, que lhe conferiu todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 28 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito e Riscos Operativos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior.

A Matriz de Risco prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai. Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as Unidades do Universo são classificadas em Prioritárias, Preocupantes, A Vigiar, Normais e Não Preocupantes. Entre os requisitos Regulatórios, realizar revisões do projecto Basileia II e DMIF, e seguimentos mensais das sociedades off-shore. Adicionalmente as revisões das unidades incluem a análise e verificação dos processos SOX.

12. Preparação e Divulgação da Informação Financeira

O objectivo do ambiente de controlo interno é o de estabelecer e promover uma atitude colectiva de forma a atingir um efectivo controlo interno dos estados financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras credíveis.

A Direcção de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão é responsável pela preparação e divulgação da informação financeira. Esta direcção acompanha o lançamento de novos produtos, as alterações dos normativos financeiros e contabilísticos e a publicação de novas normas.

Na preparação da informação financeira esta direcção tem implementado diversos procedimentos de controlo, nomeadamente, controlos de carteiras diários, processos de reconciliação de contas manuais, parametrização de produtos e operações e análise da informação financeira e de gestão.

São preparados reportes de informação financeira que servem de base para a elaboração de relatórios internos que são analisados pela Comissão Executiva, relatórios oficiais e relatórios anuais e semestrais.

II. Remuneração

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos do **Banco Santander Totta, S.A.** (o “Banco”) deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A actual Comissão de Vencimentos foi eleita, para um mandato de três anos, na reunião da Assembleia Geral de 30 de Maio de 2007, com a seguinte composição:

Santander Totta SGPS, representada por D. Alfredo Saenz Abad
António Mota de Sousa Horta Osório
Eurico Silva Teixeira de Melo

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, de 26 de Janeiro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Fevereiro de 2010), é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco.

Por conseguinte e com o objectivo de providenciar informação clara e detalhada sobre a referida política de remuneração relativa ao ano de 2010, a Comissão de Vencimentos do Banco apresenta e submete à consideração de V. Exa. a presente Declaração, com vista a pormenorizar os princípios orientadores adoptados e o modo como se pretende assegurar a necessária mitigação de riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse do Banco.

A Política remuneratória do Banco Santander Totta enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém mais de 99% do respectivo capital do Banco.

A. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- Incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade,

com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações agora manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

B. Princípios Orientadores da Política de Remuneração no Banco Santander Totta

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

C. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, pelo Administrador Delegado do Grupo, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- Os membros do órgão de fiscalização, os administradores não executivos e o Presidente do Conselho de Administração apenas auferem uma Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal.

C.1. Remuneração Fixa Anual

- A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Remuneração Fixa Anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2010, uma parcela inferior a 34,1% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Fixa no ano de 2009.

C.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável, a qual tem, por sua vez, uma dimensão Anual e uma Plurianual, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa Anual, não devendo a mesma representar, no conjunto das suas componentes anual e plurianual, uma parcela superior a 65,9% da Remuneração Total Anual, que

foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Variável no ano de 2009.

- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação de cada dimensão da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

C.2.1. Remuneração Variável Anual

- A determinação do valor da Remuneração Variável Anual tem por base os seguintes critérios: i) resultados do Banco e do Grupo em que se integra, embora, quanto a estes últimos, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- A atribuição da Remuneração Variável Anual depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos.
- A Remuneração Variável Anual destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo oscilar entre 0% e 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos, dentro do limite referido na alínea c) do nº 1, referente à percentagem mínima que a Remuneração Fixa representará no valor da Remuneração Total Anual (34,1%);
- A Comissão de Vencimentos poderá decidir pelo diferimento do pagamento da totalidade ou parte da Remuneração Variável Anual em linha com as práticas do Grupo;
- O valor máximo da Remuneração Variável Anual deve representar, em 2010, 53,8% da Remuneração Total Anual, em linha com o verificado em 2009.

C.2.2. Remuneração Variável Plurianual

- Como elemento da Remuneração Variável Plurianual, o Banco implementou um plano de acções vinculado a objectivos, através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- Esta parcela da Remuneração Variável é determinada em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do grupo económico Santander durante o triénio de referência; iii) não verificação de má gestão; iv) cumprimento da norma interna de riscos, aprovada anualmente pelo Grupo;
- O número de acções entregues depende igualmente da valorização das acções do Banco Santander em comparação com um grupo de referência constituído por um conjunto de entidades internacionais do sector, podendo, no limite não haver lugar a atribuição de quaisquer acções;
- As acções são entregues aos administradores executivos sem qualquer condição de manutenção e não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco;
- O valor máximo da Remuneração Variável Plurianual deve representar, em 2010, 12,1% da Remuneração Total Anual.

C.3. Benefícios

- Os administradores executivos e o Presidente do Conselho de Administração beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a duas vezes o valor da Remuneração Fixa Anual do titular em causa.
- Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de um plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7. do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por um período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador.
- Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco ou com outra Sociedade do Grupo e não obstante a suspensão do referido contrato, encontram-se cobertos por um plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo para todos os seus quadros directivos e cujos termos

foram aprovados nos respectivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano.

C.4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Os montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco, totalizam um valor global de 1,8 milhões de euros, valor que se espera manter em 2010.

D. Aspectos complementares

Não foi posta em prática em 2009 nem se prevê para 2010, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2009, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer em 2010.

E. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Carta Circular nº 2/2010/DSB emitida pelo Banco de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida carta, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais recomendações da Carta Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos.

Daí que a política do Banco Santander Totta em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da Administração e Fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

A declaração supra referida reporta-se ao exercício de 2010 e foi aprovada em Assembleia Geral do Banco Santander Totta, de 28 de Maio de 2010. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, de 26 de Janeiro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Fevereiro de 2010), a Comissão de Vencimentos irá submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco relativa ao ano de 2011.

Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco Santander Totta, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, de 26 de Janeiro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Fevereiro de 2010), é divulgada a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A., auferem Remuneração Variável e exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 1 de Julho, ou exercem actividade que pode ter impacto material no perfil de risco do Banco.

São assim considerados para este efeito: i) os Directores Coordenadores de todas as áreas do Banco; ii) os Directores de primeira linha de todas as áreas do Banco com reporte directo à Comissão Executiva (todos adiante designados por Dirigentes); e iii) os Quadros Directivos (Directores, Directores Adjuntos e Subdirectores) que exercem funções nas áreas de Auditoria, Geral de Riscos e *Compliance*.

A. Enquadramento

A Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros Directivos segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, estando o respectivo detalhe operacional previsto no Modelo de Controlo Interno, aprovado pela Comissão Executiva em 17 de Dezembro de 2008, em cumprimento do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal.

O referido Modelo de Controlo Interno contém, nomeadamente, as políticas de recrutamento, compensação e incentivos, bem como a política de

formação e avaliação da estrutura organizativa, que decorrem das directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander e formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do capital do Banco Santander Totta.

B. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração destes grupos de trabalhadores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- Incluir esquemas de atribuição a médio e longo prazo de benefícios que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, de modo a assegurar a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de

remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações agora manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

C. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do respectivo desempenho (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco por comparação com outras entidades internacionais do sector.

D. Componentes da Política de Remuneração

D.1. Retribuição Fixa Anual

- A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Retribuição Fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- A Retribuição Fixa Anual é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os

resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação colectiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;

- A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não devendo representar, em 2010, uma parcela inferior a 51,6% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Retribuição Fixa no ano de 2009;
- A Retribuição Fixa dos Quadros Directivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não devendo representar, em 2010, uma parcela inferior a 76,7% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Retribuição Fixa no ano de 2009.

D.2. Remuneração Variável

- A remuneração dos Dirigentes e dos Quadros Directivos comporta igualmente uma componente Variável, a qual tem, por sua vez, uma dimensão Anual e, uma Plurianual, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo. Os beneficiários da componente Plurianual são determinados pela Comissão Executiva.
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa Anual, não devendo a mesma representar, em 2010, no conjunto das suas componentes anual e plurianual, uma parcela superior a 44% da Remuneração Total Anual, que foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Variável no ano de 2009;
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação de cada dimensão da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo.

D.2.1. Remuneração Variável Anual

- A determinação do valor da Remuneração Variável Anual terá por base os seguintes critérios: i) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco; ii) resultados do Banco e do grupo económico em que este se integra, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos;
- A atribuição da Remuneração Variável Anual refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objectivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de

Desempenho contida no Modelo de Controlo Interno;

- A Remuneração Variável Anual destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo oscilar entre 0% e 150% do valor de referência, tal como definido anualmente ao nível do accionista de referência, podendo oscilar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos;
- O valor máximo da Remuneração Variável Anual dos Dirigentes e Quadros Directivos representou, em 2009, 39,4% e 20,6% da Remuneração Variável Total Anual, respectivamente. Estima-se que em 2010 os valores se enquadrem dentro dos mesmos parâmetros.

D.2.2. Remuneração Variável Plurianual

- Como elemento da Remuneração Variável Plurianual, o Banco implementou um plano de acções vinculado a objectivos, através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- Esta parcela da Remuneração Variável é determinada em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não verificação de má gestão; iv) cumprimento da norma interna de riscos aprovada anualmente pelo Grupo;
- O número de acções entregues depende igualmente da valorização das acções do Banco Santander em comparação com um grupo de referência constituído por um conjunto de entidades internacionais do sector, podendo, no limite, não haver lugar a atribuição de quaisquer acções;
- As acções são entregues aos trabalhadores abrangidos sem qualquer condição de manutenção e não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco;
- O valor máximo da Remuneração Variável Plurianual para os Dirigentes representou, em 2009, 9 % da Remuneração Total Anual. Estima-se que em 2010 os valores se enquadrem dentro dos mesmos parâmetros.
- O valor máximo da Remuneração Variável Plurianual para os Quadros Directivos que dela beneficiaram representou, em 2009, 2,7 % da Remuneração Total Anual. Estima-se que em 2010 os valores se enquadrem dentro dos mesmos parâmetros.

D.3. Benefícios

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português,

Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal) os Dirigentes e Quadros Directivos gozam todos dos seguintes benefícios:

- Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação colectiva do sector bancário;
- Seguro de Vida, de acordo com o definido na regulamentação colectiva do sector bancário;
- Seguro de Acidentes Pessoais, de acordo com o definido regulamentação colectiva do sector bancário.
- Plano complementar de reforma instituído por deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de Fevereiro de 2010.

E. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes e Quadros Directivos do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo V da Carta Circular nº 2/2010/DSB emitida pelo Banco de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa Anual e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida carta, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais recomendações da Carta Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Totta em matéria de remunerações dos seus Dirigentes e Quadros Directivos se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

Remuneração e Outros Benefício Atribuídos aos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3 da Lei 28/2009, de 19 de Junho, na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em termos agregados e individuais.

Em 2010, os adiantamentos ou créditos concedidos, ao abrigo do artigo nº 85 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, ascendiam a mEuros 1.228. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nesta data mEuros 2.384 e mEuros 2.768, respectivamente.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2010 é apresentada de seguida:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração	
		fixa	variável
Matias Pedro Inciarte *	Presidente	-	-
Nuno Amado	Vice - Presidente	336	586
António Vieira Monteiro	Vogal	222	260
Carlos Amaral	Vogal	119	230
Eduardo Stock da Cunha	Vogal	-	-
José Carlos Sítima	Vogal	246	256
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	83	250
José Elias da Costa	Vogal	232	319
Luís Bento dos Santos	Vogal	215	257
Miguel de Bragança	Vogal	215	416
Pedro Castro e Almeida	Vogal	116	194
António Horta Osório **		600	-
		<u>2.384</u>	<u>2.768</u>

* Em 13 de Janeiro de 2011 passou de Vice-Presidente a Presidente

** Renunciou ao cargo em 13 de Janeiro de 2011

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração	
		fixa	variável
António Mendo Borges *	Presidente	45	-
Mazars & Associados, SROC	Vogal	5	-
Ricardo Castro	Vogal	26	-
		<u>31</u>	<u>-</u>

* Renunciou ao cargo em 18 de Fevereiro de 2011

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.



Em 8 de Julho de 2010, foi finalizado o segundo ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 133.024, ao valor por

acção de 8,768 Euros. O valor individual atribuído a cada membro do Conselho de Administração, que corresponde às acções atribuídas do PI10, foi o seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Plano acções I10 montante exercido
Nuno Amado	Vice - Presidente	278
António Vieira Monteiro	Vogal	96
Carlos Amaral	Vogal	64
Eduardo Stock da Cunha	Vogal	175
José Carlos Sítima	Vogal	96
José Urgel Moura Leite Maia	Vogal	57
José Elias da Costa	Vogal	115
Luís Bento dos Santos	Vogal	127
Pedro Castro e Almeida	Vogal	159
		<u>1.167</u>

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST e que não estão inseridos no plano abaixo, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco.

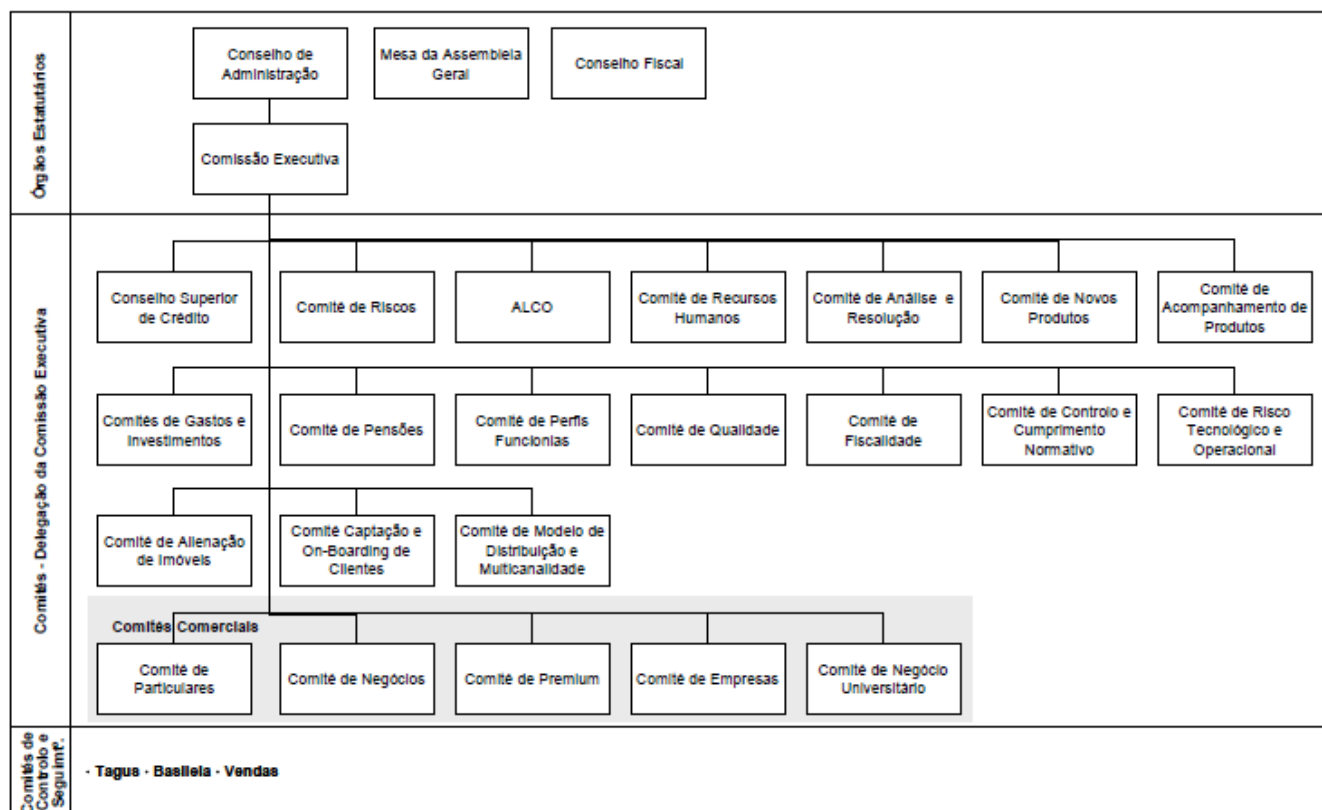
No exercício de 2010 o Grupo constituiu um plano de contribuição definida para todos os seus quadros directivos. Este plano integra também os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano abaixo.

Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de um plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento que foi aprovado pela Assembleia Geral em 30 de Maio de 2007, conforme o disposto no número 7. do artigo 11.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adopta, globalmente o constante no regulamento que fora originalmente aprovado na Assembleia Geral do Banco Totta & Açores de 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por um período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador.

Em 31 de Dezembro de 2010 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 9.565, e encontravam-se cobertas por uma provisão registada no balanço do Banco.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o Banco reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

III. Modelo de Governação Interna



Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao exercício de 2010 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários.”

Conselho de Administração

Matias Pedro Rodriguez Inciarte
Presidente

Nuno Manuel da Silva Amado
Vice-Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogal

Carlos Manuel Amaral de Pinho
Vogal

Eduardo José Stock da Cunha
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Urgel Moura Leite Maia
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Miguel de Campos Pereira de Bragança
Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal



Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do n.º.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Santander Totta, S.A., aqui identificado nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todas relativas ao exercício de 2010, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho Fiscal

Vogais: Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Demonstrações Financeiras Consolidadas



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2010			2009	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações e Imparidade	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	316.872	-	316.872	756.400	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	236.219	-	236.219	217.000	Recursos de bancos centrais	18	4.807.162	2.026.830
Activos financeiros detidos para negociação	7	1.649.296	-	1.649.296	1.949.102	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.312.988	1.508.334
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	93.286	-	93.286	599.894	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19	-	502.639
Activos financeiros disponíveis para venda	9	6.984.271	59.148	6.925.123	5.572.900	Recursos de outras instituições de crédito	20	9.614.681	7.695.715
Aplicações em instituições de crédito	10	5.209.821	-	5.209.821	5.465.940	Recursos de clientes e outros empréstimos	21	18.006.436	15.280.787
Crédito a clientes	11	30.270.889	497.157	29.773.732	29.557.046	Responsabilidades representadas por títulos	22	8.880.346	14.833.491
Derivados de cobertura	12	131.512	-	131.512	271.269	Derivados de cobertura	12	189.423	244.441
Activos não correntes detidos para venda	13	134.801	45.678	89.123	97.779	Provisões	23	104.193	81.510
Outros activos tangíveis	14	848.001	456.678	391.323	402.847	Passivos por impostos correntes	16	6.608	22.157
Activos intangíveis	14	291.907	217.532	74.375	70.264	Passivos por impostos diferidos	16	47.884	31.771
Investimentos em associadas	15	159.346	500	158.846	21.717	Passivos subordinados	24	32.316	346.380
Activos por impostos correntes	16	21.985	-	21.985	3.825	Outros passivos	25	443.119	375.889
Activos por impostos diferidos	16	380.443	-	380.443	220.071	Total do Passivo		<u>43.445.156</u>	<u>42.949.944</u>
Outros activos	17	637.539	11.227	626.312	474.909				
Total do Activo						Capital Próprio			
		<u>47.366.188</u>	<u>1.287.920</u>	<u>46.078.268</u>	<u>45.680.963</u>	Capital	26	620.105	589.811
						Prémios de emissão	26	163.703	163.703
						Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000
						Reservas de reavaliação	26	(345.103)	(5.206)
						Outras reservas e resultados transitados	26	1.138.700	786.492
						(Acções próprias)		(42.113)	(230)
						Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	394.028	472.996
						Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		2.064.320	2.142.566
						Interesses minoritários	28	568.792	588.453
						Total do Capital Próprio		<u>2.633.112</u>	<u>2.731.019</u>
						Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>46.078.268</u>	<u>45.680.963</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	30	2.012.084	2.330.700
Juros e encargos similares	31	(1.338.512)	(1.568.888)
Margem financeira		673.572	761.812
Rendimentos de instrumentos de capital	32	4.307	5.040
Rendimentos de serviços e comissões	33	405.951	364.425
Encargos com serviços e comissões	34	(53.220)	(47.399)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	(26.879)	32.623
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	(217.352)	6.640
Resultados de reavaliação cambial	37	10.984	18.593
Resultados de alienação de outros activos	38	362.032	45.920
Outros resultados de exploração	39	(8.274)	(5.199)
Produto bancário		1.151.121	1.182.455
Custos com o pessoal	40	(301.897)	(302.257)
Gastos gerais administrativos	41	(153.186)	(154.717)
Amortizações do exercício	14	(66.324)	(64.495)
Provisões líquidas de anulações	23	(10.178)	8.829
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	(105.679)	(87.825)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(15.561)	(1.504)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(24.573)	(16.193)
Resultados de associadas	42	8.760	2.428
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		482.483	566.721
Impostos			
Correntes	16	(79.187)	(95.748)
Diferidos	16	(5.121)	8.682
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		398.175	479.655
Interesses minoritários	28	(4.147)	(6.659)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	27	394.028	472.996
Acções em circulação		605.370.892	589.757.747
Resultado por acção (em Euros)		0,65	0,80

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2010		31 de Dezembro de 2009	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a Interesses Minoritários
Resultado consolidado do exercício	394.028	4.147	472.996	6.659
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	2.189	25.058	(11.053)	(15.515)
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial por alienação de participadas	1.982	-	2.184	-
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial de dividendos distribuídos	503	-	-	-
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	84	-	-	-
. Impacto fiscal	(56)	-	-	-
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda				
. Justo valor	(475.663)	-	31.194	-
. Impacto fiscal	144.745	-	(7.797)	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(19.410)	-	(32.545)	-
. Impacto fiscal	4.982	-	8.625	-
Rendimento integral consolidado do exercício	53.384	29.205	463.604	(8.856)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial	Por impostos diferidos							
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	589.811	163.703	135.000	23.245	(11.039)	903	(8.231)	136.408	640.935	(170.574)	(230)	438.401	558.898	2.497.230
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	153	35.520	61.125	111.602	-	(208.401)	(16)	(17)
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.000)	-	(230.000)
. Ações preferenciais	-	-	-	-	-	(840)	-	-	(28.536)	-	-	-	(1.373)	(30.749)
Venda de participadas a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.458	22.458
Aumento de capital do Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.334	17.334
Outros	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	12	-	-	8	15
Rendimento integral consolidado do exercício de 2009	-	-	-	-	(1.351)	(8.869)	828	-	-	-	-	472.996	(8.856)	454.748
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	589.811	163.703	135.000	23.245	(12.390)	(8.811)	(7.250)	171.928	673.524	(58.960)	(230)	472.996	588.453	2.731.019
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	158	43.904	35.796	153.137	-	(232.996)	-	(1)
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(240.000)	(2.995)	(242.995)
. Ações preferenciais	-	-	-	-	-	589	-	-	(29.343)	-	-	-	(1.432)	(30.186)
Fusão com o BSN	30.294	-	-	-	-	-	-	-	147.042	-	(41.883)	-	642	136.095
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	1.922	-	-	-	-	1.922
Venda de participadas a interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.073)	(45.073)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(250)	-	-	-	(8)	(258)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2010	-	-	-	-	(494.989)	4.674	149.671	-	-	-	-	394.028	29.205	82.589
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	620.105	163.703	135.000	23.245	(507.379)	(3.548)	142.579	215.832	828.691	94.177	(42.113)	394.028	568.792	2.633.112

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	2.148.215	2.690.457
Pagamento de juros e comissões	(1.200.098)	(1.567.074)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(470.573)	(476.320)
Contribuições para o fundo de pensões	(22.000)	(72.772)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	23.470	7.074
Recuperação de créditos incobráveis	10.717	7.146
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>489.731</u>	<u>588.511</u>
 (Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	672.073	(1.679.343)
Activos financeiros detidos para negociação	399.578	(323.777)
Créditos a clientes	(315.701)	214.699
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	212.705	54.304
Activos não correntes detidos para venda	(8.370)	(11.628)
Outros activos	<u>(68.815)</u>	<u>(3.884)</u>
	<u>891.470</u>	<u>(1.749.629)</u>
 Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	4.658.964	2.152.618
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.302.942	11.804
Passivos financeiros detidos para negociação	(290.570)	236.255
Outros passivos	<u>30.413</u>	<u>9.974</u>
	<u>6.701.749</u>	<u>2.410.651</u>
 Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	8.082.950	1.249.533
Impostos pagos	<u>(94.889)</u>	<u>(66.761)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>7.988.061</u>	<u>1.182.772</u>
 FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	4.307	5.040
Aquisição de activos disponíveis para venda	(3.357.772)	(3.863.703)
Alienação de activos disponíveis para venda	1.267.076	139.370
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	199.208	60.797
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(64.720)	(78.879)
Vendas de activos tangíveis	1.010	1.282
Investimentos em empresas filiais e associadas	<u>(2.555)</u>	<u>66.871</u>
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(1.953.446)</u>	<u>(3.669.222)</u>
 FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(240.000)	(230.000)
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(6.023.933)	2.990.924
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(160.855)	(162.006)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	<u>(5.270)</u>	<u>(8.599)</u>
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(6.430.058)</u>	<u>2.590.319</u>
 Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(395.443)</u>	<u>103.869</u>
 Caixa e seus equivalentes no início do período	973.400	908.797
Saída do perímetro de consolidação	(58.605)	(57.308)
Entrada no perímetro de consolidação	33.739	18.042
Caixa e seus equivalentes no fim do período	553.091	973.400

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BST”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição do Banco Totta & Açores, S.A. (totta) pelo Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2010 e 2009 encontram-se detalhados na Nota 46.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 694 balcões (698 balcões em 31 de Dezembro de 2009) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas. No exercício de 2007 foi deliberado pelo Conselho de Administração do BST proceder ao encerramento da Sucursal do Luxemburgo, o que se concretizou durante o ano de 2009.

Em 22 de Julho de 2010, o Conselho de Administração do Banco aprovou um projecto de fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). A concretização desta operação foi autorizada pelo Banco de Portugal em carta de 19 de Janeiro de 2011.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

No exercício de 2010, o Banco adoptou as alterações à Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”/ IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o que lhe permitiu reconhecer um ganho no montante de mEuros 21.201 em resultado da alteração de controlo verificada na participação na Unicre (Nota 36) e um ganho no montante de mEuros 54.047 como resultado da perda de controlo conjunto na participada Partang (Nota 4).

O Banco analisou as alterações à Norma IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, sobre a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções, mas estas não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras. As alterações à IFRS 2 - “Pagamento com base em acções”, a IFRIC 16 – “Cobertura de um investimento líquido numa filial no estrangeiro”, a IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” e a IFRIC 18 – “Transferências de activos provenientes de clientes”, não tiveram igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2009, o Banco adoptou a Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, que define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – “Relato por Segmentos”. A informação sobre os segmentos operacionais, que correspondem aos segmentos de negócio do Banco, é apresentada na Nota 3.

Adicionalmente, o Banco adoptou as alterações preconizadas na Norma IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras”, cujo principal impacto se verificou ao nível dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras. Nesse sentido, o Banco passou a apresentar a “Demonstração do rendimento integral” requerida pela Norma e alterou a “Demonstração de alterações nos capitais próprios” em conformidade.

No exercício de 2009, o Banco adoptou as alterações à Norma IFRS 7 que introduziu requisitos adicionais de divulgação em termos de risco de liquidez e determinação de justo valor. Essas divulgações estão incluídas na Nota 48.

O Banco considerou ainda durante o exercício de 2009 as alterações às Normas IAS 1 e IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”, que esclarecem os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação de instrumentos financeiros com uma opção de venda, nomeadamente, se incluídos em passivos financeiros ou em instrumentos de capital. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

No exercício de 2009, o Banco considerou as alterações às Normas IFRIC 9 e IAS 39 (Alterações) – “Derivados embutidos”, que clarificam que em caso de reclassificação de instrumentos financeiros para fora da categoria de “ao justo valor por contrapartida de resultados”, nos termos da alteração da IAS 39, devem ser analisados os derivados embutidos e se necessário, proceder à sua contabilização separadamente nas demonstrações financeiras. Estas alterações também não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

Em 2009, o Banco analisou as alterações à Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada”. As alterações efectuadas ao texto desta norma corresponderam essencialmente à clarificação dos critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, no âmbito de uma operação de reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. Estas alterações não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e pelo “Internacional Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IAS 24 (Alteração) – “Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto desta Norma implica alterações às divulgações apresentadas relativas a entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IAS 32 – (Alteração) – “Instrumentos financeiros: apresentação” - A revisão efectuada ao texto de Norma corresponde a clarificação das condições em que os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capitais próprios. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.
- IFRIC 14 – “O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção”. A alteração efectuada ao texto desta interpretação pretende clarificar a composição e tratamento contabilístico dos requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades por serviços futuros. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 19 – “Liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio”. Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico relativo à liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio, bem como os respectivos critérios de valorização. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas nas demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – As alterações ao texto da norma, emitidas em Outubro de 2010, são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.
- “Improvements to IFRS” - As alterações têm diversas datas de aplicação obrigatória, sendo a primeira data em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas participadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 estão pendentes de aprovação pelas respectivas Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco detém directa ou indirectamente o controlo. Entende-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%, se detém a maioria dos direitos de voto ou o poder de gerir a política financeira e operacional de uma entidade de forma a obter benefícios das suas actividades.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que o BST assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa.

Os saldos, as transacções e os correspondentes proveitos e custos entre empresas subsidiárias são eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses Minoritários" (Nota 28).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. São também classificadas como associadas as empresas nas quais a percentagem de participação do Banco seja inferior a 20%, mas que sejam detidas maioritariamente pelo Grupo Santander Totta SGPS. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a Norma IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela Norma IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a Norma IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às Normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados (Nota 15). O goodwill é apurado numa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da associada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às referidas Normas o Banco reavalia por resultados as participações nas quais existe perda de controlo conjunto (Nota 4).

O Banco consolida pelo método da integração global as entidades de finalidade especial (SPE), nomeadamente os veículos relativos às operações de titularização de crédito à habitação.

As empresas sob controlo conjunto do Banco e de outras entidades são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, sendo integradas nas demonstrações financeiras consolidadas os seus activos, passivos e resultados na proporção da participação de capital detida pelo Grupo.

O Grupo decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a Norma IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco, na rubrica de "Reservas de flutuação cambial".

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Empréstimos e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Situações de mora com responsabilidades superiores a mEuros 75 (acompanhados por gestores de recuperações);
- Situações de incumprimento superior a 90 dias:
 - . Todas as responsabilidades superiores a mEuros 300; e
 - . Responsabilidades entre mEuros 50 e mEuros 300 que sejam acompanhadas por gestores de risco.
- Todos os clientes que estejam classificados em “morosidade de gestão” no sistema de acompanhamento do Banco por apresentarem algum tipo de indícios que possam potencialmente levar a situações de imparidade.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo ("Incurred but not reported"). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considerou um período de emergência de 12 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida sem que os respectivos esforços de cobrança tenham produzido efeito. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e as perdas de imparidade são totais. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 38). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com as Normas IAS 32 e IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo. Em 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos ao justo valor através de resultados incluíam ainda títulos de rendimento variável que o Banco optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, bem como o respectivo funding.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação que sejam transaccionados em mercados activos é o seu "bid-price" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash-flows".

Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash-flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" da demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Grupo considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro como um indicador objectivo de imparidade.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na Norma IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Adicionalmente, o Banco tem instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros a pagar em passivos emitidos.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na Norma IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor do imóvel não é recuperável através do seu uso nas operações. Para esses casos, o valor da imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido do imóvel e o seu valor de avaliação.

Os critérios seguidos nas avaliações consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos. Para a nova plataforma informática (Paternon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a Norma IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e imparidades acumuladas) e são igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

O Grupo não reconhece mais-valias potenciais nestes activos, em virtude de não existir uma expectativa suficientemente comprovada da sua realização e tendo em conta a evolução do mercado imobiliário.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós-emprego específicos de membros do Conselho de Administração, riscos fiscais, processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a Norma IAS 37 (Nota 23).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Os empregados do ex – totta já estavam inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos. Para os trabalhadores abrangidos pelo plano de benefício definido e que não estavam inscritos na Segurança Social, o Banco tem sido responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefícios definidos o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões separado (Nota 44). Em 2009 o Banco reconheceu na rubrica de “Custos com o pessoal” o custo do exercício e uma contribuição extraordinária para o financiamento do plano. No exercício de 2010 reconheceu apenas o custo do período e a contribuição normal do ano.

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da Norma IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, a Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal (ex-Watson Wyatt), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo. O seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do total das responsabilidades ou do valor do Fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O BST regista em "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes; e
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, e corrigidas pelos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas na rubrica de "Outros activos" (Nota 17).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo.

O BST dotou o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

O Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do ex-BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores do BSN foi registado na rubrica "Custos com o pessoal".

Em Fevereiro de 2010, foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de quadros directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro no montante de mEuros 4.430 (Nota 40).

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado já em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estejam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continuará a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, as responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofrem alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo é aplicável aos serviços futuros dos colaboradores do Banco, com início em 1 de Janeiro de 2011, inclusive. Desta forma, o custo do serviço corrente reduz-se a partir desta data, mas o Banco passará a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos – prémio de antiguidade" (Nota 25).

Em 2010 o BST assumiu um acréscimo de responsabilidades de mEuros 432 relativo aos colaboradores do BSN.

m) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 33º-A do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 75% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios de 2009 e 2010 no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis fosse de 25% e que se aplicasse 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual é paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a carga fiscal utilizada no exercício de 2010 no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do período, fosse de 29%.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa.

n) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor nos exercícios de 2010 e 2009 está incluída na Nota 47.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)o) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos à constituição de imparidade.

1.4. Comparabilidade da informação

Conforme referido na Nota Introdutória, em 3 de Maio de 2010 ocorreu a fusão por incorporação do BSN no Banco. A fusão para efeitos contabilísticos foi reportada a 1 de Janeiro de 2010. O Banco integrou os activos e passivos do BSN pelo valor contabilístico que apresentavam nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2010, líquidos do valor dos dividendos distribuídos pelo BSN em Março de 2010 aos seus accionistas, no montante de mEuros 36.110 e de reservas de reavaliação no montante de mEuros 51, as quais foram registadas na rubrica "Reservas de reavaliação – reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda". A diferença face ao custo de aquisição foi registada directamente por contrapartida de capital próprio, como uma reserva de fusão. O impacto desta fusão nos capitais próprios do Banco pode ser demonstrado como segue:

Situação líquida do BSN à data da fusão	101.860
Dividendos distribuídos pelo BSN em Março de 2010	(36.110)
Transferência para reservas de reavaliação	(51)

	65.699
Valor nominal das acções entregues aos accionistas do BSN	30.294

Reserva de fusão	35.405
	=====

Adicionalmente, na sequência da operação de fusão por incorporação do BSN, o Banco incorporou os investimentos em filiais que o BSN detinha, passando a consolidar as seguintes entidades:

Empresa	Participação (%)	Actividade	Método de consolidação	Reservas incorporadas
Taxagest, SGPS, S.A..	99,00	Gestão de participações sociais	Integral	71.917
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100,00	Gestão de participações sociais	Integral	27.863
Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	100,00	Gestão de fundos de pensões	Integral	3.670
Santander Asset Management,SGFIM, S.A.	100,00	Gestão de fundos mobiliários	Integral	7.442

				110.892
				=====

Com a fusão do BSN, o Banco aumentou ainda a sua participação efectiva na Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A., que passou de 16,12% para 16,81% (Nota 4), tendo registado em "Outras reservas" um impacto de mEuros 745.

A Taxagest detém 14.593.315 acções do BST, cujo custo de aquisição foi reconhecido no balanço consolidado na rubrica de acções próprias do Banco (Nota 26).

Consequentemente, uma vez que o balanço e a demonstração de resultados dos períodos anteriores não foram reexpressos, os activos, passivos, custos e proveitos do Banco em 31 de Dezembro de 2010 não são directamente comparáveis com os de 31 de Dezembro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Apresenta-se de seguida um resumo por rubrica do balanço individual do BSN em 31 de Dezembro de 2009 que foi incorporado no BST nos termos atrás descritos:

Balanço	31-12-2009
Activo	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.477
Activos financeiros detidos para negociação	106.313
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	220.822
Activos financeiros disponíveis para venda	50.103
Aplicações em instituições de crédito	466.144
Crédito a clientes, líquido de provisões e imparidade	91.549
Derivados de cobertura	9.765
Outros activos tangíveis, líquidos de amortizações acumuladas	1.670
Activos intangíveis, líquidos de amortizações acumuladas	1.224
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7.468
Activos por impostos correntes	180
Activos por impostos diferidos	231
Outros activos	47.164
Total do Activo	<u>1.033.118</u>
Passivo	
Passivos financeiros detidos para negociação	95.205
Recursos de outras instituições de crédito	38.072
Recursos de clientes e outros empréstimos	653.775
Provisões	856
Passivos por impostos correntes	935
Passivos por impostos diferidos	1.120
Outros passivos subordinados	100.205
Outros passivos	41.090
Total do Passivo	<u>931.258</u>
Capitais Próprios	
Capital	26.250
Prémios de emissão	2.357
Reservas de reavaliação	51
Outras reservas e resultados transitados	55.080
Resultado do exercício	18.122
Total dos Capitais Próprios	<u>101.860</u>
Total do Passivo e dos Capitais Próprios	<u>1.033.118</u>

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando nomeadamente tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Por outro lado, o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões estimado. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3 e) e f) supra. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3 c) supra. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos futuros de caixa esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável do exercício de 2010, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela Norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Gestão de activos:

Decorre da actividade de Gestão de Fundos de Investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos que têm por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Grupo.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem Financeira Estrita	58.115	471.407	86.732	-	57.318	673.572
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	-	4.307	4.307
Margem Financeira Alargada	58.115	471.407	86.732	-	61.625	677.879
Comissões líquidas	50.862	269.840	20.848	15.491	(4.310)	352.731
Outros Resultados da Actividade Bancária	(4)	4.953	198	(34)	(13.387)	(8.274)
Margem Comercial	108.973	746.200	107.778	15.457	43.928	1.022.336
Resultado de Operações Financeiras	16.613	(2.358)	10.547	312	103.671	128.785
Produto Bancário	125.586	743.842	118.325	15.769	147.599	1.151.121
Custos de transformação	(22.027)	(391.252)	(32.337)	(5.505)	(3.962)	(455.083)
Amortizações do exercício	(3.588)	(59.805)	(3.998)	(401)	1.468	(66.324)
Margem de Exploração	99.971	292.785	81.990	9.863	145.105	629.714
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	260	(109.877)	(30.514)	3	(15.863)	(155.991)
Resultados de associadas	-	3.457	-	-	5.303	8.760
Resultado antes de Impostos	100.231	182.908	54.933	9.866	134.545	482.483
Impostos	(17.514)	(31.961)	(9.599)	(1.724)	(23.510)	(84.308)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(4.147)	(4.147)
Resultado líquido do exercício	82.717	150.947	45.334	8.142	106.888	394.028

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2010, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retail	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo						
Crédito a Clientes						
Crédito Hipotecário	-	16.454.458	-	-	-	16.454.458
Crédito ao Consumo	-	1.633.797	-	-	-	1.633.797
Outros Créditos	3.443.506	3.834.240	4.407.731	-	-	11.685.477
	<u>3.443.506</u>	<u>21.922.495</u>	<u>4.407.731</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.773.732</u>
Total de activos afectos	3.443.506	21.922.495	4.407.731	-	-	29.773.732
Activos não afectos						16.304.536
Total do Activo						<u>46.078.268</u>
Passivo						
Recursos em Balanço						
Recursos de Clientes e outros empréstimos	818.057	14.795.397	2.392.982	-	-	18.006.436
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	547.698	818.084	-	7.514.564	8.880.346
	<u>818.057</u>	<u>15.343.095</u>	<u>3.211.066</u>	<u>-</u>	<u>7.514.564</u>	<u>26.886.782</u>
Garantias e Avals	327.137	221.890	1.153.320	-	-	1.702.347
Fundos de Investimento	-	2.439.449	739.808	1.344.848	-	4.524.105

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2009 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retail	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem Financeira Estrita	48.175	513.214	88.108	112.315	761.812
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	5.040	5.040
Margem Financeira Alargada	<u>48.175</u>	<u>513.214</u>	<u>88.108</u>	<u>117.355</u>	<u>766.852</u>
Comissões líquidas	33.108	263.129	21.255	(466)	317.026
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	6.102	49	(11.350)	(5.199)
Margem Comercial	<u>81.283</u>	<u>782.445</u>	<u>109.412</u>	<u>105.539</u>	<u>1.078.679</u>
Resultado de Operações Financeiras	15.254	1.007	24.856	62.659	103.776
Produto Bancário	<u>96.537</u>	<u>783.452</u>	<u>134.268</u>	<u>168.198</u>	<u>1.182.455</u>
Custos de transformação	(10.786)	(407.509)	(35.340)	(3.339)	(456.974)
Amortizações do exercício	(1.176)	(59.600)	(4.338)	619	(64.495)
Margem de Exploração	<u>84.575</u>	<u>316.343</u>	<u>94.590</u>	<u>165.478</u>	<u>660.986</u>
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(3.147)	(80.595)	(16.316)	3.365	(96.693)
Resultados de associadas	-	-	-	2.428	2.428
Resultado antes de Impostos	<u>81.428</u>	<u>235.748</u>	<u>78.274</u>	<u>171.271</u>	<u>566.721</u>
Impostos	(12.510)	(36.218)	(12.026)	(26.312)	(87.066)
Interesses minoritários	-	(1)	-	(6.658)	(6.659)
Resultado líquido do exercício	<u>68.918</u>	<u>199.529</u>	<u>66.248</u>	<u>138.301</u>	<u>472.996</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2009, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retail	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito Hipotecário	-	16.239.517	-	-	16.239.517
Crédito ao Consumo	-	1.662.209	-	-	1.662.209
Outros Créditos	3.409.848	3.729.879	4.515.593	-	11.655.320
	<u>3.409.848</u>	<u>21.631.605</u>	<u>4.515.593</u>	<u>-</u>	<u>29.557.046</u>
Total de activos afectos	3.409.848	21.631.605	4.515.593	-	29.557.046
Activos não afectos					<u>16.123.917</u>
Total do Activo					<u><u>45.680.963</u></u>
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	231.296	13.014.621	2.034.870	-	15.280.787
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	766.407	1.550.948	12.516.136	14.833.491
	<u>231.296</u>	<u>13.781.028</u>	<u>3.585.818</u>	<u>12.516.136</u>	<u>30.114.278</u>
Garantias e Avals	393.861	233.813	1.098.636	-	1.726.310
Fundos de Investimento	-	2.990.285	592.097	-	3.582.382

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2010, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica					Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Saldos comuns e outros	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Activo												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.807	65	-	-	316.872	-	-	-	-	-	-	316.872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	358.306	3.699	12.304	(105.774)	268.535	36.395	-	279.758	12.790	328.943	(361.259)	236.219
Activos financeiros detidos para negociação	1.690.217	-	-	-	1.690.217	1.441.634	-	128	-	1.441.762	(1.482.683)	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-	-	93.286	-	-	-	-	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	8.613.753	5.380.273	-	-	13.994.026	844.371	-	-	-	844.371	(7.913.274)	6.925.123
Aplicações em instituições de crédito	9.611.006	793.615	44.284	(2.896.867)	7.552.038	162.795	-	171.740	330.467	665.002	(3.007.219)	5.209.821
Crédito a clientes	28.588.326	1.185.406	-	-	29.773.732	-	-	-	-	-	-	29.773.732
Derivados de cobertura	131.525	-	-	-	131.525	-	-	115	-	115	(128)	131.512
Activos não correntes detidos para venda	89.122	-	-	-	89.122	-	-	-	-	-	1	89.123
Outros activos tangíveis	390.980	262	-	-	391.242	-	-	-	81	81	-	391.323
Activos intangíveis	74.057	318	-	-	74.375	-	-	-	-	-	-	74.375
Investimentos em associadas	54.924	-	-	-	54.924	-	103.922	-	-	103.922	-	158.846
Activos por impostos correntes	20.165	-	1.820	-	21.985	-	-	-	-	-	-	21.985
Activos por impostos diferidos	380.058	385	-	-	380.443	-	-	-	-	-	-	380.443
Outros activos	761.854	22.261	-	(41.524)	742.591	2	-	6	2.482	2.490	(118.769)	626.312
Total do Activo Líquido	51.174.386	7.386.284	58.408	(3.044.165)	55.574.913	2.485.197	103.922	451.747	345.820	3.386.686	(12.883.331)	46.078.268
Passivo												
Recursos de bancos centrais	4.807.156	6	-	-	4.807.162	-	-	-	-	-	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.353.763	10	-	-	1.353.773	8.217	-	220	-	8.437	(49.222)	1.312.988
Recursos de outras instituições de crédito	7.134.041	5.850.070	9.745	(3.003.263)	9.990.593	2.010.443	-	7.633	-	2.018.076	(2.393.988)	9.614.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.403.525	826.873	58.328	-	18.288.726	-	-	150.962	241	151.203	(433.493)	18.006.436
Responsabilidades representadas por títulos	17.729.331	-	-	-	17.729.331	112.792	-	-	-	112.792	(8.961.777)	8.880.346
Derivados de cobertura	189.582	-	-	-	189.582	-	-	11	-	11	(170)	189.423
Provisões	86.064	18.129	-	-	104.193	-	-	-	-	-	-	104.193
Passivos por impostos correntes	2.778	961	-	-	3.739	1.919	-	950	-	2.869	-	6.608
Passivos por impostos diferidos	47.220	-	-	-	47.220	664	-	-	-	664	-	47.884
Passivos subordinados	320.485	567.260	-	-	887.745	-	-	-	-	-	(855.429)	32.316
Outros passivos	524.307	15.305	-	(15.905)	523.707	67	-	103	159	329	(80.917)	443.119
Total do Passivo	49.598.252	7.278.614	68.073	(3.019.168)	53.925.771	2.134.102	-	159.879	400	2.294.381	(12.774.996)	43.445.156
Capital próprio	1.576.134	107.670	(9.665)	(24.997)	1.649.142	351.095	103.922	291.868	345.420	1.092.305	(108.335)	2.633.112
Total do passivo e do capital próprio	51.174.386	7.386.284	58.408	(3.044.165)	55.574.913	2.485.197	103.922	451.747	345.820	3.386.686	(12.883.331)	46.078.268

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o balanço por segmento geográficos era como segue:

	Actividade doméstica						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos comuns e outros	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Activo													
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.448	61	-	-	-	699.509	-	56.891	-	-	56.891	-	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.858	2.497	4.298	400	(14.034)	211.019	12.923	10.192	8.253	12.534	43.902	(37.921)	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.929.490	30.131	-	-	(15.192)	1.944.429	-	13.636	231	-	13.867	(9.194)	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	-	599.894	-	-	-	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.709.581	-	-	-	-	10.709.581	2.140.787	71.842	-	-	2.212.629	(7.349.310)	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	9.261.935	1.407.200	53.769	-	(2.825.551)	7.897.353	3.432.400	37.922	439.847	328.099	4.238.268	(6.669.681)	5.465.940
Crédito a clientes	27.745.765	1.443.385	7.290	-	-	29.196.440	299.633	60.973	-	-	360.606	-	29.557.046
Derivados de cobertura	271.403	-	-	-	-	271.403	-	-	346	-	346	(480)	271.269
Activos não correntes detidos para venda	97.779	-	-	-	-	97.779	-	-	-	-	-	-	97.779
Outros activos tangíveis	393.977	347	-	-	-	394.324	-	8.441	-	82	8.523	-	402.847
Activos intangíveis	69.657	483	-	-	-	70.140	-	124	-	-	124	-	70.264
Investimentos em associadas	21.717	-	-	-	-	21.717	-	-	-	-	-	-	21.717
Activos por impostos correntes	3.761	-	6	-	-	3.767	58	-	-	-	58	-	3.825
Activos por impostos diferidos	214.911	579	-	-	-	215.490	4.575	6	-	-	4.581	-	220.071
Outros activos	526.278	1.615	-	1	(26.511)	501.383	69	1.229	5	2.454	3.757	(30.231)	474.909
Total do Activo Líquido	52.763.454	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	52.834.228	5.890.445	261.256	448.682	343.169	6.943.552	(14.096.817)	45.680.963
Passivo													
Recursos de bancos centrais	2.026.809	2	-	-	-	2.026.811	-	19	-	-	19	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.502.625	30.082	-	-	(15.192)	1.517.515	-	7	473	-	480	(9.661)	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	-	502.639	-	-	-	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	13.344.285	841.217	3.126	-	(2.837.964)	11.350.664	2.181.969	34	212	69	2.182.284	(5.837.233)	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.626.368	586.710	63.134	-	-	15.276.212	-	174.678	176.680	225	351.583	(347.008)	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	17.906.408	500.293	-	-	-	18.406.701	3.382.398	-	-	-	3.382.398	(6.955.608)	14.833.491
Derivados de cobertura	244.364	-	-	-	-	244.364	-	-	90	-	90	(13)	244.441
Provisões	63.140	16.647	73	287	-	80.147	-	1.363	-	-	1.363	-	81.510
Passivos por impostos correntes	13.358	875	3.026	-	-	17.259	1.808	2.275	815	-	4.898	-	22.157
Passivos por impostos diferidos	31.004	-	-	-	-	31.004	767	-	-	-	767	-	31.771
Passivos subordinados	334.584	847.922	-	-	-	1.182.506	-	-	-	-	-	(836.126)	346.380
Outros passivos	373.627	4.153	11	137	(3.134)	374.794	44	1.797	131	136	2.108	(1.013)	375.889
Total do Passivo	50.969.211	2.827.901	69.370	424	(2.856.290)	51.010.616	5.566.986	180.173	178.401	430	5.925.990	(13.986.662)	42.949.944
Capital próprio	1.794.243	58.397	(4.007)	(23)	(24.998)	1.823.612	323.459	81.083	270.281	342.739	1.017.562	(110.155)	2.731.019
Total do passivo e do capital próprio	52.763.454	2.886.298	65.363	401	(2.881.288)	52.834.228	5.890.445	261.256	448.682	343.169	6.943.552	(14.096.817)	45.680.963

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2010, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica					Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Saldos Comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Juros e rendimentos similares	2.217.444	255.301	7.550	(363.779)	2.116.516	98.527	-	23.252	13.398	135.177	(239.609)	2.012.084
Juros e encargos similares	(1.710.693)	(200.007)	(2.030)	363.779	(1.548.951)	(25.687)	-	(3.708)	-	(29.395)	239.834	(1.338.512)
Margem financeira	506.751	55.294	5.520	-	567.565	72.840	-	19.544	13.398	105.782	225	673.572
Rendimentos de instrumentos de capital	4.307	-	-	-	4.307	-	-	-	-	-	-	4.307
Rendimentos de serviços e comissões	440.447	7.218	2.112	(54)	449.723	2.774	-	-	1.505	4.279	(48.051)	405.951
Encargos com serviços e comissões	(99.406)	(281)	(156)	54	(99.789)	(262)	-	-	(994)	(1.256)	47.825	(53.220)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultado	(26.912)	-	(2)	-	(26.914)	-	-	35	-	35	-	(26.879)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(7.737)	-	1.837	-	(5.900)	(211.452)	-	-	-	(211.452)	-	(217.352)
Resultados de reavaliação cambial	5.826	138	4.980	-	10.944	-	-	38	2	40	-	10.984
Resultados de alienação de outros activos	97.232	25	56.027	-	153.284	208.748	-	-	-	208.748	-	362.032
Outros resultados de exploração	(3.881)	(144)	(285)	-	(4.310)	-	-	(4)	(95)	(99)	(3.865)	(8.274)
Produto bancário	916.627	62.250	70.033	-	1.048.910	72.648	-	19.613	13.816	106.077	(3.866)	1.151.121
Custos com o pessoal	(296.740)	(1.618)	(2.364)	-	(300.722)	(177)	-	(204)	(794)	(1.175)	-	(301.897)
Gastos gerais administrativos	(152.647)	(1.133)	(2.411)	-	(156.191)	(403)	-	(101)	(356)	(860)	3.865	(153.186)
Amortizações do exercício	(65.705)	(329)	(253)	-	(66.287)	-	-	-	(37)	(37)	-	(66.324)
Provisões líquidas de anulações	(7.930)	(1.481)	(767)	-	(10.178)	-	-	-	-	-	-	(10.178)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(102.593)	(3.059)	(363)	-	(106.015)	336	-	-	-	336	-	(105.679)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(15.561)	-	-	-	(15.561)	-	-	-	-	-	-	(15.561)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(24.116)	(456)	-	-	(24.572)	-	-	-	-	-	(1)	(24.573)
Resultados de associadas	5.300	-	-	-	5.300	-	3.459	-	-	3.459	1	8.760
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	256.635	54.174	63.875	-	374.684	72.404	3.459	19.308	12.629	107.800	(1)	482.483
Impostos correntes	(64.434)	(1.158)	(3.438)	-	(69.030)	(9.137)	-	(976)	(47)	(10.160)	3	(79.187)
Impostos diferidos	(5.009)	(193)	-	-	(5.202)	88	-	-	-	88	(7)	(5.121)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	187.192	52.823	60.437	-	300.452	63.355	3.459	18.332	12.582	97.728	(5)	398.175
Interesses minoritários	38	-	-	-	38	-	(4.185)	-	-	(4.185)	-	(4.147)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST	187.154	52.823	60.437	-	300.414	63.355	7.644	18.332	12.582	101.913	(5)	394.028

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2009, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Actividade doméstica						Actividade internacional					Operações entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total		
Juros e rendimentos similares	2.306.893	354.151	1.953	82	(107.139)	2.555.940	171.623	6.013	23.770	13.481	214.887	(440.127)	2.330.700
Juros e encargos similares	(1.725.207)	(325.049)	(1.088)	(37)	107.139	(1.944.242)	(57.846)	(874)	(6.279)	-	(64.999)	440.353	(1.568.888)
Margem financeira	581.686	29.102	865	45	-	611.698	113.777	5.139	17.491	13.481	149.888	226	761.812
Rendimentos de instrumentos de capital	5.040	-	-	-	-	5.040	-	-	-	-	-	-	5.040
Rendimentos de serviços e comissões	372.433	6.603	-	12	(73)	378.975	-	2.104	-	1.589	3.693	(18.243)	364.425
Encargos com serviços e comissões	(63.723)	(400)	-	(9)	73	(64.059)	(285)	(80)	-	(992)	(1.357)	18.017	(47.399)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32.481	-	-	-	-	32.481	-	(50)	192	-	142	-	32.623
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.186	-	-	-	-	1.186	-	5.454	-	-	5.454	-	6.640
Resultados de reavaliação cambial	6.883	161	(4)	-	-	7.040	-	11.776	(236)	13	11.553	-	18.593
Resultados de alienação de outros activos	38.374	(2)	7.546	2	-	45.920	-	-	-	-	-	-	45.920
Outros resultados de exploração	(1.173)	(115)	(52)	27	-	(1.313)	-	155	(3)	(87)	65	(3.951)	(5.199)
Produto bancário	973.187	35.349	8.355	77	-	1.016.968	113.492	24.498	17.444	14.004	169.438	(3.951)	1.182.455
Custos com o pessoal	(293.880)	(4.958)	-	(139)	-	(298.977)	(174)	(2.126)	(192)	(788)	(3.280)	-	(302.257)
Gastos gerais administrativos	(154.023)	(1.185)	(11)	(474)	-	(155.693)	(423)	(2.057)	(126)	(369)	(2.975)	3.951	(154.717)
Amortizações do exercício	(63.975)	(257)	-	-	-	(64.232)	(1)	(241)	-	(21)	(263)	-	(64.495)
Provisões líquidas de anulações	(1.784)	11.073	-	(259)	72	9.102	-	(282)	-	9	(273)	-	8.829
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(81.193)	(3.202)	72	670	(72)	(83.725)	(336)	(3.764)	-	-	(4.100)	-	(87.825)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.504)	-	-	-	-	(1.504)	-	-	-	-	-	-	(1.504)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(16.193)	-	-	-	-	(16.193)	-	-	-	-	-	-	(16.193)
Resultados de associadas	2.428	-	-	-	-	2.428	-	-	-	-	-	-	2.428
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	363.063	36.820	8.416	(125)	-	408.174	112.558	16.028	17.126	12.835	158.547	-	566.721
Impostos correntes	(73.075)	(1.800)	(3.036)	102	-	(77.809)	(14.619)	(2.442)	(845)	(33)	(17.939)	-	(95.748)
Impostos diferidos	7.583	579	-	-	-	8.162	520	-	-	-	520	-	8.682
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	297.571	35.599	5.380	(23)	-	338.527	98.459	13.586	16.281	12.802	141.128	-	479.655
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.659)	(6.659)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	297.571	35.599	5.380	(23)	-	338.527	98.459	13.586	16.281	12.802	141.128	6.659	472.996

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	48.696.964	51.488.163	1.753.362	2.102.201	278.010	439.048
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA ⁽³⁾	-	-	24,99	25,50	814.340	534.269	158.703	166.035	30.895	36.382
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (5)}	100,00	100,00	100,00	100,00	311.788	311.788	311.788	311.786	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	32.923	30.417	32.665	30.109	204	300
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.113	966	968	846	56	126
TOTTA IRELAND, PLC ⁽⁴⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	2.133.547	5.927.895	280.234	360.188	4.639	8.311
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	100,00	100,00	100,00	100,00	90.723	93.851	64.473	66.471	149	4.959
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	193.293	121.191	114.784	116.060	(1.195)	4.729
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽³⁾	-	-	25,81	25,00	n.d.	11.584	n.d.	6.609	n.d.	(596)
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC, S.A. ⁽³⁾	16,12	16,12	16,81	16,12	4.528.812	4.237.517	166.818	134.234	24.958	16.403
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	100,00	-	100,00	-	14.307	-	14.304	-	23	-
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	-	-	100,00	-	33.628	-	26.689	-	6.331	-
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (6)}	100,00	100,00	100,00	100,00	451.724	448.479	291.841	270.418	18.150	16.346
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	-	99,00	-	60.374	-	60.363	-	(2.435)	-
SANTANDER PENSÕES	-	-	100,00	-	6.204	-	5.847	-	1.137	-
PARTANG, SGPS ⁽³⁾	0,49	0,49	49,00	50,00	94.771	87.493	92.427	87.483	4.944	(2)
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	21,50	18,08	21,50	18,08	310.155	298.563	73.102	72.410	11.270	15.153
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	282.445	323.381	(2.881)	(2.748)	(1.124)	(468)
HIPOTOTTA nº 2 PLC	-	-	-	-	909.493	1.022.421	(10.705)	(10.385)	(1.983)	(2.235)
HIPOTOTTA nº 3 PLC	-	-	-	-	1.581.593	1.743.436	(17.363)	(15.519)	(3.618)	(4.713)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.464.881	1.592.660	(17.578)	(15.399)	(2.912)	(3.276)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	1.255.211	1.423.277	(8.127)	6.187	(1.318)	(1.537)
HIPOTOTTA nº 6 Ltd	-	-	-	-	-	1.821.552	-	(7.430)	-	(2.463)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	-	-	-	-	1.641.785	1.785.966	(9.781)	(6.541)	(1.729)	(1.982)
HIPOTOTTA nº 8 Ltd	-	-	-	-	1.040.297	1.104.171	(5.454)	(3.857)	(151)	(1.327)
HIPOTOTTA nº 10 Ltd	-	-	-	-	825.853	876.806	(2.785)	(24)	(394)	(24)
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	272.269	313.811	269.705	309.421	(1.651)	(1.454)
HIPOTOTTA nº 2 FTC	-	-	-	-	895.884	1.009.324	885.025	992.861	(4.803)	(4.005)
HIPOTOTTA nº 3 FTC	-	-	-	-	1.575.344	22.259.671	1.556.184	1.713.727	(6.529)	(6.975)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.447.882	1.579.952	1.431.778	1.558.174	(7.264)	(6.432)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	1.249.022	1.419.228	1.240.708	1.407.666	(4.939)	(4.025)
HIPOTOTTA nº 6 FTC	-	-	-	-	-	1.816.362	-	1.799.534	-	(4.023)
HIPOTOTTA nº 7 FTC	-	-	-	-	1.625.006	1.767.804	1.614.575	1.753.669	(7.071)	(3.013)
HIPOTOTTA nº 8 FTC	-	-	-	-	1.020.165	1.085.914	1.011.190	1.074.774	(3.483)	(1.363)
HIPOTOTTA nº 10 FTC	-	-	-	-	808.389	856.650	803.778	854.522	(613)	(24)
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11)	-	-	-	-	3.861.233	-	38.412	-	-	-

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA ⁽³⁾	Bancária	Angola	Excluída de consolidação
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (5)}	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS	Gestão de participações sociais	Madeira	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. ⁽³⁾	Promoção imobiliária	Portugal	Excluída de consolidação
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC, S.A. ⁽³⁾	Leasing, Factoring, Consumo e ALD	Portugal	Excluída de consolidação
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, SA	Gestão de fundos	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (6)}	Bancária	Porto Rico	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORES DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS ⁽³⁾	Gestão de participações sociais	Portugal	Excluída de consolidação
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. ⁽³⁾	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Excluída de consolidação
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 2 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 3 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 6 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 8 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 10 LTD	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 2 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 3 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 6 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 8 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 10 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
TAGUS - Soc. Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 28).
- (2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Valorizada por equivalência patrimonial.
- (4) Os montantes reflectidos nas colunas do "Resultado do exercício" correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2010 e 2009, o resultado líquido da Totta Ireland, Plc. ascendeu a mEuros 59.332 e mEuros 93.787, respectivamente.
- (5) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (6) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.

De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade. Tal deve-se ao facto de ter na sua carteira as obrigações emitidas com maior grau de subordinação (Nota 45). Estas entidades estão acima indicadas como Hipotottas FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipotottas PLC ou Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização). No caso do Hipototta nº 11, o Grupo inclui nas suas contas consolidadas a parcela correspondente das demonstrações financeiras da Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., dado que pelo mesmo motivo detém também a maior parte dos riscos e benefícios associados a esta operação de securitização.

Na sequência do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 3 de Junho de 2009 o Banco aumentou o capital social da Madeisisa no montante de mEuros 50.898 através de transferência de acções correspondentes a 50,50% do Banco Totta de Angola, S.A..

Em 4 de Junho de 2009 foi constituída uma nova sociedade, Partang SGPS, S.A. (Partang), mediante a entrega de acções do Banco Totta de Angola correspondentes a 50,50% e 0,50% do seu capital social, pela Madeisisa e pelo BST, respectivamente.

Adicionalmente, foi efectuado um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pelo Grupo. Para o efeito, o BST e a Madeisisa cederam previamente à CGD por mEuros 150 e mEuros 15.130, respectivamente, os seus direitos de subscrição nesse aumento de capital.

No âmbito desta operação, o Banco vendeu 48,985% do Banco Totta de Angola, S.A. a entidades angolanas pelo montante de mEuros 66.590.

Nos termos do acordo inicial de Março de 2006, o BST tinha recebido mEuros 15.000 da CGD. Em 2009, este montante foi reembolsado à CGD acrescido de juros, nos termos do referido acordo.

Como resultado desta operação, em 2009 foi reconhecida uma mais valia consolidada no montante de mEuros 28.096 (Notas 27, 37 e 38) e a participação efectiva do Grupo no Banco Totta de Angola passou a ser de 25,50%.

O controlo conjunto sobre a Partang, em iguais participações de 50%, pelo Grupo e pela CGD determinou a sua consolidação pelo método proporcional, bem como da sua participada, o Banco Totta de Angola.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2 de Julho de 2009, o Banco Totta de Angola procedeu ao aumento do seu capital social de 793.609.000 Kwanzas para 8.575.000.000 Kwanzas. Este aumento de capital foi efectuado com a entrada em dinheiro de 7.780.600.000 Kwanzas, correspondentes a 100.000.000 Dólares dos Estados Unidos por todos os accionistas na proporção da participação detida, tendo por conseguinte a Partang efectuado uma contribuição de 51.000.000 Dólares dos Estados Unidos. Os remanescentes 791.000 Kwanzas do aumento de capital foram registados por integração de reservas livres. Após este aumento, o valor unitário das 857.000.000 acções que passaram a constituir o capital, foram redenominadas para 17.150.000 acções, tendo o seu valor unitário passado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas.

Na mesma data o Banco Totta de Angola alterou a sua designação para Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (BCGTA).

Em 13 de Novembro 2009, a Madeisisa – SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. alterou a sua designação para Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda..

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang, que é detentora de 51% do capital social do BCGTA. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter na data de perda de controlo conjunto, tendo registado um ganho nas suas contas consolidadas no montante de mEuros 54.045 (Notas 27, 37 e 38). Na sequência desta operação a participação passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	217.798	231.987
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	99.074	473.910
Em Bancos Centrais no Estrangeiro	-	50.503
	-----	-----
	316.872	756.400
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	1.462	23.216
Cheques a cobrar	110.056	109.863
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	123.456	82.003
Cheques a cobrar	1.245	1.918
	-----	-----
	236.219	217.000
	=====	=====

7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Títulos		
Unidades de Participação	406.281	477.919
Títulos do Banco Central de Angola	-	13.636
	-----	-----
	406.281	491.555
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.243.015	1.457.547
	-----	-----
	1.649.296	1.949.102
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundos especiais de investimento	127.258	227.839
Fundos de investimento mobiliário	226.162	227.538
Fundos de investimento imobiliário	52.861	22.542
	-----	-----
	406.281	477.919
	=====	=====

A rubrica de instrumentos financeiros derivados tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>			<u>2009</u>		
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
			(Nota 12)			(Nota 12)
Forwards	-	197	(197)	5.139	5.101	38
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	-	8.279	(8.279)	26.655	176	26.479
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	485.098	537.722	(52.624)	795.902	855.918	(60.016)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	4	2.751	(2.747)	13.590	17.116	(3.526)
Opções	108.435	112.963	(4.528)	165.119	175.964	(10.845)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	649.478	651.076	(1.598)	451.142	454.059	(2.917)
	<u>1.243.015</u>	<u>1.312.988</u>	<u>(69.973)</u>	<u>1.457.547</u>	<u>1.508.334</u>	<u>(50.787)</u>

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
- Obrigações do tesouro	93.286	99.894
Instrumentos de capital		
- Outros títulos emitidos por não residentes	-	500.000
	-----	-----
	93.286	599.894
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de “Instrumentos de capital – outros títulos emitidos por não residentes” correspondia a unidades de participação adquiridas em Agosto de 2008 e com vencimento em 2017, passíveis de antecipação. Para financiamento deste activo, o Banco contratou operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal pelo mesmo montante, as quais, em 31 de Dezembro de 2009 se encontravam registadas na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 19).

Em 30 de Junho de 2010, data da última liquidação de dividendos, o Banco exerceu o direito de venda antecipada.

Os dividendos, juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos em “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 35).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Valor de balanço
				Positiva	Negativa	Total (Nota 26)	
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do Tesouro	2.092.165	29.241	49.489	-	(237.844)	(237.844)	1.932.820
Outros emissores públicos nacionais	133.505	987	-	-	(8.496)	(8.496)	125.996
Outros residentes							
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	175.199	207	-	-	(19.431)	(19.431)	155.975
Dívida não subordinada	640.948	8.682	-	4.788	(22.301)	(17.513)	631.886
Dívida subordinada	19.748	8	-	-	(2.558)	(2.558)	17.198
Emitidos por não residentes							
De emissores públicos estrangeiros	3.088.305	75.112	23.548	341	(184.775)	(184.434)	3.002.531
Outros não residentes							
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	1.040.000	2.895	-	-	(43.875)	(43.875)	999.020
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Valorizados ao justo valor	90.139	-	-	-	(93)	(93)	39.187
Valorizados ao custo histórico	24.347	-	-	-	-	-	18.800
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	2.523	-	-	318	-	318	1.306
Valorizados ao custo histórico	1.149	-	-	-	-	-	404
	7.308.028	117.132	73.037	5.447	(519.373)	(513.926)	6.925.123
2009							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Correcções de valor por operações de cobertura	Reserva de justo valor			Valor de balanço
				Positiva	Negativa	Total (Nota 26)	
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do Tesouro	1.513.241	15.130	7.767	4.391	(2.834)	1.557	1.537.508
Outros emissores públicos nacionais	135.000	1.013	-	-	(2.976)	(2.976)	133.037
Outros residentes							
Dívida não subordinada	787.474	8.540	-	13.063	(1.850)	11.213	806.967
Dívida subordinada	119.745	211	-	1	(3.590)	(3.589)	116.367
Emitidos por não residentes							
De emissores públicos estrangeiros	718.685	25.893	-	29	(2.630)	(2.601)	741.977
Outros não residentes							
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	2.222.585	4.506	-	-	(36.482)	(36.482)	2.190.609
Instrumentos de capital							
Emitidos por residentes							
Valorizados ao justo valor	64.159	-	-	-	(5.680)	(5.680)	23.167
Valorizados ao custo histórico	26.917	-	-	-	-	-	21.370
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	2.447	-	-	295	-	295	1.207
Valorizados ao custo histórico	1.437	-	-	-	-	-	691
	5.591.690	55.293	7.767	17.779	(56.042)	(38.263)	5.572.900

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a nível consolidado o BST detinha 13.139.614 e 6.064.200 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 33.418 e mEuros 18.418, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2009, a reserva de justo valor antes de impostos era negativa e ascendia a 5.562 mEuros. O aumento do número de acções verificado em 2010 corresponde à entrada da Taxagest no perímetro de consolidação do Banco. A 31 de Dezembro de 2009, a Taxagest detinha 7.075.414 acções com um custo de aquisição de mEuros 19.845 e reserva de justo valor negativa de mEuros 4.845. No exercício de 2010, o Banco registou imparidade para estes títulos no montante de mEuros 15.219.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 73.037 e mEuros 7.767, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas incluem os seguintes títulos:

Descrição	2010					2009					Valor de balanço	
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valis reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valis reflectidas em reservas		Imparidade
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	-	-	100.657	3.622	-	1.224	-	105.503,00
. Com vencimento entre um e três anos	105.085	1.493	-	(3.399)	-	103.179	106.948	1.493	-	2.579	-	111.020,00
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.184.490	9.001	15.428	(99.743)	-	1.109.176	1.188.263	9.001	7.767	588	-	1.205.619,00
. Com vencimento entre cinco e dez anos	791.634	18.737	34.061	(134.634)	-	709.798	116.887	1.009	-	(2.834)	-	115.062,00
Bilhetes do Tesouro - Portugal	10.222	-	-	(52)	-	10.170	-	-	-	-	-	-
Outros	734	10	-	(16)	(231)	497	486	5	-	-	(187)	304,00
	2.092.165	29.241	49.489	(237.844)	(231)	1.932.820	1.513.241	15.130	7.767	1.557	(187)	1.537.508
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento entre um e três anos	1.447.264	27.772	(2.077)	(36.537)	-	1.436.422	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	633.573	24.230	-	(29.973)	-	627.830	641.792	24.230	-	(2.630)	-	663.392
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	25.625	(118.265)	-	930.388	-	-	-	-	-	-
Outros	7.468	82	-	341	-	7.891	6.922	76	-	29	-	7.027
Obrigações do Tesouro - Angola	3.088.305	75.112	23.548	(184.434)	-	3.002.531	718.685	25.893	-	(2.601)	-	741.977
	5.180.470	104.353	73.037	(422.278)	(231)	4.935.351	2.231.926	41.023	7.767	(1.044)	(187)	2.279.485

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco detém na sua carteira obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, no valor de mEuros 780.000 (Nota 18) e Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no valor de mEuros 4.725.398 (Nota 20), utilizadas como colaterais em operações de financiamento.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no valor de mEuros 1.586.220, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de instrumentos de dívida – outros residentes inclui os seguintes títulos:

Descrição	2010					2009				
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY	105.283	134	(17.471)	-	87.946	110.200	184	-	-	110.384
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	69.867	72	(1.953)	-	67.986	104.798	93	(101)	-	104.790
Outros	49	1	(7)	-	43	-	-	-	-	-
	<u>175.199</u>	<u>207</u>	<u>(19.431)</u>	<u>-</u>	<u>155.975</u>	<u>214.998</u>	<u>277</u>	<u>(101)</u>	<u>-</u>	<u>215.174</u>
Dívida não subordinada										
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.772	2.376	2.209	-	144.357	139.681	2.377	867	-	142.925
GALP ENERGIA 05-2013	90.000	514	1.341	-	91.855	90.000	432	7.888	-	98.320
BANCO ESPIRITO SANTO 3.75% 01/12	77.586	2.750	(2.148)	-	78.188	78.002	2.750	1.390	-	82.142
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 12/	74.176	156	(1.492)	-	72.840	74.680	156	1.325	-	76.161
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	370	(10.115)	-	60.255	70.000	352	(1.749)	-	68.603
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	59.976	1.272	(2.141)	-	59.107	59.958	1.272	1.137	-	62.367
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	23.708	813	(654)	-	23.867	23.812	813	415	-	25.040
PORTUGEL FLTG 2005/2010	-	-	-	-	-	19.940	105	42	-	20.087
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	4	(1.454)	-	13.550	15.000	4	-	-	15.004
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIO A	35.903	52	1.189	-	37.144	-	-	-	-	-
OBRIÇÕES ZON MULTIMÉDIA 2010/2	24.300	63	-	-	24.363	-	-	-	-	-
EDIA 2010/2030	19.250	291	(4.289)	-	15.252	-	-	-	-	-
Outros	11.277	21	41	(231)	11.108	1.403	2	(1)	(260)	1.144
	<u>640.948</u>	<u>8.682</u>	<u>(17.513)</u>	<u>(231)</u>	<u>631.886</u>	<u>572.476</u>	<u>8.263</u>	<u>11.314</u>	<u>(260)</u>	<u>591.793</u>
Dívida subordinada										
BSNP/2004 - PERPETUAS SUBORDINADAS	-	-	-	-	-	100.000	205	(2.869)	-	97.336
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	2	(892)	-	13.110	14.000	2	1	-	14.003
Outros	5.748	6	(1.666)	-	4.088	5.745	4	(721)	-	5.028
	<u>19.748</u>	<u>8</u>	<u>(2.558)</u>	<u>-</u>	<u>17.198</u>	<u>119.745</u>	<u>211</u>	<u>(3.589)</u>	<u>-</u>	<u>116.367</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de instrumentos de dívida – outros não residentes inclui os seguintes títulos:

Descrição	2010				2009			
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização								
LEASETOTTA NO.1 LTD CL A VAR	1.040.000	2.895	(43.875)	999.020	1.040.000	2.348	-	1.042.348
FTPYME SANTANDER 1 B2	-	-	-	-	91.578	130	(747)	90.961
SANTANDER EMPRESAS 3 - SERIE C NOTES	-	-	-	-	117.265	266	(5.123)	112.408
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE C	-	-	-	-	96.178	157	(1.983)	94.352
FTPYME SANTANDER 2 C	-	-	-	-	81.406	172	(980)	80.598
SANTANDER EMPRESAS 1 SERIE B	-	-	-	-	80.628	121	(655)	80.094
SANTANDER HIPOTERCAIO 3 - CLASS B	-	-	-	-	79.200	157	(2.117)	77.240
SANTANDER CONSUMER SPAIN-SERIE B	-	-	-	-	78.000	24	(4.542)	73.482
SANTANDER EMPRESAS 2 B	-	-	-	-	74.154	81	(1.418)	72.817
SANTANDER FINANCIACION 1 C	-	-	-	-	61.719	125	(3.134)	58.710
FTPYME SANTANDER 2 D	-	-	-	-	59.773	174	(2.028)	57.919
SANTANDER HIPOTECARIO 1 SERIE B	-	-	-	-	53.880	121	(1.683)	52.318
SANTANDER HIPOTECARIO 2 B	-	-	-	-	51.843	99	(1.456)	50.486
SANTANDER HIPOTECARIO 3 - CLASS C	-	-	-	-	47.500	102	(2.293)	45.309
SANTANDER HIPOTECARIO 1 C	-	-	-	-	47.820	126	(2.767)	45.179
SANTANDER EMPRESAS 3-SERIE B NOTES	-	-	-	-	39.688	87	(903)	38.872
SANTANDER EMPRESAS 2 C	-	-	-	-	36.385	44	(1.565)	34.864
SANTANDER HIPOTECARIO 2 C	-	-	-	-	32.408	69	(1.667)	30.810
FTPYME SANTANDER 1 C	-	-	-	-	27.452	55	(802)	26.705
SANTANDER FINANCIACION 1 B	-	-	-	-	25.708	48	(619)	25.137
	<u>1.040.000</u>	<u>2.895</u>	<u>(43.875)</u>	<u>999.020</u>	<u>2.222.585</u>	<u>4.506</u>	<u>(36.482)</u>	<u>2.190.609</u>

No exercício de 2010 o Grupo vendeu os títulos de securitização do Grupo Santander, tendo registado uma menos valia de mEuros 211.452 (Nota 36).

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

Descrição	2010				2009			
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Valorizados ao Justo Valor								
BPI	33.418	-	(15.219)	18.199	18.418	(5.562)	-	12.856
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	11.816	-	-	11.816	2.157	-	-	2.157
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	3.154	-	-	3.154	2.469	-	-	2.469
Outros	10.100	225	(3.001)	7.324	9.389	177	(2.674)	6.892
Títulos com imparidade a 100%	34.174	-	(34.174)	-	34.173	-	(34.173)	-
	<u>92.662</u>	<u>225</u>	<u>(52.394)</u>	<u>40.493</u>	<u>66.606</u>	<u>(5.385)</u>	<u>(36.847)</u>	<u>24.374</u>
Valorizados ao custo histórico								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (ex-AENOR)	3.749	-	(4)	3.745	3.749	-	(4)	3.745
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
Outros	9.510	-	(1.261)	8.249	13.114	-	(2.008)	11.106
Títulos com imparidade a 100%	5.027	-	(5.027)	-	4.281	-	(4.281)	-
	<u>25.496</u>	<u>-</u>	<u>(6.292)</u>	<u>19.204</u>	<u>28.354</u>	<u>-</u>	<u>(6.293)</u>	<u>22.061</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	2010					2009			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida									
. entre 0% e 25%	5.838.401	11.121	73.037	(517.975)	5.331.547	2.232.155	28.049	(49.641)	2.210.563
. entre 25% e 50%	2.756	5	-	(1.305)	1.456	2.752	4	(721)	2.035
	<u>5.841.157</u>	<u>11.126</u>	<u>73.037</u>	<u>(519.280)</u>	<u>5.333.003</u>	<u>2.234.907</u>	<u>28.053</u>	<u>(50.362)</u>	<u>2.212.598</u>
Instrumentos de Capital									
. entre 0% e 25%	500	-	-	(93)	407	500	-	(85)	415
. entre 25% e 50%	-	-	-	-	-	18.418	-	(5.562)	12.856
. superior a 50%	-	-	-	-	-	63	-	(33)	30
	<u>500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(93)</u>	<u>407</u>	<u>18.981</u>	<u>-</u>	<u>(5.680)</u>	<u>13.301</u>
	<u>5.841.657</u>	<u>11.126</u>	<u>73.037</u>	<u>(519.373)</u>	<u>5.333.410</u>	<u>2.253.888</u>	<u>28.053</u>	<u>(56.042)</u>	<u>2.225.899</u>

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações em instituições de crédito no País		
Aplicações no Banco de Portugal	500.000	-
Aplicações a muito curto prazo	-	12.457
Depósitos	-	611
Empréstimos	3.370.561	3.569.575
Aplicações subordinadas	50.000	50.000
Juros a receber	6.624	5.692
	-----	-----
	3.927.185	3.638.335
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	564	1.143.036
Depósitos	1.106.000	651.715
Outras aplicações	141.787	5.253
Juros a receber	34.285	27.601
	-----	-----
	1.282.636	1.827.605
	-----	-----
	5.209.821	5.465.940
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.594.663	1.831.168
Empréstimos	5.100.288	4.752.213
Locação financeira	1.052	1.140
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	254.255	292.491
Descobertos	429.993	346.799
Outros créditos	10.554	9.317
A particulares		
Habitação	5.781.267	4.844.315
Consumo e outros	2.072.693	2.114.893
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	244.631	209.872
Empréstimos	548.047	618.786
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	92	421
Descobertos	4.622	766
Outros créditos	3.077	1.693
A particulares		
Habitação	387.392	442.557
Consumo e outros	44.472	32.327
	-----	-----
	16.477.098	15.498.758
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos		
Papel comercial	2.633.386	2.658.983
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	268.027	307.146
. Hipototta nº 2	876.988	982.608
. Hipototta nº 3	1.543.260	1.700.765
. Hipototta nº 4	1.422.287	1.547.175
. Hipototta nº 5	1.231.046	1.397.600
. Hipototta nº 6	-	1.777.772
. Hipototta nº 7	1.601.178	1.739.359
. Hipototta nº 8	978.832	1.058.856
. Hipototta nº 10	802.442	852.133
. Hipototta nº 11	1.873.515	-
	-----	-----
	10.597.575	11.363.414
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	26.912	23.748
Há mais de 90 dias	335.099	259.133
Activos titularizados não desreconhecidos	99.369	106.536
	-----	-----
	461.380	389.417
	-----	-----
	30.169.439	29.910.572
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	59.291	55.297
Crédito titulado	5.510	3.571
Activos titularizados não desreconhecidos	23.953	25.404
Despesas com encargo diferido	113.753	121.344
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(105.363)	(109.793)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.306	4.082
	-----	-----
	101.450	99.905
	-----	-----
	30.270.889	30.010.477
Imparidade em crédito a clientes (Nota 23)	(497.157)	(453.431)
	-----	-----
	29.773.732	29.557.046
	=====	=====

Em 2010 e 2009 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas, maioritariamente constituídas por crédito vencido e por crédito já abatido ao activo. Como resultado destas operações foram registados ganhos líquidos no valor de mEuros 78 e mEuros 4.278, respectivamente (Nota 38).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	29.437	26.101
Entre três e seis meses	34.921	29.471
Entre seis meses e um ano	119.452	129.620
Entre um ano e três anos	229.202	186.100
Mais de três anos	48.368	18.125
	-----	-----
	461.380	389.417
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2010			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	171.299	3.291	174.590	0,58%
Pescas	3.718	19	3.737	0,01%
Indústrias extractivas	329.969	684	330.653	1,10%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	286.035	880	286.915	0,95%
Têxteis, vestuário e couro	176.428	2.434	178.862	0,59%
Madeira e cortiça	71.656	1.626	73.282	0,24%
Papel, gráficas e editoriais	67.828	744	68.572	0,23%
Indústria química	180.391	556	180.947	0,60%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	178.153	1.409	179.562	0,60%
Metalurgia	131.054	3.482	134.536	0,45%
Máquinas e material de transporte	274.422	4.686	279.108	0,93%
Electricidade, água e gás	229.109	709	229.818	0,76%
Construção e obras públicas	1.963.417	70.429	2.033.846	6,74%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	699.826	10.079	709.905	2,35%
Comércio de retalho	747.852	14.286	762.138	2,53%
Restaurantes e hotéis	347.584	5.023	352.607	1,17%
Transportes e comunicações	1.031.387	2.771	1.034.158	3,43%
Instituições financeiras não monetárias	1.147.539	11	1.147.550	3,80%
Sector público administrativo	486.162	2.434	488.596	1,62%
Outras empresas de serviços	2.146.915	35.973	2.182.888	7,24%
Crédito a particulares	7.718.688	186.309	7.904.997	26,20%
Activos titularizados não desreconhecidos	10.597.575	99.369	10.696.944	35,46%
Crédito ao exterior	272.812	2.454	275.266	0,91%
Outros créditos	448.240	11.722	459.962	1,51%
	<u>29.708.059</u>	<u>461.380</u>	<u>30.169.439</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	178.177	3.837	182.014	0,61%
Pescas	3.191	5	3.196	0,01%
Indústrias extractivas	338.781	280	339.061	1,13%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	283.806	700	284.506	0,95%
Têxteis, vestuário e couro	176.370	2.383	178.753	0,60%
Madeira e cortiça	121.856	5.145	127.001	0,42%
Papel, gráficas e editoriais	56.223	926	57.149	0,19%
Indústria química	141.562	676	142.238	0,48%
Indústrias Cerâmicas, do vidro e do cimento	103.286	800	104.086	0,35%
Metalurgia	133.161	1.333	134.494	0,45%
Máquinas e material de transporte	158.419	6.291	164.710	0,55%
Electricidade, água e gás	469.547	157	469.704	1,57%
Construção e obras públicas	1.881.456	40.329	1.921.785	6,43%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	618.677	10.816	629.493	2,10%
Comércio de retalho	779.114	12.332	791.446	2,65%
Restaurantes e hotéis	306.961	3.317	310.278	1,04%
Transportes e comunicações	681.191	2.653	683.844	2,29%
Instituições financeiras não monetárias	1.130.739	533	1.131.272	3,78%
Sector público administrativo	484.817	-	484.817	1,62%
Outras empresas de serviços	2.419.915	34.289	2.454.204	8,21%
Crédito a particulares	6.908.968	151.219	7.060.187	23,60%
Activos titularizados não desreconhecidos	11.363.414	106.536	11.469.950	38,35%
Crédito ao exterior	193.934	2.091	196.025	0,66%
Outros créditos	587.590	2.769	590.359	1,96%
	<u>29.521.155</u>	<u>389.417</u>	<u>29.910.572</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	10.998.831	10.998.831
. Com indícios de imparidade	166.921	149.891	316.812
	-----	-----	-----
	166.921	11.148.722	11.315.643
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.360.671	15.360.671
. Com indícios de imparidade	202.461	1.263.315	1.465.776
	-----	-----	-----
	202.461	16.623.986	16.826.447
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.156.902	1.156.902
. Com indícios de imparidade	20.505	127.372	147.877
	-----	-----	-----
	20.505	1.284.274	1.304.779
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	258.758	258.758
. Com indícios de imparidade	18.338	24.366	42.704
	-----	-----	-----
	18.338	283.124	301.462
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	244.496	244.496
. Com indícios de imparidade	53.155	123.457	176.612
	-----	-----	-----
	53.155	367.953	421.108
	-----	-----	-----
	461.380	29.708.059	30.169.439
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	11.084.902	11.084.902
. Com indícios de imparidade	128.545	191.756	320.301
	-----	-----	-----
	128.545	11.276.658	11.405.203
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	15.302.418	15.302.418
. Com indícios de imparidade	199.295	1.021.664	1.220.959
	-----	-----	-----
	199.295	16.324.082	16.523.377
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.165.513	1.165.513
. Com indícios de imparidade	21.458	135.361	156.819
	-----	-----	-----
	21.458	1.300.874	1.322.332
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	252.577	252.577
. Com indícios de imparidade	12.098	29.728	41.826
	-----	-----	-----
	12.098	282.305	294.403
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	242.701	242.701
. Com indícios de imparidade	28.021	94.535	122.556
	-----	-----	-----
	28.021	337.236	365.257
	-----	-----	-----
	389.417	29.521.155	29.910.572
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010			2009		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	59.310	119.988	(60.678)	21.769	33.358	(11.589)
"Equity swaps"	16.769	48.112	(31.343)	169.356	186.895	(17.539)
Opções AutoCallable	14.637	21.161	(6.524)	12.205	24.188	(11.983)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	40.796	162	40.634	67.939	-	67.939
	<u>131.512</u>	<u>189.423</u>	<u>(57.911)</u>	<u>271.269</u>	<u>244.441</u>	<u>26.828</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor notional					Total	Valor notional	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	(197)	23.830	41.881	11.296	17.463	-	94.470	50.536	43.934
. Vendas		23.977	41.910	11.337	17.463	-	94.687	45.935	48.752
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	(8.279)	1.069.669	-	22.742	-	-	1.092.411	-	1.092.411
. Vendas		1.077.758	-	23.055	-	-	1.100.813	1.100.813	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras							-		
. Vendas							-		
Outros	(52.624)	234.117	1.198.751	1.161.421	5.614.127	5.510.785	13.719.201	13.476.659	242.542
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.747)	196.679	202.148	576.881	3.072.435	1.727.162	5.775.305	5.747.949	27.356
FRA's	-	75.000	50.000	-	-	-	125.000	125.000	-
Futuros							-		-
Opções de moeda									
. Compras	711	52.435	20.076	11.529	20.284	-	104.324	-	104.324
. Vendas		52.435	20.076	11.529	20.284	-	104.324	-	104.324
Opções sobre cotações									
. Compras	(5.227)	2.212	13.726	306	168	-	16.412	16.412	-
. Vendas		2.212	12.881	306	168	-	15.567	15.567	-
Opções de taxa de juro									
. Compras	(12)	2.320	-	-	2.103	916.074	920.497	918.176	2.321
. Vendas		2.320	-	-	1.522	-	3.842	1.522	2.320
Caps	10	111.712	16.868	68.512	850.613	1.730.064	2.777.769	2.777.769	-
Floors	(1.608)	104.000	-	16.000	97.754	608.001	825.755	791.628	34.127
	<u>(69.973)</u>	<u>3.030.676</u>	<u>1.618.317</u>	<u>1.914.914</u>	<u>9.714.384</u>	<u>10.492.086</u>	<u>26.770.377</u>	<u>25.067.966</u>	<u>1.702.411</u>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	(170.388)	421	42.844	51.736	2.518.592	1.245.164	3.858.757	3.784.511	74.246
. Activos financeiros disponíveis para venda	109.710	-	-	-	700.000	2.075.000	2.775.000	2.775.000	-
Opções AutoCallable	(6.524)	70.938	179.905	284.547	541.686	-	1.077.076	1.076.695	381
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(31.343)	248.000	229.060	164.080	458.849	728.597	1.828.586	1.706.983	121.603
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	40.634	1.918.200	1.000.000	-	550.000	200.000	3.668.200	3.668.200	-
	<u>(57.911)</u>	<u>2.237.559</u>	<u>1.451.809</u>	<u>500.363</u>	<u>4.769.127</u>	<u>4.248.761</u>	<u>13.207.619</u>	<u>13.011.389</u>	<u>196.230</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	38	83.566	14.554	30.240	18.193	-	146.553	73.867	72.686
. Vendas		83.385	14.645	30.258	18.197	-	146.485	74.131	72.354
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	26.479	2.244.810	25.860	-	-	-	2.270.670	-	2.270.670
. Vendas		2.219.301	25.383	-	-	-	2.244.684	2.244.684	-
Swaps de taxa de juro									
. Outros	(60.016)	584.658	855.825	2.482.544	7.846.680	9.194.266	20.963.973	20.733.079	230.894
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(3.526)	65.257	144.139	641.205	2.062.889	4.360.523	7.274.013	7.273.999	14
FRA's	-	100.000	-	-	-	-	100.000	100.000	-
Opções de moeda									
. Compras		38.130	41.847	96.501	572	-	177.050	-	177.050
. Vendas	(2.607)	38.164	42.368	96.501	-	-	177.033	-	177.033
Opções sobre cotações									
. Compras		100	5.892	735	6.772	469.873	483.372	482.852	520
. Vendas	37.271	100	5.372	735	6.434	469.873	482.514	481.942	572
Opções de taxa de juro									
. Compras		5	-	2	6	10.000	10.013	10.008	5
. Vendas	(45.509)	5	-	2	6	10.000	10.013	10.008	5
Caps	3.698	149.752	13.370	2.089.808	960.801	1.712.591	4.926.322	4.926.322	-
Floors	(6.615)	13.299	-	-	122.500	674.847	810.646	792.598	18.048
	<u>(50.787)</u>	<u>5.620.532</u>	<u>1.189.255</u>	<u>5.468.531</u>	<u>11.043.050</u>	<u>16.901.973</u>	<u>40.223.341</u>	<u>37.203.490</u>	<u>3.019.851</u>
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	1.760	22.227	7.428	1.279.822	1.083.330	1.163.286	3.556.093	3.525.196	30.897
. Outros activos valorizados ao justo valor	(6.732)	-	-	-	-	90.000	90.000	90.000	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(6.617)	-	-	-	-	400.000	400.000	400.000	-
Opções AutoCallable	(11.983)	162.416	6.000	155.931	709.788	252.160	1.286.295	1.285.942	353
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(17.539)	195.053	243.905	495.635	1.029.170	485.314	2.449.077	2.367.848	81.229
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	67.939	-	-	12.607.293	2.918.200	-	15.525.493	15.525.493	-
	<u>26.828</u>	<u>379.696</u>	<u>257.333</u>	<u>14.538.681</u>	<u>5.740.488</u>	<u>2.390.760</u>	<u>23.306.958</u>	<u>23.194.479</u>	<u>112.479</u>

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Imóveis recebidos em dação em pagamento	114.013	119.343
Imóveis de serviço próprio para venda	20.788	20.048
	-----	-----
	134.801	139.391
	-----	-----
Imparidade acumulada (Nota 23)	(45.678)	(41.612)
	-----	-----
	89.123	97.779
	=====	=====

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser apresentado como segue:

	2010								31 de Dezembro de 2010		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 14)	Aumentos de imparidade	Reversões de imparidade	Utilização de imparidade	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	119.343	(37.919)	85.486	(90.816)	-	(23.457)	11.787	13.537	114.013	(36.052)	77.961
Imóveis de serviço próprio para venda	20.048	(3.693)	83	-	657	(6.398)	465	-	20.788	(9.626)	11.162
	139.391	(41.612)	85.569	(90.816)	657	(29.855)	12.252	13.537	134.801	(45.678)	89.123
	2009								31 de Dezembro de 2009		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 14)	Aumentos de imparidade	Reversões de imparidade	Utilização de imparidade	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis recebidos em dação em pagamento	126.358	(41.242)	91.437	(98.452)	-	(15.393)	-	18.716	119.343	(37.919)	81.424
Imóveis de serviço próprio para venda	17.877	(2.451)	-	(920)	3.091	(1.710)	-	468	20.048	(3.693)	16.355
	144.235	(43.693)	91.437	(99.372)	3.091	(17.103)	-	19.184	139.391	(41.612)	97.779

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Transferências																					Reversões de Imparidade (Nota 23)	Diferenças de câmbio			31-12-2010			
	31-12-2009			Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação			Abates			De/Para activos detidos para venda (Nota 13)		Entre activos fixos		Amortizações do exercício	Imparidade (Nota 23)	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Imparidade (Nota 23)	Valor líquido					
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto												Amortizações Acumuladas				
Activos tangíveis																													
Imóveis																													
. Imóveis de serviço próprio	413.576	107.703	2.386	(2.673)	(276)	(20)	11.115	80	16	-	(533)	111	1.549	309	7.931	108	-	309	29	12	423.263	115.791	2.486	304.986					
. Despesas em edifícios arrendados	126.319	90.530	-	4.061	2.965	-	4.557	-	-	-	(15)	(5)	(1.550)	(313)	5.997	-	21	13	-	-	133.393	99.187	-	34.206					
. Outros imóveis	1.538	274	707	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	(10)	1.542	295	697	550					
Activos tangíveis em curso																													
. Imóveis de serviço próprio	5.418	-	-	(6.126)	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	708	-	-	-	3	-	-	3					
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1					
	546.852	198.507	3.093	(4.738)	2.689	(20)	15.679	80	16	-	(548)	106	(1)	(4)	13.949	108	-	1.038	42	2	558.202	215.273	3.183	339.746					
Equipamento																													
. Mobiliário e material	20.762	12.336	-	967	1.103	-	1.146	-	-	-	-	-	1	-	2.165	-	32	13	-	-	22.908	15.617	-	7.291					
. Máquinas e ferramentas	3.013	2.759	-	960	963	-	38	2	2	-	-	-	-	(1)	135	-	19	10	-	-	4.028	3.864	-	164					
. Equipamento informático	109.720	87.065	-	3.405	3.404	-	7.027	321	310	(3)	(3)	-	-	-	9.519	-	56	28	-	-	119.884	99.703	-	20.181					
. Instalações interiores	88.547	76.298	-	95	241	-	847	34	27	(4)	(1)	2	3	3.095	-	29	10	-	-	89.482	79.619	-	9.863						
. Material de transporte	17.263	9.606	-	379	112	-	4.189	3.515	3.396	-	-	-	-	-	3.707	-	73	50	-	-	18.389	10.139	-	8.250					
. Equipamento de segurança	27.345	25.640	-	36	77	-	390	-	-	(1)	(1)	-	1	622	-	7	4	-	-	27.777	26.343	-	1.434						
. Outro equipamento	5.105	1.979	-	(1)	(1)	-	384	-	-	-	-	(2)	1	638	-	-	-	-	-	5.486	2.617	-	2.869						
. Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
	271.755	215.683	-	5.841	5.899	-	14.021	3.872	3.735	-	(8)	(5)	1	4	19.941	-	216	115	-	-	287.954	237.902	-	50.052					
Outros activos tangíveis																													
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-					
. Património artístico	1.523	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1.525	-	-	1.525					
. Outros	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-	-					
	1.843	320	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1.845	320	-	1.525					
	820.450	414.510	3.093	1.104	8.588	(20)	29.700	3.952	3.751	-	(556)	101	-	-	33.890	108	-	1.255	157	2	848.001	453.495	3.183	391.323					
Activos intangíveis																													
Software adquirido a terceiros	249.580	179.316	-	10.188	8.675	-	25.872	6.560	6.560	-	7.704	-	-	-	32.433	-	65	54	-	-	286.849	213.918	-	72.931					
Activos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	9.148	-	-	-	(7.704)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.444	-	-	1.444					
Trespasas	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-					
Outros	-	-	-	29	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	29	29	-	-					
	253.165	182.901	-	10.217	8.703	-	35.020	6.560	6.560	-	-	-	-	-	32.434	-	65	54	-	-	291.907	217.532	-	74.375					

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Transferências																											
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação						De/Para activos detidos para venda (Nota 3)						Amortizações		Reversões		Diferenças de câmbio			31-12-2009								
	31-12-2008			Amortizações			Abates			Valor			Entre activos fixos			do		de		Valor			Amortizações			Valor		
	Valor Bruto	Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	exercício	Imparidade (Nota 23)	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido		
Activos tangíveis																												
Imóveis																												
. Imóveis de serviço próprio	411.743	10.152	1026	(2.682)	(178)	(21)	6.872	-	-	-	(4.445)	(1362)	2.649	-	7.778	1385	-	-	(563)	(47)	(4)	413.576	107.703	2.386	303.487			
. Despesas em edificios arrendados	121.075	86.121	-	(83)	(20)	-	6.084	1251	1148	-	(5)	-	439	(5)	5.593	-	-	-	(22)	(11)	-	126.339	90.530	-	35.789			
. Outros imóveis	7.675	2.053	4.995	-	-	-	-	6.137	1800	4.040	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	1538	274	707	557			
Activos tangíveis em curso																												
. Imóveis de serviço próprio	8.726	-	-	(4.172)	-	-	4.591	-	-	-	-	-	(2.895)	-	-	-	-	-	-	(832)	-	-	5.438	-	5.438			
. Despesas em edificios arrendados	1	-	-	-	-	-	171	-	-	-	-	-	(173)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1				
	549.320	189.686	6.021	(6.935)	(198)	(23)	17.738	7.388	2.948	4.040	(4.450)	(1362)	2	(5)	13.392	1385	(248)	(248)	(1435)	(58)	(4)	546.852	188.507	3.093	345.252			
Equipamento																												
. Mobilário e material	10.680	10.248	-	(246)	(78)	-	1452	67	45	-	-	-	(5)	-	2.231	-	-	-	(52)	(20)	-	20.762	12.336	-	8.426			
. Máquinas e ferramentas	3.176	2.712	-	(146)	(59)	-	44	29	26	-	-	-	-	-	147	-	-	-	(32)	(15)	-	3.033	2.759	-	254			
. Equipamento informático	100.994	77.587	-	(475)	(200)	-	9.495	197	179	-	-	-	-	-	9.906	-	-	-	(97)	(49)	-	109.720	87.065	-	22.655			
. Instalações interiores	87.871	73.039	-	(244)	(67)	-	1.153	132	99	-	(53)	(48)	-	-	3.490	-	-	-	(50)	(17)	-	88.547	76.298	-	12.249			
. Material de transporte	17.299	9.946	-	(463)	(308)	-	4.207	3.680	3.477	-	-	-	4	-	3.522	-	-	-	(100)	(83)	-	17.263	9.606	-	7.657			
. Equipamento de segurança	26.980	25.035	-	(60)	(16)	-	505	67	67	-	-	-	-	-	711	-	-	-	(13)	(4)	-	27.345	25.640	-	1.705			
. Outro equipamento	4.789	1.391	-	(3)	(1)	-	345	30	8	-	-	-	5	-	597	-	-	-	(1)	-	-	5.105	1979	-	3.126			
. Activos tangíveis em curso	25	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	260.834	189.938	-	(1637)	(728)	-	17.201	4.227	3.901	-	(53)	(48)	-	4	20.604	-	-	-	(345)	(186)	-	271.755	216.683	-	56.072			
Outros activos tangíveis																												
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	-	-	-			
Património artístico	1529	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	1523	-	-	1523			
Outros	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-	-	-			
	1849	320	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	1843	320	-	1523			
	811.983	389.944	6.021	(8.575)	(926)	(23)	34.939	11.635	6.849	4.040	(4.501)	(1411)	-	(1)	33.996	1385	(248)	(1761)	(244)	(4)	-	820.450	414.510	3.093	402.847			
Activos intangíveis																												
Software adquirido a terceiros	169.871	129.525	-	(582)	(378)	-	21806	(19.748)	(19.764)	-	-	-	38.857	-	30.499	-	-	-	(120)	(94)	-	249.580	179.316	-	70.264			
Activos intangíveis em curso	16.703	-	-	-	-	-	22.154	-	-	-	-	-	(38.857)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Trespases	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-			
	190.159	133.110	-	(582)	(378)	-	43.960	(19.748)	(19.764)	-	-	-	-	-	30.499	-	-	-	(120)	(94)	-	253.165	182.901	-	70.264			

Parte da imparidade reconhecida em activos tangíveis – outros imóveis com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no montante de mEuros 653, corresponde à perda potencial num imóvel denominado “Centro Comercial Gemini”, que se encontra reflectido nos livros da participada Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.. Em Abril de 2009, foi vendida a maior parte das fracções deste imóvel, tendo sido utilizadas imparidades no montante de mEuros 4.040. Nesse sentido não foi registada qualquer valia.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontram-se registados mEuros 61.241 e mEuros 67.571, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A., a qual efectua o desenvolvimento informático de todas as aplicações corporativas. Esta empresa é detida integralmente por entidades do Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010		2009	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Investimentos em associadas				
No país				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A	25,81	2.221	25,00	1.801
. Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	16,81	25.506	16,12	20.416
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	103.922	-	-
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	27.697	-	-
		-----		-----
		159.346		22.217
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 23)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A.		(500)		(500)
		-----		-----
		158.846		21.717
		=====		=====

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Em Julho de 2010, a Benim efectuou um aumento de capital de mEuros 1.679 com um prémio de emissão de mEuros 504, tendo a Totta Urbe subscrito 87.500 novas acções, no montante de mEuros 437 e prémios de emissão de mEuros 131. Após o aumento de capital, a Benim reembolsou suprimientos à Totta Urbe no valor de mEuros 250 (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, em termos de participação efectiva, a Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A. é detida a 99,98% pela Santander Totta, SGPS, S.A. que detém uma participação efectiva no Banco de 99,86%.

Conforme descrito na Nota 4 a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola. O Grupo tem uma opção de venda à Caixa Geral de Depósitos, S.A. da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

Em Março de 2010 foi apresentado um projecto para uma nova estrutura e um novo modelo de governação da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.. Na sequência deste projecto, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o BNP Paribas, o Banco Português de Negócios, S.A. e a própria Unicre venderam as suas acções ao Banco Comercial Português, S.A. (BCP), o qual funcionou como veículo de distribuição. Posteriormente o BCP vendeu parte das acções compradas aos restantes accionistas, que assim aumentaram as suas participações.

Com a concretização desta operação, em 30 de Junho de 2010 o BST aumentou a sua participação de 361.729 acções (18,08% do capital social da Unicre) para 430.000 acções (21,50%). Neste sentido, a participação na Unicre foi reclassificada para a rubrica de Investimentos em associadas, uma vez que o Banco passou a deter uma participação superior a 20%. Em resultado desta operação, ao abrigo do IAS 27 o Banco valorizou ao justo valor a participação anteriormente detida, tendo reconhecido um proveito no montante de mEuros 21.201 (Nota 36).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	22.159	3.767
. Outros	(174)	58
	-----	-----
	21.985	3.825
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	1.703	4.425
. Outros	4.905	17.732
	-----	-----
	6.608	22.157
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	380.443	218.309
. Prejuízos fiscais reportáveis	-	1.762
	-----	-----
	380.443	220.071
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	43.572	27.644
. Por créditos fiscais	4.312	4.127
	-----	-----
	47.884	31.771
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impostos correntes		
. Do exercício	(58.605)	(81.830)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(1.771)	(1.802)
. Outros	(18.811)	(12.116)
	-----	-----
	(79.187)	(95.748)
	-----	-----
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	(5.121)	8.524
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	-	158
	-----	-----
	(5.121)	8.682
	-----	-----
	(84.308)	(87.066)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Saldos em 31-12-2008	Capital próprio	Resultados	Outros	Saldos em 31-12-2009	Capital próprio	Resultados	Outros	Saídas de entidades de perímetro	Saldos em 31-12-2010
Pensões de reforma	62.257	-	(12.522)	-	49.735	-	(5.308)	-	-	44.427
Activos tangíveis	296	-	(80)	(9)	207	-	(54)	-	-	153
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	388	174	-	562
Diferimento de comissões	4.157	-	(2.078)	-	2.079	-	3.776	-	-	5.855
Prémio de antiguidade	6.412	-	505	-	6.917	-	977	-	-	7.894
Reformas antecipadas reconhecidas por reservas em exercícios anteriores a 2001	5.386	-	17.584	-	22.970	-	(3.129)	-	-	19.841
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	114.012	-	(1.362)	-	112.650	-	29.254	700	639	143.243
Prejuízos fiscais reportáveis da Totta Urbe	147	-	2.487	-	2.634	-	(2.634)	-	-	-
Valias fiscais não contabilísticas	1.761	-	-	-	1.761	-	(3.559)	(94)	-	(1.892)
Reavaliação do imobilizado corpóreo	(4.479)	-	324	-	(4.155)	-	(184)	-	-	(4.339)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(485)	-	44	-	(441)	-	40	-	-	(401)
Fundo de Pensões - Sucursal de Londres	-	-	579	-	579	-	(193)	-	-	386
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	2.316	-	-	2.316
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(4.019)	-	2.009	-	(2.010)	-	3.130	(1.120)	-	-
Resultados em compras de títulos intragrupo	(664)	-	(2.718)	-	(3.382)	-	(27.024)	-	-	(30.406)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	5.308	-	5.308	-	501	-	-	5.809
Derivados de cobertura:										
. Fluxos de caixa	(15.481)	8.625	-	-	(6.856)	4.982	-	-	-	(1.874)
. Justo valor de activos	7.280	-	181	(3.813)	3.648	-	166	(3.814)	-	-
. Justo valor de passivos	(7.627)	-	-	3.813	(3.814)	-	-	3.814	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda:										
. Impostos diferidos passivos	(454)	(6.482)	-	-	(6.936)	5.356	-	-	-	(1.580)
. Impostos diferidos activos	12.529	(1.315)	-	-	11.214	139.389	-	-	(646)	149.957
Dívida emitida	495	-	(126)	-	369	-	(864)	-	-	(495)
Valias das Unidades de Participação	(204)	-	103	-	(101)	-	101	-	-	-
Acréscimo de proveitos - Periodificação de Hipotottas	(2.520)	-	(1.556)	-	(4.076)	-	(2.821)	-	-	(6.897)
	<u>178.799</u>	<u>828</u>	<u>8.682</u>	<u>(9)</u>	<u>188.300</u>	<u>149.727</u>	<u>(5.121)</u>	<u>(340)</u>	<u>(7)</u>	<u>332.559</u>
Activo por impostos diferidos	214.732				220.071					380.443
Passivo por impostos diferidos	(35.933)				(31.771)					(47.884)
	<u>178.799</u>				<u>188.300</u>					<u>332.559</u>

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2010 e 2009, é como segue:

	2010		2009	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		482.483		566.721
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as subsidiárias	23,72%	114.437	23,25%	131.766
Reformas antecipadas	-1,20%	(5.800)	-4,61%	(26.100)
Lucros isentos de impostos (SFE)	-	3	-0,03%	(197)
Prejuízos fiscais dedutíveis	-0,24%	(1.176)	-0,62%	(3.525)
Dividendos não tributáveis, líquidos de impostos pagos no estrangeiro	-3,05%	(14.726)	-3,17%	(17.984)
Provisões	0,71%	3.424	0,56%	3.152
Benefícios fiscais	-0,05%	(218)	-0,86%	(4.858)
Custos não dedutíveis	0,67%	3.226	0,32%	1.799
Insuficiência/(Excesso) de estimativa	0,24%	1.178	-0,89%	(5.049)
Liquidações adicionais	0,26%	1.256	0,67%	3.801
Alienação de imóveis	-	-	-0,13%	(716)
Alienação de participações	0,67%	3.251	-1,56%	(8.851)
Impacto da taxa de derrama estadual nos impostos diferidos	-3,24%	(15.619)	-	-
Tributação autónoma	0,62%	3.000	-	-
Valorizações de participadas	-5,30%	(25.578)	-	-
Outros	3,66%	17.650	2,44%	13.828
Imposto sobre os lucros do exercício	17,47%	84.308	15,36%	87.066

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2008, com excepção do ano de 2006.

Como resultado das referidas inspecções foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, valor de venda de imóveis, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

Em 2009 o Banco pagou um montante adicional de mEuros 4.424 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2007. As correcções efectuadas são relativas à não aceitação de reintegrações e amortizações extraordinárias, ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, a provisões acima dos mínimos e a outras. Para este efeito, o Banco reconheceu custos no montante de mEuros 3.541.

O Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou quando aplicável à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Proveitos a receber:		
· de comissões de colocação de fundos mobiliários	953	5.208
· de comissões de gestão de fundos mobiliários	5.855	-
· de operações de crédito	1.041	1.179
· de outros serviços prestados	24.655	50.741
· de outros juros e rendimentos similares	32.417	-
· outros	2.033	2.482
Despesas com custo diferido	6.960	8.688
Devedores diversos	25.878	12.010
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	38.835	33.260
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.540	2.483
Bonificações a receber do Estado Português	9.063	8.323
Devedores por operações sobre futuros	82.226	-
Outras disponibilidades	348	332
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 44)	332.384	329.083
Contratos de suprimentos:		
· Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.443	2.430
· Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A. (Fafer)	513	513
· Benim, S.A.	-	250
· Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Outras imobilizações financeiras:		
· Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	3.487	3.680
· Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	936	1.225
· Trem I - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem I)	355	171
Operações fora de bolsa a regularizar	62.035	-
Outros	2.456	17.566
	-----	-----
	637.539	479.750
	-----	-----
Imparidade (Nota 23):		
· Contratos de suprimentos	(2.192)	(2.050)
· Outros	(9.035)	(2.791)
	-----	-----
	(11.227)	(4.841)
	-----	-----
	626.312	474.909
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Proveitos a receber – de outros serviços prestados” inclui essencialmente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Proveitos a receber - outros juros e proveitos similares” refere-se ao valor a receber resultante de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e Grupo Santander e entre o Banco e os Hipotottas nº 7, nº 8 e nº 10 Ltd e Hipototta nº 11 (Tagus). O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – outros juros e encargos similares” (Nota 25).

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica “Outros passivos – credores por operações sobre futuros” (Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica "Operações fora de bolsa a regularizar" refere-se ao valor a receber por uma operação de venda de Notes Classe C do Hipototta nº 4 PLC, cuja liquidação ocorreu posteriormente à data de balanço.

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra	4.802.150	2.013.326
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	5.011	13.497
Juros a pagar	1	7
	-----	-----
	4.807.162	2.026.830
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de "Recursos do Banco Central Europeu" corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Em 31 de Dezembro de 2010, do total da sua carteira de activos elegíveis, estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes:

2010					
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	4.590.000	3.605	(1.595)	4.592.010	Janeiro 2011
Papel comercial	210.000	245	(105)	210.140	Janeiro 2011
	<u>4.800.000</u>	<u>3.850</u>	<u>(1.700)</u>	<u>4.802.150</u>	

2009						
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Correcções de valor	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.002.167	18.444	(10.056)	2.771	2.013.326	Julho 2010

As obrigações emitidas em operações de securitização incluem mEuros 780.000 de obrigações detidas na carteira de activos disponíveis para venda e passivos emitidos pelos Hipotottas PLC/Ltd (Nota 22).

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos de Bancos Centrais:		
. Capital	-	500.000
. Juros	-	5.153
. Despesas com encargo diferido	-	(2.514)
	----	-----
	-	502.639
	==	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal que tiveram por objectivo financiar a aquisição das unidades de participação referidas na Nota 8. As referidas operações terminaram a 1 de Julho de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	1.348.862	2.305.005
Empréstimos	-	5
Operações de venda com acordo de recompra	-	17.853
Recursos de muito curto prazo	70.000	135.684
Outros recursos	-	22
Juros a pagar	4.151	7.553
Despesas com encargos diferidos	-	(102)
	-----	-----
	1.423.013	2.466.020
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos consignados	489.000	420.000
Operações de venda com acordo de recompra	4.979.144	1.587.609
Recursos a muito curto prazo	252.188	34.034
Depósitos	2.452.332	3.183.052
Outros recursos	15.851	741
Juros a pagar	3.153	4.259
	-----	-----
	8.191.668	5.229.695
	-----	-----
	9.614.681	7.695.715
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos recursos consignados por prazo residual de vencimento é o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reembolso a menos de um ano	150.000	150.000
Reembolso entre três e cinco anos	250.000	250.000
Reembolso entre cinco e dez anos	29.000	-
Reembolso a mais de dez anos	60.000	20.000
	-----	-----
	489.000	420.000
	=====	=====

Como garantia de pagamento de um dos empréstimos, denominado “Projecto BTA Empréstimo Global III”, o Banco tinha dado em penhor créditos concedidos a Municípios no montante de mEuros 150.000.

Como garantia de pagamento de outro empréstimo, denominado “Projecto Santander Totta GL IV – Tranche B”, o Banco tinha dado em penhor 1.500 obrigações classe A2 do Hipototta nº 6 Ltd., no montante de mEuros 145.793. Na sequência da liquidação do Hipototta nº 6 Ltd. em 1 de Abril de 2010, o Banco deu em penhor 1.785 obrigações classe A2 do Hipototta nº 8 Ltd. no montante de mEuros 164.189.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente e por prazo residual das operações de reporte:

2010				
Títulos	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal				
. Com vencimento a menos de um mês	1.790.931	2.137	(668)	1.792.400
. Com vencimento entre um e dois meses	49.940	109	(70)	49.979
	<u>1.840.871</u>	<u>2.246</u>	<u>(738)</u>	<u>1.842.379</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha				
. Com vencimento a menos de um mês	2.039.054	1.974	(905)	2.040.123
. Com vencimento entre um e dois meses	258.224	686	(403)	258.507
. Com vencimento entre dois e três meses	587.249	2.380	(1.920)	587.709
	<u>2.884.527</u>	<u>5.040</u>	<u>(3.228)</u>	<u>2.886.339</u>
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de securitização				
. Com vencimento entre dois e três meses	250.314	942	(830)	250.426
	<u>4.975.712</u>	<u>8.228</u>	<u>(4.796)</u>	<u>4.979.144</u>
2009				
Títulos	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal				
. Com vencimento entre dois e três meses	518.470	1.111	(447)	519.134
. Com vencimento entre três e quatro meses	517.750	1.453	(838)	518.365
	<u>1.036.220</u>	<u>2.563</u>	<u>(1.285)</u>	<u>1.037.498</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha				
. Com vencimento entre dois e três meses	550.000	715	(604)	550.111
	<u>1.586.220</u>	<u>3.278</u>	<u>(1.889)</u>	<u>1.587.609</u>

As obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de securitização correspondem a passivos emitidos pelos Hipotottas PLC/Ltd (Nota 22).

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem	6.088.004	5.014.680
Depósitos a prazo	10.280.732	8.775.682
Depósitos de poupança	198.054	249.464
Depósitos com pré-aviso	33.600	25.504
Cheques e ordens a pagar	105.940	82.241
Outros recursos de clientes	1.237.251	1.103.522
Operações de venda com acordo de recompra	-	132
Juros e custos a pagar	75.413	44.937
Correcções de valor por operações de cobertura	(12.558)	(15.375)
	<u>18.006.436</u>	<u>15.280.787</u>
	=====	=====

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	3.000.000	2.000.000
Readquiridas	(39.000)	-
Juros a pagar	51.318	33.184
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização		
Emitidas	2.779.937	4.729.369
Readquiridas	(822.334)	-
Juros a pagar	614	304
Despesas com encargo diferido	(2.488)	-
Obrigações de caixa		
Emitidas	1.423.859	2.078.171
Readquiridas	(155.069)	-
Juros a pagar	17.913	31.896
	-----	-----
	6.254.750	8.872.924
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN	2.470.420	2.564.570
Euro Commercial Paper	112.493	3.379.765
Juros a pagar	24.671	23.632
	-----	-----
	2.607.584	5.967.967
	-----	-----
Correcção de valor por operações de cobertura	18.012	(7.400)
	-----	-----
	8.880.346	14.833.491
	=====	=====

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações da caixa encontram-se descritas no Anexo I.

Em 2010, o Grupo readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, registando uma mais valia de mEuros 305.665 (Nota 38).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Maio de 2008, Outubro de 2009 e Abril de 2010, o BST procedeu a três emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 5.000.000 Covered Bonds Programme”, de Abril de 2008, de mEuros 1.000.000 cada. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações em instituições de crédito	720.708	523.275
Juros de aplicações	987	402
	-----	-----
	721.695	523.677
	-----	-----
Crédito a clientes	3.168.738	1.744.094
Juros de crédito	4.918	2.255
Comissões	(19.915)	(10.518)
Despesas com encargo diferido	10.574	7.968
	-----	-----
	3.164.315	1.743.799
	-----	-----
Derivados de cobertura	39.945	32.946
	-----	-----
	3.925.955	2.300.422
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco procedeu à emissão das seguintes obrigações, ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
25 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
26 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
27 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	31.350
28 ^a	6 de Outubro de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5% ⁽¹⁾	29.950
29 ^a	7 de Maio de 2014	Indexada a cabaz de acções	51.280
30 ^a	26 de Fevereiro de 2014	Indexada a cabaz de acções	32.860
31 ^a	2 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	26.170
32 ^a	26 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	2.600
33 ^a	20 de Março de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.200
34 ^a	25 de Janeiro de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.050
35 ^a	12 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,75%	1.000.000
36 ^a	15 de Julho de 2011	Euribor a 3 meses mais 0,75% ⁽²⁾	394.000
37 ^a	26 de Outubro de 2017	Taxa fixa de 4,156% ⁽³⁾	20.000
38 ^a	30 de Novembro de 2017	Taxa fixa de 4,152% ⁽⁴⁾	43.400
39 ^a	31 de Dezembro de 2017	Taxa fixa de 4,04% ⁽⁵⁾	28.350
40 ^a	22 de Janeiro de 2018	Taxa fixa de 3,63% ⁽⁶⁾	41.100
41 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
42 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
43 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
44 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
45 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.150
46 ^a	28 de Maio de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,55% ⁽⁷⁾	20.000
47 ^a	9 de Junho de 2015	Indexada a cabaz de acções	1.000
48 ^a	9 de Junho de 2015	Indexada a cabaz de acções	1.000
49 ^a	14 de Junho de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,75% ⁽⁸⁾	75.000
50 ^a	25 de Junho de 2015	Taxa fixa de 3,11%	16.875
51 ^a	25 de Junho de 2020	Taxa fixa de 2,96% ⁽⁹⁾	21.100
52 ^a	27 de Julho de 2012	Taxa fixa de 2,9231%	39.500
53 ^a	27 de Julho de 2015	Taxa fixa de 3,1%	8.950
54 ^a	27 de Julho de 2020	Taxa fixa de 2,5297% ⁽¹⁰⁾	9.850
55 ^a	25 de Agosto de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,4% ⁽¹¹⁾	40.000
56 ^a	3 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,8973%	88.000
57 ^a	3 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,62375%	13.600
58 ^a	3 de Setembro de 2020	Taxa fixa de 3,85% ⁽¹²⁾	16.900
59 ^a	28 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,828%	47.800
60 ^a	29 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,414%	8.850
61 ^a	29 de Setembro de 2018	Taxa fixa de 3,250% ⁽¹³⁾	10.050
62 ^a	26 de Outubro de 2015	Taxa fixa de 3,488%	4.950
63 ^a	26 de Outubro de 2012	Taxa fixa de 2,947%	45.000
64 ^a	26 de Outubro de 2018	Taxa fixa de 3,3% ⁽¹³⁾	5.910
65 ^a	3 de Maio de 2013	Euribor a 1 mês mais 0,425% ⁽¹⁴⁾	100.000
66 ^a	18 de Novembro de 2012	Taxa fixa de 2,975%	40.000
67 ^a	18 de Novembro de 2015	Taxa fixa de 3,7%	6.000
68 ^a	18 de Novembro de 2018	Taxa fixa de 3,5% ⁽¹⁵⁾	4.900
69 ^a	27 de Setembro de 2013	Taxa fixa 3,225%	29.750
70 ^a	23 de Dezembro de 2013	Taxa fixa 3,88%	7.425
71 ^a	21 de Dezembro de 2018	Taxa fixa de 3,75% ⁽¹⁶⁾	6.150
72 ^a	3 de Dezembro de 2012	Euribor a 1 mês mais 0,42% ⁽¹⁷⁾	10.000
			<u>2.470.420</u>

⁽¹⁾ Remuneração aplicável até 5 Outubro de 2012. O "spread" diminui nos períodos subsequentes.

⁽²⁾ Remuneração aplicável até 15 Janeiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos seguintes.

⁽³⁾ Remuneração aplicável até 26 Outubro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁴⁾ Remuneração aplicável até 29 Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁵⁾ Remuneração aplicável até 28 Dezembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁶⁾ Remuneração aplicável até 22 Janeiro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁷⁾ Remuneração aplicável até 28 Fevereiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos seguintes.

⁽⁸⁾ Remuneração aplicável até 14 Março de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁹⁾ Remuneração aplicável até 24 Junho 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁰⁾ Remuneração aplicável até 27 Julho 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹¹⁾ Remuneração aplicável até 25 Fevereiro 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹²⁾ Remuneração aplicável até 03 Setembro 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹³⁾ Remuneração aplicável até 26 Outubro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁴⁾ Remuneração aplicável até 3 Janeiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁵⁾ Remuneração aplicável até 17 Novembro 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁶⁾ Remuneração aplicável até 20 Dezembro 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁷⁾ Remuneração aplicável até 3 Março de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁸⁾ Remuneração aplicável até 27 Setembro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

23. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2010 e 2009 é o seguinte:

2010								
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	31-12-2010	
31-12-2009								
Provisões para contingências fiscais (Nota 16)	16.864	1.057	2.356	(2.270)	(125)	15.100	-	32.982
Provisão para pensões e outros encargos	9.402	(631)	1.086	(71)	(301)	-	80	9.565
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	29.413	(633)	14.132	(9.972)	-	-	53	32.993
Outras provisões	25.831	(821)	7.269	(2.352)	(1.373)	-	99	28.653
	81.510	(1.028)	24.843	(14.665)	(1.799)	15.100	232	104.193
2009								
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	31-12-2009	
31-12-2008								
Provisões para contingências fiscais (Nota 16)	9.221	-	543	(4.600)	-	11.700	-	16.864
Provisão para pensões e outros encargos	8.687	(520)	2.041	(431)	(242)	-	(133)	9.402
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	33.485	(184)	7.053	(10.888)	-	-	(53)	29.413
Outras provisões	30.282	(617)	10.279	(12.826)	(1.128)	-	(159)	25.831
	81.675	(1.321)	19.916	(28.745)	(1.370)	11.700	(345)	81.510
2010								
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2010	Recuperações de imparidade	
31-12-2009								
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):								
Crédito interno	197.350	190	42.994	(78.460)	-	162.074	-	
Crédito ao exterior	2.627	(1.486)	1.017	(481)	-	1.860	-	
Créditos titularizados não desreconhecidos	57.538	-	9.970	(13.614)	-	53.894	-	
Outros créditos e valores a receber titulados	-	-	7.680	-	-	7.680	-	
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):								
. Crédito interno	146.476	-	137.032	(4.045)	(63.535)	215.928	(10.698)	
. Crédito ao exterior	5.987	(979)	5.210	(1.384)	(3.996)	5.277	(19)	
. Créditos titularizados não desreconhecidos	43.453	-	13.072	(3.374)	(3.486)	49.665	-	
Outros créditos e valores a receber titulados	-	-	779	-	-	779	-	
	453.431	(2.275)	217.754	(101.358)	(71.017)	497.157	(10.717)	
Imparidade de outros activos financeiros:								
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	43.587	1	15.591	(30)	(1)	59.148	-	
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	-	-	-	-	500	-	
	44.087	1	15.591	(30)	(1)	59.648	-	
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	41.612	-	29.855	(12.252)	(13.537)	45.678	-	
Activos tangíveis (Nota 14)	3.093	(20)	108	-	-	3.183	-	
Outros activos (Nota 17)	4.841	1	8.030	(1.168)	(477)	11.227	-	
	49.546	(19)	37.993	(13.420)	(14.014)	60.088	-	
	547.064	(2.293)	271.338	(114.808)	(85.032)	616.893	(10.717)	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009							
	Entrada e/ou saída de entidades no		Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade		Diferenças de câmbio	Recuperações de imparidade	
	31-12-2008	perímetro de consolidação			Utilizações			
Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):								
Crédito interno	233.142	-	43.564	(79.121)	(235)	-	197.350	-
Crédito ao exterior	3.507	(1.153)	1.934	(1.346)	-	(315)	2.627	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	65.989	-	5.296	(13.747)	-	-	57.538	-
Outros créditos e valores a receber titulados								
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 11):								
. Crédito interno	82.379	-	116.066	(1.699)	(50.270)	-	146.476	(6.934)
. Crédito ao exterior	2.762	(590)	11.872	(6.761)	(708)	(588)	5.987	(210)
. Créditos titularizados não desreconhecidos	26.060	-	18.968	(57)	(1.518)	-	43.453	-
	413.839	(1.743)	197.700	(102.731)	(52.731)	(903)	453.431	(7.144)
Imparidade de outros activos financeiros:								
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	42.895	-	5.451	(3.947)	(813)	1	43.587	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	500	-	-	-	-	-	500	-
	43.395	-	5.451	(3.947)	(813)	1	44.087	-
Imparidade em activos não financeiros:								
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	43.693	-	17.103	-	(19.184)	-	41.612	-
Activos tangíveis (Nota 14)	6.021	(21)	1.385	(248)	(4.040)	(4)	3.093	-
Outros activos (Nota 17)	8.996	-	1.164	(3.211)	(2.108)	-	4.841	-
	58.710	(21)	19.652	(3.459)	(25.332)	(4)	49.546	-
	515.944	(1.764)	222.803	(110.137)	(78.876)	(906)	547.064	(7.144)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão para pensões e outros encargos inclui mEuros 9.565 e mEuros 8.529 para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 12.178 e mEuros 12.463, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 15.638 e de mEuros 11.983, respectivamente.

24. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Programa EMTN – Subordinadas	-	300.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	41.541	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	54.359
	-----	-----
	316.263	811.507
Títulos readquiridos	(284.265)	(465.641)
Juros a pagar	318	514
	-----	-----
	32.316	346.380
	=====	=====

Em 10 de Novembro de 2010 o BST procedeu ao reembolso antecipado do Programa EMTN emitido pela Sucursal de Londres no montante de mEuros 300.000.

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fornecedores	1.486	2.913
Facturas em recepção e conferência	38.763	30.340
Retenção de impostos na fonte	29.737	12.676
Contribuições para a Segurança Social	2.892	2.688
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.529	1.507
IVA a pagar	4.864	2.138
Encargos com o pessoal:		
. Prémio de antiguidade	27.221	26.102
. Férias e subsídio de férias	28.915	28.679
. Outras remunerações variáveis	31.820	29.105
. Outros custos com pessoal	12.806	11.160
Recursos cativos	25.493	22.058
Outros recursos	1.330	1.371
Credores por valores a liquidar	14.781	14.287
Dividendos	184	153
Valores a regularizar com bancos e clientes	85.687	77.215
Valor a pagar na aquisição de títulos para a carteira própria	118	98.827
Credores por operações sobre futuros (Nota 17)	82.226	-
Outros juros e encargos a pagar (Nota 17)	32.398	-
Operações passivas a regularizar	20.571	7.243
Outros	298	7.427
	-----	-----
	443.119	375.889
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor a pagar na aquisição de títulos para carteira própria corresponde a uma operação de compra de Notes Classe A do Hipototta nº 4 PLC, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data de balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 o capital social do Banco estava representado por 589.810.510 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	31-12-2009		
	Número de acções	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	574.356.881	97,38	574.357
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,47	14.593
Outros	807.551	0,14	808
Acções próprias	52.763	0,01	53
	-----	-----	-----
	589.810.510	100,00	589.811
	=====	=====	=====

Conforme indicado na Nota Introdutória e na Nota 1.4, no dia 3 de Maio de 2010 foi registada a operação de fusão por incorporação do BSN, tendo os seus activos e passivos sido incorporados por fusão no BST. Esta operação produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Os termos de troca foram determinados com base numa avaliação independente de cada uma das entidades à data de 30 de Setembro de 2009, os quais conduziram aos seguintes valores:

	BSN	BST
Capital social (excluindo acções próprias)	26.250.000	589.757.747
Valor nominal por acção (em Euros)	5	1
Número de acções	5.250.000	589.757.747
Valor do capital próprio com base na avaliação independente (em Euros)	217.044.027	4.225.305.245
Valor contabilístico por acção (em Euros)	41,34	7,16
Relação de troca		5,7704
Novas acções emitidas		30.294.473
Aumento de capital do BST (em Euros)		30.294.473

Desta forma, em 20 de Abril de 2010, o capital social do BST foi aumentado em Euros 30.294.473, correspondendo a 30.294.473 acções de valor nominal de 1 Euro cada, que foram atribuídas aos accionistas do BSN. Na mesma data o BST adquiriu duas acções.

As acções detidas pela Taxagest, SGPS, S.A., foram classificadas como acções próprias, uma vez que esta entidade é subsidiária do Banco.

O diferencial entre o valor do aumento de capital e a situação líquida do BSN à data da fusão foi registado na reserva de fusão, a qual foi determinada conforme descrito na Nota 1.4..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2010 o capital do Banco estava representado por 620.104.983 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	31 -12- 2010		
	<u>Número</u> <u>de acções</u>	<u>% de</u> <u>participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	604.651.319	97,51	604.651
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,35	14.593
Outros	719.573	0,12	720
Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	88.011	0,01	88
Acções próprias	52.765	0,01	53
	-----	-----	-----
	620.104.983	100,00	620.105
	=====	=====	=====

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 163.703, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os outros instrumentos de capital referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reservas de reavaliação -		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)	(513.926)	(38.263)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	6.463	25.873
Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial	84	-
Reservas de reavaliação legais à data de transição para IFRS	23.245	23.245
Diferenças de câmbio na consolidação	(3.548)	(8.811)
	-----	-----
	(487.682)	2.044
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos -		
Por diferenças temporárias:		
Relativas a activos financeiros disponíveis para venda	148.969	4.280
Relativas a instrumentos de cobertura	(1.874)	(6.856)
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(4.516)	(4.674)
	-----	-----
	142.579	(7.250)
	-----	-----
	(345.103)	(5.206)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reserva legal	215.832	171.928
	-----	-----
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	171.006	120.257
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	78.577	11.403
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	-
Outras	2.369	530
	-----	-----
	828.691	673.524
	-----	-----
Resultados transitados	94.177	(58.960)
	-----	-----
	1.138.700	786.492
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

27. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2010 e 2009, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2010		2009	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do exercício do BST (actividade individual)	278.010	278.010	439.048	439.048
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Serfin International Bank & Trust (SIBT)	204	204	300	300
Santotta - Internacional, SGPS	149	149	4.959	4.959
Totta Ireland, Plc.	63.971	63.971	102.098	102.098
Banco Caixa Geral Totta de Angola	30.895	7.721	36.382	9.277
Totta Urbe	(1.195)	(1.195)	4.729	4.729
Totta Crédito Especializado - IFIC	24.958	4.196	16.403	2.645
Santander Gestão de Activos	23	23	-	-
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	6.331	6.331	-	-
Totta & Açores, Inc. - Newark	56	56	126	126
Totta & Açores, Financing, Ltd (TAF)	12.360	12.360	12.360	12.360
Taxagest	(2.435)	(2.411)	-	-
BST International Bank, Inc	18.150	18.150	16.346	16.346
Santander Pensões	1.137	1.137	-	-
Partang, SGPS	4.944	2.423	(2)	(1)
Unicre	11.270	2.423	-	-
	<u>170.818</u>	<u>115.538</u>	<u>193.701</u>	<u>152.839</u>
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.		(67.642)		(106.471)
Totta Crédito Especializado - IFIC		(5.592)		(1.935)
Taxagest		(8.366)		-
Santander Gestão de Activos		(21.000)		-
Santotta - Internacional, SGPS		(4.800)		(1.190)
Banco Caixa Geral Totta Angola		(4.545)		-
		<u>(111.945)</u>		<u>(109.596)</u>
Transferência de imóveis arrendados para imóveis de serviço próprio		747		565
Transferência de reservas - fusão BSN		4.161		-
Venda de parte da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola em 2009:				
. Anulação dos resultados individuais registados com a operação do Banco Caixa Geral Totta de Angola		-		(70.007)
. Reconhecimento da mais valia consolidada com a operação do Banco Caixa Geral Totta de Angola (Nota 4)		-		28.096
. Proporção de 75% dos resultados do primeiro semestre de 2009 do Banco Caixa Geral Totta de Angola		-		7.627
Venda de 1% da Partang e consequente perda do controlo conjunto em 2010:				
. Anulação dos resultados individuais		(855)		-
. Anulação da flutuação cambial à data da venda		(1.982)		-
. Reconhecimento do justo valor na data de perda de controlo conjunto (Nota 4)		56.027		-
. Proporção dos resultados do primeiro semestre de 2010 da Partang e do Banco Caixa Geral Totta de Angola		152		-
Compra da Unicre e respectiva aplicação da equivalência patrimonial:				
. Anulação dos resultados do primeiro semestre de 2010 da Unicre		(1.183)		-
. Valorização ao justo valor na data da aquisição de influência significativa		21.201		-
Ajustamentos relacionados com as operações de titularização (Hipototas):				
. Anulação da valia do BST na venda das Notes		7.482		350
. Anulação da provisão do BST para os empréstimos subordinados		-		(428)
. Valias na recompra de Notes		65.061		7.539
. Reconhecimento da periodificação de juros das Notes de maior grau de subordinação		19.780		10.922
. Write offs de perdas de dívida de créditos securitizados		(3.068)		(1.518)
. Reforço de imparidade e comissões de crédito securitizado		(61.123)		-
Anulação da equivalência patrimonial da Santotta Internacional sobre a Partang		-		7.584
Anulação da equivalência patrimonial da Santotta Internacional sobre a SIBT		601		(310)
Aplicação dos IAS/IFRS - Pensões de reforma		8.018		1.079
Constituição (reversão) de provisões para títulos registados na Totta Urbe que não correspondem a imparidade		(2.936)		(427)
Outros		342		(367)
Resultado consolidado do exercício		<u>394.028</u>		<u>472.996</u>

28. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2010 e 2009, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2010		2009	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Acções preferenciais BST				
International Bank, Inc	269.421	-	249.896	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Dividendos antecipados	(1.432)	-	(1.373)	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola (ex- Banco Totta de Angola)	-	4.185	39.731	6.657
Taxagest	604	(39)	-	-
Outros	199	1	199	2
	-----	-----	-----	-----
	568.792	4.147	588.453	6.659
	=====	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da Norma IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do Emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Conforme referido na Nota 4, o Banco deixou de consolidar o Banco Caixa Geral Totta de Angola no segundo semestre de 2010 na sequência da venda de 1% do capital social da Partang à CGD. O resultado apresentado em interesses minoritários foi apurado no primeiro semestre de 2010.

29. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.702.347	1.726.310
Créditos documentários abertos	588.817	531.317
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	150.000	150.000
Fundo de Garantia de Depósitos	62.175	63.110
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.739	5.038
Outros	15.253	-
Outros passivos eventuais	6	6
	-----	-----
	2.523.337	2.475.781
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.781.211	5.188.709
Irrevogáveis	1.982.317	2.240.834
Contratos a prazo de depósitos	31.978	844
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas	378	378
Fundo de Garantia de Depósitos	53.656	53.142
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.254	2.353
Outros compromissos irrevogáveis	31.141	15.954
Outros compromissos revogáveis	115	115
	-----	-----
	6.884.050	7.502.329
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	77.601.150	8.799.389
Valores recebidos para cobrança	146.661	107.485
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	9.358.257	41.583
	-----	-----
	87.106.068	8.948.457
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2010 e 2009, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, nos montantes de mEuros 3.620 e mEuros 3.604, respectivamente (Nota 39). Nestes exercícios, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2010 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 53.656 (mEuros 53.142 em 31 de Dezembro de 2009), considerando ainda o compromisso de mEuros 113 proveniente do BSN. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

Sistema de Indemnização aos Investidores

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português.

Em 31 de Dezembro de 2010 estas responsabilidades ascendem a mEuros 3.254 (mEuros 2.353 em 31 de Dezembro de 2009).

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	4.021	5.291
Em instituições de crédito	65	111
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	305	305
Em outras instituições de crédito	40.048	61.236
Em instituições de crédito no estrangeiro	38.955	34.454
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	509.699	586.529
Crédito ao exterior	35.822	43.510
Outros créditos e valores a receber (titulados – papel comercial)	45.895	55.891
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	34.575	36.456
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	221.572	406.806
Juros de crédito vencido (Nota 48)	2.741	4.129
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	979	271
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	252.080	76.747
Adquiridos no âmbito de operações de titularização	8.933	22.758
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.210	4.209
Derivados de cobertura	598.653	989.930
Devedores e outras aplicações	147	117
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	211.881	-
Outros	1.503	1.950
	-----	-----
	2.012.084	2.330.700
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)31. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	5.098	5.736
De emigrantes	11.356	9.017
De outros residentes	151.981	209.511
Não residentes	14.564	30.434
	-----	-----
	182.999	254.698
	-----	-----
Juros de outros recursos de clientes	4.610	4.417
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	42.589	21.604
Outros Bancos Centrais	32	57
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	23.602	35.184
No estrangeiro	61.900	77.884
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Sem carácter subordinado		
Obrigações	165.631	152.858
Comissões	496	57
Euro Commercial Paper	12.987	31.708
EMTN	79.889	82.983
Juros de derivados de cobertura	543.898	898.623
Juros e comissões de passivos subordinados	4.944	7.640
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	111	375
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	214.824	-
Outros	-	800
	-----	-----
	1.155.513	1.314.190
	-----	-----
	1.338.512	1.568.888
	=====	=====

32. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Unicre	2.080	2.894
Banco BPI	946	405
SIBS	1.086	943
Imovest	-	681
Outros	195	117
	-----	-----
	4.307	5.040
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)33. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	17.062	17.028
Créditos documentários abertos	1.972	3.476
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Irrevogáveis	4.307	5.126
Revogáveis	1.648	-
Por serviços prestados		
Cobrança e administração de valores	16.250	15.690
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	45.762	27.224
Por transacções de cartões	66.725	62.682
Anuidades	14.285	14.880
Operações de crédito	52.005	51.072
Outros	9.538	4.881
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	18.837	12.513
Outras	192	194
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	110.152	107.505
Crédito especializado	5.134	4.198
Depósitos à ordem	15.858	14.581
Cheques	15.136	16.926
Cadernetas	10.512	5.556
Outras	576	893
	-----	-----
	405.951	364.425
	=====	=====

34. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.357	1.581
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	5.574	3.768
Operações de crédito	12.629	10.535
Transacções de clientes	26.331	24.898
Outros	2.950	3.084
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	2.143	1.112
Outras	1.854	1.861
Outras comissões pagas	382	560
	-----	-----
	53.220	47.399
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

35. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Instrumentos de dívida	672.454	(671.030)	1.424	299	-	299
Instrumentos de capital	22.440	(17.646)	4.794	11.295	(8.240)	3.055
Instrumentos derivados:						
"FRA's"	100	(150)	(50)	126	-	126
"Swaps"						
. Contratos de taxa de câmbio	48.233	(49.006)	(773)	594.268	(594.482)	(214)
. Contratos de taxa de juro	6.814.982	(6.911.345)	(96.363)	3.410.226	(3.390.938)	19.288
. Contratos sobre cotações	73.038	(77.410)	(4.372)	282.260	(292.788)	(10.528)
. Outros	192.441	(136.813)	55.628	96.745	(86.169)	10.576
Futuros						
. Contratos de taxa de juro	-	-	-	2.120	(2.646)	(526)
. Contratos sobre cotações	-	-	-	73	(59)	14
. Outros	-	-	-	-	(3)	(3)
Opções:						
. Contratos de taxa de câmbio	176.220	(173.541)	2.679	94.256	(93.339)	917
. Contratos de taxa de juro	-	-	-	2.369	(2.267)	102
. Contratos sobre cotações	1.592.395	(1.556.721)	35.674	1.614.893	(1.616.052)	(1.159)
. Outros	1.003.316	(1.033.153)	(29.837)	1.021.354	(1.026.150)	(4.796)
Contratos de garantia de taxa de juro	2.506.227	(2.503.887)	2.340	715.966	(715.630)	336
	<u>13.101.846</u>	<u>(13.130.702)</u>	<u>(28.856)</u>	<u>7.846.250</u>	<u>(7.828.763)</u>	<u>17.487</u>
Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Instrumentos de dívida	-	(5.912)	(5.912)	-	-	-
Instrumentos de capital	108.583	(101.660)	6.923	165.798	(152.107)	13.691
	<u>108.583</u>	<u>(107.572)</u>	<u>1.011</u>	<u>165.798</u>	<u>(152.107)</u>	<u>13.691</u>
Derivados de cobertura de justo valor:						
"Swaps"						
. Contratos de taxa de juro	41.782	(71.947)	(30.165)	4.252	(60.657)	(56.405)
. Contratos sobre cotações	8.015	(46.972)	(38.957)	82.109	(19.492)	62.617
Opções						
. "Auto-callable"	574.027	(568.577)	5.450	376.055	(385.908)	(9.853)
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	143.905	(79.267)	64.638	103.922	(98.836)	5.086
	<u>767.729</u>	<u>(766.763)</u>	<u>966</u>	<u>566.338</u>	<u>(564.893)</u>	<u>1.445</u>
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	<u>13.978.158</u>	<u>(14.005.037)</u>	<u>(26.879)</u>	<u>8.578.386</u>	<u>(8.545.763)</u>	<u>32.623</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	9	(19.524)	(19.515)	-	-	-
De outros residentes	-	(2.970)	(2.970)	-	-	-
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	2.493	(656)	1.837	9.166	(2.796)	6.370
De outros não residentes	-	(211.452)	(211.452)	-	-	-
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	-	-	-	260	-	260
Valorizados ao custo histórico	25.851	-	25.851	17	-	17
Outros	-	(11.103)	(11.103)	-	(7)	(7)
	<u>28.353</u>	<u>(245.705)</u>	<u>(217.352)</u>	<u>9.443</u>	<u>(2.803)</u>	<u>6.640</u>

Em 2010, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros não residentes” refere-se a perdas na venda de obrigações emitidas em operações de securitização do Grupo Santander (Nota 9). As obrigações foram alienadas pela Totta Ireland em Outubro de 2010 a uma empresa do Grupo Santander, pelo valor de venda de mEuros 952.254.

Em 2010, a rubrica “Instrumentos de capital – Valorizados ao custo histórico” inclui o ganho resultante da reavaliação da participação na Unicre no montante de mEuros 21.201 (Nota 15).

37. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	45.356	37.981
Perdas na reavaliação da posição cambial		
. Alienação do Banco Totta Caixa Geral Totta de Angola (Nota 4)	(1.982)	(2.184)
. Dividendos pagos pelo Banco Caixa Geral Totta de Angola	(503)	-
. Outras	(31.887)	(17.204)
	-----	-----
	10.984	18.593
	=====	=====

38. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganho na alienação/reavaliação ao justo valor da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola (Nota 4)	56.027	30.280
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	78	5.037
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	1.333	1.047
Ganhos em activos tangíveis	829	626
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	305.879	10.257
Outros	23	198
	-----	-----
	364.169	47.445
	-----	-----
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(1.410)	(664)
Perdas em activos tangíveis	(20)	(86)
Perdas na alienação de crédito a clientes (Nota 11)	-	(759)
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	(214)	-
Outras	(493)	(16)
	-----	-----
	(2.137)	(1.525)
	-----	-----
	362.032	45.920
	=====	=====

A rubrica “ Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação” inclui ganhos de mEuros 282.069 e perdas de mEuros 214 resultantes da recompra de obrigações a entidades do Grupo Santander.

39. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas de locação operacional	333	366
Reembolso de despesas	4.936	5.224
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.787	2.559
Outros	19.278	20.395
	-----	-----
	27.334	28.544
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(3.071)	(2.294)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 29)	(3.620)	(3.604)
Outros encargos e gastos operacionais	(26.250)	(25.641)
Outros impostos		
Directos	(1.649)	(1.201)
Indirectos	(1.018)	(1.003)
	-----	-----
	(35.608)	(33.743)
	-----	-----
	(8.274)	(5.199)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)40. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 46)	6.171	5.218
Empregados	190.306	190.117
Outras remunerações variáveis	33.521	34.226
	-----	-----
	229.998	229.561
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	37.902	36.626
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 44)	10.392	17.494
Pensões pagas	-	168
Reformas antecipadas (Nota 44)	3.539	3.159
Outros encargos sociais obrigatórios	1.881	1.843
Amortizações de desvios fora do corredor (Nota 44)	5.168	5.654
	-----	-----
	58.882	64.944
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
Indemnizações por reformas antecipadas (Nota 44)	1.283	697
Transferências de pessoal	675	630
Plano complementar de reforma (Nota 44)	4.430	-
Outros	6.629	6.425
	-----	-----
	13.017	7.752
	-----	-----
	301.897	302.257
	=====	=====

41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Serviços especializados	43.727	43.154
Comunicações	16.933	18.989
Manutenção de software e equipamento informático	34.222	31.686
Conservação e reparação	3.256	4.789
Publicidade e edição de publicações	14.137	15.169
Rendas e alugueres	12.048	12.234
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	7.972	7.727
Material de consumo corrente	2.985	3.165
Outros	433	479
Deslocações, estadas e representação	7.133	6.277
Transportes	2.356	2.364
Formação de pessoal	2.444	2.665
Seguros	725	817
Outros	4.815	5.202
	-----	-----
	153.186	154.717
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

42. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	4.211	2.594
Banco Caixa Geral Totta de Angola	3.477	-
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.240	-
Partang, SGPS, S.A.	(18)	-
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	(150)	(166)
	-----	-----
	8.760	2.428
	=====	=====

43. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., Liberty Seguros, Victória – Seguros, S.A., Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., entre outras, pela comercialização dos seus produtos (Nota 33), como segue:

	<u>2010</u>			<u>2009</u>		
	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u>	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u>
Santander Totta Seguros	101.524	250	101.774	98.272	270	98.542
Liberty Seguros	-	8.026	8.026	-	8.335	8.335
Outros	-	352	352	-	628	628
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	101.524	8.628	110.152	98.272	9.233	107.505
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros activos – rendimentos a receber de outros serviços prestados” (Nota 17) inclui comissões a receber de seguradoras no montante de mEuros 22.772 e mEuros 49.090, respectivamente, de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Santander Totta Seguros	22.473	48.639
Outros	299	451
	-----	-----
	22.772	49.090
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2010 e último semestre de 2009, respectivamente, os quais foram recebidos posteriormente à data de balanço.

44. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2010 e 2009 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	3,20%	3,20%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Na determinação do custo com pensões para o exercício de 2011 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010.

A base para a taxa esperada de retorno dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2010 efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas privadas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, as taxas de rendimento de uma amostra de obrigações de empresas privadas em Euros com qualidade de crédito Aa- (notação de risco de crédito, com base em quatro agências de rating – Moody's, Standard & Poor's, Fitch e Dominion Bond Rating Service). Esta informação foi retirada da Bloomberg.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2010 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009	2008	2007	2006
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	275.580	255.009	231.114	241.071	223.396
. Pensionistas	36.406	34.692	34.895	35.054	31.698
. Reformados e reformados antecipadamente	855.952	896.251	973.904	1.045.467	1.028.912
	<u>1.167.938</u>	<u>1.185.952</u>	<u>1.239.913</u>	<u>1.321.592</u>	<u>1.284.006</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	127.822	127.877	132.522	139.806	140.619
- Subsídio por morte	18.184	17.728	17.994	18.767	19.189
	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>	<u>1.390.429</u>	<u>1.480.165</u>	<u>1.443.814</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	1.312.888	1.395.849	1.391.585	1.486.078	1.446.847
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>(1.056)</u>	<u>64.292</u>	<u>1.156</u>	<u>5.913</u>	<u>3.033</u>
Desvios actuariais e financeiros					
- Alteração de pressupostos	-	(51.086)	(100.674)	(54.502)	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(29.458)	(21.172)	(4.100)	76.028	17.144
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	103.392	61.639	306.680	4.221	(32.174)
	<u>73.934</u>	<u>40.467</u>	<u>302.580</u>	<u>80.249</u>	<u>(15.030)</u>
	<u>73.934</u>	<u>(10.619)</u>	<u>201.906</u>	<u>25.747</u>	<u>(15.030)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2010			2009		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.431	25.930	35.630	5.448	23.760	32.400
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	175	24	32	100	6	8
Pensionistas	912	4.165	5.679	879	4.006	5.462
Reformados e reformados antecipadamente	5.381	78.038	106.416	5.430	80.432	109.680
	<u>11.899</u>	<u>108.157</u>	<u>147.757</u>	<u>11.857</u>	<u>108.204</u>	<u>147.550</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades no início do período	1.331.557	1.390.429
Custo dos serviços correntes	15.389	14.455
Custo dos juros	68.280	74.207
(Ganhos)/Perdas actuariais	(29.458)	(72.258)
Reformas antecipadas	3.539	3.159
Valores pagos	(78.567)	(80.946)
Contribuições dos empregados	2.426	2.511
Acréscimo de responsabilidades (ex-BSN)	778	-
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	1.313.944	1.331.557
	=====	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2010 e 2009, os custos com pensões têm a seguinte composição e foram reconhecidos na rubrica de "Custos com o pessoal" (Nota 40):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo dos serviços correntes	15.389	14.455
Custo dos juros	68.280	74.207
Rendimento esperado	(74.572)	(74.337)
	-----	-----
Custo do exercício – Plano de benefício definido	9.097	14.325
Custo do exercício – Plano de contribuição definida	32	9
Custo do exercício – Plano da Sucursal de Londres	485	3.160
Custo do exercício – acréscimo de responsabilidades com o BSN	778	-
	-----	-----
	10.392	17.494
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento na flutuação de valores em 2009 e 2010 foi o seguinte:

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2008	281.304

. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2009	(64.152)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2009	54.934
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	(8.106)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	6.705
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 40)	(5.654)

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	265.031

. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2010	(26.243)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2010	92.075
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	(3.215)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	11.317
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 40)	(5.168)

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2010	333.797
	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue (Nota 17):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Flutuação de valores	333.797	265.031
(Insuficiência)/Excesso de financiamento	(1.056)	64.292
	-----	-----
	332.741	329.323
	-----	-----
Flutuação de valores – fundo de pensões da Sucursal de Londres	(357)	(240)
	-----	-----
	332.384	329.083
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios actuariais com pensões em 2010 e 2009 podem ser explicados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alteração de pressupostos actuariais	-	(44.621)
Alteração da tabela salarial em 2010/ 2009 com impacto em pensões e salários	(18.601)	(13.748)
Alterações na população	(735)	(175)
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(9.721)	(8.270)
. Por permanência	6.947	6.555
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(4.133)	(3.893)
	-----	-----
	(26.243)	(64.152)
	=====	=====

Em 2009 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto de 5,5% para 5,25% e das alterações da taxa de crescimento das pensões e da taxa de inflação de 2,5% para 1,75% e de 2% para 1,75%, respectivamente.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2010 e 2009 são explicados como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alteração da taxa de desconto	-	(6.465)
Alterações salariais e de nível	(2.481)	(1.353)
Outros	(734)	(288)
	-----	-----
	(3.215)	(8.106)
	=====	=====

O aumento das responsabilidades com reformas antecipadas realizadas nos exercícios de 2010 e 2009 relativas a 20 e 12 colaboradores, nos montantes de mEuros 3.539 e mEuros 3.159, respectivamente, bem como as indemnizações pagas pela passagem à situação de reforma antecipada, nos montantes de mEuros 1.283 e mEuros 697, respectivamente, foram registadas por resultados (Nota 40).

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2010 e 2009 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 5,8% e 3,5%, respectivamente.

O aumento efectivo das pensões e da tabela salarial foi de 1% em 2010 e 1,5% em 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.606	5.548
Pensionistas	912	879
Reformados e reformados antecipadamente	5.381	5.430
	-----	-----
	11.899	11.857
	=====	=====

(1) Dos quais 175 e 100 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2009 e 2010 foram as seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados e reformados antecipadamente</u>	<u>Pensionistas</u>
Número total em 31-12-2008	5.583	5.479	842
Saídas:			
. De activos	(116)	-	-
. Por mortalidade	(6)	(72)	(23)
. Outras	-	-	(8)
Transferências	(15)	15	-
Entradas	102	8	68
Número total em 31-12-2009	<u>5.548</u>	<u>5.430</u>	<u>879</u>
Saídas:			
. De activos	(110)	-	-
. Por mortalidade	-	(80)	(21)
. Outras	-	-	(12)
Transferências	(21)	21	-
Entrada de colaboradores do BSN	84	-	-
Entradas	105	10	66
Número total em 31-12-2010	<u>5.606</u>	<u>5.381</u>	<u>912</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	1.391.585

Contribuições do Banco (monetárias)	70.000
Contribuições dos empregados	2.511
Rendimento líquido do Fundo	12.699
Valores pagos	(80.946)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	1.395.849

Contribuições do Banco (monetárias)	22.000
Contribuições dos empregados	2.426
Rendimento líquido do Fundo	(28.820)
Valores pagos	(78.567)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	1.312.888
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2010 e 2009 foram de -2,1% e 0,9% respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de dívida	632.370	800.575
Fundos de Investimento imobiliário	229.267	238.881
Fundos de Investimento mobiliário	130.708	76.017
Instrumentos de capital	2.221	9.277
Imóveis	88.155	88.273
Depósitos	223.664	180.638
Outros activos	6.503	1.524
	-----	-----
	1.312.888	1.395.849
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as carteiras do Fundo de Pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis arrendados	23.839	23.799
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	209.548	247.382
	-----	-----
	233.387	271.181
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro de vida para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma para directivos do Banco, no montante de mEuros 4.430 (Nota 40).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativo ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de mortalidade	AM92/AF92	AM92/AF92
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	6,20%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,70%	5,70%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	4,70%
Taxa de crescimento das pensões	3,20%	3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	25.003	24.012
Cobertura – valor patrimonial do fundo	23.112	21.457
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(1.891)	(2.555)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2008	19.510

Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Perdas actuariais	3.630
Valores pagos	(544)

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2009	24.012

Custo dos serviços correntes	239
Custo dos juros	1.395
Ganhos actuariais	(817)
Valores pagos	(589)
Variações cambiais	763

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	16.697

Rendimento líquido do fundo	2.343
Contribuição do Banco	2.772
Contribuições dos empregados	189
Valores pagos	(544)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	21.457

Rendimento líquido do fundo	1.378
Contribuição do Banco	184
Valores pagos	(589)
Variações cambiais	682

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112
	=====

Os custos dos exercícios de 2010 e 2009 da Sucursal de Londres apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contribuição do Banco – financiamento do fundo	184	2.772
Custo dos serviços correntes	239	185
Custo dos juros	1.395	1.231
Rendimento esperado	(1.333)	(1.028)
	-----	-----
	485	3.160
	===	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a flutuação de valores da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)	(1.315)
Ganhos actuariais com pensões em 2010	(817)	-
Ganhos financeiros com pensões em 2010	(45)	-
Variações cambiais	81	-
Valor não financiado	(1.891)	(2.555)
	-----	-----
Flutuação de valores	(357)	(240)
	===	===

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de dívida	19.254	11.073
Instrumentos de capital	3.758	9.399
Depósitos	100	985
	-----	-----
Valor do fundo	23.112	21.457
	=====	=====

45. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**Descrição das operações**

Entre Julho de 2003 e Agosto de 2009 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de dez operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 19.950.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um "Mortgage Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um "Mortgage Retransfer Agreement", mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.752.357.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegador – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando aos Fundos Hipototta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, estes Fundos emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Hipototta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta PLC/Ltd, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Em Julho de 2010, o BST realizou uma operação de titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, que denominou de Hipototta nº 11, pelo montante inicial total de mEuros 2.000.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, a Tagus e a Hipotottas PLC/Ltd. emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas dívidas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	247.612	AAA	Aaa	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	15.966	A+	A1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	7.036	BBB+	Baa1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>270.614</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>281.614</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipotota nº 2 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.557.200	825.711	AAA	AAA	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,22%	Euribor 3 m + 0,44%
Classe B	39.800	27.473	AA+	AA+	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,5%	Euribor 3 m + 1%
Classe C	53.000	36.630	A	A	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 1,30%
	<u>2.650.000</u>	<u>889.814</u>						
Classe D	18.550	18.550			Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.668.550</u>	<u>908.364</u>						

Hipotota nº 3 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual					Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	3.206.200	1.386.866	AAA		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	122.400	112.702	AA		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,23%	Euribor 3 m + 0,46%
Classe C	71.400	65.743	A		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,33%	Euribor 3 m + 0,66%
	<u>3.400.000</u>	<u>1.565.311</u>						
Classe D	17.000	17.000			Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>3.417.000</u>	<u>1.582.311</u>						

Hipotota nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual					Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.256.344	AAA		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	44.240	AA-		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	139.720	A		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.440.304</u>						
Classe D	14.000	14.000			Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.454.304</u>						

Hipotota nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	1.136.262	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.243.262</u>						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>1.253.262</u>						

Hipotota nº 7 Ltd								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração		
	Inicial	Actual	S&P	Moody's				
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%		
Classe A2	1.596.000	1.412.425	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%		
Classe B	60.000	60.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%		
Classe C	50.000	50.000	A	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%		
Classe D	44.000	44.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%		
Classe E	50.000	50.000	BB	B1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%		
	<u>2.000.000</u>	<u>1.616.425</u>						
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada		
	<u>2.020.000</u>	<u>1.636.425</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 8 Ltd					
Dívida emitida	Montante		Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A1	125.000	-	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.021.900	909.449	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	40.600	40.600	Aa3	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	25.000	25.000	A2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	12.500	12.500	Baa2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	25.000	25.000	Ba2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.250.000</u>	<u>1.012.549</u>			
Classe F	22.550	22.550	Ca	Julho de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.272.550</u>	<u>1.035.099</u>			

Hipototta nº 10 Ltd					
Dívida emitida	Montante		Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	927.500	733.370	Aaa	2062	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	20.000	20.000	Aa3	2062	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	20.000	20.000	A3	2062	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	20.000	20.000	Ba1	2062	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	12.500	12.500	B1	2062	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.000.000</u>	<u>805.870</u>			
Classe F	20.000	20.000		2062	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.020.000</u>	<u>825.870</u>			

Hipototta nº 11					
Dívida emitida	Montante		Rating S&P	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.760.000	1.646.835	AAA	2063	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	240.000	240.000	BBB+	2063	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.886.835</u>			
Classe C	40.000	40.000		2063	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.040.000</u>	<u>1.926.835</u>			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC, Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC, Hipototta nº 4 PLC e Hipototta nº 10 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 8 Ltd e Hipototta nº 11 vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, do Hipototta nº 7 Ltd, Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos primeiros quatro Hipotottas, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5, Hipototta nº 7, Hipototta nº 8 e Hipototta nº 10 e as obrigações da classe C, para o Hipototta nº 11 constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos Hipototta FTC e pela Tagus);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1, 2, 3 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1%, 1%, 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 6 Ltd correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F dos Hipototta nº 7, 8 e 10 Ltd e classe C do Hipototta nº 11 correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

O Grupo detém a maior parte das obrigações emitidas em operações de titularização. As obrigações detidas por outras entidades, no montante de mEuros 1.957.603, estão registadas na rubrica de “Responsabilidades representadas por títulos” e detalhadas no Anexo I.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipotottas. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os seis primeiros Hipotottas emitidos e entre o BST e os restantes Hipotottas destinados a cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

De acordo com a Norma IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e os Hipototta PLC/Ltd foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, os créditos à habitação relativos às operações de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

46. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais mantém saldos ou transacções nos exercícios de 2010 e 2009 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Banco Santander de Negócios, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta De Angola	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
ISBANP - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Banco Santander de Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Multirent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Banco Santander Internacional Miami	EUA
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	Espanha
Portal Universia Portugal - Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
HBF Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.	Portugal
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Transolver Finance EFC, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, S.A. S.G.E.C.R.	Espanha
Abbey National Treasury Services, PLC	Reino Unido
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
FTPYME Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Grupo Alliance & Leicester	Reino Unido
Catter Allen International LTD	Reino Unido
Banco Banif, S.A.	Espanha
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Santander UK PLC	Reino Unido
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Entidades de Propósito Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 2 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 3 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 6 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 8 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 9 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 10 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 2 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 3 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 6 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 8 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 9 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 10 FTC	Portugal
TAGUS (HIPOTOTTA NO. 11)	Portugal
<u>Entidades de Propósito Especial significativamente influenciadas pelo Grupo</u>	
Leasetotta NO. 1 Ltd	Irlanda
Leasetotta NO. 1 FTC	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	Entidades de Propósito Especial significativamente influenciadas pelo Grupo
<u>Activos:</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.517	-	9.928	-
Activos financeiros detidos para negociação	199.977	-	10.172	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.632	46.978	999.020
Aplicações em instituições de crédito	1.140.625	3.295.230	68	3
Crédito a clientes	-	-	159.428	-
Derivados de cobertura	122.826	-	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	159.203	-	-
Outros activos	173.492	2.931	24.838	2.385
<u>Passivos:</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.102.372	-	51.568	-
Recursos de outras instituições de crédito	2.669.914	1.120.825	843.713	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	184.386	7.776	410.446	432.392
Responsabilidades representadas por títulos	131.946	-	1.210.138	-
Derivados de cobertura	164.490	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	32.316	-
Outros passivos	29.227	1.301	549	1.909
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	642.116	11.394	52.763	15.139
Encargos com serviços e comissões	1.160	-	92	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	8.626.735	382	421.221	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de alienação de outros activos	214.422	-	-	-
Gastos gerais administrativos	214	-	-	-
	-	62	35.552	-
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	688.037	41.297	19.421	11.388
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	7.931.819	382	421.387	-
Rendimentos de instrumentos de capital	4.705	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	552	-
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	56	5.317	104.578	273
Resultados de alienação de outros activos	282.069	-	-	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	8.313	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	186	-
<u>Extrapatrimoniais:</u>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	463.746	154.163	878	-
Garantias recebidas	715	1.247	1.400	-
Compromissos perante terceiros	3.851	4.979	50.790	-
Operações cambiais e instrumentos derivados	28.544.177	-	1.586.871	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.806.140	360.364	9.279.703	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresa que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	Entidades de Propósito Especial significativamente influenciadas pelo Grupo
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.111	-	-	23.009	-
Activos financeiros detidos para negociação	501.121	-	8.157	44.475	8.836
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.993	1.142.384	1.042.348
Aplicações em instituições de crédito	687.892	-	2.869.341	22.174	3
Crédito a clientes	-	-	-	173.453	-
Derivados de cobertura	224.217	-	-	27.092	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	-	22.717	-	-
Outros activos	18	3	1.428	56.684	1.052
Passivos:					
Passivos financeiros detidos para negociação	1.001.529	-	8.864	88.212	8.129
Recursos de outras instituições de crédito	1.583.673	19.340	1.042.348	3.077.331	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	139.105	258	86	181.458	253.420
Responsabilidades representadas por títulos	97.008	-	-	3.168.238	-
Derivados de cobertura	190.280	-	-	9.601	-
Passivos subordinados	25.016	-	-	67.529	-
Outros passivos	23	3	18	10	-
Custos:					
Juros e encargos similares	653.891	33	12.043	107.433	6.000
Encargos com serviços e comissões	1.334	-	-	225	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	5.260.171	-	-	762.413	-
Resultados de reavaliação cambial	4.436	8	-	-	-
Custos com o pessoal	-	-	-	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	62	31.592	-
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	760.147	-	49.386	51.840	12.018
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	5.028.428	-	-	1.248.621	-
Resultados de reavaliação cambial	-	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	4.256	125.165	175
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjunto	-	-	2.428	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	217	-
Extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:	415.514	-	115.634	3.087	-
Garantias recebidas	715	-	1.247	52.000	-
Compromissos perante terceiros	2.450	25	100.914	55.213	-
Operações cambiais e instrumentos derivados	63.883.583	869	1.106.947	8.350.210	1.106.947
Responsabilidades por prestação de serviços	679.606	17.068	325.006	737.348	-

ÓRGÃOS SOCIAIS**Conselho de Administração**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascendiam a mEuros 1.228 e mEuros 1.178, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 6.171 e mEuros 5.218, respectivamente (Nota 40).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 47 e que está dividido em ciclos. Para os órgãos sociais, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal nos exercícios de 2010 e 2009 é apresentado de seguida:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Primeiro ciclo – PI09 - atribuídas em 2007 e exercidas em Julho de 2009	-	94
Segundo ciclo – PI10 - atribuídas em 2007 e a exercer em Julho de 2010	148	297
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	355	355
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	304	152
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	158	-
	-----	-----
	965	898
	=====	=====

Em 6 de Julho de 2009, foi finalizado o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 97.676, ao valor por acção de 8,49 Euros.

Em 8 de Julho de 2010, foi finalizado o segundo ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 136.719, ao valor por acção de 8,77 euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3 k). Em 31 de Dezembro de 2010 as responsabilidades com este benefício ascendiam a mEuros 164 (mEuros 140 em 31 de Dezembro de 2009).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. A fixação do montante do complemento da pensão de reforma será definida pela comissão de vencimentos quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 9.565 e mEuros 8.529, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisão para pensões e outros encargos” (Nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

Em 2010, no novo plano complementar de reforma para directivos do Banco, estão incluídos os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano específico de benefício definido acima referido. A contribuição de 2010 para este novo plano ascendeu a mEuros 892.

Sociedade de revisores oficiais de contas

A remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas do Banco e empresas subsidiárias em 2010, excluindo IVA, foi a seguinte:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditor Externo	692
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	924
Consultoria Fiscal	277

	1.893
	=====

47. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Na Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. de 23 de Junho de 2007 foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander", para os períodos de 23 de Junho de 2007 a 31 de Dezembro de 2009 (com data de entrega das acções respeitantes ao primeiro ciclo até 31 de Julho de 2009 e do segundo ciclo até 31 de Julho de 2010). O BST está também inserido neste plano, o qual foi aprovado em reunião da comissão executiva do Conselho de Administração do Banco de 19 de Dezembro de 2007 e abrangia cerca de 306 colaboradores.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção.

Em 2009 foi concluído o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos (PI09). A percentagem aplicada sobre o número máximo de acções que foram atribuídas no início do ciclo foi de 90,79%. Esta percentagem reflecte a evolução do Banco Santander face aos dois parâmetros supra referidos. Em termos do retorno total para o accionista o Banco Santander classificou-se em sétimo lugar com 53,79%. Em termos do crescimento do lucro por acção, o Banco Santander ficou em primeiro lugar do grupo de referência com 7,70%. A entrega das referidas acções ocorreu em 6 de Julho de 2009, ao preço de abertura da acção do Banco Santander nesse dia (8,49 Euros por acção).

Em 2008, este Plano foi alargado para um terceiro ciclo até 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 para um quarto ciclo até 31 de Dezembro de 2011 (com datas de entrega das acções previstas até 31 de Julho de 2011 e até 31 de Julho de 2012, respectivamente). Estas extensões abrangeram cerca de 311 colaboradores. Em 2010, o Plano foi alargado para um quinto ciclo até 31 de Dezembro de 2012 (com data de entrega das acções prevista até 31 de Julho de 2013). Esta extensão abrangeu cerca de 310 colaboradores.

Conforme descrito na Nota 1.3 n), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010 e 2009, o custo total do plano para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

Plano de Acções vinculado a objectivos do Grupo Santander	2010	2009
Primeiro ciclo - PI09	-	533
Segundo ciclo - PI10	607	1.052
Terceiro ciclo - PI11	1.253	1.105
Quarto ciclo - PI12	1.137	497
Quinto ciclo - PI13	723	-
	-----	-----
	3.720	3.187
	=====	=====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2008:					
PI09	359.689	5,7474	Jul-2009	270	2007
PI10	537.023	5,6936	Jul-2010	270	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
Movimento em 2009:					
PI09 - Anulações (*)	(540)	-	-	-1	-
PI09 - Acções disponibilizadas	(326.681)	-	Jul-2009	-269	-
PI09 - Acções não disponibilizadas (**)	(32.468)	-	-	-	-
PI10 - Anulações (*)	(800)	-	-	-1	-
PI12 - Atribuição do direito	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2009:					
PI10	536.223	5,6936	Jul-2010	269	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
PI12	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009
Movimento em 2010:					
PI10 - Anulações (*)	(22.850)	-	-	-2	-
PI10 - Acções disponibilizadas	(540.822)	-	Jul-2010	-306	-
PI10 - Acções não disponibilizadas (**)	(56.591)	-	-	-	-
PI11 - Anulações (*)	(28.890)	-	-	-7	-
PI12 - Anulações (*)	(2.030)	-	-	-3	-
PI10 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	84.040	-	-	39	-
PI11 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	81.830	-	-	38	-
PI12 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	95.872	-	-	37	-
PI13 - Atribuição do direito	778.723	5,5707	Jul-2013	310	2010
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:					
PI11	662.021	5,4419	Jul-2011	311	2008
PI12	754.339	4,5112	Jul-2012	311	2009
PI13	778.723	5,5707	Jul-2013	310	2010

Notas:

(*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(**) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

(***) Corresponde aos colaboradores provenientes do BSN e integrados no BST na sequência da fusão destas entidades ocorrida no primeiro semestre de 2010 e aos colaboradores das filiais do BSN que passaram a ser consolidadas.

Adicionalmente, o Grupo Santander, no qual está inserido o BST, teve um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial (PI06), abrangendo 2.601 colaboradores, e que consistiu em opções sobre acções do Banco Santander, S.A. (Banco Santander) condicionadas à valorização relativa da cotação da respectiva acção e ao crescimento do resultado líquido por acção em relação a um grupo de bancos comparáveis. As datas de início e de conclusão do direito verificaram-se entre 15 de Janeiro de 2008 e 15 de Janeiro de 2009.

No caso do BST, estiveram abrangidos por este plano 157 colaboradores, incluindo o pessoal chave da gerência. As condições do plano foram cumpridas o que permitiu o exercício das opções durante o exercício de 2008 a 9,09 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2010 (3º, 4º e 5º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano;
- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “MonteCarlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI11	PI12	PI13
Volatilidade (*)	19,31%	42,36%	49,65%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	3,47%	4,88%	6,34%
Taxa de juro sem risco	4,835%	2,040%	3,33%

(*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 44,9% para o PI11, 55,42% para o PI12 e 62,62% para o PI13, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição;

- Dada a elevada correlação entre o RTA e o crescimento do lucro por acção (BPA), a valorização do RTA é também válida para o BPA. Esta valorização, por se referir a uma condição que não é de mercado, é revista e ajustada anualmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)48. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2010				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	99.074	217.798	-	316.872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	124.918	111.301	-	236.219
Activos financeiros detidos para negociação	1.649.296	-	-	-	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	6.958.775	-	25.496	(59.148)	6.925.123
Aplicações em instituições de crédito	-	5.209.821	-	-	5.209.821
Crédito a clientes	65.072	30.205.817	-	(497.157)	29.773.732
Derivados de cobertura	131.512	-	-	-	131.512
	<u>8.897.941</u>	<u>35.639.630</u>	<u>354.595</u>	<u>(556.305)</u>	<u>44.335.861</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	-	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.312.988	-	-	-	1.312.988
Recursos de outras instituições de crédito	-	9.614.681	-	-	9.614.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.358.148	16.648.288	-	-	18.006.436
Responsabilidades representadas por títulos	4.862.204	4.018.142	-	-	8.880.346
Derivados de cobertura	189.423	-	-	-	189.423
Passivos subordinados	-	32.316	-	-	32.316
	<u>7.722.763</u>	<u>35.120.589</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.843.352</u>
	2009				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	524.413	231.987	-	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	105.219	111.781	-	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	-	-	-	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	5.588.133	-	28.354	(43.587)	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	-	5.465.940	-	-	5.465.940
Crédito a clientes	77.203	29.933.274	-	(453.431)	29.557.046
Derivados de cobertura	271.269	-	-	-	271.269
	<u>8.485.601</u>	<u>36.028.846</u>	<u>372.122</u>	<u>(497.018)</u>	<u>44.389.551</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	-	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.508.334	-	-	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.695.715	-	-	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.135.202	14.145.585	-	-	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	5.276.042	9.557.449	-	-	14.833.491
Derivados de cobertura	244.441	-	-	-	244.441
Passivos subordinados	-	346.380	-	-	346.380
	<u>9.926.026</u>	<u>32.512.591</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.438.617</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2010					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	13.107.150	(13.130.701)	(23.551)	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	112.793	(105.058)	7.735	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	358.973	(261.296)	97.677	-	(475.663)	(475.663)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	83.394	-	83.394	-	-	-
Crédito a clientes	1.006.922	(232.347)	774.575	-	-	-
Derivados de cobertura	1.430.034	(1.446.219)	(16.185)	-	(19.410)	(19.410)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(2.514)	(2.514)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.771	(128.123)	(125.352)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	76.138	(208.166)	(132.028)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	359.949	(317.713)	42.236	-	-	-
Passivos subordinados	-	(4.944)	(4.944)	-	-	-
	<u>16.538.124</u>	<u>(15.837.081)</u>	<u>701.043</u>	<u>-</u>	<u>(495.073)</u>	<u>(495.073)</u>
Garantias prestadas	<u>19.858</u>	<u>(896)</u>	<u>18.962</u>			

	2009					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	8.125.699	(8.267.923)	(142.224)	-	-	-
Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	171.779	-	171.779	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	125.701	(8.254)	117.447	31.194	-	31.194
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	101.397	-	101.397	-	-	-
Crédito a clientes	1.294.377	(211.232)	1.083.145	-	-	-
Derivados de cobertura	1.173.167	(1.071.158)	102.009	-	(32.545)	(32.545)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(6.469)	(6.469)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(137.501)	(137.501)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	92.680	(275.730)	(183.050)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	64.622	(347.056)	(282.434)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(7.640)	(7.640)	-	-	-
	<u>11.149.422</u>	<u>(10.332.963)</u>	<u>816.459</u>	<u>31.194</u>	<u>(32.545)</u>	<u>(1.351)</u>
Garantias prestadas	<u>21.359</u>	<u>(642)</u>	<u>20.717</u>			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 10.984 e mEuros 18.593, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2010			2009		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.021	-	4.021	5.291	-	5.291
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65	-	65	111	-	111
Activos financeiros disponíveis para venda	261.013	-	261.013	99.505	-	99.505
Aplicações em instituições de crédito	79.308	-	79.308	95.995	-	95.995
Crédito a clientes	856.189	(111)	856.078	1.139.383	(375)	1.139.008
	<u>1.200.596</u>	<u>(111)</u>	<u>1.200.485</u>	<u>1.340.285</u>	<u>(375)</u>	<u>1.339.910</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de bancos centrais	-	(42.621)	(42.621)	-	(21.661)	(21.661)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(85.502)	(85.502)	-	(113.068)	(113.068)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.400	(187.609)	(179.209)	8.818	(259.115)	(250.297)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(259.003)	(259.003)	-	(267.606)	(267.606)
Passivos subordinados	-	(4.944)	(4.944)	-	(7.640)	(7.640)
	<u>8.400</u>	<u>(579.679)</u>	<u>(571.279)</u>	<u>8.818</u>	<u>(669.090)</u>	<u>(660.272)</u>
Garantias prestadas	<u>19.034</u>	<u>-</u>	<u>19.034</u>	<u>20.504</u>	<u>-</u>	<u>20.504</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2010			2009		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Crédito a clientes	<u>36.853</u>	<u>(14.483)</u>	<u>22.370</u>	<u>37.862</u>	<u>(12.396)</u>	<u>25.466</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>(46.146)</u>	<u>-</u>	<u>(46.146)</u>	<u>(44.717)</u>	<u>-</u>	<u>(44.717)</u>

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2010 e 2009 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 2.741 e mEuros 4.129, respectivamente (Nota 30).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2010					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	60.277	60.561	4.306	64.867	60.279	(4.639)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.799.668	2.866.636	73.037	2.939.673	2.775.000	(109.711)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.362.918)	(1.370.706)	12.558	(1.358.148)	1.492.218	(24.096)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.782.508)	(4.844.192)	(18.012)	(4.862.204)	5.211.922	39.901
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.709.100	2.709.100	-	2.709.100	2.709.100	55.600
Recursos de outras instituições de crédito	(959.100)	(959.100)	-	(959.100)	959.100	(14.966)
	<u>(1.535.481)</u>	<u>(1.537.701)</u>	<u>71.889</u>	<u>(1.465.812)</u>	<u>13.207.619</u>	<u>(57.911)</u>

	2009					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	72.573	73.121	4.082	77.203	72.575	(4.469)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	93.937	5.957	99.894	90.000	(6.732)
Activos financeiros disponíveis para venda	400.000	403.077	7.767	410.844	400.000	(6.617)
Recursos de bancos centrais	(1.250.000)	(1.256.597)	(2.771)	(1.259.368)	1.250.000	7.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.035.831)	(1.150.577)	15.375	(1.135.202)	1.035.831	(24.231)
Responsabilidades representadas por títulos	(5.203.528)	(5.283.442)	7.400	(5.276.042)	5.203.528	(6.481)
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	9.512.747	9.512.747	-	9.512.747	9.512.747	90.674
Recursos de outras instituições de crédito	(1.659.100)	(1.659.100)	-	(1.659.100)	1.659.100	(7.801)
Passivos emitidos	(4.353.646)	(4.353.646)	-	(4.353.646)	4.353.646	(14.934)
	<u>(3.426.785)</u>	<u>(3.620.480)</u>	<u>37.810</u>	<u>(3.582.670)</u>	<u>23.577.427</u>	<u>26.828</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2010					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	<u>7.519</u>	<u>29.107</u>	<u>(3.842)</u>	<u>5.992</u>	<u>1.858</u>	<u>40.634</u>

	2009					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	<u>4.171</u>	<u>35.314</u>	<u>3.117</u>	<u>25.337</u>	<u>-</u>	<u>67.939</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as ineficiências de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

Resultados em activos e passivos ao justo valor através de resultados					
2010			2009		
Elemento	Instrumento	Líquido	Elemento	Instrumento	Líquido
Coberto	de cobertura		Coberto	de cobertura	
Crédito a clientes	224	(224)	-	1.073	(1.073)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	1.771	(1.796)
Activos financeiros disponíveis para venda	65.270	(66.420)	(1.150)	7.767	(6.617)
Recursos de bancos centrais	2.771	(2.771)	-	(2.771)	2.771
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.035	(1.046)	(11)	22.530	(22.612)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.662)	6.789	2.127	(25.284)	25.686
	64.638	(63.672)	966	5.086	(3.641)
					1.445

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2010		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	316.872	316.872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	236.219	236.219
Activos financeiros detidos para negociação	1.649.296	-	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	6.905.919	19.204	6.925.123
Aplicações em instituições de crédito	-	5.209.821	5.209.821
Crédito a clientes	64.867	29.708.865	29.773.732
Derivados de cobertura	131.512	-	131.512
	8.844.880	35.490.981	44.335.861
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.312.988	-	1.312.988
Recursos de outras instituições de crédito	-	9.614.681	9.614.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.358.148	16.648.288	18.006.436
Responsabilidades representadas por títulos	4.862.204	4.018.142	8.880.346
Derivados de cobertura	189.423	-	189.423
Passivos subordinados	-	32.316	32.316
	7.722.763	35.120.589	42.843.352

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	756.400	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	217.000	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	-	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultado	599.894	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	5.550.838	22.062	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	-	5.465.940	5.465.940
Crédito a clientes	77.203	29.479.843	29.557.046
Derivados de cobertura	271.269	-	271.269
	<u>8.448.306</u>	<u>35.941.245</u>	<u>44.389.551</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.462	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.508.334	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultado	502.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	7.695.715	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.135.202	14.145.585	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	5.276.042	9.557.449	14.833.491
Derivados de cobertura	244.441	-	244.441
Passivos subordinados	-	346.380	346.380
	<u>9.926.026</u>	<u>32.512.591</u>	<u>42.438.617</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2010				
	Custo de aquisição	Períodi- ficações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Valor líquido contabilístico
<u>Activo</u>					
Activos financeiros detidos para negociação	406.355	-	1.242.941	-	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.898	1.343	45	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	7.282.532	117.132	(513.926)	73.037	6.905.919
Crédito a clientes	60.277	489	4.306	-	64.867
Derivados de cobertura	-	-	131.512	-	131.512
	<u>7.841.062</u>	<u>118.964</u>	<u>864.878</u>	<u>73.037</u>	<u>8.844.880</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.312.988	-	1.312.988
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.362.918	7.788	-	(12.558)	1.358.148
Responsabilidades representadas por títulos	4.782.508	61.684	-	18.012	4.862.204
Derivados de cobertura	-	-	189.423	-	189.423
	<u>6.145.426</u>	<u>69.472</u>	<u>1.502.411</u>	<u>5.454</u>	<u>7.722.763</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009				
	Custo de aquisição	Periodi- ficações	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações
Activo					Valor líquido contabilístico
Activos financeiros detidos para negociação	498.138	(562)	1.451.526	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	1.344	5.957	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	5.563.336	55.293	(38.263)	7.767	(37.295)
Crédito a clientes	72.573	548	-	4.082	-
Derivados de cobertura	-	-	271.269	-	-
	<u>6.726.640</u>	<u>56.623</u>	<u>1.690.489</u>	<u>11.849</u>	<u>(37.295)</u>
					<u>8.448.306</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.250.000	6.597	-	2.771	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.508.334	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	2.639	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.146.721	3.856	-	(15.375)	-
Responsabilidades representadas por títulos	5.199.341	84.101	-	(7.400)	-
Derivados de cobertura	-	-	244.441	-	-
	<u>8.096.062</u>	<u>97.193</u>	<u>1.752.775</u>	<u>(20.004)</u>	<u>-</u>
					<u>9.926.026</u>

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2010			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	406.281	1.243.015	-	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	5.448.530	454.015	1.003.374	6.905.919
Crédito a clientes	-	64.867	-	64.867
Derivados de cobertura	-	131.512	-	131.512
	<u>5.948.097</u>	<u>1.893.409</u>	<u>1.003.374</u>	<u>8.844.880</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.312.988	-	1.312.988
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.358.148	-	1.358.148
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.862.204	-	4.862.204
Derivados de cobertura	-	189.423	-	189.423
	<u>-</u>	<u>7.722.763</u>	<u>-</u>	<u>7.722.763</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	477.919	1.457.547	13.636	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	99.894	-	500.000	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.743.321	535.179	2.272.338	5.550.838
Crédito a clientes	-	77.203	-	77.203
Derivados de cobertura	-	271.269	-	271.269
	3.321.134	2.341.198	2.785.974	8.448.306
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	1.259.368	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.508.334	-	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	502.639	502.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.135.202	-	1.135.202
Responsabilidades representadas por títulos	-	5.276.042	-	5.276.042
Derivados de cobertura	-	244.441	-	244.441
	-	9.423.387	502.639	9.926.026

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a modelos de valorização baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2010		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.872	316.872	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.219	236.219	-
Activos financeiros disponíveis para venda	19.204	19.204	-
Aplicações em instituições de crédito	5.209.821	5.309.782	99.961
Crédito a clientes	29.708.865	29.020.351	(688.514)
	<u>35.490.981</u>	<u>34.902.428</u>	<u>(588.553)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	4.807.162	4.807.714	(552)
Recursos de outras instituições de crédito	9.614.681	9.638.308	(23.627)
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.648.288	16.728.440	(80.152)
Responsabilidades representadas por títulos	4.018.142	3.917.327	100.815
Passivos subordinados	32.316	32.166	150
	<u>35.120.589</u>	<u>35.123.955</u>	<u>(3.366)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	756.400	756.400	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.000	217.000	-
Activos financeiros disponíveis para venda	22.062	22.062	-
Aplicações em instituições de crédito	5.465.940	5.542.790	76.850
Crédito a clientes	29.479.843	29.420.050	(59.793)
	<u>35.941.245</u>	<u>35.958.302</u>	<u>17.057</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	767.462	767.688	(226)
Recursos de outras instituições de crédito	7.695.715	7.732.082	(36.367)
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.145.585	14.173.365	(27.780)
Responsabilidades representadas por títulos	9.557.449	9.504.657	52.792
Passivos subordinados	346.380	343.959	2.421
	<u>32.512.591</u>	<u>32.521.751</u>	<u>(9.160)</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável a empresas foi considerado igual ao valor de balanço, uma vez que se procede à sua refixação periodicamente. Para o crédito concedido a particulares (habitação e consumo) e pequenos negócios (empréstimos), foi considerado o *spread* médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa a empresas ou particulares, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros, foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como "Clientes de Retalho".

Tal procedimento foi levado a cabo na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da Norma IAS 39, atendendo ao facto de na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com "Clientes de Retalho", nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);
- Clientes de Retalho.

Em 31 de Dezembro de 2010, os ganhos a reconhecer relativamente a estas operações ascendem a mEuros 15.088 e encontram-se reflectidos na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação" (mEuros 23.368 em 31 de Dezembro de 2009).

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2010		2009	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.872	316.872	756.400	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.219	236.727	217.000	217.422
Activos financeiros detidos para negociação	1.649.296	1.649.296	1.949.102	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	93.286	599.894	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	6.925.123	6.925.123	5.572.900	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	5.209.821	5.209.821	5.465.940	5.465.940
Crédito a clientes	29.773.732	36.537.260	29.557.046	36.986.589
Derivados de cobertura	131.512	131.512	271.269	271.269
	<u>44.335.861</u>	<u>51.099.897</u>	<u>44.411.268</u>	<u>51.841.233</u>
Garantias prestadas	<u>2.291.164</u>	<u>2.291.164</u>	<u>2.257.627</u>	<u>2.257.627</u>

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2010, inclui mEuros 1.982.317 e mEuros 4.781.211 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 2.240.834 e mEuros 5.188.709 em 31 de Dezembro de 2009, respectivamente).

Crédito concedido

Periodicamente, o Banco analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Crédito ao consumo	1.156.902	1.165.513
Crédito à habitação	15.360.671	15.302.418
Outros créditos concedidos a particulares	244.496	242.701
Cartões de crédito de particulares	247.990	240.268
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	<u>17.010.059</u>	<u>16.950.900</u>
Crédito concedido a grandes empresas	2.001.596	1.820.274
Crédito concedido a médias empresas	5.582.281	5.661.127
Crédito concedido a pequenas empresas	781.568	943.507
Cartões de crédito de empresas	10.768	12.309
Crédito concedido a instituições financeiras	-	1.011
Papel comercial	2.633.386	2.658.983
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	<u>11.009.599</u>	<u>11.097.211</u>
Garantias prestadas	<u>2.258.311</u>	<u>2.215.386</u>
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	<u>30.277.969</u>	<u>30.263.497</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As análises de risco são suportadas por um modelo de rating desenvolvido pelo Banco, de elaboração obrigatória, excepto no que se refere a clientes particulares e a empresários em nome individual. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, determinado com base nos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2010		2009	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	779.894	80.141	1.206.588	137.090
Rating 4 - 6	6.251.377	1.341.733	5.795.519	1.325.342
Rating 1 - 3	583.937	83.130	511.293	70.065
	7.615.208	1.505.004	7.513.400	1.532.497
Sem Rating	750.237	115.476	911.508	130.649
	8.365.445	1.620.480	8.424.908	1.663.146
Cartões de crédito de empresas	10.768	-	12.309	-
Instituições Financeiras	-	637.831	1.011	552.240
Papel comercial	2.633.386	-	2.658.983	-
	11.009.599	2.258.311	11.097.211	2.215.386

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascendem a mEuros 46.504 e mEuros 53.355, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,27% e 0,31%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação entre 2006 e 2010, pode ser detalhado como segue:

	2010			2009		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas						
Médias empresas	27.825	6.923	34.748	24.596	5.471	30.067
Pequenas empresas	16.279	3.157	19.436	12.567	2.487	15.054
	44.104	10.080	54.184	37.163	7.958	45.121
Particulares	164.733	36.669	201.402	124.890	20.350	145.240
	208.837	46.749	255.586	162.053	28.308	190.361

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vincendo	1.688.401	1.473.044
Vencido		
. Até 90 dias	29.437	26.101
. Entre 90 e 180 dias	34.921	29.471
. Mais de 180 dias	397.022	333.845
	-----	-----
	2.149.781	1.862.461
	=====	=====
Garantias prestadas	32.853	26.515
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante de crédito vencido ou com imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária, por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	2010		2009	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:				
Garantia superior ao capital em dívida	379.023	887.542	333.436	771.064
Garantia inferior ao capital em dívida	100.417	40.136	89.386	39.463
Sem garantia	604.622	-	394.667	-
	1.084.062	927.678	817.489	810.527

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 109.332 e mEuros 113.563, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	114.013	119.343
Outros activos recebidos em dação em pagamento	38.835	33.261
Activos financeiros disponíveis para venda	22.122	22.122
	<u>174.970</u>	<u>174.726</u>
Imparidade de imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	(36.052)	(37.919)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	(7.464)	(1.122)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	(22.122)	(22.122)
	<u>(65.638)</u>	<u>(61.163)</u>
	<u>109.332</u>	<u>113.563</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo:

	2010	2009
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P		
Sem rating externo	-	13.636
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
A+ / A / A -	93.286	99.894
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
AAA+ / AAA / AAA-	1.006.911	1.049.375
AA+ / AA / AA-	2.994.639	1.019.536
A+ / A / A-	2.083.849	2.148.493
BBB+ / BBB / BBB-	169.680	238.411
BB+ / BB / BB-	-	153.359
Sem rating externo	610.347	917.291
	<u>6.865.426</u>	<u>5.526.465</u>
	<u>6.958.712</u>	<u>5.639.995</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**RISCO DE LIQUIDEZ**

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2010, o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 2.470.420.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cashflows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2010							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<u>Activo</u>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	251.029	161	503	66.614	-	-	-	318.307
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.219	-	-	-	-	-	-	236.219
Activos financeiros detidos para negociação	1.649.296	-	-	-	-	-	-	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	4.831	98.302	-	-	-	103.133
Activos financeiros disponíveis para venda	2	116.397	430.242	2.774.724	2.724.861	2.485.731	118.384	8.650.341
Aplicações em instituições de crédito	558.787	1.177.348	2.794.610	130.396	381.511	403.707	-	5.446.359
Crédito a clientes	577.860	3.220.865	3.753.021	8.858.311	4.135.549	13.934.168	-	34.479.774
Derivados de cobertura	131.512	-	-	-	-	-	-	131.512
	<u>3.404.705</u>	<u>4.514.771</u>	<u>6.983.207</u>	<u>11.928.347</u>	<u>7.241.921</u>	<u>16.823.606</u>	<u>118.384</u>	<u>51.014.941</u>
<u>Passivo</u>								
Recursos de bancos centrais	1.800.011	3.008.855	-	-	-	-	-	4.808.866
Passivos financeiros detidos para negociação	1.312.988	-	-	-	-	-	-	1.312.988
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	2.171.566	5.560.418	918.333	55.120	628.076	405.527	-	9.739.040
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.781.450	4.025.061	4.113.239	1.487.046	1.768.794	21.884	-	18.197.474
Responsabilidades representadas por títulos	105.000	982.924	2.005.721	3.024.114	1.722.867	1.670.444	-	9.511.070
Derivados de cobertura	189.423	-	-	-	-	-	-	189.423
Passivos subordinados	-	32.444	-	-	-	-	-	32.444
	<u>12.360.438</u>	<u>13.609.702</u>	<u>7.037.293</u>	<u>4.566.280</u>	<u>4.119.737</u>	<u>2.097.855</u>	<u>-</u>	<u>43.791.305</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
<u>Activo</u>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	282.846	777	3.620	479.439	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	217.000	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	1.949.102	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultado	-	501.070	5.046	10.096	97.636	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	2	58.714	220.122	518.774	2.280.135	3.286.786	89.575
Aplicações em instituições de crédito	1.697.820	100.038	202.683	2.929.353	77.893	709.167	-
Crédito a clientes	787.838	3.497.253	4.434.740	5.319.940	3.281.802	18.964.099	-
Derivados de cobertura	271.269	-	-	-	-	-	-
	<u>5.205.877</u>	<u>4.157.852</u>	<u>4.866.211</u>	<u>9.257.602</u>	<u>5.737.466</u>	<u>22.960.052</u>	<u>89.575</u>
							<u>52.274.635</u>
<u>Passivo</u>							
Recursos de bancos centrais	18.510	8.480	2.020.611	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.508.334	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultado	-	-	505.153	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	971.668	3.518.670	580.831	1.869.489	183.722	660.883	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.624.585	4.351.956	3.261.025	677.731	1.523.256	29.986	-
Responsabilidades representadas por títulos	177.531	4.198.330	1.379.190	3.918.680	1.972.888	4.472.240	-
Derivados de cobertura	244.441	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	1.187	3.079	8.544	8.533	393.666	-
	<u>8.545.069</u>	<u>12.078.623</u>	<u>7.749.889</u>	<u>6.474.444</u>	<u>3.688.399</u>	<u>5.556.775</u>	<u>-</u>
							<u>44.093.199</u>

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados com “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo Santander Totta, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional dos riscos. Para condições anormais de mercado procede-se à Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	Exposição a		2010		
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	99.074	217.798	-	316.872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	236.219	-	236.219
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	406.281	1.243.015	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.898	-	1.388	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	5.675.738	1.514.132	(264.747)	-	6.925.123
Aplicações em instituições de crédito	1.738.203	3.288.917	182.701	-	5.209.821
Crédito a clientes	1.904.624	27.802.537	66.571	-	29.773.732
Derivados de cobertura	-	-	-	131.512	131.512
	<u>9.410.463</u>	<u>32.704.660</u>	<u>846.211</u>	<u>1.374.527</u>	<u>44.335.861</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	4.805.011	-	2.151	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.312.988	1.312.988
Recursos de outras instituições de crédito	6.952.145	2.534.824	127.712	-	9.614.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.715.609	6.121.934	168.893	-	18.006.436
Responsabilidades representadas por títulos	6.048.202	2.722.103	110.041	-	8.880.346
Derivados de cobertura	-	-	-	189.423	189.423
Passivos subordinados	-	31.998	318	-	32.316
	<u>29.520.967</u>	<u>11.410.859</u>	<u>409.115</u>	<u>1.502.411</u>	<u>42.843.352</u>
<u>2009</u>					
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	282.490	-	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	217.000	-	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	14.198	-	477.357	1.457.547	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	-	7.301	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.728.089	2.768.642	76.169	-	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	1.911.161	2.984.986	569.793	-	5.465.940
Crédito a clientes	4.748.055	24.763.609	45.382	-	29.557.046
Derivados de cobertura	-	-	-	271.269	271.269
	<u>9.994.096</u>	<u>30.991.147</u>	<u>1.675.492</u>	<u>1.728.816</u>	<u>44.389.551</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	2.013.471	-	13.359	-	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.508.334	1.508.334
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	-	2.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	4.783.828	2.328.996	582.891	-	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.238.083	4.932.449	110.255	-	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	8.579.107	6.172.768	81.616	-	14.833.491
Derivados de cobertura	-	-	-	244.441	244.441
Passivos subordinados	-	345.866	514	-	346.380
	<u>26.114.489</u>	<u>13.780.079</u>	<u>791.274</u>	<u>1.752.775</u>	<u>42.438.617</u>

Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- são identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;
- para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;
- não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)*Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente.
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	2010		2009	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	658	(649)	4.726	(4.412)
Activos financeiros disponíveis para venda	12.496	(12.452)	14.150	(13.730)
Aplicações em instituições de crédito	37.848	(37.752)	29.133	(26.499)
Crédito a clientes	210.700	(210.334)	222.598	(216.267)
	<u>261.702</u>	<u>(261.187)</u>	<u>270.607</u>	<u>(260.908)</u>
Derivados de cobertura	<u>(28.918)</u>	<u>28.900</u>	<u>(24.326)</u>	<u>19.606</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	-	(9.389)	9.389
Recursos de outras instituições de crédito	(150.815)	150.658	(64.024)	63.276
Recursos de clientes e outros empréstimos	(71.561)	67.813	(72.817)	66.993
Responsabilidades representadas por títulos	(15.678)	15.645	(43.947)	43.670
Outros passivos subordinados	-	-	(2.830)	2.822
	<u>(238.054)</u>	<u>234.116</u>	<u>(193.007)</u>	<u>186.150</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos de 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	2010	2009
VaR Percentil 99%	(70)	(244)
VaR Weighted Percentil 99%	(47)	(125)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco cambial**

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2010			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	311.869	2.699	2.304	316.872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	211.007	14.069	11.143	236.219
Activos financeiros detidos para negociação	1.635.132	13.140	1.024	1.649.296
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	6.915.931	9.192	-	6.925.123
Aplicações em instituições de crédito	4.755.267	417.406	37.148	5.209.821
Crédito a clientes	29.604.869	133.558	35.305	29.773.732
Derivados de cobertura	131.177	335	-	131.512
	<u>43.658.538</u>	<u>590.399</u>	<u>86.924</u>	<u>44.335.861</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	4.807.157	-	5	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.298.847	13.117	1.024	1.312.988
Recursos de outras instituições de crédito	9.175.318	417.355	22.008	9.614.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.030.175	816.220	160.041	18.006.436
Responsabilidades representadas por títulos	8.880.346	-	-	8.880.346
Derivados de cobertura	188.024	1.399	-	189.423
Passivos subordinados	32.316	-	-	32.316
	<u>41.412.183</u>	<u>1.248.091</u>	<u>183.078</u>	<u>42.843.352</u>
	2009			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	694.870	49.066	12.464	756.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	188.666	16.903	11.431	217.000
Activos financeiros detidos para negociação	1.888.700	36.893	23.509	1.949.102
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	5.492.820	19.485	60.595	5.572.900
Aplicações em instituições de crédito	4.958.052	453.751	54.137	5.465.940
Crédito a clientes	29.322.805	201.006	33.235	29.557.046
Derivados de cobertura	270.113	1.156	-	271.269
	<u>43.415.920</u>	<u>778.260</u>	<u>195.371</u>	<u>44.389.551</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	2.023.340	3.471	19	2.026.830
Passivos financeiros detidos para negociação	1.484.364	13.887	10.083	1.508.334
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	6.766.143	344.145	585.427	7.695.715
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.252.473	802.732	225.582	15.280.787
Responsabilidades representadas por títulos	13.967.869	166.525	699.097	14.833.491
Derivados de cobertura	240.581	3.860	-	244.441
Passivos subordinados	346.380	-	-	346.380
	<u>39.583.789</u>	<u>1.334.620</u>	<u>1.520.208</u>	<u>42.438.617</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	2010	2009
VaR Percentil 99%	(14)	(86)
VaR Weighted Percentil 99%	(9)	(32)

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

49. GESTÃO DO CAPITAL

O Banco Santander Totta consolidado procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2010, o Conselho de Administração do Banco propôs a distribuição de dividendos de mEuros 175.000, o que correspondeu a um dividendo de 0,28 Euros por acção.

A partir de Junho de 2009, o Banco Santander Totta consolidado utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método standard para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). A partir de Dezembro de 2010 passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação e FEIs (IRB) e o método standard para o resto da carteira de negociação. O Banco Santander Totta consolidado tem utilizado o método do indicador básico para o risco operacional.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco Santander Totta consolidado nos finais de 2009 e 2010 (montantes expressos em milhões de Euros):

Valores em milhões de Euros		
	Dez10 (*)	Dez09
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	2.257	2.193
Capital Elegível	877	888
Reservas e Resultados Elegíveis (excluindo Interesses Minoritários)	1.088	860
Interesses Minoritários Elegíveis	489	489
Impactos de transição IAS (regime transitório)	85	114
Deduções aos Fundos Próprios de Base	-281	-158
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	0	380
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	32	46
Passivos subordinados com vencimento determinado	0	300
Reservas de Reavaliação	23	23
Outros Elementos / Deduções Fundos Próprios Complementares	-55	11
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-9	-9
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.248	2.564
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	22.232	24.074
RÁCIOS	Dez10 (*)	Dez09
TIER I (A/E)	10,2%	9,1%
CORE CAPITAL	8,8%	7,6%
TIER II (B/E)	0,0%	1,6%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	10,1%	10,7%

(*) De acordo com a Instrução 16/2004 do BdP, excluindo os resultados gerados em 2010, o rácio de adequação de fundos próprios é 9,6%, o Tier I é 9,4% e o Core Tier I é 8,0%.

O rácio Tier I e o rácio core capital do Banco Santander Totta consolidado subiram de 9,1% e 7,6% em Dezembro de 2009 para 10,2% e 8,8%, respectivamente, em Dezembro de 2010. Para este aumento contribuiu a fusão com o Banco Santander Negócios, bem como a optimização dos activos ponderados pelo risco, nomeadamente com a adopção em Dezembro de 2010 de modelos internos para a maior parte dos derivados de negociação e para outros activos de negociação. O rácio de adequação de fundos próprios baixou de 10,7% em Dezembro de 2009 para 10,1% em Dezembro de 2010, para o que contribuiu a amortização de empréstimos subordinados de mEuros 314.000.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010(Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
Agro(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	26	14.617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Archer-Daniels Midland Co; Monsanto Co; Syngenta AG; K+S AG; Agrium Inc
Água(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	26	14.617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc
Aqua Rendimento Clientes	EUR	59.669	18.873	40.796	889	114	41.799	Variável	21-Ago-2006	22-Ago-2011	Cabaz de Acções: Veolia Environnement SA; ITT Industries Inc; Severn Trent, Plc; Suez SA; Aqua America Inc; Pentair Inc; Geberit AG Reg; Pennon Group Plc; Aguas de Barcelona - Class A; Kurita Water Industries Ltd
AutoCallable 80-20	EUR	8.055	-	8.055	-	(901)	7.154	Variável	7-Jun-2010	7-Jun-2011	Cabaz de Acções
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	14.750	-	14.750	-	(2.912)	11.838	Variável	30-Ago-2010	30-Ago-2013	Cabaz de Acções
Banca(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	36	16.197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Bio Energia(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.272	-	14.272	317	26	14.615	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Abengoa SA; AES Corp; Pacific Ethanol Inc; Medis Technologies Ltd; Earth Biofuels Inc
Cabaz Mundial Euribor Clientes	EUR	7.650	50	7.600	-	(261)	7.339	Variável	21-Jan-2008	21-Jan-2011	Cabaz de 3 Índices
Cabaz Mundial Euribor II	EUR	5.500	-	5.500	-	21	5.521	Variável	7-Mar-2008	7-Mar-2011	Cabaz de 3 Índices
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7.050	-	7.050	-	(2.160)	4.890	Variável	12-Out-2009	12-Out-2012	Cabaz de Índices
Converg. Europeia (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	56	15.245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 Índices accionistas
Dividendos (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	56	15.245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	2 Índices accionistas
Energias Renováveis 10% VI	EUR	5.900	-	5.900	-	1	5.901	Variável	25-Mar-2008	25-Mar-2011	Cabaz de acções
Eólica(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	26	14.617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Vestas Wind Systems AS; Gamesa Corporation tecnologica SA; FPL Group Inc; Clipper Windpower Plc; Iberdrola SA
Euro Banca 7,00% Clientes	EUR	85.000	10.917	74.083	-	503	74.586	Variável	30-Abr-2007	30-Mai-2011	Cabaz de 5 acções e índice accionista
Euro Premium 7,00% Clientes	EUR	12.940	1.149	11.791	158	63	12.012	Variável	30-Abr-2007	2-Mai-2011	Cabaz de 10 acções e índice accionista
Europa 5	EUR	7.424	-	7.424	216	(263)	7.377	Variável	8-Mar-2010	8-Mar-2013	Cabaz de acções
Europa 5 2ªserie	EUR	3.094	-	3.094	47	(89)	3.052	Variável	25-Mai-2010	25-Mai-2013	Cabaz de acções
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	(19)	1.901	Variável	28-Jun-2010	28-Jun-2014	Índice accionista
Infra-estruturas Aeronautica (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	25	18.913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Energia (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	25	18.913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Telecomunicações (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	25	18.913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Transportes (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	25	18.913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acções
Infra-estruturas Utilities (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	25	18.913	Variável	20-Fev-2007	21-Fev-2011	Cabaz de 5 acções
Investimento Premium 8,25% Clientes	EUR	15.020	1.621	13.399	-	43	13.442	Variável	26-Mar-2007	28-Mar-2011	Cabaz de 4 acções
Japão (FEI INVEST MULTIESTRATEGIA)	EUR	14.923	-	14.923	264	56	15.243	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	1 índice accionista
Media (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	36	16.197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Obrigações Europa 2ªSerie	EUR	1.210	-	1.210	-	(47)	1.163	Variável	9-Nov-2009	9-Nov-2012	Cabaz de acções
OPV Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	45	10.639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Nikkei 225
OPV E.U.A(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	45	10.639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 U.S. - price return; Standard&Poors 500 Composite price
OPV Europa e Asia Pacifico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	45	10.639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 Asia Pacific - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Nikkei 225
OPV Europa e E.U.A (OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	45	10.639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; IPOX - 30 U.S. - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR ; Standard&Poors 500 Composite price
OPV Europa(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	45	10.639	Variável	12-Dez-2006	12-Dez-2011	Indices: IPOX - 30 Europe - price return; Dow Jones EuroStoxx 50 - price return - EUR
Performance Mais	EUR	63.095	-	63.095	66	(1.268)	61.893	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13.731	-	13.731	4	(432)	13.303	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz índices
Premium Bens de Luxo Clientes	EUR	11.778	414	11.364	-	(14)	11.350	Variável	17-Set-2007	19-Dez-2011	Cabaz de acções
Rendimento China 8% Clientes	EUR	100.447	17.587	82.860	1.631	31	84.522	Variável	22-Jan-2007	24-Jan-2011	Índice FTSE Xinhua China 25
Rendimento China Premium 10% Clientes	EUR	15.000	2.854	12.146	236	5	12.387	Variável	12-Fev-2007	14-Fev-2011	Índice FTSE Xinhua China 25
Rendimento Europeu	EUR	99.796	-	99.796	469	(759)	99.506	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Índice accionista
Rendimento Global	EUR	3.767	-	3.767	-	(125)	3.642	Variável	18-Jan-2010	18-Jan-2013	Cabaz de acções
Rendimento Premium 7,5% 2ª Serie Clientes	EUR	9.020	918	8.102	-	11	8.113	Variável	1-Jun-2006	1-Jun-2012	Indices: ABN AMRO Alfa Index Europe e Dow Jones Euro Stoxx 50 - Price Return
Rendimento Valor Global Clientes	EUR	68.900	21.627	47.273	-	208	47.481	Variável	25-Set-2006	26-Set-2011	Indices Accionistas: FTSEuroFirst 80 - price return (EUR); FTSE Xinhua China 25 - price return; S&P Latin America 40; Stndard & Poor's 500 Composite Price; Nikkei 225

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010(Nota 22)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Santander Rendimento Certo Clientes	EUR	19.963	4.167	15.796	-	-	15.796	5,30%	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor 1 ano
Santander Rendimento Cresce 6%	EUR	15.719	2.888	12.831	-	(1)	12.830	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Seguros (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	36	16.197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Solar (ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	26	14.617	Variável	18-Jul-2006	18-Jul-2011	Cabaz de Acções: Solarworld AG; Q-Cells AG; Energy Conversion Devices Inc; Conergy AG; Evergreen Solar Inc
ST Diversificação Invest 1º amortização Clientes	EUR	23.913	786	23.127	1.939	(476)	24.590	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2011	EUR3M
ST Diversificação Invest 2º amortização Clientes	EUR	23.913	786	23.127	-	(476)	22.651	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2013	EUR/USD
ST Diversificação Invest 3º amortização Clientes	EUR	23.913	786	23.127	-	(476)	22.651	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2015	cabaz índices
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	786	23.127	-	(476)	22.651	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	cabaz índices
Super Rendimento Campeão Clientes	EUR	58.906	7.414	51.492	-	221	51.713	Variável	23-Ago-2007	23-Nov-2012	Cabaz de 5 acções
Taxas de Cambio (FEI INVEST MULTISTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	56	15.245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxas de cambio
Taxas de Juro (FEI INVEST MULTISTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	56	15.245	Variável	14-Jun-2007	14-Jun-2011	taxa de juro swap usd
Telecomunicações(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	36	16.197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Totta Multiinvestimento Clientes	EUR	84.511	38.586	45.925	4.634	59	50.618	Variável	28-Fev-2006	28-Fev-2011	Cabaz de Fundos
Totta Rendimento Certo Clientes	EUR	54.986	12.343	42.643	-	-	42.643	Variável	31-Jan-2005	31-Jan-2013	Euribor a 1 ano
Totta Rendimento Cresce 6% Clientes	EUR	57.053	9.871	47.182	-	(5)	47.177	Variável	25-Ago-2005	25-Ago-2011	Dow Jones Stoxx Small 200 Index; Dow Jones Stoxx Small 50 Index
Utilities (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	36	16.197	Variável	9-Mai-2006	9-Mai-2011	Cabaz de Acções
Valor Premium Clientes	EUR	11.665	646	11.019	-	2	11.021	Variável	25-Jun-2007	27-Jun-2011	Indice Accionista FtseUROFIRST 80
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	28	(1.394)	20.167	Variável	30-Sep-2010	30-Sep-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.987	-	9.987	8	(748)	9.247	Variável	2-Nov-2010	2-Nov-2015	Cabaz de índices
Valorização Dolar	EUR	3.645	-	3.645	-	(133)	3.512	Variável	12-Abr-2010	12-Abr-2013	Taxa de cambio EUR/USD
		1.423.859	155.069	1.268.790	17.913	(11.213)	1.275.490				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Covered Bonds Hipotecárias	EUR	1.000.000	-	1.000.000	28.929	10.230	1.039.159	4,75%	23-Mai-2008	23-Mai-2011	Taxa Fixa
Covered Bonds Hipotecárias 2ª Emissão	EUR	1.000.000	39.000	961.000	4.697	20.687	986.384	3,25%	21-Out-2009	21-Out-2014	Taxa Fixa
Covered Bonds Hipotecárias 3ª Emissão	EUR	1.000.000	-	1.000.000	17.692	1.976	1.019.668	2,625%	15-Abr-2010	15-Abr-2013	Taxa Fixa até à maturidade, variável se extensão de prazo
		3.000.000	39.000	2.961.000	51.318	32.893	3.045.211				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	247.612	169.933	77.679	289	-	77.968	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1.256.343	338.113	918.230	(2.430)	-	915.800	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	139.720	74.720	65.000	5	-	65.005	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	1.136.262	239.568	896.694	262	-	896.956	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
		2.779.937	822.334	1.957.603	(1.874)	-	1.955.729				
Outros											
EMTN's	EUR	2.470.420	-	2.470.420	24.372	(3.668)	2.491.124				
EURO COMMERCIAL PAPER	EUR	112.493	-	112.493	299	-	112.792				
EURO COMMERCIAL PAPER	GBP	-	-	-	-	-	-				
EURO COMMERCIAL PAPER	USD	-	-	-	-	-	-				
		2.582.913	-	2.582.913	24.671	(3.668)	2.603.916				
TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS		9.786.709	1.016.403	8.770.306	92.028	18.012	8.880.346				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010(Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	224	224	-	-	3,02%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	4.275	-	4.275	42	-	42	4.317	2,76%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	41.541	13.818	27.723	413	137	276	27.999	2,76%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		<u>316.263</u>	<u>284.265</u>	<u>31.998</u>	<u>679</u>	<u>361</u>	<u>318</u>	<u>32.316</u>			

Relatórios e Pareceres Consolidados



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 do Banco Santander Totta, S.A. e subsidiárias (“Banco” ou “BST”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 46.078.268 mEuros e capital próprio total de 2.633.112 mEuros, incluindo um resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas do BST de 394.028 mEuros, as Demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010 e que o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2010.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2010, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pelo **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, no fim do exercício e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.



6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2010.

Lisboa, 17 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)

Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2010			2009	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações, Provisões e Imparidade	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	283.640	-	283.640	699.509	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	223.115	-	223.115	170.694	Recursos de bancos centrais	17	4.807.162	2.026.812
Activos financeiros detidos para negociação	6	1.690.217	-	1.690.217	1.710.543	Passivos financeiros detidos para negociação	6	1.353.774	1.276.727
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	93.286	-	93.286	599.894	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18	-	502.639
Activos financeiros disponíveis para venda	8	13.671.742	49.666	13.622.076	10.569.622	Recursos de outras instituições de crédito	19	9.952.531	11.339.497
Aplicações em instituições de crédito	9	7.177.663	-	7.177.663	7.575.665	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	18.262.476	15.253.588
Crédito a clientes	10	23.528.997	254.726	23.274.271	28.106.155	Responsabilidades representadas por títulos	21	6.811.825	6.721.419
Derivados de cobertura	11	131.526	-	131.526	246.133	Passivos financeiros associados a activos transferidos	22	3.941.746	10.170.904
Activos não correntes detidos para venda	12	133.008	44.932	88.076	95.619	Derivados de cobertura	11	189.582	219.093
Outros activos tangíveis	13	802.457	442.795	359.662	364.413	Provisões	23	288.658	288.425
Activos intangíveis	13	289.974	215.924	74.050	70.141	Passivos por impostos correntes	15	961	12.485
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	471.834	-	471.834	458.182	Passivos por impostos diferidos	15	31.890	24.212
Activos por impostos correntes	15	17.475	-	17.475	2.689	Outros passivos subordinados	24	883.790	1.178.253
Activos por impostos diferidos	15	386.388	-	386.388	190.985	Outros passivos	25	419.207	371.908
Outros activos	16	817.648	13.963	803.685	627.919	Total do Passivo		<u>46.943.602</u>	<u>49.385.962</u>
						Capital Próprio			
						Capital	26	620.105	589.811
						Prémios de emissão	26	163.703	163.703
						Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000
						Reservas de reavaliação	26	(399.529)	21.218
						Outras reservas e resultados transitados	26	956.303	753.651
						(Acções próprias)	26	(230)	(230)
						Resultado líquido do exercício		278.010	439.048
						Total do Capital Próprio		<u>1.753.362</u>	<u>2.102.201</u>
Total do Activo		<u>49.718.970</u>	<u>1.022.006</u>	<u>48.696.964</u>	<u>51.488.163</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>48.696.964</u>	<u>51.488.163</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	28	1.963.331	2.129.627
Juros e encargos similares	29	(1.410.427)	(1.552.738)
Margem financeira		552.904	576.889
Rendimentos de instrumentos de capital	30	105.407	114.541
Rendimentos de serviços e comissões	31	390.846	362.758
Encargos com serviços e comissões	32	(55.525)	(47.078)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	(26.912)	32.716
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	(36.085)	403
Resultados de reavaliação cambial	34	5.985	3.726
Resultados de alienação de outros activos	34	1.703	61.187
Outros resultados de exploração	35	277	979
Produto bancário		938.600	1.106.121
Custos com o pessoal	36	(293.502)	(293.928)
Gastos gerais administrativos	37	(150.045)	(151.180)
Amortizações do exercício	13	(65.565)	(63.385)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	14.245	11.566
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(76.159)	(89.780)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(6.322)	(1.431)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(24.609)	(15.407)
Resultado antes de impostos		336.643	502.576
Impostos			
Correntes	15	(78.931)	(87.063)
Diferidos	15	20.298	23.535
Resultado líquido do exercício		278.010	439.048
Acções em circulação		611.005.376	589.757.747
Resultado por acção (em Euros)		0,46	0,74

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado líquido do exercício	<u>278.010</u>	<u>439.048</u>
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados		
. Variações no justo valor de elementos patrimoniais disponíveis para venda	(573.720)	49.602
. Impacto fiscal	167.243	(12.896)
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa	(19.411)	(32.544)
. Impacto fiscal	4.982	8.625
	<u>(420.906)</u>	<u>12.787</u>
Rendimento integral do exercício	<u>(142.896)</u>	<u>451.835</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação			Outras reservas e resultados transitados			Ações próprias	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
				Reavaliação	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	589.811	163.703	135.000	9.674	(1.396)	8.278	678.272	(21.191)	657.081	(230)	355.201	1.908.844
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2008	-	-	-	-	153	153	35.520	89.528	125.048	-	(125.201)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.000)	(230.000)
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(28.478)	(28.478)	-	-	(28.478)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	17.058	(4.271)	12.787	-	-	-	-	439.048	451.835
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	589.811	163.703	135.000	26.732	(5.514)	21.218	713.792	39.859	753.651	(230)	439.048	2.102.201
Transferência para reservas por aplicação do resultado de 2009	-	-	-	-	159	159	43.904	154.985	198.889	-	(199.048)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(240.000)	(240.000)
Diferimento do impacto da IAS 19 (Aviso nº 4/2005)	-	-	-	-	-	-	-	(33.481)	(33.481)	-	-	(33.481)
Fusão por incorporação do BSN	30.294	-	-	-	-	-	35.405	-	35.405	-	-	65.699
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	1.839	-	1.839	-	-	1.839
Rendimento integral do exercício	-	-	-	(593.131)	172.225	(420.906)	-	-	-	-	278.010	(142.896)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	620.105	163.703	135.000	(566.399)	166.870	(399.529)	794.940	161.363	956.303	(230)	278.010	1.753.362

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	2.112.258	2.355.613
Pagamento de juros e comissões	(1.267.517)	(1.647.763)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(458.747)	(470.794)
Contribuições para o fundo de pensões	(22.000)	(72.772)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(4.448)	(2.200)
Recuperação de créditos incobráveis	10.709	7.039
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>370.255</u>	<u>169.123</u>
 (Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	868.130	(1.807.414)
Activos financeiros detidos para negociação	131.440	(336.896)
Créditos a clientes	4.854.605	340.688
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	1.440	61.888
Activos não correntes detidos para venda	(10.921)	(14.567)
Outros activos	(141.719)	2.416
	<u>5.702.975</u>	<u>(1.753.885)</u>
 Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	1.359.829	4.619.430
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.334.011	33.895
Passivos financeiros detidos para negociação	(18.158)	153.875
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(6.226.388)	(1.469.368)
Outros passivos	6.694	369
	<u>(2.544.012)</u>	<u>3.338.201</u>
 Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	3.529.218	1.753.439
Impostos pagos	(76.294)	(46.952)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>3.452.924</u>	<u>1.706.487</u>
 FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	105.407	114.541
Aquisição de activos disponíveis para venda	(6.330.786)	(4.905.676)
Alienação/reembolso de activos disponíveis para venda	2.795.312	2.085.039
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	163.904	180.055
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(61.275)	(73.687)
Vendas de activos tangíveis	128	688
Investimentos em empresas filiais e associadas	(6.184)	66.590
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(3.333.494)</u>	<u>(2.532.450)</u>
 FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Dividendos pagos	(276.110)	(230.000)
Emissão/(reembolso) de dívida titulada e subordinada	(65.678)	1.268.825
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(126.787)	(59.513)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(44.788)	(49.429)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(513.363)</u>	<u>929.883</u>
 Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(393.933)</u>	<u>103.920</u>
 Caixa e seus equivalentes no início do período	870.203	766.283
Caixa e seus equivalentes das empresas incorporadas	30.485	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	506.755	870.203

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BST”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal, na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição do Banco Totta & Açores, S.A. (totta) pelo Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2010 e de 2009 encontram-se detalhados na Nota 41.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporado por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010 o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 694 balcões (698 balcões em 31 de Dezembro de 2009) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas. No exercício de 2007 foi deliberado pelo Conselho de Administração do BST proceder ao encerramento da Sucursal do Luxemburgo, o que se concretizou durante o ano de 2009.

Em 22 de Julho de 2010, o Conselho de Administração do Banco aprovou um projecto de fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). A concretização desta operação foi autorizada pelo Banco de Portugal em carta de 19 de Janeiro de 2011.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

- i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- ii) Benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da Norma IAS 19.

Até Junho de 2008 inclusive, de acordo com os Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 de 21 de Fevereiro e nº 12/2005 de 30 de Dezembro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto decorrente da transição para os IAS/IFRS relativo a benefícios aos empregados, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, podia ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente ao impacto da alteração da tábua de mortalidade e às responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, cujo plano de amortização podia ir até 31 de Dezembro de 2011 (Nota 39). A partir de Junho de 2008, de acordo com o Aviso nº 7/2008 do Banco de Portugal de 14 de Outubro, o reconhecimento em resultados transitados do impacto ainda por reconhecer em 30 de Junho de 2008, passou a poder ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à prevista nos avisos anteriores, isto é, até 31 de Dezembro de 2014 para a parte referente aos impactos da alteração da tábua de mortalidade e das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e 31 de Dezembro de 2012 para os restantes impactos.

- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

No exercício de 2010, o Banco adoptou as alterações à Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”/ IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, mas a adopção destas normas não teve impacto nas suas demonstrações financeiras individuais.

O Banco analisou as alterações à Norma IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, sobre a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções, mas estas não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras. As alterações à IFRS 2 - “Pagamento com base em acções”, a IFRIC 16 – “Cobertura de um investimento líquido numa filial no estrangeiro”, a IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” e a IFRIC 18 – “Transferências de activos provenientes de clientes”, não tiveram igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2009, o Banco adoptou a Norma IFRS 8 – “Segmentos operacionais”, que define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo a Norma IAS 14 – “Relato por Segmentos”. A informação sobre os segmentos operacionais, que correspondem aos segmentos de negócio do Banco, é apresentada na Nota 3.

Adicionalmente, o Banco adoptou as alterações preconizadas na Norma IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras”, cujo principal impacto se verificou ao nível dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras. Nesse sentido, o Banco passou a apresentar a “Demonstração do rendimento integral” requerida pela Norma e alterou a “Demonstração de alterações nos capitais próprios” em conformidade.

No exercício de 2009, o Banco adoptou as alterações à Norma IFRS 7 que introduziu requisitos adicionais de divulgação em termos de risco de liquidez e determinação de justo valor. Essas divulgações estão incluídas na Nota 43.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco considerou ainda durante o exercício de 2009 as alterações às Normas IAS 1 e IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”, que esclarecem os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação de instrumentos financeiros com uma opção de venda, nomeadamente, se em passivos financeiros ou em instrumentos de capital. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

No exercício de 2009, o Banco considerou as alterações às Normas IFRIC 9 e IAS 39 (Alterações) – “Derivados embutidos”, que clarificam que em caso de reclassificação de instrumentos financeiros para fora da categoria de “ao justo valor por contrapartida de resultados”, nos termos da alteração da IAS 39, devem ser analisados os derivativos embutidos e se necessário, proceder à sua contabilização separadamente nas demonstrações financeiras. Estas alterações também não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas.

Em 2009, o Banco analisou as alterações à Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada”. As alterações efectuadas ao texto desta norma corresponderam essencialmente à clarificação dos critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, no âmbito de uma operação de reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. Estas alterações também não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras individuais.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e pelo “Internacional Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IAS 24 (Alteração) – “Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto desta Norma implica alterações às divulgações apresentadas relativas a entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IAS 32 – (Alteração) – “Instrumentos financeiros: apresentação” - A revisão efectuada ao texto da Norma corresponde à clarificação das condições em que os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.
- IFRIC 14 – “O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção”. A alteração efectuada ao texto desta interpretação pretende clarificar a composição e tratamento contabilístico dos requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades por serviços futuros. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 19 – “Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio”. Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico relativo à liquidação de passivos mediante emissão de instrumentos de capital próprio, bem como os critérios de valorização. É de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações supra referidas nas demonstrações financeiras do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas mesmas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – As alterações ao texto da norma emitidas em Outubro de 2010 são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.
- “Improvements to IFRS” - Diversas alterações emitidas em Maio de 2010. As alterações têm diversas datas de aplicação obrigatória, sendo a primeira data em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

As demonstrações financeiras do BST relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que o mesmo opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais o Banco exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que o Banco exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análise de perdas por imparidade.

As participações em empresas filiais e associadas em moeda estrangeira (activos não monetários valorizados ao custo histórico) são convertidas à taxa de câmbio histórica da data da transacção, conforme previsto na Norma IAS 21.

d) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e empréstimos titulados (papel comercial) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo.

O Banco classifica nas rubricas de crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e as perdas de imparidade são totais. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Outros resultados de exploração”.

Crédito titularizado não desreconhecido

O BST não desreconheceu do activo os créditos à habitação titularizados nas operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004 (Nota 40), dado que reteve a maior parte dos riscos e benefícios associados à posse dos créditos. As operações de titularização realizadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004 foram desreconhecidas.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados em conta própria “Activos titularizados não desreconhecidos” (Nota 10) e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o prazo das operações de crédito.

Os fundos recebidos pelas operações de titularização são registados, na data de recebimento, na rubrica de “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2010, na sequência da venda de parte das Notes relacionadas com estas operações de securitização, o Banco transferiu parte dos riscos/ benefícios associados aos créditos e desreconheceu proporcionalmente os activos titularizados não desreconhecidos anteriormente por contrapartida da rubrica de “Passivos financeiros associados a activos transferidos” (Notas 10 e 22).

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro) e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

i) Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

A partir do exercício de 2007, os reforços das provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, relativamente ao crédito que se encontre garantido por direitos reais sobre bens imóveis, deixaram de ser aceites como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - . Estarem em incumprimento há mais de: (a) seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos; (b) doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos; e c) vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de créditos. Esta provisão não foi aceite como custo para efeitos do cálculo dos impostos correntes.

iii) Provisão para risco país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do Artigo 15º do Aviso nº 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido e garantias e avales prestados, não identificados especificamente.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003, os reforços desta provisão deixaram de ser aceites para efeitos de cálculo dos impostos correntes. Em 2008 e 2009, não foram aceites como custo fiscal o líquido entre constituições e reposições da provisão para riscos gerais de crédito.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" (Nota 34). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses créditos, líquido de provisões. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

e) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com o preconizado nas Normas IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados e passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como instrumentos financeiros derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo. Em 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos ao justo valor através de resultados incluíam ainda títulos de rendimento variável que o Banco optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, bem como o respectivo funding.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade, como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Empréstimos e contas a receber

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

Correspondem a activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No momento do reconhecimento inicial, estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período de vida das operações.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponderá à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Outros passivos subordinados” e “Responsabilidades representadas por títulos”.

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

vi) Imparidade em activos financeiros

O Banco efectua análises periódicas de imparidade dos seus activos financeiros, com excepção dos correspondentes a crédito concedido a clientes e outros valores a receber, conforme referido na alínea d) supra.

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

O Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente a estes critérios objectivos de imparidade, o BST considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Banco considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento, sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O BST utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo BST.

Nos termos previstos na Norma IAS 39.88, é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.

- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação do justo valor do elemento coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação do justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O BST tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável. Adicionalmente, o Banco tem instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros a pagar em passivos emitidos.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura será reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na Norma IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor do imóvel não é recuperável através do seu uso nas operações. Para esses casos, o valor da imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido do imóvel e o seu valor de avaliação.

Os critérios seguidos nas avaliações consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos. Para a nova plataforma informática (Parténon), a vida útil esperada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a Norma IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e imparidades acumuladas) e são igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

O Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos, em virtude de não existir uma expectativa suficientemente comprovada da sua realização e tendo em conta a evolução do mercado imobiliário.

O Conselho de Administração do Banco considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, riscos fiscais, processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do BST, de acordo com a Norma IAS 37 (Nota 23).

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Os empregados do ex – totta já estavam inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos. Para os trabalhadores abrangidos pelo plano de benefício definido e que não estavam inscritos na Segurança Social, o Banco tem sido responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefícios definidos o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões separado (Nota 39). Em 2009, o Banco reconheceu na rubrica de “Custos com o pessoal” o custo do exercício e uma contribuição extraordinária para o financiamento do plano. Em 2010, o Banco reconheceu apenas o custo do período e a contribuição normal do ano.

Em 1 de Janeiro de 2005, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a Norma IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2005, bem como os decorrentes da adopção da Norma IAS 19 estão a ser amortizados por contrapartida de resultados transitados durante o período transitório estabelecido pelo Banco de Portugal.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, a Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal (ex-Watson Wyatt), com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes: (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados; e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo. O seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do total das responsabilidades ou do valor do Fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O BST regista em “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes;
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Amortização do excesso do corredor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos termos dos Avisos nº 7/2008 e nº 4/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação da Norma IAS 19 em 1 de Janeiro de 2005 (no montante de mEuros 636.659) foi reconhecido na rubrica de “Outros activos” e está a ser amortizado por contrapartida de resultados transitados de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e à alteração da tábua de mortalidade, cuja amortização será efectuada até 31 de Dezembro de 2014. De notar que este plano de amortização de prestações uniformes até 30 de Junho de 2008 tinha como datas limite 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2011, respectivamente.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da Norma IAS 19.

O Banco dotou o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

O Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do ex-BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010. Foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores do BSN foi reconhecido na rubrica “Custos com o pessoal”.

Em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro no montante de mEuros 4.430 (Nota 36).

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado já em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estejam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continuará a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, as responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofrem alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo é aplicável aos serviços futuros dos seus colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduz-se a partir desta data, mas o Banco passará a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos – prémios de antiguidade" (Nota 25).

Em 2010 o BST assumiu um acréscimo de responsabilidades de mEuros 432 relativo aos colaboradores do BSN.

l) Impostos sobre os lucros

O BST está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 33º-A do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 75% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios de 2009 e 2010 no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis fosse de 25% e que se aplique 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010 e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2010 no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do período, fosse de 29%.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos referentes a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, a amortização das responsabilidades relativas a benefícios a empregados registadas na rubrica de “Outros activos” em 1 de Janeiro de 2005, bem como os ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa.

m) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O BST paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander S.A. em vigor em 2010 e 2009 está incluída na Nota 42.

n) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

1.3. Comparabilidade da informação

Conforme referido na Nota Introdutória, em 3 de Maio de 2010 ocorreu a fusão por incorporação do BSN no Banco. A fusão para efeitos contabilísticos foi reportada a 1 de Janeiro de 2010. O Banco integrou os activos e passivos do BSN pelo valor contabilístico que apresentavam nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2010, líquidos do valor dos dividendos distribuídos pelo BSN em Março de 2010 aos seus accionistas, no montante de mEuros 36.110 e de reservas de reavaliação no montante de mEuros 51, as quais foram registadas na rubrica "Reservas de reavaliação – reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda". A diferença face ao custo de aquisição foi registada directamente por contrapartida de capital próprio, como uma reserva de fusão. O impacto desta fusão nos capitais próprios do Banco pode ser demonstrado como segue:

Situação líquida do BSN à data da fusão	101.860
Dividendos distribuídos pelo BSN em Março de 2010	(36.110)
Transferência para reservas de reavaliação	(51)

	65.699
Valor nominal das acções entregues aos accionistas do BSN	30.294

Reserva de fusão	35.405
	=====

Adicionalmente, na sequência da operação de fusão por incorporação do BSN, o Banco incorporou os investimentos em filiais que o BSN detinha (Nota 14).

Com a fusão do BSN, o Banco aumentou ainda a sua participação efectiva na Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A., que passou de 16,12% para 16,81%.

Consequentemente, uma vez que o balanço e a demonstração de resultados dos períodos anteriores não foram reexpressos, os activos, passivos, custos e proveitos do Banco em 31 de Dezembro de 2010 não são directamente comparáveis com os de 31 de Dezembro de 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Apresenta-se de seguida um resumo por rubrica do balanço individual do BSN em 31 de Dezembro de 2009 que foi incorporado no BST nos termos atrás descritos:

Balanço	31-12-2009
Activo	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30.477
Activos financeiros detidos para negociação	106.313
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	220.822
Activos financeiros disponíveis para venda	50.103
Aplicações em instituições de crédito	466.144
Crédito a clientes, líquido de provisões e imparidade	91.549
Derivados de cobertura	9.765
Outros activos tangíveis, líquidos de amortizações acumuladas	1.670
Activos intangíveis, líquidos de amortizações acumuladas	1.224
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7.468
Activos por impostos correntes	180
Activos por impostos diferidos	231
Outros activos	47.164
Total do Activo	<u>1.033.118</u>
Passivo	
Passivos financeiros detidos para negociação	95.205
Recursos de outras instituições de crédito	38.072
Recursos de clientes e outros empréstimos	653.775
Provisões	856
Passivos por impostos correntes	935
Passivos por impostos diferidos	1.120
Outros passivos subordinados	100.205
Outros passivos	41.090
Total do Passivo	<u>931.258</u>
Capitais Próprios	
Capital	26.250
Prémios de emissão	2.357
Reservas de reavaliação	51
Outras reservas e resultados transitados	55.080
Resultado do exercício	18.122
Total dos Capitais Próprios	<u>101.860</u>
Total do Passivo e dos Capitais Próprios	<u>1.033.118</u>

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando nomeadamente tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Por outro lado, o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões estimado. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.2 e) e f) supra. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as NCA, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável do exercício de 2010, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela Norma IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Banco são apresentadas de seguida, de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações e imobiliário.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	58.115	471.407	81.295	(57.913)	552.904
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	105.407	105.407
Margem Financeira Alargada	58.115	471.407	81.295	47.494	658.311
Comissões líquidas	50.862	270.040	18.889	(4.470)	335.321
Outros Resultados da Actividade Bancária	(4)	13.690	1.772	(15.181)	277
Margem Comercial	108.973	755.137	101.956	27.843	993.909
Resultado de Operações Financeiras	16.613	(2.358)	1.268	(70.832)	(55.309)
Produto Bancário	125.586	752.779	103.224	(42.989)	938.600
Custos de transformação	(22.027)	(390.967)	(27.544)	(3.009)	(443.547)
Amortizações	(3.588)	(59.805)	(3.745)	1.573	(65.565)
Margem de Exploração	99.971	302.007	71.935	(44.425)	429.488
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	260	(74.129)	(19.392)	416	(92.845)
Resultado antes de Impostos	100.231	227.878	52.543	(44.009)	336.643
Impostos	(17.457)	(39.689)	(9.151)	7.664	(58.633)
Resultado Líquido do exercício	82.774	188.189	43.392	(36.345)	278.010

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2010, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito Hipotecário	-	9.711.389	-	-	9.711.389
Crédito ao Consumo	-	1.633.798	-	-	1.633.798
Outros Créditos	3.463.103	4.033.166	4.432.815	-	11.929.084
	3.463.103	15.378.353	4.432.815	-	23.274.271
Total de activos afectos	3.463.103	15.378.353	4.432.815	-	23.274.271
Activos não afectos					25.422.693
Total do activo					48.696.964
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	836.702	15.132.614	2.293.160	-	18.262.476
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	547.698	753.078	5.511.049	6.811.825
	836.702	15.680.312	3.046.238	5.511.049	25.074.301
Garantias e Avals	327.137	221.889	1.154.762	-	1.703.788
Fundos de Investimento	-	2.439.449	739.808	-	3.179.257

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2009 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	48.175	513.214	73.607	(58.107)	576.889
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	114.541	114.541
Margem Financeira Alargada	48.175	513.214	73.607	56.434	691.430
Comissões líquidas	33.108	263.677	17.398	1.497	315.680
Outros Resultados da Actividade Bancária	-	12.321	271	(11.613)	979
Margem Comercial	81.283	789.212	91.276	46.318	1.008.089
Resultado de Operações Financeiras	15.254	1.007	1.496	80.275	98.032
Produto Bancário	96.537	790.219	92.772	126.593	1.106.121
Custos de transformação	(10.786)	(407.461)	(25.883)	(978)	(445.108)
Amortizações	(1.176)	(59.600)	(3.488)	879	(63.385)
Margem de Exploração	84.575	323.158	63.401	126.494	597.628
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(3.147)	(87.331)	(11.558)	6.984	(95.052)
Resultado antes de Impostos	81.428	235.827	51.843	133.478	502.576
Impostos	(10.293)	(29.810)	(6.553)	(16.872)	(63.528)
Resultado Líquido do exercício	71.135	206.017	45.290	116.606	439.048

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2009, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito Hipotecário	-	16.239.517	-	-	16.239.517
Crédito ao Consumo	-	1.662.209	-	-	1.662.209
Outros Créditos	3.432.894	2.285.882	4.485.653	-	10.204.429
	3.432.894	20.187.608	4.485.653	-	28.106.155
Total de activos afectos	3.432.894	20.187.608	4.485.653	-	28.106.155
Activos não afectos					23.382.008
Total do activo					51.488.163
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de Clientes e outros empréstimos	231.296	13.143.428	1.878.864	-	15.253.588
Responsabilidades Representadas por Títulos	-	766.407	1.558.625	4.396.387	6.721.419
	231.296	13.909.835	3.437.489	4.396.387	21.975.007
Garantias e Avals	393.861	233.813	1.091.312	-	1.718.986
Fundos de Investimento	-	2.990.285	592.097	-	3.582.382

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2010, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Saldos Comuns	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	283.575	65	-	-	283.640
Disponibilidades em outras instituições de crédito	312.931	3.699	12.259	(105.774)	223.115
Activos financeiros detidos para negociação	1.690.217	-	-	-	1.690.217
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	8.241.803	5.380.273	-	-	13.622.076
Aplicações em instituições de crédito	9.249.141	793.615	31.774	(2.896.867)	7.177.663
Crédito a clientes	22.088.865	1.185.406	-	-	23.274.271
Derivados de cobertura	131.526	-	-	-	131.526
Activos não correntes detidos para venda	88.076	-	-	-	88.076
Outros activos tangíveis	359.400	262	-	-	359.662
Activos intangíveis	73.732	318	-	-	74.050
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	471.834	-	-	-	471.834
Activos por impostos correntes	17.475	-	-	-	17.475
Activos por impostos diferidos	386.003	385	-	-	386.388
Outros activos	822.950	22.261	-	(41.526)	803.685
Total do Activo Líquido	44.310.814	7.386.284	44.033	(3.044.167)	48.696.964
Passivo					
Recursos de bancos centrais	4.807.156	6	-	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.353.764	10	-	-	1.353.774
Recursos de outras instituições de crédito	7.095.980	5.850.070	9.745	(3.003.264)	9.952.531
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.403.525	826.873	32.078	-	18.262.476
Responsabilidades representadas por títulos	6.811.825	-	-	-	6.811.825
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3.941.746	-	-	-	3.941.746
Derivados de cobertura	189.582	-	-	-	189.582
Provisões	270.529	18.129	-	-	288.658
Passivos por impostos correntes	-	961	-	-	961
Passivos por impostos diferidos	31.890	-	-	-	31.890
Outros passivos subordinados	316.530	567.260	-	-	883.790
Outros passivos	419.807	15.305	-	(15.905)	419.207
Total do Passivo	42.642.334	7.278.614	41.823	(3.019.169)	46.943.602
Capitais próprios					
Capitais próprios	1.668.480	107.670	2.210	(24.998)	1.753.362
Total do passivo e dos capitais próprios	44.310.814	7.386.284	44.033	(3.044.167)	48.696.964

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.448	61	-	-	-	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	177.556	2.497	4.275	400	(14.034)	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.695.604	30.131	-	-	(15.192)	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.569.622	-	-	-	-	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	8.960.647	1.407.200	33.369	-	(2.825.551)	7.575.665
Crédito a clientes	26.655.480	1.443.385	7.290	-	-	28.106.155
Derivados de cobertura	246.133	-	-	-	-	246.133
Activos não correntes detidos para venda	95.619	-	-	-	-	95.619
Outros activos tangíveis	364.066	347	-	-	-	364.413
Activos intangíveis	69.658	483	-	-	-	70.141
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	458.182	-	-	-	-	458.182
Activos por impostos correntes	2.689	-	-	-	-	2.689
Activos por impostos diferidos	190.406	579	-	-	-	190.985
Outros activos	653.059	102	-	1	(25.243)	627.919
Total do Activo Líquido	51.438.063	2.884.785	44.934	401	(2.880.020)	51.488.163
Passivo						
Recursos de bancos centrais	2.026.810	2	-	-	-	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.261.837	30.082	-	-	(15.192)	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	13.333.118	841.217	3.126	-	(2.837.964)	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.628.092	586.710	38.786	-	-	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	6.221.126	500.293	-	-	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.170.904	-	-	-	-	10.170.904
Derivados de cobertura	219.093	-	-	-	-	219.093
Provisões	271.418	16.647	73	287	-	288.425
Passivos por impostos correntes	11.610	875	-	-	-	12.485
Passivos por impostos diferidos	24.212	-	-	-	-	24.212
Outros passivos subordinados	330.331	847.922	-	-	-	1.178.253
Outros passivos	371.038	2.594	5	137	(1.866)	371.908
Total do Passivo	49.372.228	2.826.342	41.990	424	(2.855.022)	49.385.962
Capitais próprios						
Capitais próprios	2.065.835	58.443	2.944	(23)	(24.998)	2.102.201
Total do passivo e dos capitais próprios	51.438.063	2.884.785	44.934	401	(2.880.020)	51.488.163

Em 31 de Dezembro de 2010, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Saldos Comuns	Total
Juros e rendimentos similares	2.071.456	255.301	353	(363.779)	1.963.331
Juros e encargos similares	(1.573.811)	(200.007)	(388)	363.779	(1.410.427)
Margem financeira	497.645	55.294	(35)	-	552.904
Rendimentos de instrumentos de capital	105.407	-	-	-	105.407
Rendimentos de serviços e comissões	383.682	7.218	-	(54)	390.846
Encargos com serviços e comissões	(55.298)	(281)	-	54	(55.525)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(26.912)	-	-	-	(26.912)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(36.085)	-	-	-	(36.085)
Resultados de reavaliação cambial	5.827	138	20	-	5.985
Resultados de alienação de outros activos	1.678	25	-	-	1.703
Outros resultados de exploração	468	(144)	(47)	-	277
Produto Bancário	876.412	62.250	(62)	-	938.600
Custos com o pessoal	(291.884)	(1.618)	-	-	(293.502)
Gastos gerais administrativos	(148.912)	(1.133)	-	-	(150.045)
Amortizações do exercício	(65.236)	(329)	-	-	(65.565)
Provisões líquidas de reposições e anulações	15.654	(1.481)	72	-	14.245
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(73.100)	(3.059)	-	-	(76.159)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(6.322)	-	-	-	(6.322)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(24.153)	(456)	-	-	(24.609)
Resultados antes de impostos	282.459	54.174	10	-	336.643
Impostos correntes	(77.773)	(1.158)	-	-	(78.931)
Impostos diferidos	20.491	(193)	-	-	20.298
Resultado líquido do exercício	225.177	52.823	10	-	278.010

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	Portugal	Londres	Madeira	Luxemburgo	Saldos Comuns	Total
Juros e rendimentos similares	1.880.720	354.151	1.813	82	(107.139)	2.129.627
Juros e encargos similares	(1.333.703)	(325.049)	(1.088)	(37)	107.139	(1.552.738)
Margem financeira	547.017	29.102	725	45	-	576.889
Rendimentos de instrumentos de capital	114.541	-	-	-	-	114.541
Rendimentos de serviços e comissões	356.216	6.603	-	12	(73)	362.758
Encargos com serviços e comissões	(46.742)	(400)	-	(9)	73	(47.078)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32.716	-	-	-	-	32.716
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	403	-	-	-	-	403
Resultados de reavaliação cambial	3.569	161	(4)	-	-	3.726
Resultados de alienação de outros activos	61.187	(2)	-	2	-	61.187
Outros resultados de exploração	1.116	(115)	(49)	27	-	979
Produto Bancário	1.070.023	35.349	672	77	-	1.106.121
Custos com o pessoal	(288.877)	(4.912)	-	(139)	-	(293.928)
Gastos gerais administrativos	(149.521)	(1.185)	-	(474)	-	(151.180)
Amortizações do exercício	(63.128)	(257)	-	-	-	(63.385)
Provisões líquidas de reposições e anulações	680	11.073	-	(259)	72	11.566
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(87.248)	(3.202)	72	670	(72)	(89.780)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(1.431)	-	-	-	-	(1.431)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(15.407)	-	-	-	-	(15.407)
Resultados antes de impostos	465.091	36.866	744	(125)	-	502.576
Impostos correntes	(85.365)	(1.800)	-	102	-	(87.063)
Impostos diferidos	22.956	579	-	-	-	23.535
Resultado líquido do exercício	402.682	35.645	744	(23)	-	439.048

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	217.797	225.599
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu	65.843	473.910
	-----	-----
	283.640	699.509
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	1.378	18.150
Cheques a cobrar	110.056	109.705
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	110.436	41.009
Cheques a cobrar	1.245	1.830
	-----	-----
	223.115	170.694
	=====	=====

6. ACTIVOS /PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Títulos		
Unidades de Participação	406.281	477.920
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.283.936	1.232.623
	-----	-----
	1.690.217	1.710.543
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fundos especiais de investimento	127.258	227.840
Fundos de investimento mobiliário	226.162	227.538
Fundos de investimento imobiliário	52.861	22.542
	-----	-----
	406.281	477.920
	=====	=====

A rubrica de instrumentos financeiros derivados, tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>			<u>2009</u>		
	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)	Activo	Passivo	Líquido (Nota 11)
Forwards	-	197	(197)	953	915	38
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio	-	8.279	(8.279)	26.479	-	26.479
Contratos de taxa de juro	526.023	578.642	(52.619)	757.014	810.143	(53.129)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	-	2.751	(2.751)	13.593	17.129	(3.536)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	6.461	6.859	(398)	15.574	18.336	(2.762)
Contratos sobre cotações ("Equity Swaps")	100.825	104.821	(3.996)	100.909	104.383	(3.474)
Contratos de taxa de juro	1.148	1.148	-	46.342	51.145	(4.803)
Contratos de garantia de taxa de juro ("Caps & Floors")	649.479	651.077	(1.598)	271.759	274.676	(2.917)
	<u>1.283.936</u>	<u>1.353.774</u>	<u>(69.838)</u>	<u>1.232.623</u>	<u>1.276.727</u>	<u>(44.104)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Instrumentos de dívida de outros não residentes” refere-se às obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos hipotecários e de leasing efectuadas pelo Banco e por outra sociedade do Grupo que foram mantidas em carteira ou adquiridas, de acordo com o seguinte detalhe:

	2010				2009	
	Valor nominal	Custo aquisição	Juros	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de balanço
Hipototta nº 1 PLC	192.935	192.935	16	(3.241)	189.710	220.547
Hipototta nº 2 PLC	776.889	730.425	52	46.465	776.942	150.048
Hipototta nº 3 PLC	244.914	244.914	16	-	244.930	454.876
Hipototta nº 4 PLC	457.073	427.499	30	11.647	439.176	281.052
Hipototta nº 5 PLC	265.568	236.761	274	19.585	256.620	155.285
Hipototta nº 6 Ltd	-	-	-	-	-	1.633.869
Hipototta nº 7 Ltd	1.412.425	1.412.425	1.667	(95.945)	1.318.147	1.556.895
Hipototta nº 8 Ltd	909.449	909.449	2.173	(60.800)	850.822	976.863
Hipototta nº 10 Ltd	733.370	733.370	49	-	733.419	782.086
Hipototta nº 11 (Tagus)	1.886.835	1.886.835	4.340	-	1.891.175	-
Leasetotta nº 1 Ltd	1.040.000	1.040.000	2.895	(43.875)	999.020	1.042.348
	<u>7.919.458</u>	<u>7.814.613</u>	<u>11.512</u>	<u>(126.164)</u>	<u>7.699.961</u>	<u>7.253.869</u>

Em Outubro de 2009 e em Abril de 2010 foram liquidados o Hipototta nº 9 Ltd e o Hipototta nº 6 Ltd, respectivamente (Nota 40).

Em Dezembro de 2010, o Banco vendeu a filiais e à Santander Totta SGPS, S.A. parte das Notes que detinha em carteira associadas a operações de titularização (Nota 10):

	Valor nominal	Valor de balanço	Menos Valias
Hipototta nº 2 PLC			
. Classe B	27.473	27.473	-
. Classe C	36.630	36.630	-
Hipototta nº 3 PLC			
. Classe B	112.702	112.702	-
. Classe C	65.743	65.743	-
Hipototta nº 4 PLC			
. Classe C	65.000	62.030	(2.970)
Hipototta nº 5 PLC			
. Classe C	24.000	22.851	(1.149)
. Classe D	26.000	23.857	(2.143)
. Classe E	31.000	27.152	(3.848)
	<u>388.549</u>	<u>378.439</u>	<u>(10.110)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, as obrigações emitidas em operações de securitização e que eram detidas pelo Banco, por filiais suas, pela Santander Totta SGPS e respectivas filiais e por entidades fora do Grupo em Portugal, apresentam o seguinte detalhe:

	Valor nominal				Total
	BST	Filiais do BST	Santander Totta SGPS e filiais	Fora do Grupo em Portugal	
Hipototta nº 1 PLC					
. Classe A	169.933	-	-	77.679	247.612
. Classe B	15.966	-	-	-	15.966
. Classe C	7.036	-	-	-	7.036
. Classe D	-	11.000	-	-	11.000
	<u>192.935</u>	<u>11.000</u>	<u>-</u>	<u>77.679</u>	<u>281.614</u>
Hipototta nº 2 PLC					
. Classe A	776.889	48.822	-	-	825.711
. Classe B	-	27.473	-	-	27.473
. Classe C	-	36.630	-	-	36.630
. Classe D	-	18.550	-	-	18.550
	<u>776.889</u>	<u>131.475</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>908.364</u>
Hipototta nº 3 PLC					
. Classe A	244.914	1.141.952	-	-	1.386.866
. Classe B	-	112.702	-	-	112.702
. Classe C	-	65.743	-	-	65.743
. Classe D	-	17.000	-	-	17.000
	<u>244.914</u>	<u>1.337.397</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.582.311</u>
Hipototta nº 4 PLC					
. Classe A	338.113	-	-	918.231	1.256.344
. Classe B	44.240	-	-	-	44.240
. Classe C	74.720	-	65.000	-	139.720
. Classe D	-	14.000	-	-	14.000
	<u>457.073</u>	<u>14.000</u>	<u>65.000</u>	<u>918.231</u>	<u>1.454.304</u>
Hipototta nº 5 PLC					
. Classe A2	239.568	-	-	896.694	1.136.262
. Classe B	26.000	-	-	-	26.000
. Classe C	-	24.000	-	-	24.000
. Classe D	-	26.000	-	-	26.000
. Classe E	-	31.000	-	-	31.000
. Classe F	-	10.000	-	-	10.000
	<u>265.568</u>	<u>91.000</u>	<u>-</u>	<u>896.694</u>	<u>1.253.262</u>
Hipototta nº 7 Ltd					
. Classe A2	1.412.425	-	-	-	1.412.425
. Classe B	-	60.000	-	-	60.000
. Classe C	-	50.000	-	-	50.000
. Classe D	-	44.000	-	-	44.000
. Classe E	-	50.000	-	-	50.000
. Classe F	-	20.000	-	-	20.000
	<u>1.412.425</u>	<u>224.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.636.425</u>
Hipototta nº 8 Ltd					
. Classe A2	909.449	-	-	-	909.449
. Classe B	-	40.600	-	-	40.600
. Classe C	-	25.000	-	-	25.000
. Classe D	-	12.500	-	-	12.500
. Classe E	-	25.000	-	-	25.000
. Classe F	-	22.550	-	-	22.550
	<u>909.449</u>	<u>125.650</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.035.099</u>
Hipototta nº 10 Ltd					
. Classe A	733.370	-	-	-	733.370
. Classe B	-	20.000	-	-	20.000
. Classe C	-	20.000	-	-	20.000
. Classe D	-	20.000	-	-	20.000
. Classe E	-	12.500	-	-	12.500
. Classe F	-	20.000	-	-	20.000
	<u>733.370</u>	<u>92.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>825.870</u>
Hipototta nº 11 (Tagus)					
. Classe A	1.646.835	-	-	-	1.646.835
. Classe B	240.000	-	-	-	240.000
. Classe C	-	40.000	-	-	40.000
	<u>1.886.835</u>	<u>40.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.926.835</u>
Leasetotta					
. Classe A	1.040.000	-	-	-	1.040.000
. Classe B	-	-	260.000	-	260.000
. Classe C	-	-	65.000	-	65.000
	<u>1.040.000</u>	<u>-</u>	<u>325.000</u>	<u>-</u>	<u>1.365.000</u>
Total	<u>7.919.458</u>	<u>2.067.022</u>	<u>390.000</u>	<u>1.892.604</u>	<u>12.269.084</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 73.037 e mEuros 7.767, respectivamente, relativos a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas incluem títulos com as seguintes características:

Descrição	2010					2009						
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	-	-	-	-	-	-	100.657	3.622	-	1.224	-	105.503
. Com vencimento entre um e três anos	105.085	1.493	-	(3.399)	-	103.179	106.948	1.493	-	2.579	-	111.020
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.184.490	9.001	15.428	(99.743)	-	1.109.176	1.188.263	9.001	7.767	588	-	1.205.619
. Com vencimento entre cinco e dez anos	791.634	18.737	34.061	(134.634)	-	709.798	116.887	1.009	-	(2.834)	-	115.062
Bilhetes do Tesouro - Portugal	10.222	-	-	(52)	-	10.170	-	-	-	-	-	-
Outros	486	4	(1)	-	(231)	258	486	5	-	-	(187)	304
	2.091.917	29.235	49.488	(237.828)	(231)	1.932.581	1.513.241	15.130	7.767	1.557	(187)	1.537.508
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento entre um e três anos	1.447.264	27.772	(2.077)	(36.537)	-	1.436.422	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	633.573	24.230	-	(29.973)	-	627.830	641.792	24.230	-	(2.629)	-	663.393
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.000.000	23.028	25.625	(118.265)	-	930.388	-	-	-	-	-	-
Outros	7.468	82	1	340	-	7.891	6.922	76	-	29	-	7.027
	3.088.305	75.112	23.549	(184.435)	-	3.002.531	648.714	24.306	-	(2.600)	-	670.420
	5.180.222	104.347	73.037	(422.263)	(231)	4.935.112	2.161.955	39.436	7.767	(1.043)	(187)	2.207.928

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco detém na sua carteira obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, nos valores de mEuros 4.590.000 (Nota 17) e mEuros 250.314 (Nota 19) e Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no valor de mEuros 4.725.398 (Nota 19), utilizadas como colaterais em operações de financiamento.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco detinha na sua carteira obrigações emitidas em operações de securitização no valor de mEuros 2.002.167 (Nota 17) e Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no valor de mEuros 1.586.220, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de instrumentos de dívida – outros residentes inclui entre outros os seguintes títulos:

Descrição	2010				2009				
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade
<u>Adquiridos no âmbito de operações de titularização</u>									
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY/	105.283	135	(17.471)	-	87.947	110.200	184	-	-
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	69.867	72	(1.952)	-	67.987	104.798	92	(101)	-
Outros	50	-	(8)	-	42	50	-	-	-
	<u>175.200</u>	<u>207</u>	<u>(19.431)</u>	<u>-</u>	<u>155.976</u>	<u>215.048</u>	<u>276</u>	<u>(101)</u>	<u>-</u>
<u>Dívida não subordinada</u>									
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.772	2.376	2.209	-	144.357	139.681	2.376	867	-
GALP ENERGIA 05-2013	90.000	514	1.341	-	91.855	90.000	432	7.888	-
BANCO ESPRITO SANTO 3.75% 01/12	77.595	2.750	(2.149)	-	78.197	78.002	2.750	1.390	-
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 12/	74.176	156	(1.492)	-	72.840	74.680	156	1.325	-
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	70.000	370	(10.115)	-	60.255	70.000	353	(1.749)	-
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	59.976	1.272	(2.142)	-	59.106	59.958	1.272	1.137	-
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIOA	35.903	52	1.189	-	37.144	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES ZON MULTIMEDIA 2010/2	24.300	63	-	-	24.363	-	-	-	-
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	23.708	813	(654)	-	23.867	23.812	813	415	-
EDIA 2010/2030	19.250	291	(4.289)	-	15.252	-	-	-	-
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	4	(1.454)	-	13.550	15.000	4	-	-
PORTUCEL FLTG 2009/2010	-	-	-	-	-	19.940	105	42	-
Outros	11.276	22	43	(231)	11.110	-	-	(2)	(250)
	<u>640.947</u>	<u>8.683</u>	<u>(17.513)</u>	<u>(231)</u>	<u>631.886</u>	<u>572.427</u>	<u>8.264</u>	<u>11.313</u>	<u>(250)</u>
<u>Dívida subordinada</u>									
BSNP/2004 - PERPETUAS SUBORDINAD	-	-	-	-	-	100.000	205	(2.869)	-
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	3	(892)	-	13.111	14.000	2	1	-
MC FACTOR/98 - PERP SUBORDINADAS	2.394	-	(361)	-	2.033	2.394	0	-	-
BPSM/97-TOP5-OB.PERP.SUB.-1/2.	2.756	5	(1.305)	-	1.456	2.752	4	(721)	-
	<u>19.150</u>	<u>8</u>	<u>(2.558)</u>	<u>-</u>	<u>16.600</u>	<u>119.146</u>	<u>211</u>	<u>(3.589)</u>	<u>-</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

Descrição	2010			2009			
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade
<u>Valorizados ao justo valor</u>							
BANCO BPI SA	13.037	-	(6.020)	7.017	13.039	(2.296)	-
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	11.816	-	-	11.816	2.157	-	-
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S	3.154	-	-	3.154	2.469	-	-
Outros	10.829	318	(4.252)	6.895	10.116	295	(3.965)
Títulos com imparidade a 100%	<u>32.639</u>	<u>-</u>	<u>(32.639)</u>	<u>-</u>	<u>32.639</u>	<u>(32.639)</u>	<u>-</u>
	<u>71.475</u>	<u>318</u>	<u>(42.911)</u>	<u>28.882</u>	<u>60.420</u>	<u>(2.001)</u>	<u>(36.604)</u>
<u>Valorizados ao custo histórico</u>							
TOTTA - CRÉDITO ESPECIALIZADO	8.354	-	-	8.354	8.354	-	-
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA S.A.	2.121	-	(5)	2.116	3.752	-	(5)
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (ex-AENOR)	3.749	-	(4)	3.745	3.749	-	(4)
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-
Outros	7.497	-	(1.257)	6.240	8.439	-	(1.257)
Títulos com imparidade a 100%	<u>5.027</u>	<u>-</u>	<u>(5.027)</u>	<u>-</u>	<u>5.027</u>	<u>-</u>	<u>(5.027)</u>
	<u>33.958</u>	<u>-</u>	<u>(6.293)</u>	<u>27.665</u>	<u>36.531</u>	<u>-</u>	<u>(6.293)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o BST detinha 5.066.343 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 13.037. Em 31 de Dezembro de 2009, a reserva de justo valor antes de impostos era negativa e ascendia a mEuros 2.296. No exercício de 2010 o Banco registou imparidade para estes títulos no montante de mEuros 6.020.

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações no Banco de Portugal	500.000	-
	-----	-----
Aplicações em outras instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	-	282
Depósitos	-	611
Empréstimos	3.370.560	3.569.575
Juros a receber	6.622	5.678
	-----	-----
	3.377.182	3.576.146
	-----	-----
Aplicações em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	564	1.432.922
Depósitos	3.122.457	2.531.656
Outras aplicações	141.787	5.322
Juros a receber	35.673	29.619
	-----	-----
	3.300.481	3.999.519
	-----	-----
	7.177.663	7.575.665
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.594.663	1.831.168
Empréstimos	5.100.288	4.752.212
Locação financeira	1.052	1.140
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	254.255	292.491
Descobertos	429.994	346.799
Outros créditos	10.554	9.317
A particulares		
Habitação	5.781.267	4.844.315
Consumo e outros	2.072.693	2.114.893
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	244.631	202.322
Empréstimos	548.047	618.657
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	92	421
Descobertos	4.622	766
Outros créditos	3.077	1.693
A particulares		
Habitação	387.392	390.533
Consumo e outros	44.472	32.327
	-----	-----
	16.477.099	15.439.054
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos por residentes		
Papel comercial	2.633.386	2.359.024
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 3	1.543.260	1.700.765
. Hipototta nº 4	1.422.287	1.547.175
. Hipototta nº 5	1.231.046	1.397.600
. Hipototta nº 6	-	1.777.772
. Hipototta nº 7	1.601.178	1.739.359
. Hipototta nº 8	978.832	1.058.856
. Hipototta nº 10	802.442	852.134
. Hipototta nº 11	1.873.515	-
Risco/ benefício transferido	(5.546.087)	-
	-----	-----
	3.906.473	10.073.661
	-----	-----
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	29.069	25.099
Há mais de 90 dias	413.609	337.362
Risco/ benefício transferido	(58.129)	-
	-----	-----
	384.549	362.461
	-----	-----
Sub-total	23.401.507	28.234.200
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	59.291	54.926
Crédito titulado	5.510	3.560
Activos titularizados não desreconhecidos	32.492	39.671
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	4.306	4.082
Despesas com encargo diferido	111.067	119.109
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(85.176)	(109.793)
	-----	-----
	127.490	111.555
	-----	-----
Provisões para crédito (Nota 23)	23.528.997	28.345.755
	(254.726)	(239.600)
	-----	-----
	23.274.271	28.106.155
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco desreconheceu parte da sua carteira de activos titularizados na sequência da venda de parte das Notes associadas a estas operações, que detinha na carteira de activos financeiros disponíveis para venda. O detalhe da carteira dos activos titularizados que foram desreconhecidos, na medida do risco/ benefício transferido, é o seguinte:

	<u>Crédito</u> <u>Vivo</u>	<u>Crédito e</u> <u>juros vencidos</u>
. Hipototta nº 3	1.543.260	24.608
. Hipototta nº 4	792.214	12.703
. Hipototta nº 5	1.231.046	9.937
. Hipototta nº 7	678.900	5.325
. Hipototta nº 8	498.225	3.662
. Hipototta nº 10	802.442	1.894
	-----	-----
	5.546.087	58.129
	=====	=====

Na sequência desta operação, o Banco registou um proveito de mEuros 20.188 pelo reconhecimento das comissões diferidas associadas a estas operações. Adicionalmente, foram anuladas provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito nos montantes de mEuros 29.210 e mEuros 27.671, respectivamente.

Em 2010 e 2009 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas, maioritariamente constituídas por crédito vencido e por crédito já abatido ao activo. Como resultado destas operações foram registados em 2010 e 2009, ganhos no valor de mEuros 991 e mEuros 4.109, respectivamente (Nota 34).

O movimento ocorrido nas provisões para crédito durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 23.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	29.069	25.099
Entre três e seis meses	34.682	28.312
Entre seis meses e um ano	117.500	121.200
Entre um ano e três anos	220.838	173.553
Mais de três anos	40.589	14.297
Risco/ benefício transferido	(58.129)	-
	-----	-----
	384.549	362.461
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	<u>2010</u>			
	<u>Vivo</u>	<u>Vencido</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Agricultura e silvicultura	171.299	3.291	174.590	0,75
Pescas	3.718	19	3.737	0,02
Indústrias extractivas	329.969	684	330.653	1,41
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	286.035	880	286.915	1,23
Têxteis, vestuário e couro	176.428	2.434	178.862	0,76
Madeira e cortiça	71.656	1.626	73.282	0,31
Papel, gráficas e editoriais	67.828	744	68.572	0,29
Indústria química	180.391	556	180.947	0,77
Produtos minerais não metálicos	178.153	1.409	179.562	0,77
Metalurgia	131.054	3.482	134.536	0,57
Máquinas e material de transporte	164.422	4.686	169.108	0,72
Electricidade, água e gás	339.109	709	339.818	1,45
Construção e obras públicas	1.963.418	70.429	2.033.847	8,69
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	699.826	10.079	709.905	3,03
Comércio de retalho	747.852	14.286	762.138	3,26
Restaurantes e hotéis	347.584	5.023	352.607	1,51
Transportes e comunicações	1.031.387	2.771	1.034.158	4,42
Instituições financeiras não monetárias	1.147.539	11	1.147.550	4,90
Sector público administrativo	486.162	2.434	488.596	2,09
Outras empresas de serviços	2.146.915	35.973	2.182.888	9,33
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados				
não desreconhecidos	11.620.856	208.847	11.829.703	50,55
Crédito ao exterior	272.812	2.454	275.266	1,18
Outros créditos	452.545	11.722	464.267	1,99
	<u>23.016.958</u>	<u>384.549</u>	<u>23.401.507</u>	<u>100,00</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	178.089	3.756	181.845	0,64
Pescas	3.115	5	3.120	0,01
Indústrias extractivas	325.580	280	325.860	1,15
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	283.323	700	284.023	1,01
Têxteis, vestuário e couro	176.370	2.383	178.753	0,63
Madeira e cortiça	121.838	5.145	126.983	0,45
Papel, gráficas e editoriais	56.223	805	57.028	0,20
Indústria química	140.508	661	141.169	0,50
Produtos minerais não metálicos	103.286	800	104.086	0,37
Metalurgia	132.967	1.307	134.274	0,48
Máquinas e material de transporte	158.419	6.291	164.710	0,58
Electricidade, água e gás	469.547	157	469.704	1,66
Construção e obras públicas	1.876.630	40.271	1.916.901	6,79
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	616.926	10.511	627.437	2,22
Comércio de retalho	775.686	12.098	787.784	2,79
Restaurantes e hotéis	306.591	3.317	309.908	1,10
Transportes e comunicações	675.910	2.051	677.961	2,40
Instituições financeiras não monetárias	1.130.739	533	1.131.272	4,01
Sector público administrativo	484.625	-	484.625	1,72
Outras empresas de serviços	2.416.563	34.264	2.450.827	8,68
Crédito a particulares, incluindo activos titularizados				
não desreconhecidos	16.953.157	232.266	17.185.423	60,87
Crédito ao exterior	193.934	2.091	196.025	0,69
Outros créditos	291.713	2.769	294.482	1,05
	<u>27.871.739</u>	<u>362.461</u>	<u>28.234.200</u>	<u>100,00</u>

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010			2009		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	59.310	120.167	(60.857)	21.644	33.233	(11.589)
"Equity swaps"	16.781	48.143	(31.362)	149.635	167.040	(17.405)
Opções AutoCallable	14.640	21.111	(6.471)	6.915	18.820	(11.905)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	40.795	161	40.634	67.939	-	67.939
	<u>131.526</u>	<u>189.582</u>	<u>(58.056)</u>	<u>246.133</u>	<u>219.093</u>	<u>27.040</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras		22.030	42.481	12.496	17.463	-	94.470	50.536	43.934
. Vendas	(197)	(22.127)	(42.527)	(12.569)	(17.463)	-	(94.686)	(43.349)	(51.337)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras		1.069.669	-	22.742	-	-	1.092.411	-	1.092.411
. Vendas	(8.279)	(1.077.758)	-	(23.055)	-	-	(1.100.813)	(1.100.813)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras		-	14.924	-	-	87.315	102.239	102.239	-
. Vendas	(1.732)	-	(19.674)	-	-	(87.315)	(106.989)	-	(106.989)
Outros	(50.887)	234.117	3.164.153	1.160.160	7.614.127	7.336.156	19.508.713	19.289.094	219.619
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(2.751)	196.679	202.148	576.881	3.072.435	1.727.162	5.775.305	5.747.949	27.356
FRAs	-	75.000	50.000	-	-	-	125.000	125.000	-
Opções de moeda									
. Compras		52.435	20.076	11.529	20.285	-	104.325	-	104.325
. Vendas	(398)	52.435	20.076	11.529	20.285	-	104.325	-	104.325
Opções sobre cotações									
. Compras		2.213	13.726	306	168	-	16.413	16.413	-
. Vendas	(3.996)	2.213	12.881	306	168	-	15.568	15.568	-
Opções - Outras									
. Compras	-	2.320	-	-	1.522	-	3.842	1.522	2.320
. Vendas	-	2.320	-	-	1.522	-	3.842	1.522	2.320
Caps	11	111.712	16.868	68.512	850.613	1.730.064	2.777.769	2.777.769	-
Floors	(1.609)	104.000	-	16.000	97.754	608.001	825.755	791.628	34.127
	(69.838)	827.258	3.495.132	1.844.837	11.678.879	11.401.383	29.247.489	27.775.078	1.472.411
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	(170.567)	421	43.225	52.497	2.520.192	1.245.164	3.861.499	3.786.992	74.507
. Activos financeiros disponíveis para venda	109.710	-	-	-	700.000	2.075.000	2.775.000	2.775.000	-
Opções AutoCallable	(6.471)	70.938	179.905	284.547	542.268	-	1.077.658	1.077.277	381
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(31.362)	248.000	231.485	164.080	460.513	728.597	1.832.675	1.710.182	122.493
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	40.634	1.918.200	1.000.000	-	550.000	200.000	3.668.200	3.668.200	-
	(58.056)	2.237.559	1.454.615	501.124	4.772.973	4.248.761	13.215.032	13.017.651	197.381

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)									
Forwards									
. Compras		83.200	14.554	30.240	18.193	-	146.187	73.867	72.320
. Vendas	38	(83.037)	(14.644)	(30.259)	(18.197)	-	(146.137)	(71.612)	(74.525)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras		2.244.810	25.860	-	-	-	2.270.670	-	2.270.670
. Vendas	26.479	(2.219.301)	(25.383)	-	-	-	(2.244.684)	(2.244.684)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras		-	-	-	14.924	24.943	39.867	39.867	-
. Vendas	(1.411)	-	-	-	(17.551)	(24.943)	(42.494)	-	(42.494)
Outros	(51.718)	584.222	855.825	2.482.544	7.814.204	9.140.475	20.877.270	20.669.497	207.773
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(3.536)	65.257	144.139	641.205	2.062.889	4.360.523	7.274.013	7.273.999	14
FRA's	-	100.000	-	-	-	-	100.000	100.000	-
Opções de moeda									
. Compras		38.130	41.847	96.501	571	-	177.049	-	177.049
. Vendas	(2.762)	38.164	42.368	96.501	-	-	177.033	-	177.033
Opções sobre cotações									
. Compras		100	5.892	735	6.773	469.873	483.373	482.852	521
. Vendas	(3.474)	100	5.372	735	6.434	469.873	482.514	481.942	572
Opções de taxa de juro									
. Compras		-	-	-	-	10.000	10.000	10.000	-
. Vendas	143	-	-	-	-	10.000	10.000	10.000	-
Opções - Outras									
. Compras		6	-	2	6	-	14	8	6
. Vendas	(4.946)	6	-	2	6	-	14	8	6
Caps	3.698	149.752	13.370	2.089.808	960.801	1.712.591	4.926.322	4.926.322	-
Floors	(6.615)	13.299	-	-	122.500	674.847	810.646	792.598	18.048
	(44.104)	1.014.708	1.109.200	5.408.014	10.971.553	16.848.182	35.351.657	32.544.664	2.806.993
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de Justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	1.760	22.227	7.428	1.280.572	1.090.187	1.185.574	3.585.988	3.555.092	30.896
. Outros activos valorizados ao justo valor	(6.732)	-	-	-	-	90.000	90.000	90.000	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(6.617)	-	-	-	-	400.000	400.000	400.000	-
Opções AutoCallable	(11.905)	162.416	6.000	155.931	709.788	252.160	1.286.295	1.285.942	353
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(17.405)	195.053	243.905	495.899	1.033.387	485.363	2.453.607	2.371.310	82.297
Cobertura de Fluxos de Caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	67.939	-	-	12.607.293	2.918.200	-	15.525.493	15.525.493	-
	27.040	379.696	257.333	14.539.695	5.751.562	2.413.097	23.341.383	23.227.837	113.546

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	114.013	119.342
Imóveis de serviço próprio para venda	18.995	16.757
	-----	-----
	133.008	136.099
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	(44.932)	(40.480)
	-----	-----
	88.076	95.619
	-----	-----

2010											
31 de Dezembro de 2009				Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 13)	Imparidade (Nota 23)			31 de Dezembro de 2010			
Valor Bruto	Imparidade	Entradas	Alienações		Dotações	Reposições	Utilizações	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	
Imóveis recebidos em dação em pagamento	119.342	(37.920)	85.485	(90.814)	-	(23.457)	11.787	13.540	114.013	(36.050)	77.963
Imóveis de serviço próprio para venda	16.757	(2.560)	83	-	2.155	(6.400)	78	-	18.995	(8.882)	10.113
	<u>136.099</u>	<u>(40.480)</u>	<u>85.568</u>	<u>(90.814)</u>	<u>2.155</u>	<u>(29.857)</u>	<u>11.865</u>	<u>13.540</u>	<u>133.008</u>	<u>(44.932)</u>	<u>88.076</u>
2009											
31 de Dezembro de 2008				Transferências de activos fixos tangíveis (Nota 13)	Imparidade (Nota 23)			31 de Dezembro de 2009			
Valor Bruto	Imparidade	Entradas	Alienações		Dotações	Reposições	Utilizações	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	
Imóveis recebidos em dação em pagamento	126.358	(41.243)	95.683	(102.699)	-	(15.392)	-	18.715	119.342	(37.920)	81.422
Imóveis de serviço próprio para venda	16.878	(1.923)	-	(920)	799	(1.105)	-	468	16.757	(2.560)	14.197
	<u>143.236</u>	<u>(43.166)</u>	<u>95.683</u>	<u>(103.619)</u>	<u>799</u>	<u>(16.497)</u>	<u>-</u>	<u>19.183</u>	<u>136.099</u>	<u>(40.480)</u>	<u>95.619</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2010																	
										Transferências								
	31-12-2009			Fusão BSN			Abates e regularizações			De/Para activos detidos para venda (Nota 12)			Entre activos fixos		Amortizações do exercício	31-12-2010		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)
																		Valor líquido
Activos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	362.807	95.438	2.379	-	-	9.894	(72)	(16)	107	(2.992)	(850)	1.541	309	6.712		371.178	101.593	2.486
. Despesas em edifícios arrendados	136.703	94.158	-	3.881	2.734	5.772	(8)	-	-	(15)	(5)	(1.542)	(313)	7.065		144.791	103.639	-
. Outros imóveis	167	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		167	7	-
Activos tangíveis em curso																		
. Imóveis de serviço próprio	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-		1	-	1
	499.677	189.602	2.379	3.881	2.734	15.667	(80)	(16)	107	(3.007)	(855)	(1)	(4)	13.778		516.137	205.239	2.486
Equipamento																		
. Mobiliário e material	20.262	11.987	-	556	538	1.147	-	-	-	-	-	1	-	2.152		21.966	14.677	-
. Máquinas e ferramentas	2.766	2.586	-	925	847	28	(2)	(2)	-	-	-	-	(1)	122		3.717	3.552	-
. Equipamento informático	109.191	86.758	-	2.608	2.480	7.022	(321)	(310)	-	(3)	(3)	-	-	9.471		118.497	98.396	-
. Instalações interiores	88.287	76.193	-	98	76	844	(34)	(27)	-	(4)	(1)	2	3	3.083		89.193	79.327	-
. Material de transporte	16.544	9.120	-	604	335	3.997	(3.266)	(3.151)	-	-	-	-	-	3.576		17.879	9.880	-
. Equipamento de segurança	27.292	25.627	-	98	96	389	-	-	-	(1)	(1)	-	1	620		27.778	26.343	-
. Outro equipamento	5.101	1.975	-	2	1	383	-	-	-	-	-	(2)	1	637		5.484	2.614	-
	269.443	214.246	-	4.891	4.373	13.810	(3.623)	(3.490)	-	(8)	(5)	1	4	19.661		284.514	234.789	-
Outros activos tangíveis																		
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		281	281	-
Património artístico	1.520	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1.525	-	1.525
	1.801	281	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1.806	281	-
	770.921	404.129	2.379	8.777	7.107	29.477	(3.703)	(3.506)	107	(3.015)	(860)	-	-	33.439		802.457	440.309	2.486
Activos intangíveis																		
Software																		
. Adquirido a terceiros	249.058	178.917	-	9.080	7.856	25.663	(6.560)	(6.560)	-	-	-	7.704	-	32.126		284.945	212.339	-
Outros activos intangíveis																		
. Trespasses	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		3.585	3.585	-
Activos intangíveis em curso																		
	-	-	-	-	-	9.148	-	-	-	-	-	(7.704)	-	-		1.444	-	1.444
	252.643	182.502	-	9.080	7.856	34.811	(6.560)	(6.560)	-	-	-	-	-	32.126		289.974	215.924	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009														
								Transferências							
								De/Para activos detidos para venda (Nota 12)	Entre activos fixos	Amortizações do exercício					
								Valor	Amortizações						Valor
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Aquisições	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 23)	Valor líquido				
Activos tangíveis															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	356.456	89.226	994	4.793	-	-	1.385	(1.091)	(298)	2.649	6.510	362.807	95.438	2.379	264.990
. Despesas em edifícios arrendados	129.634	88.811	-	7.908	(1.251)	(1.148)	-	(5)	-	417	6.495	136.703	94.158	-	42.545
. Outros imóveis	167	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	167	6	-	161
Activos tangíveis em curso															
. Imóveis de serviço próprio	1.646	-	-	1.420	-	-	-	-	-	(3.066)	-	-	-	-	-
	487.903	178.042	994	14.121	(1.251)	(1.148)	1.385	(1.096)	(298)	-	13.006	499.677	189.602	2.379	307.696
Equipamento															
. Mobiliário e material	18.924	9.843	-	1.411	(68)	(46)	-	-	-	(5)	2.190	20.262	11.987	-	8.275
. Máquinas e ferramentas	2.763	2.492	-	32	(29)	(26)	-	-	-	-	120	2.766	2.586	-	180
. Equipamento informático	100.004	77.128	-	9.383	(196)	(175)	-	-	-	-	9.805	109.191	86.758	-	22.433
. Instalações interiores	87.375	72.888	-	1.094	(133)	(98)	-	(49)	(48)	-	3.451	88.287	76.193	-	12.094
. Material de transporte	16.139	9.313	-	4.068	(3.663)	(3.464)	-	-	-	-	3.271	16.544	9.120	-	7.424
. Equipamento de segurança	26.857	24.992	-	502	(67)	(67)	-	-	-	-	702	27.292	25.627	-	1.665
. Outro equipamento	4.782	1.387	-	345	(31)	(8)	-	-	-	5	596	5.101	1.975	-	3.126
. Activos tangíveis em curso	23	-	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	256.867	198.043	-	16.835	(4.210)	(3.884)	-	(49)	(48)	-	20.135	269.443	214.246	-	55.197
Outros activos tangíveis															
Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
Património artístico	1.520	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.520	-	-	1.520
	1.801	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.801	281	-	1.520
	746.571	376.366	994	30.956	(5.461)	(5.032)	1.385	(1.145)	(346)	-	33.141	770.921	404.129	2.379	364.413
Activos intangíveis															
Software															
. Adquirido a terceiros	168.704	128.909	-	21.748	19.749	19.764	-	-	-	38.857	30.244	249.058	178.917	-	70.141
Outros activos intangíveis															
. Trespases	3.585	3.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.585	3.585	-	-
Activos intangíveis em curso	16.703	-	-	22.154	-	-	-	-	-	(38.857)	-	-	-	-	-
	188.992	132.494	-	43.902	19.749	19.764	-	-	-	-	30.244	252.643	182.502	-	70.141

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, encontram-se registados mEuros 61.241 e mEuros 67.571, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à ISBAN PT – Engenharia e Software Bancário, S.A., entidade do Grupo que efectua o desenvolvimento informático de todas as aplicações corporativas. Esta empresa é detida integralmente por entidades do Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)14. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010		2009	
	Participação directa (%)	Valor de balanço	Participação directa (%)	Valor de balanço
Investimentos em filiais				
No país				
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	100,00	203	100,00	203
Santotta Internacional, SGPS, S.A. (ex-Madeisisa)	100,00	12.408	100,00	12.408
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	100,00	7.418	-	-
Taxagest, SGPS, S.A.	99,00	50	-	-
Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,50	5.469	-	-
No estrangeiro				
Totta & Açores, Inc - Newark	100,00	75	100,00	75
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	45	100,00	45
Totta Ireland, PLC	100,00	285.691	100,00	285.691
BST Internacional Bank, Inc.	100,00	4.147	100,00	3.470
		<u>315.506</u>		<u>301.892</u>
Prestações suplementares de capital				
Totta Urbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.		99.760		99.760
Totta Ireland, PLC		56.115		56.115
Totta & Açores, Inc - Newark		453		415
		<u>156.328</u>		<u>156.290</u>
		<u>471.834</u>		<u>458.182</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a estrutura do Grupo BST era a seguinte:

	Participação (%)		
	Directa	Indirecta	Efectiva
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.			
FILIAIS			
TOTTA IRELAND, PLC	100%	-	100%
TOTTA & AÇORES FINANCING	100%	-	100%
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100%	-	100%
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS (ex-Madeisisa)	100%	-	100%
PARTANG, SGPS	0,49%	48,51%	49%
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA	-	-	24,99%
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	100%	100%
TOTTA URBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A.	100%	-	100%
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	-	25,81%	25,81%
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS,SGPS, S.A.	100%	-	100%
SANTANDER, ASSET MANAGEMENT, SGFIM, S.A.	-	100%	100%
SANTANDER PENSÕES, S.A.	-	100%	100%
BST INTERNATIONAL BANK, INC.	100%	-	100%
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99%	-	99%
ASSOCIADAS			
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,50%	-	21,50%
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC,S.A.	16,12%	0,69%	16,81%

Na sequência do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e o BST, em 3 de Junho de 2009 o Banco aumentou o capital social da Madeisisa no montante de mEuros 50.898 através de transferência de acções correspondentes a 50,5% do Banco Totta de Angola, S.A..

Em 4 de Junho de 2009 foi constituída uma nova sociedade, Partang SGPS, S.A. (Partang), mediante a entrega de acções do Banco Totta de Angola correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, pela Madeisisa e pelo BST, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, em 2 de Julho de 2009 foi efectuado um aumento de capital na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo esta passado a ser detida em 50% pelo Grupo. Para o efeito, o BST e a Madeisisa cederam previamente à CGD por mEuros 150 e mEuros 15.130, respectivamente, os seus direitos de subscrição nesse aumento de capital. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a participação directa do Banco de 0,49% na Partang está registada na rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 8).

No âmbito desta operação, o Banco vendeu 48,985% do Banco Totta de Angola, S.A. a entidades angolanas pelo montante de mEuros 66.590. Como resultado desta venda, em 2009 foi reconhecida uma mais valia no montante de mEuros 56.080 (Nota 34) e a participação efectiva do Grupo no Banco Totta de Angola passou a ser de 25,50%.

Nos termos do acordo inicial de Março de 2006, o BST tinha recebido mEuros 15.000 da CGD. Em 2009, este montante foi reembolsado à CGD acrescido de juros, nos termos do referido acordo.

Em 2 de Julho de 2009, o Banco Totta de Angola procedeu ao aumento do seu capital social de 793.609.000 Kwanzas para 8.575.000.000 Kwanzas. Este aumento de capital foi efectuado através da entrada por todos os accionistas na proporção da participação detida, tendo por conseguinte a Partang efectuado uma contribuição de 51.000.000 Dólares Norte-Americanos. Os remanescentes 791.000 Kwanzas do aumento de capital foram registados por integração de reservas livres. Após este aumento, o valor unitário das 857.000.000 acções que passaram a constituir o capital, foram redenominadas para 17.150.000 acções, tendo o seu valor unitário passado de 10 Kwanzas para 500 Kwanzas.

Na mesma data o Banco Totta de Angola alterou a sua designação para a actual - Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (BCGTA).

Em 13 de Novembro de 2009, a Madeisisa – SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. alterou a sua designação para Santotta Internacional, SGPS, S.A..

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang, que é detentora de 51% do capital social do BCGTA. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA.

Em Março de 2010 foi apresentado um projecto para uma nova estrutura e um novo modelo de governação da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.. Na sequência deste projecto, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o BNP Paribas, o Banco Português de Negócios, S.A. e a própria Unicre venderam as suas acções ao Banco Comercial Português, S.A. (BCP), o qual funcionou como veículo de distribuição. Posteriormente o BCP vendeu parte das acções compradas aos restantes accionistas, que assim aumentaram as suas participações.

Com a concretização desta operação, em 30 de Junho de 2010 o BST aumentou a sua participação de 361.729 acções (18,08% do capital social da Unicre) para 430.000 acções (21,50%). Neste sentido, a participação na Unicre foi reclassificada para Investimentos em associadas, uma vez que o Banco passou a deter uma participação superior a 20%.

Com a incorporação do BSN por fusão, o BST passou a deter as participações na Taxagest, SGPS, S.A. e na Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A., a qual por sua vez detém 100% do capital da Santander Asset Management, SGFIM, S.A. e da Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)15. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	43	1.806
. Estimativa de imposto do exercício	(23.646)	-
. Pagamentos por conta	37.325	-
. Retenções na fonte	2.608	-
. Reembolsos	1.145	883
	-----	-----
	17.475	2.689
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. Estimativa de imposto do exercício	-	33.821
. Pagamentos por conta	-	(21.862)
. Retenções na fonte	-	(349)
. Sucursal de Londres	961	875
	-----	-----
	961	12.485
	=====	=====
Activos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	386.388	190.985
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	31.890	24.212
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os impostos na demonstração de resultados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Impostos correntes		
. Do exercício	(56.763)	(74.809)
. Agrupamentos Complementares de Empresas	(1.771)	(1.802)
. Outros	(20.397)	(10.452)
	-----	-----
	(78.931)	(87.063)
	-----	-----
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias, líquido	20.298	23.535
	-----	-----
	(58.633)	(63.528)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2009	Fusão BSN	Capitais próprios	Resultados	Saldo em 31-12-2010
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais					
Outros riscos e encargos	1.038	57	-	2.720	3.815
Imparidade de crédito concedido	104.114	-	-	9.183	113.297
Activos recebidos em dação em pagamento	5.693	-	-	4.196	9.889
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	971	-	-	1.951	2.922
Reavaliação de imobilizado					
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(4.127)	-	-	(183)	(4.310)
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais					
Imobilizado incorpóreo	-	174	-	387	561
Imobilizado corpóreo	198	-	-	(54)	144
Cobertura de fluxos de caixa	(6.856)		4.982	-	(1.874)
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(2.007)	(1.120)	-	3.127	-
Activos financeiros disponíveis para venda					
. Impostos diferidos activos	12.933	-	185.644	-	198.577
. Impostos diferidos passivos	(7.305)	-	(18.401)	-	(25.706)
Contabilidade de cobertura - Derivados e Instrumentos Cobertos					-
. Impostos diferidos activos	3.631	-	-	(3.631)	-
. Impostos diferidos passivos	(3.816)	-	-	3.816	-
Unidades de participação	(101)	-	-	101	-
Reformas antecipadas	35.710	-	(4.545)	(3.129)	28.036
Pensões de reforma	11.814	-	636	292	12.742
Prémio de antiguidade	6.917	-	-	977	7.894
Comissões	2.079	-	-	(2.079)	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.308	-	-	501	5.809
Sucursal de Londres - Fundo de Pensões	579	-	-	(193)	386
Incentivos de Longo Prazo	-	-	-	2.316	2.316
	166.773	(889)	168.316	20.298	354.498
Activos	190.985				386.388
Passivos	(24.212)				(31.890)
	166.773				354.498

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	Saldo em 31-12-2008	Capitais próprios	Resultados	Saldo em 31-12-2009
Provisões/Imparidade temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Outros riscos e encargos	1.239	-	(201)	1.038
Imparidade de crédito concedido	105.804	-	(1.690)	104.114
Activos recebidos em dação em pagamento	5.109	-	584	5.693
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	971	971
Reavaliação de imobilizado				
Amortizações futuras não aceites em resultado de reavaliações legais	(4.285)	-	158	(4.127)
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais				
Imobilizado corpóreo	278	-	(80)	198
Cobertura de fluxos de caixa	(15.481)	8.625	-	(6.856)
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(4.016)	-	2.009	(2.007)
Activos financeiros disponíveis para venda				
. Impostos diferidos activos	18.978	(6.045)	-	12.933
. Impostos diferidos passivos	(454)	(6.851)	-	(7.305)
Contabilidade de cobertura - Derivados e Instrumentos Cobertos				
. Impostos diferidos activos	7.263	-	(3.632)	3.631
. Impostos diferidos passivos	(7.629)	-	3.813	(3.816)
Unidades de participação	(204)	-	103	(101)
Reformas antecipadas	16.885	1.241	17.584	35.710
Pensões de reforma	11.951	261	(398)	11.814
Prémio de antiguidade	6.412	-	505	6.917
Comissões	4.157	-	(2.078)	2.079
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	5.308	5.308
Sucursal de Londres - Fundo de Pensões	-	-	579	579
	146.007	(2.769)	23.535	166.773
Activos	178.076			190.985
Passivos	(32.069)			(24.212)
	146.007			166.773

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2010 e 2009, é como segue:

	2010		2009	
	Taxa de Imposto	Montante	Taxa de Imposto	Montante
Lucro considerado para apuramento de imposto		336.643		502.576
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	29,00%	97.626	26,50%	133.183
Lucros isentos de impostos (SFE)	0,00%	3	-0,04%	(197)
Prejuízos fiscais dedutíveis	-0,35%	(1.176)	-0,20%	(986)
Dividendos não tributáveis,				
líquidos de impostos pagos no estrangeiro	-13,09%	(44.070)	-9,36%	(47.027)
Constituição/(reversão) de provisões tributadas	-0,69%	(2.329)	0,32%	1.595
Benefícios fiscais	-0,06%	(218)	-0,04%	(199)
Custos não dedutíveis	0,96%	3.226	0,36%	1.799
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto	0,94%	3.159	-1,00%	(5.049)
Tributação autónoma	0,89%	3.000	0,16%	800
Alienação de participações	0,00%	-	-1,56%	(7.833)
Liquidações adicionais/ (reembolsos)	0,37%	1.256	0,76%	3.801
Reformas antecipadas	-0,77%	(2.598)	-4,57%	(22.981)
Impacto da derrama estadual nos impostos diferidos	-3,47%	(11.676)	0,00%	-
Outros	3,69%	12.430	1,32%	6.622
Impostos sobre os lucros do exercício	17,42%	58.633	12,64%	63.528

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2008, com excepção do ano de 2006.

Como resultado das referidas inspecções foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, valor de venda de imóveis, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

Em 2009 o Banco pagou um montante adicional de mEuros 4.424 relativo à inspecção fiscal ao exercício de 2007. As correcções efectuadas são relativas à não aceitação de reintegrações e amortizações extraordinárias, ao valor de transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, a provisões acima dos mínimos, entre outras. Para este efeito, o Banco reconheceu custos no montante de mEuros 3.541.

O Banco procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou quando aplicável à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

O BST tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Proveitos a receber:		
. De colocação de fundos mobiliários geridos pela Santander Asset Management SGFIM	4.692	5.208
. De operações de crédito	1.041	1.179
. De outros serviços prestados	23.634	49.090
. Outros juros e rendimentos similares	24.702	-
. Outros	2.032	2.103
Despesas com custo diferido	5.315	5.814
Outras imobilizações financeiras		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	3.487	3.680
. Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	936	1.225
. Trem - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem)	355	171
. Outras	17	9
Devedores diversos	27.758	14.009
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	38.835	33.262
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.540	2.472
Bonificações a receber do Estado Português	9.063	8.323
Devedores por operações sobre futuros (Nota 25)	82.226	-
Outras disponibilidades	348	332
Contratos de suprimentos:		
. Santotta – Internacional, SGPS, S.A.	26.250	24.348
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda. (Propaço)	2.443	2.430
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A. (Fafer)	386	386
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 39)	422.990	462.882
Operações fora de bolsa a regularizar	136.034	14.561
Outros	2.438	4.235
	-----	-----
	817.648	635.845
	-----	-----
Imparidade em activos não financeiros (Nota 23):		
. Contratos de suprimentos	(2.065)	(2.050)
. Activos recebidos em dação em pagamento	(6.433)	(411)
. Devedores e outras aplicações	(5.465)	(5.465)
	-----	-----
	(13.963)	(7.926)
	-----	-----
	803.685	627.919
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Proveitos a receber – de outros serviços prestados” inclui essencialmente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Proveitos a receber - outros juros e rendimentos similares” refere-se ao valor a receber resultante de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Banco e os Hipotottas nº 7, nº 8, nº 10 Ltd e Hipototta nº 11 (Tagus). O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – outros juros e encargos a pagar” (Nota 25).

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica “Outros passivos – credores por operações sobre futuros” (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica “Operações fora de bolsa a regularizar” refere-se ao valor a receber pelas operações de venda de Notes Classe C do Hipototta nº 4 PLC e de Notes da Classe C, D e E do Hipototta nº 5 PLC, cujas liquidações ocorreram posteriormente à data de balanço.

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra	4.802.150	2.013.326
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	5.011	13.478
Juros a pagar	1	8
	-----	-----
	4.807.162	2.026.812
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Recursos do Banco Central Europeu” corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Em 31 de Dezembro de 2010, do total da sua carteira de activos elegíveis, estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes:

2010					
			Despesas com custo diferido		
Tipo de activo	Capital	Juros totais		Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	4.590.000	3.605	(1.595)	4.592.010	Janeiro 2011
Papel comercial	210.000	245	(105)	210.140	Janeiro 2011
	<u>4.800.000</u>	<u>3.850</u>	<u>(1.700)</u>	<u>4.802.150</u>	
2009					
			Despesas com custo diferido	Correcções de valor	
Tipo de activo	Capital	Juros totais		Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.002.167	18.444	(10.056)	2.771	2.013.326
					Julho 2010

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos de Bancos Centrais		
. Capital	-	500.000
. Juros	-	5.153
. Despesas com encargo diferido	-	(2.514)
	----	-----
	-	502.639
	==	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, os “Recursos de Bancos Centrais” correspondiam a operações de venda com acordo de recompra junto do Banco de Portugal que tiveram por objectivo financiar a aquisição das unidades de participações referidas na Nota 7. As referidas operações terminaram em 1 de Julho de 2010.

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	1.348.862	2.304.633
Recursos a muito curto prazo	70.000	135.684
Operações de venda com acordo de recompra	-	17.853
Outros recursos	-	420
Despesas com encargos diferidos	-	(102)
Juros a pagar	4.151	7.553
	-----	-----
	1.423.013	2.466.041
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos consignados	489.000	420.000
Recursos a muito curto prazo	252.151	48.884
Operações de venda com acordo de recompra	4.979.144	1.587.609
Depósitos	2.785.861	6.807.731
Outros recursos	18.130	741
Juros a pagar	5.232	8.491
	-----	-----
	8.529.518	8.873.456
	-----	-----
	9.952.531	11.339.497
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos recursos consignados por prazo residual de vencimento é o seguinte:

	2010	2009
Reembolso a menos de um ano	150.000	150.000
Reembolso entre três e cinco anos	250.000	250.000
Reembolso entre cinco e dez anos	29.000	-
Reembolso a mais de dez anos	60.000	20.000
	<u>489.000</u>	<u>420.000</u>

Como garantia de pagamento de um dos empréstimos, denominado “Projecto BTA Empréstimo Global III”, o Banco deu em penhor créditos concedidos a Municípios no montante de mEuros 150.000.

Como garantia de pagamento de outro empréstimo, denominado “Projecto Santander Totta GL IV – Tranche B”, o Banco tinha dado em penhor 1.500 obrigações classe A2 do Hipototta nº 6 Ltd., no montante de mEuros 145.793. Na sequência da liquidação do Hipototta nº 6 Ltd. em 1 de Abril de 2010, o Banco deu em penhor 1.785 obrigações classe A2 do Hipototta nº 8 Ltd. no montante de mEuros 164.189.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente e por prazo residual das operações de reporte:

2010				
Títulos	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal				
. Com vencimento a menos de um mês	1.790.931	2.137	(668)	1.792.400
. Com vencimento entre um e dois meses	49.940	109	(70)	49.979
	<u>1.840.871</u>	<u>2.246</u>	<u>(738)</u>	<u>1.842.379</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha				
. Com vencimento a menos de um mês	2.039.054	1.974	(905)	2.040.123
. Com vencimento entre um e dois meses	258.224	686	(403)	258.507
. Com vencimento entre dois e três meses	587.249	2.380	(1.920)	587.709
	<u>2.884.527</u>	<u>5.040</u>	<u>(3.228)</u>	<u>2.886.339</u>
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de securitização				
. Com vencimento entre dois e três meses	250.314	942	(830)	250.426
	<u>4.975.712</u>	<u>8.228</u>	<u>(4.796)</u>	<u>4.979.144</u>
2009				
Títulos	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal				
. Com vencimento entre dois e três meses	518.470	1.111	(447)	519.134
. Com vencimento entre três e quatro meses	517.750	1.453	(838)	518.365
	<u>1.036.220</u>	<u>2.563</u>	<u>(1.285)</u>	<u>1.037.498</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha				
. Com vencimento entre dois e três meses	550.000	715	(604)	550.111
	<u>1.586.220</u>	<u>3.278</u>	<u>(1.889)</u>	<u>1.587.609</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos à ordem	6.387.896	5.122.251
Depósitos a prazo	10.250.843	8.666.332
Depósitos de poupança	198.054	249.464
Depósitos com pré-aviso	33.600	25.504
Cheques e ordens a pagar	105.940	80.501
Outros recursos de clientes	1.223.364	1.081.400
Juros a pagar	75.302	43.494
Correcções de valor por operações de cobertura	(12.523)	(15.358)
	-----	-----
	18.262.476	15.253.588
	=====	=====

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	3.000.000	2.000.000
Readquiridas	(39.000)	-
Juros de obrigações hipotecárias	53.953	35.432
Obrigações de caixa		
Emitidas	1.423.858	2.078.170
Readquiridas	(155.069)	-
Juros a pagar	17.913	31.896
	-----	-----
	4.301.655	4.145.498
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN	2.470.420	2.564.570
Juros a pagar	25.676	22.989
	-----	-----
	2.496.096	2.587.559
	-----	-----
Despesas com encargo diferido	(3.938)	(4.238)
Correcção de valor por operações de cobertura	18.012	(7.400)
	-----	-----
	6.811.825	6.721.419
	=====	=====

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Maio de 2008, Outubro de 2009 e Abril de 2010, o BST procedeu a três emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 5.000.000 Covered Bonds Programme”, de Abril de 2008, de mEuros 1.000.000 cada. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações em instituições de crédito	720.708	523.275
Juros de aplicações	987	402
	-----	-----
	721.695	523.677
	-----	-----
Crédito a clientes	3.168.738	1.744.094
Juros de crédito	4.918	2.255
Comissões	(19.915)	(10.518)
Despesas com encargo diferido	10.574	7.968
	-----	-----
	3.164.315	1.743.799
	-----	-----
Derivados de cobertura	39.945	32.946
	-----	-----
	3.925.955	2.300.422
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco procedeu à emissão das seguintes obrigações ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
25 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
26 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	32.100
27 ^a	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	31.350
28 ^a	6 de Outubro de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5% ⁽¹⁾	29.950
29 ^a	7 de Maio de 2014	Indexada a cabaz de acções	51.280
30 ^a	26 de Fevereiro de 2014	Indexada a cabaz de acções	32.860
31 ^a	2 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	26.170
32 ^a	26 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	2.600
33 ^a	20 de Março de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.200
34 ^a	25 de Janeiro de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.050
35 ^a	12 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,75%	1.000.000
36 ^a	15 de Julho de 2011	Euribor a 3 meses mais 0,75% ⁽²⁾	394.000
37 ^a	26 de Outubro de 2017	Taxa fixa de 4,156% ⁽³⁾	20.000
38 ^a	30 de Novembro de 2017	Taxa fixa de 4,152% ⁽⁴⁾	43.400
39 ^a	31 de Dezembro de 2017	Taxa fixa de 4,04% ⁽⁵⁾	28.350
40 ^a	22 de Janeiro de 2018	Taxa fixa de 3,63% ⁽⁶⁾	41.100
41 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
42 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
43 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
44 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
45 ^a	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.150
46 ^a	28 de Maio de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,55% ⁽⁷⁾	20.000
47 ^a	9 de Junho de 2015	Indexada a cabaz de acções	1.000
48 ^a	9 de Junho de 2015	Indexada a cabaz de acções	1.000
49 ^a	14 de Junho de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,75% ⁽⁸⁾	75.000
50 ^a	25 de Junho de 2015	Taxa fixa de 3,11%	16.875
51 ^a	25 de Junho de 2020	Taxa fixa de 2,96% ⁽⁹⁾	21.100
52 ^a	27 de Julho de 2012	Taxa fixa de 2,9231%	39.500
53 ^a	27 de Julho de 2015	Taxa fixa de 3,1%	8.950
54 ^a	27 de Julho de 2020	Taxa fixa de 2,5297% ⁽¹⁰⁾	9.850
55 ^a	25 de Agosto de 2012	Euribor a 3 meses mais 0,4% ⁽¹¹⁾	40.000
56 ^a	3 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,8973%	88.000
57 ^a	3 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,62375%	13.600
58 ^a	3 de Setembro de 2020	Taxa fixa de 3,85% ⁽¹²⁾	16.900
59 ^a	28 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,8280%	47.800
60 ^a	29 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,4140%	8.850
61 ^a	29 de Setembro de 2018	Taxa fixa de 3,250% ⁽¹³⁾	10.050
62 ^a	26 de Outubro de 2015	Taxa fixa de 3,488%	4.950
63 ^a	26 de Outubro de 2012	Taxa fixa de 2,947%	45.000
64 ^a	26 de Outubro de 2018	Taxa: 3,3% ⁽¹³⁾	5.910
65 ^a	3 de Maio de 2013	Euribor a 1 mês mais 0,425% ⁽¹⁴⁾	100.000
66 ^a	18 de Novembro de 2012	Taxa fixa de 2,975%	40.000
67 ^a	18 de Novembro de 2015	Taxa fixa de 3,7%	6.000
68 ^a	18 de Novembro de 2018	Taxa fixa de 3,5% ⁽¹⁵⁾	4.900
69 ^a	27 de Setembro de 2013	Taxa fixa 3,225%	29.750
70 ^a	23 de Dezembro de 2013	Taxa fixa 3,88%	7.425
71 ^a	21 de Dezembro de 2018	Taxa fixa de 3,75% ⁽¹⁶⁾	6.150
72 ^a	3 de Dezembro de 2012	Euribor a 1 mês mais 0,42% ⁽¹⁷⁾	10.000
			2.470.420

⁽¹⁾ Remuneração aplicável até 5 de Outubro de 2012. O "spread" diminui nos períodos subsequentes.

⁽²⁾ Remuneração aplicável até 15 Janeiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos seguintes.

⁽³⁾ Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁴⁾ Remuneração aplicável até 29 de Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁵⁾ Remuneração aplicável até 28 de Dezembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁶⁾ Remuneração aplicável até 22 de Janeiro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁷⁾ Remuneração aplicável até 28 de Fevereiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos seguintes.

⁽⁸⁾ Remuneração aplicável até 14 de Março de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽⁹⁾ Remuneração aplicável até 24 de Junho de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁰⁾ Remuneração aplicável até 27 de Julho de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹¹⁾ Remuneração aplicável até 25 de Fevereiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹²⁾ Remuneração aplicável até 03 de Setembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹³⁾ Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁴⁾ Remuneração aplicável até 3 de Janeiro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁵⁾ Remuneração aplicável até 17 de Novembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁶⁾ Remuneração aplicável até 20 de Dezembro de 2011. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁷⁾ Remuneração aplicável até 3 de Março de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

⁽¹⁸⁾ Remuneração aplicável até 27 de Setembro de 2011. O "spread" aumenta nos períodos subsequentes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)22. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica corresponde ao montante recebido pelas titularizações de crédito efectuadas após 1 de Janeiro de 2004, com o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Hipototta nº 3		
Capital vivo	1.543.260	1.700.765
Capital em incumprimento	269	253
Capital em contencioso	23.388	23.407
Juros	196	188
	-----	-----
	1.567.113	1.724.613
	-----	-----
Hipototta nº 4		
Capital vivo	1.422.287	1.547.175
Capital em incumprimento	185	200
Capital em contencioso	21.703	24.257
Juros	165	153
	-----	-----
	1.444.340	1.571.785
	-----	-----
Hipototta nº 5		
Capital vivo	1.231.046	1.397.600
Capital em incumprimento	62	61
Capital em contencioso	9.488	8.096
Juros	2.342	2.265
	-----	-----
	1.242.938	1.408.022
	-----	-----
Hipototta nº 6		
Capital vivo	-	1.777.772
Capital em incumprimento	-	57
Capital em contencioso	-	10.882
Juros	-	6.729
	----	-----
	-	1.795.440
	----	-----
Hipototta nº 7		
Capital vivo	1.601.178	1.739.359
Capital em incumprimento	77	80
Capital em contencioso	11.977	8.042
Juros	3.278	3.051
	-----	-----
	1.616.510	1.750.532
	-----	-----
Hipototta nº 8		
Capital vivo	978.832	1.058.856
Capital em incumprimento	79	72
Capital em contencioso	6.763	5.719
Juros	4.009	3.581
	-----	-----
	989.683	1.068.228
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Hipototta nº 10		
Capital vivo	802.442	852.133
Capital em incumprimento	53	29
Capital em contencioso	1.658	38
Juros	94	84
	-----	-----
	804.247	852.284
	-----	-----
Hipototta nº 11		
Capital vivo	1.874.046	-
Capital em incumprimento	27	-
Capital em contencioso	1.437	-
Juros	3.527	-
	-----	-----
	1.879.037	-
	-----	-----
Risco/ benefício transferido (Nota 10)	(5.602.122)	-
	-----	-----
	3.941.746	10.170.904
	=====	=====

O montante anulado na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" na sequência da operação de desreconhecimento de parte da carteira de activos titularizados não desreconhecidos descrita na Nota 10, pode ser apresentado como segue:

Hipototta nº 3	
Capital vivo	1.543.260
Capital e juros em incumprimento	23.752
Hipototta nº 4	
Capital vivo	792.214
Capital e juros em incumprimento	12.236
Hipototta nº 5	
Capital vivo	1.231.046
Capital e juros em incumprimento	9.623
Hipototta nº 7	
Capital vivo	678.900
Capital e juros em incumprimento	5.155
Hipototta nº 8	
Capital vivo	498.225
Capital e juros em incumprimento	3.514
Hipototta nº 10	
Capital vivo	802.442
Capital e juros em incumprimento	1.755

	5.602.122
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)23. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante os exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

	2010						
	31-12-2009	Fusão BSN	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	31-12-2010
Provisões para crédito (Nota 10)							
Crédito de cobrança duvidosa							
. Crédito a clientes - interno	76.250	-	22.167	(56.192)	-	-	42.225
Crédito vencido	162.220	-	146.478	(37.026)	(61.033)	-	210.639
Risco País	1.130	-	894	(162)	-	-	1.862
	<u>239.600</u>	<u>-</u>	<u>169.539</u>	<u>(93.380)</u>	<u>(61.033)</u>	<u>-</u>	<u>254.726</u>
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	<u>43.344</u>	<u>-</u>	<u>6.352</u>	<u>(30)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.666</u>
Imparidade em activos não financeiros							
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	40.480	-	29.857	(11.865)	(13.540)	-	44.932
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	2.379	-	107	-	-	-	2.486
Imparidade em outros activos (Nota 16)	7.926	-	8.425	(1.915)	(473)	-	13.963
	<u>50.785</u>	<u>-</u>	<u>38.389</u>	<u>(13.780)</u>	<u>(14.013)</u>	<u>-</u>	<u>61.381</u>
Risco País - Outras Aplicações	143	-	3	(19)	-	-	127
Riscos Gerais de Crédito							
Crédito a clientes							
. Crédito interno	142.085	190	29.815	(22.715)	-	-	149.375
. Crédito por assinatura	29.027	-	13.780	(9.939)	-	-	32.868
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	50.293	-	9.547	(40.335)	-	-	19.505
Provisões para riscos fiscais (Nota 15)	16.321	638	2.213	(2.213)	(125)	15.100	31.934
Provisão para pensões e outros encargos	8.816	-	1.036	(65)	(222)	-	9.565
Outras provisões	41.740	28	7.780	(3.133)	(1.131)	-	45.284
	<u>288.425</u>	<u>856</u>	<u>64.174</u>	<u>(78.419)</u>	<u>(1.478)</u>	<u>15.100</u>	<u>288.658</u>
	<u>622.154</u>	<u>856</u>	<u>278.454</u>	<u>(185.609)</u>	<u>(76.524)</u>	<u>15.100</u>	<u>654.431</u>
2009							
	31-12-2008	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros		31-12-2009
Provisões para crédito (Nota 10)							
Crédito de cobrança duvidosa							
. Crédito a clientes - interno	115.783	18.521	(57.819)	(235)	-	-	76.250
Crédito vencido	82.006	135.791	(6.895)	(48.682)	-	-	162.220
Risco País	948	339	(157)	-	-	-	1.130
	<u>198.737</u>	<u>154.651</u>	<u>(64.871)</u>	<u>(48.917)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>239.600</u>
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	<u>42.724</u>	<u>5.428</u>	<u>(3.997)</u>	<u>(812)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>43.344</u>
Imparidade em activos não financeiros							
Imparidade em activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	43.166	16.497	-	(19.183)	-	-	40.480
Imparidade em outros activos tangíveis (Nota 13)	994	1.385	-	-	-	-	2.379
Imparidade em outros activos (Nota 16)	12.451	936	(3.411)	(2.050)	-	-	7.926
	<u>56.611</u>	<u>18.818</u>	<u>(3.411)</u>	<u>(21.233)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.785</u>
Risco País - Outras Aplicações	143	2	(2)	-	-	-	143
Riscos Gerais de Crédito							
Crédito a clientes							
. Crédito interno	138.587	24.936	(21.438)	-	-	-	142.085
. Crédito por assinatura	32.985	6.793	(10.751)	-	-	-	29.027
. Crédito a clientes - titularizados e não desreconhecidos	57.794	4.843	(12.344)	-	-	-	50.293
Provisões para riscos fiscais (Nota 15)	7.621	-	(3.000)	-	-	11.700	16.321
Provisão para pensões e outros encargos	7.651	1.408	-	(243)	-	-	8.816
Outras provisões	44.569	9.346	(11.359)	(816)	-	-	41.740
	<u>289.350</u>	<u>47.328</u>	<u>(58.894)</u>	<u>(1.059)</u>	<u>11.700</u>	<u>-</u>	<u>288.425</u>
	<u>587.422</u>	<u>226.225</u>	<u>(131.173)</u>	<u>(72.021)</u>	<u>11.701</u>	<u>-</u>	<u>622.154</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão para pensões e outros encargos inclui mEuros 9.565 e mEuros 8.529 para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 12.178 e mEuros 12.463, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Provisões para crédito securitizado antes de 1 de Janeiro de 2004 que foi desreconhecido nos montantes de mEuros 16.668 e mEuros 16.478, respectivamente;
- Outras provisões nos montantes de mEuros 16.437 e mEuros 12.799, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 15.638 e de mEuros 11.983, respectivamente.

24. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	297.750	297.750
Recursos do BST International Bank, Inc.	269.421	249.896
	-----	-----
	567.171	547.646
Programa EMTN – Subordinadas	-	300.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	284.315	284.315
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	172.833	172.833
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	54.359	54.359
	-----	-----
	1.078.678	1.359.153
Títulos readquiridos	(195.244)	(181.376)
Despesas com custo diferido	(412)	(451)
Juros a pagar	768	927
	-----	-----
	883.790	1.178.253
	=====	=====

Em 10 de Novembro de 2010 o BST procedeu ao reembolso antecipado do Programa EMTN emitido pela Sucursal de Londres no montante de mEuros 300.000.

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fornecedores	1.479	2.906
Facturas em recepção e conferência	35.243	27.643
Retenção de impostos na fonte	32.529	15.267
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.529	1.507
IVA a pagar	4.776	2.138
Encargos a pagar relativos ao pessoal:		
· Prémio de antiguidade	27.221	26.102
· Férias e subsídio de férias	28.765	27.716
· Outras remunerações variáveis	29.914	27.840
· Outros custos com pessoal	13.473	11.871
Recursos cativos	26.408	23.442
Outros recursos	1.330	1.371
Credores por valores a liquidar	15.847	15.530
Valores a regularizar com bancos e clientes	85.687	77.215
Valor a pagar na aquisição de títulos para a carteira própria	-	98.827
Adiantamentos por alienação de imóveis recebidos em dação	1.242	1.212
Receitas com proveito diferido	2.031	2.116
Credores por operações sobre futuros (Nota 16)	82.226	-
Outros juros e encargos a pagar (Nota 16)	12.472	-
Outros	17.035	9.205
	-----	-----
	419.207	371.908
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor a pagar na aquisição de títulos para a carteira própria corresponde a uma operação de compra de Notes Classe A do Hipototta nº 4 PLC, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data de balanço.

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 o capital do Banco estava representado por 589.810.510 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	<u>31 -12- 2009</u>		
	<u>Número</u>	<u>% de</u>	
	<u>de acções</u>	<u>participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	574.356.881	97,38	574.357
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,47	14.593
Outros	807.551	0,14	808
Acções próprias	52.763	0,01	53
	-----	-----	-----
	589.810.510	100,00	589.811
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme indicado na Nota Introdutória e na Nota 1.3, no dia 3 de Maio de 2010 foi registada a operação de fusão por incorporação do BSN, tendo os seus activos e passivos sido incorporados no BST. Esta operação produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Os termos de troca foram determinados com base numa avaliação independente do capital de cada uma das entidades à data de 30 de Setembro de 2009, os quais conduziram aos seguintes valores:

	BSN	BST
Capital social (excluindo acções próprias)	26.250.000	589.757.747
Valor nominal por acção (em Euros)	5	1
Número de acções	5.250.000	589.757.747
Valor do capital próprio com base na avaliação independente (em Euros)	217.044.027	4.225.305.245
Valor contabilístico por acção (em Euros)	41,34	7,16
Relação de troca		5,7704
Novas acções emitidas		30.294.473
Aumento de capital do BST (em Euros)		30.294.473

Desta forma em 20 de Abril de 2010, o capital social do BST foi aumentado em 30.294.473 Euros, correspondendo a 30.294.473 acções de valor nominal de 1 Euro cada, que foram atribuídas aos accionistas do BSN. Na mesma data o BST readquiriu duas acções.

O diferencial entre o valor do aumento de capital e a situação líquida do BSN à data da fusão foi registado na reserva de fusão a qual foi determinada conforme descrito na Nota 1.3..

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2010 o capital do Banco estava representado por 620.104.983 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	31 -12- 2010		
	Número de acções	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	604.651.319	97,51	604.651
Taxagest, SGPS, S.A.	14.593.315	2,35	14.593
Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	88.011	0,01	88
Outros	719.573	0,12	720
Acções próprias	52.765	0,01	53
	-----	-----	-----
	620.104.983	100,00	620.105
	=====	=====	=====

Em 28 de Maio de 2010, a Assembleia Geral de Accionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 240.000.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os outros instrumentos de capital referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	(596.107)	(22.387)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	6.463	25.874
Reservas de reavaliação legais à data de transição para NCA's	23.245	23.245
	-----	-----
	(566.399)	26.732
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias resultantes da valorização ao justo valor (Nota 15)	170.997	(1.228)
Por reavaliação de imobilizado corpóreo	(4.127)	(4.286)
	-----	-----
	166.870	(5.514)
	-----	-----
	(399.529)	21.218
	=====	=====

Reservas de reavaliação

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outras reservas		
Reserva legal	215.832	171.928
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e do BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	-
Outras reservas	2.369	530
Resultados transitados	161.363	39.859
	-----	-----
	956.303	753.651
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

27. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.703.788	1.718.986
Créditos documentários abertos	588.818	522.915
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	150.000	150.000
Fundo de Garantia de Depósitos	62.175	63.110
Sistema de Indemnização aos Investidores	4.739	5.038
Outros activos dados em garantia	15.252	-
Outros passivos eventuais	6	6
	-----	-----
	2.524.778	2.460.055
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.822.226	5.177.228
Irrevogáveis	1.982.317	2.240.834
Contratos a prazo de depósitos	31.978	844
Fundo de Garantia de Depósitos	53.657	53.142
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.143	2.353
Outros compromissos irrevogáveis	31.141	15.954
Outros compromissos revogáveis	27.000	-
	-----	-----
	6.951.462	7.490.355
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	91.041.922	24.093.884
Valores recebidos para cobrança	146.661	106.858
Valores administrados pela instituição		
Activos cedidos em operações de titularização		
Capital	1.163.078	1.310.259
Juros	1.734	1.985
Juros a reclamar à DGT	1.758	2.720
Outros	15.811.032	41.583
	-----	-----
	108.166.185	25.557.289
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2010 e 2009, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, nos montantes de mEuros 3.620 e mEuros 3.604, respectivamente (Nota 35). Nestes exercícios, o Banco assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago com referência a 31 de Dezembro de 2010 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 53.657 (mEuros 53.142 em 31 de Dezembro de 2009), considerando ainda o compromisso de mEuros 113 proveniente do BSN. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

Sistema de Indemnização aos Investidores

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2010 estas responsabilidades ascendem a mEuros 3.143 (mEuros 2.353 em 31 de Dezembro de 2009).

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais - Banco de Portugal	4.021	5.290
Em outras instituições de crédito	52	20
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País	39.646	60.166
Em instituições de crédito no estrangeiro	50.377	59.182
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	573.230	633.662
Crédito ao exterior	33.982	38.347
Outros créditos e valores a receber (titulados)	45.864	55.881
Activos titularizados não desreconhecidos	191.317	359.662
Juros de crédito vencido (Nota 43)	2.724	4.076
Juros de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação		
- Títulos	5	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.210	4.210
Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos	319.272	200.266
Derivados de cobertura	594.561	708.543
Devedores e outras aplicações	250	322
Outros juros e rendimentos similares – swap agreements	103.820	-
	-----	-----
	1.963.331	2.129.627
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	5.098	5.736
De emigrantes	11.356	9.017
De outros residentes	154.477	214.608
Não residentes	10.347	23.310
Juros de outros recursos de clientes	4.541	2.035
	-----	-----
	185.819	254.706
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	42.589	21.604
Outros Bancos Centrais	32	57
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	23.602	35.184
No estrangeiro	78.777	116.753
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado		
Obrigações	134.011	59.731
Outras	79.889	82.983
Juros de derivados de cobertura	544.350	605.237
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	179.400	325.239
Juros de passivos subordinados	45.089	49.726
Outros juros e encargos similares – swap agreements	96.869	-
Outros	-	1.518
	-----	-----
	1.224.608	1.298.032
	-----	-----
	1.410.427	1.552.738
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Unicre	2.080	2.894
SIBS	1.086	943
Banco BPI	316	338
Finangest	36	65
Visa	6	2
Totta - Crédito Especializado (IFIC)	-	1.935
Imovest	-	681
Outras	75	22
	-----	-----
	3.599	6.880
Investimentos em associadas		
Totta Ireland, PLC	67.642	106.471
Santander Gestão Activos	21.000	-
Taxagest	8.366	-
Santotta International, SGPS	4.800	1.190
	-----	-----
	105.407	114.541
	=====	=====

31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	16.223	14.752
Créditos documentários abertos	1.629	3.173
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	4.208	4.593
Por compromissos revogáveis assumidos perante terceiros	1.646	-
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	8.548	3.446
Cobrança de valores	14.941	15.671
Administração de valores	912	1.070
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	31.347	27.224
Transferência de valores	1.515	1.508
Gestão de cartões	66.725	62.682
Anuidades	14.285	14.880
Montagem de operações	-	500
Operações de crédito	52.009	51.178
Manutenção de contas	9.470	10.476
Cadernetas	4.591	5.313
Cheques	10.546	11.613
Outras	491	621
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	18.825	12.499
Outras	192	194
Comercialização de seguros (Nota 38)	110.152	107.505
Crédito especializado	5.134	4.198
Outras comissões recebidas	17.457	9.662
	-----	-----
	390.846	362.758
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança de valores	5.893	2.747
Operações de crédito	12.603	10.535
Outros	30.445	30.756
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	1.889	1.111
Outras	1.868	1.861
Outras comissões pagas	2.827	68
	-----	-----
	55.525	47.078
	=====	=====

33. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Instrumentos de capital	22.440	(17.646)	4.794	11.295	(8.239)	3.056
Instrumentos de dívida	672.454	(676.942)	(4.488)	299	(1)	298
Instrumentos derivados:						
"FRA's"	100	(150)	(50)	126	-	126
"Swaps"						
. Contratos de taxa de câmbio	48.233	(49.006)	(773)	594.268	(594.482)	(214)
. Contratos de taxa de juro	6.927.130	(7.023.232)	(96.102)	2.611.283	(2.591.826)	19.457
. Contratos sobre cotações	73.236	(77.408)	(4.172)	282.204	(292.716)	(10.512)
. Outros	192.441	(136.889)	55.552	96.745	(86.169)	10.576
Futuros						
. Contratos de taxa de juro	-	-	-	2.120	(2.646)	(526)
. Contratos sobre cotações	-	-	-	73	(59)	14
. Outros	-	-	-	-	(3)	(3)
Opções:						
. Contratos de taxa de câmbio	176.220	(173.541)	2.679	94.256	(93.339)	917
. Contratos de taxa de juro	-	-	-	2.378	(2.289)	89
. Contratos sobre cotações	1.593.013	(1.557.443)	35.570	1.465.827	(1.467.245)	(1.418)
. Outros	1.003.315	(1.033.152)	(29.837)	801.281	(806.024)	(4.743)
Contratos de garantia de taxa de juro	2.506.320	(2.504.139)	2.181	696.001	(695.629)	372
Activos e Passivos ao justo valor através de resultados	108.583	(101.660)	6.923	165.798	(152.107)	13.691
	<u>13.323.485</u>	<u>(13.351.208)</u>	<u>(27.723)</u>	<u>6.823.954</u>	<u>(6.792.774)</u>	<u>31.180</u>
Derivados de cobertura:						
"Swaps"						
. Contratos de taxa de juro	40.083	(70.245)	(30.162)	4.235	(52.971)	(48.736)
. Contratos sobre cotações	8.015	(46.972)	(38.957)	77.141	(14.490)	62.651
Opções:						
. "Auto-callable"	574.836	(569.388)	5.448	376.981	(386.834)	(9.853)
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	143.634	(79.152)	64.482	96.061	(98.587)	(2.526)
	<u>766.568</u>	<u>(765.757)</u>	<u>811</u>	<u>554.418</u>	<u>(552.882)</u>	<u>1.536</u>
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	<u>14.090.053</u>	<u>(14.116.965)</u>	<u>(26.912)</u>	<u>7.378.372</u>	<u>(7.345.656)</u>	<u>32.716</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)34. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010			2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros disponíveis para venda	4.650	(40.735)	(36.085)	410	(7)	403
Reavaliação cambial	37.760	(31.775)	5.985	20.407	(16.681)	3.726
Activos não correntes detidos para venda	1.333	(1.410)	(77)	1.047	(664)	383
Outros activos tangíveis	809	(20)	789	620	(5)	615
Investimentos em filiais e associadas (Nota 14)	-	-	-	56.080	-	56.080
Alienação de crédito concedido a clientes (Nota 10)	991	-	991	4.868	(759)	4.109
	<u>45.543</u>	<u>(73.940)</u>	<u>(28.397)</u>	<u>83.432</u>	<u>(18.116)</u>	<u>65.316</u>

Em 2010 os resultados de activos financeiros disponíveis para venda incluem perdas no montante de mEuros 10.110 relativos a vendas de obrigações emitidas em operações de securitização (Nota 8). Esta rubrica inclui ainda perdas de mEuros 19.522 reconhecidas na venda de obrigações do Tesouro Português e perdas de mEuros 11.103 decorrentes da recompra de obrigações de caixa do Banco, anteriormente detidas pelo BSN.

Em 2009 os resultados relativos a investimentos em filiais e associadas correspondem à mais valia reconhecida na venda do Banco Caixa Geral Totta de Angola (Nota 14).

35. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outros rendimentos de exploração		
Rendas de locação operacional	333	336
Reembolso de despesas	4.830	4.957
Recuperação de créditos incobráveis	10.709	7.039
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.503	1.145
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.692	2.278
Aluguer de terminais de pagamento automático	16.338	15.725
Outros	2.619	3.141
	<u>39.024</u>	<u>34.621</u>
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(2.952)	(2.164)
Contribuições para o FGD (Nota 27)	(3.620)	(3.604)
Outros encargos e gastos operacionais	(30.139)	(25.997)
Outros impostos		
Directos	(1.244)	(1.201)
Indirectos	(792)	(676)
	<u>(38.797)</u>	<u>(33.642)</u>
	<u>277</u>	<u>979</u>
	<u>====</u>	<u>=====</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização	5.357	5.375
Empregados	185.279	182.797
Remunerações variáveis	33.196	35.041
	-----	-----
	223.832	223.213
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	37.302	36.282
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 39)	10.392	17.494
Pensões pagas	-	169
Outros encargos sociais obrigatórios	1.731	1.742
Reformas antecipadas (Nota 39)	3.539	3.159
Amortização de desvios fora do corredor (Nota 39)	4.061	4.538
	-----	-----
	57.025	63.384
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
Indemnizações contratuais (Nota 39)	1.283	697
Transferências de pessoal	675	630
Plano complementar de reforma (Nota 39)	4.430	-
Outros	6.257	6.004
	-----	-----
	12.645	7.331
	-----	-----
	293.502	293.928
	=====	=====

37. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Serviços especializados	43.347	41.897
Manutenção de software e equipamento informático	32.195	31.247
Comunicações	16.697	18.523
Rendas e alugueres	14.483	14.477
Publicidade e edição de publicações	13.953	15.056
Fornecimentos	10.998	10.888
Deslocações, estadas e representação	6.203	5.718
Conservação e reparação	3.153	4.616
Formação de pessoal	2.387	2.577
Transportes	2.257	2.237
Seguros	633	583
Outros	3.739	3.361
	-----	-----
	150.045	151.180
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)38. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões cobradas à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., Liberty Seguros, Victória – Seguros, S.A., Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., entre outras pela comercialização dos seus produtos (Nota 31), como segue:

	2010			2009		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
Santander Totta Seguros	101.524	250	101.774	98.272	270	98.542
Liberty Seguros	-	8.026	8.026	-	8.335	8.335
Outros	-	352	352	-	628	628
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	101.524	8.628	110.152	98.272	9.233	107.505
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros activos – Proveitos a receber de outros serviços prestados” (Nota 16) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Santander Totta Seguros	22.473	48.639
Outros	299	451
	-----	-----
	22.772	49.090
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2010 e último semestre de 2009, respectivamente, os quais foram recebidos posteriormente à data de balanço.

39. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2010 e 2009 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	3,20%	3,20%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

Na determinação do custo com pensões para o exercício de 2011 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010.

A base para a taxa esperada de rendimento dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2010 efectuada pelos actuários responsáveis.

A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano.

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, as taxas de rendimento de uma amostra de obrigações de empresas privadas em Euros com qualidade de crédito Aa- (notação de risco de crédito, com base em quatro agências de rating – Moody's, Standard & Poor's, Fitch e Dominion Bond Rating Service). Esta informação foi retirada da Bloomberg.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2010 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009	2008	2007	2006
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	275.580	255.009	231.114	241.071	223.396
. Pensionistas	36.406	34.692	34.895	35.054	31.698
. Reformados e reformados antecipadamente	855.952	896.251	973.904	1.045.467	1.028.912
	<u>1.167.938</u>	<u>1.185.952</u>	<u>1.239.913</u>	<u>1.321.592</u>	<u>1.284.006</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	127.822	127.877	132.522	139.806	140.619
- Subsídio por morte	18.184	17.728	17.994	18.767	19.189
	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>	<u>1.390.429</u>	<u>1.480.165</u>	<u>1.443.814</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	<u>1.312.888</u>	<u>1.395.849</u>	<u>1.391.585</u>	<u>1.486.078</u>	<u>1.446.847</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>(1.056)</u>	<u>64.292</u>	<u>1.156</u>	<u>5.913</u>	<u>3.033</u>
Desvios actuariais e financeiros					
- Alteração de pressupostos	-	(51.086)	(100.674)	(54.502)	-
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(29.458)	(21.172)	(4.100)	76.028	17.144
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	103.392	61.639	306.680	4.221	(32.174)
	<u>73.934</u>	<u>40.467</u>	<u>302.580</u>	<u>80.249</u>	<u>(15.030)</u>
	<u>73.934</u>	<u>(10.619)</u>	<u>201.906</u>	<u>25.747</u>	<u>(15.030)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2010			2009		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.431	25.930	35.630	5.448	23.760	32.400
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	175	24	32	100	6	8
Pensionistas	912	4.165	5.679	879	4.006	5.462
Reformados e reformados antecipadamente	5.381	78.038	106.416	5.430	80.432	109.680
	<u>11.899</u>	<u>108.157</u>	<u>147.757</u>	<u>11.857</u>	<u>108.204</u>	<u>147.550</u>

O movimento nas responsabilidades por serviços passados no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	2010	2009
Responsabilidades no início do período	1.331.557	1.390.429
Custo dos serviços correntes	15.389	14.455
Custo dos juros	68.280	74.207
(Ganhos)/Perdas actuariais	(29.458)	(72.258)
Reformas antecipadas	3.539	3.159
Valores pagos	(78.567)	(80.946)
Contribuições dos empregados	2.426	2.511
Acréscimo de responsabilidades (BSN)	778	-
Responsabilidades no fim do período	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2010 e 2009, os custos com pensões têm a seguinte composição e foram reconhecidos na rubrica de “Custos com o pessoal” (Nota 36):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo dos serviços correntes	15.389	14.455
Custo dos juros	68.280	74.207
Rendimento esperado	(74.572)	(74.337)
	-----	-----
Custo do exercício – Plano de benefício definido	9.097	14.325
Custo do exercício – Plano de contribuição definida	32	9
Custo do exercício – Plano da Sucursal de Londres	485	3.160
Custo do exercício – acréscimo de responsabilidades com o BSN	778	-
	-----	-----
	10.392	17.494
	=====	=====

O movimento na flutuação de valores em 2009 e 2010 foi o seguinte:

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2008	253.254

. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2009	(64.152)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2009	54.934
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	(8.106)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2009	6.705
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 36)	(4.538)

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2009	238.097

. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2010	(26.243)
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2010	92.075
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	(3.215)
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	11.317
. Amortização de desvios fora do corredor (Nota 36)	(4.061)

Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2010	307.970
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os desvios actuariais com pensões em 2010 e 2009 podem ser explicados como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alteração de pressupostos actuariais	-	(44.621)
Alteração da tabela salarial em 2010/ 2009 com impacto em pensões e salários	(18.601)	(13.748)
Alterações na população	(735)	(175)
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	(9.721)	(8.270)
. Por permanência	6.947	6.555
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	(4.133)	(3.893)
	-----	-----
	(26.243)	(64.152)
	=====	=====

Em 2009 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da redução da taxa de desconto de 5,5% para 5,25% e das alterações da taxa de crescimento das pensões e da taxa de inflação de 2,5% para 1,75% e de 2% para 1,75%, respectivamente.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2010 e 2009 são explicados como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alteração da taxa de desconto	-	(6.465)
Alterações salariais e de nível	(2.481)	(1.353)
Outros	(734)	(288)
	-----	-----
	(3.215)	(8.106)
	=====	=====

O aumento das responsabilidades com reformas antecipadas realizadas nos exercícios de 2010 e 2009 relativas a 20 e 12 colaboradores, nos montantes de mEuros 3.539 e mEuros 3.159 (Nota 36), respectivamente, bem como as indemnizações pagas pela passagem à situação de reforma antecipada, nos montantes de mEuros 1.283 e mEuros 697 (Nota 36), respectivamente, foram registadas por resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O impacto global das alterações nas responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados com referência a 1 de Janeiro de 2005 apresentam o seguinte detalhe:

	Impacto global	Amortização anual (2009 e 2010)
Responsabilidades relativas a cuidados de saúde (SAMS)	117.988	9.076
Subsídio por morte	14.788	986
Reformas antecipadas diferidas no activo em 31.12.04	196.126	13.075
Aumento de responsabilidades relativo à alteração das taxas de desconto, de aumento de salários e de pensões	136.279	9.085
Aumento de responsabilidades relativo à alteração da tabela de mortalidade	62.940	4.842
Flutuação de valores, líquida de provisões em 1 de Janeiro de 2004	44.991	2.999
Aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, por alteração de pressupostos	21.755	1.450
Flutuação de valores no exercício de 2004	18.013	1.201
Alteração de pressupostos financeiros em 2004	10.038	669
Aumento do custo do exercício de 2004	13.741	917
	-----	-----
	636.659	44.300
	=====	=====

De acordo com o Aviso nº 4/2005, foi definido que o reconhecimento em resultados transitados seria efectuado de forma faseada, consoante fosse relativo à alteração da tabela de mortalidade, à alteração de outros pressupostos relativos a responsabilidades com pensões e a cuidados médicos pós emprego. Em 2008, na sequência do Aviso nº 7/2008, o reconhecimento em resultados transitados do montante por reconhecer em 30 de Junho de 2008 foi prolongado por mais três anos face à data inicial.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades a reconhecer em resultados transitados	636.659	636.659
Amortização em 2005	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2006	(116.993)	(116.993)
Amortização em 2007	(116.993)	(116.993)
Amortização até 30 de Junho de 2008	(58.497)	(58.497)
Amortização de Julho a Dezembro de 2008	(22.150)	(22.150)
Amortização em 2009	(44.300)	(44.300)
Amortização em 2010	(44.300)	-
Flutuação de valores:		
. Desvios incluídos no corredor	131.418	139.341
. Excesso no corredor	176.552	98.756
. Sucursal de Londres	1.534	2.315
(Insuficiência)/Excesso de financiamento	(1.056)	64.292
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	(1.891)	(2.555)
	-----	-----
Valor reflectido no activo (Nota 16)	422.990	462.882
	=====	=====

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2010 e 2009 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 5,8% e 3,5%, respectivamente.

O aumento efectivo das pensões e da tabela salarial foi de 1% em 2010 e 1,5% em 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.606	5.548
Pensionistas	912	879
Reformados e reformados antecipadamente	5.381	5.430
	-----	-----
	<u>11.899</u>	<u>11.857</u>
	=====	=====

(1) Dos quais 175 e 100 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

As principais alterações demográficas em 2009 e 2010 foram as seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados e reformados antecipadamente</u>	<u>Pensionistas</u>
Número total em 31-12-2008	5.583	5.479	842
Saídas:			
. De activos	(116)	-	-
. Por mortalidade	(6)	(72)	(23)
. Outras	-	-	(8)
Transferências	(15)	15	-
Entradas	102	8	68
Número total em 31-12-2009	<u>5.548</u>	<u>5.430</u>	<u>879</u>
Saídas:			
. De activos	(110)	-	-
. Por mortalidade	-	(80)	(21)
. Outras	-	-	(12)
Transferências	(21)	21	-
Entrada de colaboradores do BSN	84	-	-
Entradas	105	10	66
Número total em 31-12-2010	<u>5.606</u>	<u>5.381</u>	<u>912</u>

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	1.391.585

Contribuições do Banco (monetárias)	70.000
Contribuições dos empregados	2.511
Rendimento líquido do Fundo	12.699
Valores pagos	(80.946)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	1.395.849

Contribuições do Banco (monetárias)	22.000
Contribuições dos empregados	2.426
Rendimento líquido do Fundo	(28.820)
Valores pagos	(78.567)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	<u>1.312.888</u>
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2010 e 2009 foram de -2,1% e 0,9% respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de dívida	632.370	800.575
Fundos de Investimento imobiliário	229.267	238.881
Fundos de Investimento mobiliário	130.708	76.017
Instrumentos de capital	2.221	9.277
Imóveis	88.155	88.273
Depósitos	223.664	180.638
Outros activos	6.503	1.856
	-----	-----
	1.312.888	1.395.849
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as carteiras do Fundo de Pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis arrendados	23.839	23.799
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	209.548	247.382
	-----	-----
	233.387	271.181
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco, no montante de mEuros 4.430 (Nota 36).

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativo ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tábua de mortalidade	AM92/AF92	AM92/AF92
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	6,20%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,70%	5,70%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	4,70%
Taxa de crescimento das pensões	3,20%	3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,70%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	25.003	24.012
Cobertura – valor patrimonial do fundo	23.112	21.457
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(1.891)	(2.555)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2008	19.510

Custo dos serviços correntes	185
Custo dos juros	1.231
Perdas actuariais	3.630
Valores pagos	(544)

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2009	24.012

Custo dos serviços correntes	239
Custo dos juros	1.395
Ganhos actuariais	(817)
Valores pagos	(589)
Variações cambiais	763

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003
	=====

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	16.697

Rendimento líquido do fundo	2.343
Contribuição do Banco	2.772
Contribuições dos empregados	189
Valores pagos	(544)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	21.457

Rendimento líquido do fundo	1.378
Contribuição do Banco	184
Valores pagos	(589)
Variações cambiais	682

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos dos exercícios de 2010 e 2009 da Sucursal de Londres apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contribuição do Banco – financiamento do fundo	184	2.772
Custo dos serviços correntes	239	185
Custo dos juros	1.395	1.231
Rendimento esperado	(1.333)	(1.028)
	-----	-----
	485	3.160
	===	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a flutuação de valores da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	(1.315)	(1.315)
Ganhos actuariais com pensões em 2010	(817)	-
Ganhos financeiros com pensões em 2010	(45)	-
Variações cambiais	81	-
Valor não financiado	(1.891)	(2.555)
	-----	-----
Flutuação de valores	(357)	(240)
	===	===

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos de dívida	19.254	11.073
Instrumentos de capital	3.758	9.399
Depósitos	100	985
	-----	-----
Valor do fundo	23.112	21.457
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)40. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**Descrição das operações**

Entre Julho de 2003 e Julho de 2010 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de onze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 21.950.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção da última operação de titularização (Hipototta nº 11), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados, por um montante de mEuros 1.752.357.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navegador – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegador). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando aos Fundos Hipototta FTC e à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. O Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navegador ou na Tagus.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC/Ltd, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta PLC/Ltd, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, a Tagus e os Hipototta PLC/Ltd emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração. Estas dívidas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	247.612	AAA	Aaa	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	15.966	A+	A1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	7.036	BBB+	Baa1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>270.614</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>281.614</u>						

Hipototta nº 2 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.557.200	825.711	AAA	AAA	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,22%	Euribor 3 m + 0,44%
Classe B	39.800	27.473	AA+	AA+	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,5%	Euribor 3 m + 1%
Classe C	53.000	36.630	A	A	Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 1,30%
	<u>2.650.000</u>	<u>889.814</u>						
Classe D	18.550	18.550			Setembro de 2036	Dezembro de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.668.550</u>	<u>908.364</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipottta nº 3 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	3.206.200	1.386.866	AAA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	122.400	112.702	AA	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,23%	Euribor 3 m + 0,46%
Classe C	71.400	65.743	A	Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Euribor 3 m + 0,33%	Euribor 3 m + 0,66%
	<u>3.400.000</u>	<u>1.565.311</u>					
Classe D	17.000	17.000		Dezembro de 2047	Dezembro de 2013	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>3.417.000</u>	<u>1.582.311</u>					

Hipottta nº 4 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.256.344	AAA	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	44.240	AA-	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	139.720	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.440.304</u>					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.454.304</u>					

Hipottta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	1.136.262	AAA	Aaa	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	A1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.243.262</u>						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>1.253.262</u>						

Hipototta nº 7 Ltd							
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			
Classe A1	200.000	-	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%	
Classe A2	1.596.000	1.412.425	AAA	Aaa	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%	
Classe B	60.000	60.000	AA	Aa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%	
Classe C	50.000	50.000	A	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%	
Classe D	44.000	44.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%	
Classe E	50.000	50.000	BB	B1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%	
	<u>2.000.000</u>	<u>1.616.425</u>					
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.020.000</u>	<u>1.636.425</u>					

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 8 Ltd					
Dívida emitida	Montante		Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A1	125.000	-	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,20%
Classe A2	1.021.900	909.449	Aaa	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	40.600	40.600	Aa3	Julho de 2061	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	25.000	25.000	A2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 1,2%
Classe D	12.500	12.500	Baa2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	25.000	25.000	Ba2	Julho de 2061	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.250.000</u>	<u>1.012.549</u>			
Classe F	22.550	22.550	Ca	Julho de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.272.550</u>	<u>1.035.099</u>			

Hipototta nº 10 Ltd					
Dívida emitida	Montante		Rating Moody's	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	927.500	733.370	Aaa	2062	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	20.000	20.000	Aa3	2062	Euribor 3 m + 0,60%
Classe C	20.000	20.000	A3	2062	Euribor 3 m + 1,20%
Classe D	20.000	20.000	Ba1	2062	Euribor 3 m + 2,75%
Classe E	12.500	12.500	B1	2062	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.000.000</u>	<u>805.870</u>			
Classe F	20.000	20.000		2062	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.020.000</u>	<u>825.870</u>			

Hipototta nº 11					
Dívida emitida	Montante		Rating S&P	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.760.000	1.646.835	AAA	2063	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	240.000	240.000	BBB+	2063	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.886.835</u>			
Classe C	40.000	40.000		2063	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.040.000</u>	<u>1.926.835</u>			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC, Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC, Hipototta nº 4 PLC e Hipototta nº 10 Ltd vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 8 Ltd e Hipototta nº 11 (Tagus) vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta PLC/Ltd têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, do Hipototta nº 7 Ltd, Hipototta nº 8 Ltd e do Hipototta nº 10 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações da classe D, no caso dos primeiros quatro Hipotottas, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5, Hipototta nº 7, Hipototta nº 8 e Hipototta nº 10 e as obrigações da classe C, para o Hipototta nº 11 constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos Hipototta FTC);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1, 2, 3 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1%, 1%, 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F dos Hipototta nº 7, 8 e 10 Ltd e para as obrigações da classe C do Hipototta nº 11, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito.

Em 2009 e 2010, o Banco recomprou obrigações classe A do Hipototta nº 4 PLC, obrigações classe A2 do Hipototta nº 5 PLC e obrigações classe A do Hipototta nº 2 PLC. Conforme referido anteriormente, o Hipototta nº 9 Ltd e o Hipototta nº 6 Ltd foram liquidados em Outubro de 2009 e em Abril de 2010, respectivamente.

Em 2010 o Banco vendeu parte das Notes que detinha em carteira (Nota 8).

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipotottas. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os seis primeiros Hipotottas emitidos e entre o BST e os restantes Hipotottas destinados a cobertura do risco de taxa de juro.

Registo contabilístico

Para as operações de securitização efectuadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2004, o Banco registou a venda dos créditos cedidos, mantendo um registo em contas extrapatrimoniais, por contrato securitizado, dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada contrato e dos montantes de bonificações a receber da Direcção Geral do Tesouro (Nota 27).

Os créditos à habitação relativos às operações de titularização que ocorreram após 1 de Janeiro de 2004 não foram desreconhecidos de balanço, tendo o Banco mantido registados no activo os créditos concedidos e no passivo o valor recebido equivalente aos créditos titularizados (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2010, após a venda de parte das Notes relacionadas com operações de securitização que detinha na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, o Banco considerou a transferência de parte do risco/ benefício dos créditos e desreconheceu na mesma medida parte dos activos titularizados.

O Banco mantém registadas as provisões calculadas para a totalidade dos créditos cedidos não desreconhecidos de acordo com o Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro do Banco de Portugal, que alterou o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho. Para os créditos desreconhecidos em Dezembro de 2010 (Nota 10), o Banco mantém apenas a proporção das provisões correspondentes à parte não desreconhecida.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

41. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais mantém saldos ou transacções nos exercícios de 2010 e 2009 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</u>	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding, SL	Espanha
<u>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta - Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda	Portugal
Tottaurbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
<u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u>	
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
<u>Empresas que directa ou indirectamente, se encontram sobre controlo comum pelo Grupo</u>	
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil
All Funda Bank, S.A.	Espanha
Banco Banif, S.A.	Espanha
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
Fipyme Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Espanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnología y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Transolver Finance EFC,SA	Espanha
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha
Banco Santander International Miami	EUA
Santander Investment Securities, Inc	EUA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que directa ou indirectamente, se encontram sobre controlo comum pelo Grupo (cont.)</u>	
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Negócios Portugal, S.A.	Portugal
HBF Aluguer Comércio Viaturas S.A.	Portugal
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Multi-Rent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Cater Allen International Limited	Reino Unido
Alliance & Leicester PLC	Reino Unido
Santander UK PLC	Reino Unido
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
<u>Entidades de Propósito Especial</u>	
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 2 FTC	Portugal
Hipototta NO. 3 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Hipototta NO. 7 FTC	Portugal
Hipototta NO. 8 FTC	Portugal
Hipototta NO. 10 FTC	Portugal
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Hipototta nº 11)	Portugal
Leasetotta NO.1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 2 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 3 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 7 Ltd	Irlanda
Hipototta NO. 8 Ltd	Irlanda
Hipototta NO. 10 Ltd	Irlanda
Leasetotta NO. 1 Ltd	Irlanda

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo e controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
<u>Activos:</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.517	-	-	9.872
Activos financeiros detidos para negociação	199.977	40.928	-	10.172
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	10.495	13.510
Aplicações em instituições de crédito	1.140.625	2.018.076	3.245.186	68
Crédito a clientes	-	-	-	159.428
Derivados de cobertura	122.826	14	-	-
Outros activos	149.764	103.991	5.548	24.592
<u>Passivos:</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.102.372)	(41.090)	-	(51.568)
Recursos de outras instituições de crédito	(2.669.914)	(335.608)	(1.120.825)	(843.713)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(184.386)	(137.769)	(7.776)	(403.577)
Responsabilidades representadas por títulos	(50.295)	-	-	(1.192.245)
Derivados de cobertura	(164.490)	(159)	-	-
Passivos subordinados	-	(851.885)	-	(32.316)
Outros passivos	(19)	(1.238)	(1.302)	(549)
<u>Demonstração de Resultados</u>				
Juros e rendimentos similares	(553.457)	(12.986)	(41.110)	(11.324)
Juros e encargos similares	502.229	59.289	11.435	44.130
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(101.808)	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	(56)	(30.890)	(5.134)	(103.582)
Encargos com serviços e comissões	1.160	4.052	-	92
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	694.914	(51)	-	(485)
Resultados de reavaliação cambial	(4.705)	-	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	133
Gastos gerais administrativos	-	3.865	62	35.011
<u>Extrapatrimoniais:</u>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	463.746	1.441	154.163	878
Garantias recebidas	715	-	1.247	1.400
Compromissos perante terceiros	3.851	41.016	4.979	50.790
Operações cambiais e instrumentos derivados	28.544.177	4.007.412	-	1.586.871
Responsabilidades por prestações de serviços	9.858.247	6.348.128	1.291.141	4.591.584

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo e controladas conjuntamente pelo Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
<u>Activos:</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.111	-	-	17.973
Activos financeiros detidos para negociação	466.537	89	8.157	44.475
Activos financeiros disponíveis para venda	-	107	10.749	111.739
Aplicações em instituições de crédito	687.892	2.182.249	2.819.409	22.174
Crédito a clientes	-	-	-	173.453
Derivados de cobertura	224.217	212	-	27.092
Outros activos	18	24.352	1.179	55.447
<u>Passivos:</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	(960.062)	(266)	(6.782)	(88.212)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.583.673)	(3.663.160)	(1.042.348)	(3.077.331)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(139.105)	(102.941)	(86)	(182.197)
Responsabilidades representadas por títulos	(36.908)	-	-	(778.969)
Derivados de cobertura	(190.280)	-	-	(9.601)
Passivos subordinados	(25.016)	(832.324)	-	(67.078)
Outros passivos	(23)	(1.015)	(83)	(10)
<u>Demonstração de Resultados</u>				
Juros e rendimentos similares	(480.969)	(26.392)	(48.567)	(31.702)
Juros e encargos similares	361.848	83.095	9.962	60.670
Rendimentos de instrumentos de capital	-	(107.661)	(1.935)	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	(1.035)	(4.198)	(125.156)
Encargos com serviços e comissões	1.334	1.363	-	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através	231.458	(69)	-	(487.289)
Resultados de reavaliação cambial	4.436	-	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	-	(217)
Gastos gerais administrativos	-	3.951	62	31.579
<u>Extrapatrimoniais:</u>				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	415.514	781	115.634	3.087
Garantias recebidas	715	-	1.247	52.000
Compromissos perante terceiros	2.450	50	100.914	55.213
Operações cambiais e instrumentos derivados	54.274.823	11.658	1.106.947	8.350.210
Responsabilidades por prestações de serviços	2.695.874	7.028.864	325.006	5.228.353

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**ÓRGÃOS SOCIAIS****Conselho de Administração**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascendiam a mEuros 1.228 e mEuros 1.178, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 5.357 e mEuros 5.375, respectivamente (Nota 36).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 42 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é apresentado de seguida:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Primeiro ciclo – PI09 - atribuídas em 2007 e exercidas em Julho de 2009	-	94
Segundo ciclo – PI10 - atribuídas em 2007 e a exercer em Julho de 2010	139	278
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	329	329
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	280	140
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	145	-
	-----	-----
	893	841
	===	===

Em 6 de Julho de 2009, foi finalizado o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 97.676, ao valor por acção de 8,49 Euros.

Em 8 de Julho de 2010, foi finalizado o segundo ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 133.024 ao valor por acção de 8,77 Euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.2 k). Em 31 de Dezembro de 2010 as responsabilidades com este benefício ascendiam a mEuros 164 (mEuros 140 em 31 de Dezembro de 2009).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. A fixação do montante do complemento da pensão de reforma será definida pela comissão de vencimentos quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 9.565 e mEuros 8.529, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 23).

Em 2010, no novo plano complementar de reforma para directivos do Banco, estão incluídos os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano específico de benefício definido acima referido. A contribuição de 2010 para este novo plano ascendeu a mEuros 892.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de revisores oficiais de contas

A remuneração da sociedade de revisores oficiais de contas do Banco em 2010, excluindo IVA, foi a seguinte:

Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditor Externo	554
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	822
Consultoria Fiscal	272

	1.648
	=====

42. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Na Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. de 23 de Junho de 2007 foi aprovado o "Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander", para os períodos de 23 de Junho de 2007 a 31 de Dezembro de 2009 (com data de entrega das acções respeitantes ao primeiro ciclo até 31 de Julho de 2009 e do segundo ciclo até 31 de Julho de 2010). O BST está também inserido neste plano, o qual foi aprovado em reunião da comissão executiva do Conselho de Administração do Banco de 19 de Dezembro de 2007 e abrange cerca de 277 colaboradores.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção.

Em 2009 foi concluído o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos (PI09). A percentagem aplicada sobre o número máximo de acções que foram atribuídas no início do ciclo foi de 90,79%. Esta percentagem reflecte a evolução do Banco Santander face aos dois parâmetros supra referidos. Em termos do retorno total para o accionista o Banco Santander classificou-se em sétimo lugar com 53,79%. Em termos do crescimento do lucro por acção, o Banco Santander ficou em primeiro lugar do grupo de referência com 7,70%. A entrega das referidas acções ocorreu em 6 de Julho de 2009, ao preço de abertura da acção do Banco Santander nesse dia (8,49 Euros por acção).

Em 2008 este Plano foi alargado para um terceiro ciclo até 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 para um quarto ciclo até 31 de Dezembro de 2011 (com datas de entrega das acções previstas até 31 de Julho de 2011 e até 31 de Julho de 2012, respectivamente). Estas extensões abrangeram cerca de 280 e 277 colaboradores, respectivamente. Em 2010, o Plano foi alargado para um quinto ciclo até 31 de Dezembro de 2012 (com data de entrega das acções prevista até 31 de Julho de 2013). Esta extensão abrangeu cerca de 298 colaboradores.

Conforme descrito na Nota 1.2 m), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de "Custos com pessoal", na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010 e 2009, o custo total do plano para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como segue:

Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Primeiro ciclo - PI09	-	533
Segundo ciclo - PI10	584	1.052
Terceiro ciclo - PI11	1.208	1.105
Quarto ciclo - PI12	1.082	497
Quinto ciclo - PI13	693	-
	-----	-----
	3.567	3.187
	=====	=====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2008:					
PI09	359.689	5,7474	Jul-2009	270	2007
PI10	537.023	5,6936	Jul-2010	270	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
Movimento em 2009:					
PI09 - Anulações (*)	(540)	-	-	-1	-
PI09 - Acções disponibilizadas	(326.681)	-	Jul-2009	-269	-
PI09 - Acções não disponibilizadas (**)	(32.468)	-	-	-	-
PI10 - Anulações (*)	(800)	-	-	-1	-
PI12 - Atribuição do direito	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2009:					
PI10	536.223	5,6936	Jul-2010	269	2007
PI11	609.081	5,4419	Jul-2011	280	2008
PI12	660.497	4,5112	Jul-2012	277	2009
Movimento em 2010:					
PI 10 - Acções Disponibilizadas	(519.741)	-	Jul-2010	-292	-
PI 10 - Acções não Disponibilizadas (**)	(54.452)	-	-	-	-
PI11 - Anulações (*)	(27.980)	-	-	-6	-
PI12 - Anulações (*)	(950)	-	-	-2	-
PI10 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	37.970	-	-	23	-
PI11 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	56.840	-	-	25	-
PI12 - Integração de colaboradores por entrada de empresas (***)	59.272	-	-	23	-
PI13 - Atribuição do direito	746.640	5,5707	Jul-2013	298	2010
Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:					
PI11	637.941	5,4419	Jul-2011	299	2008
PI12	718.819	4,5112	Jul-2012	298	2009
PI13	746.640	5,5707	Jul-2013	298	2010

Notas:

(*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(**) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

(***) Corresponde aos colaboradores provenientes do BSN e integrados no BST na sequência da fusão destas entidades ocorrida no primeiro semestre de 2010, e aos colaboradores das filiais do BSN que passaram a ser consolidadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2010 (3º, 4º e 5º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.
- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “MonteCarlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	PI11	PI12	PI13
Volatilidade (*)	19,31%	42,36%	49,65%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	3,47%	4,88%	6,34%
Taxa de juro sem risco	4,835%	2,040%	3,33%

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 44,9% para o PI11, 55,42% para o PI12 e 62,62% para o PI13, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição;

- Dada a elevada correlação entre o RTA e o crescimento do lucro por acção (BPA), considerou-se que a valorização do RTA é também válida para o BPA. Esta valorização, por se referir a uma condição que não é de mercado, é revista e ajustada anualmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

43. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2010				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	65.843	217.797	-	283.640
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	111.814	111.301	-	223.115
Activos financeiros detidos para negociação	1.690.217	-	-	-	1.690.217
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	13.637.784	-	33.958	(49.666)	13.622.076
Aplicações em instituições de crédito	-	7.177.663	-	-	7.177.663
Crédito a clientes	65.072	23.463.925	-	(254.726)	23.274.271
Derivados de cobertura	131.526	-	-	-	131.526
	<u>15.617.885</u>	<u>30.819.245</u>	<u>363.056</u>	<u>(304.392)</u>	<u>46.495.794</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	-	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.353.774	-	-	-	1.353.774
Recursos de outras instituições de crédito	-	9.952.531	-	-	9.952.531
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.350.809	16.911.667	-	-	18.262.476
Responsabilidades representadas por títulos	4.862.204	1.949.621	-	-	6.811.825
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	3.941.746	-	-	3.941.746
Derivados de cobertura	189.582	-	-	-	189.582
Outros passivos subordinados	-	883.790	-	-	883.790
	<u>7.756.369</u>	<u>38.446.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.202.886</u>
	2009				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	225.599	-	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	59.159	111.535	-	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.710.543	-	-	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.576.435	-	36.531	(43.344)	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	-	7.575.665	-	-	7.575.665
Crédito a clientes	65.098	28.280.657	-	(239.600)	28.106.155
Derivados de cobertura	246.133	-	-	-	246.133
	<u>13.198.103</u>	<u>36.389.391</u>	<u>373.665</u>	<u>(282.944)</u>	<u>49.678.215</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.444	-	-	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.276.727	-	-	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	11.339.497	-	-	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.014.813	14.238.775	-	-	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	5.275.435	1.445.984	-	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	10.170.904	-	-	10.170.904
Derivados de cobertura	219.093	-	-	-	219.093
Outros passivos subordinados	-	1.178.253	-	-	1.178.253
	<u>9.548.075</u>	<u>39.140.857</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.688.932</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2010					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	94.096	-	94.096	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	13.214.902	(13.243.636)	(28.734)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	108.588	(105.058)	3.530	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	397.031	(47.087)	349.944	-	(573.720)	(573.720)
Crédito a clientes	1.075.322	(223.689)	851.633	-	-	-
Derivados de cobertura	1.217.495	(1.230.955)	(13.460)	-	(19.411)	(19.411)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(2.514)	(2.514)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.771	(145.000)	(142.229)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	60.727	(206.262)	(145.535)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	54.048	(272.611)	(218.563)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(179.400)	(179.400)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(45.089)	(45.089)	-	-	-
	<u>16.224.980</u>	<u>(15.701.301)</u>	<u>523.679</u>	<u>-</u>	<u>(593.131)</u>	<u>(593.131)</u>
Garantias prestadas	<u>18.643</u>	<u>(544)</u>	<u>18.099</u>			

	2009					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	124.659	-	124.659	-	-	-
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	6.658.155	(6.786.305)	(128.150)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	167.569	-	167.569	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	223.529	(5.436)	218.093	49.602	-	49.602
Crédito a clientes	1.262.151	(197.586)	1.064.565	-	-	-
Derivados de cobertura	1.166.902	(1.067.209)	99.693	-	(32.544)	(32.544)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	(6.469)	(6.469)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(176.369)	(176.369)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	79.284	(271.073)	(191.789)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	54.166	(222.164)	(167.998)	-	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(325.239)	(325.239)	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	(49.726)	(49.726)	-	-	-
	<u>9.736.415</u>	<u>(9.107.576)</u>	<u>628.839</u>	<u>49.602</u>	<u>(32.544)</u>	<u>17.058</u>
Garantias prestadas	<u>18.642</u>	<u>(381)</u>	<u>18.261</u>			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, correspondiam a ganhos líquidos de mEuros 5.985 e de mEuros 3.726, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2010			2009		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.021	-	4.021	5.290	-	5.290
Disponibilidades em outras instituições de crédito	52	-	52	20	-	20
Activos financeiros disponíveis para venda	327.080	-	327.080	211.355	-	211.355
Aplicações em instituições de crédito	90.022	-	90.022	119.348	-	119.348
Crédito a clientes	<u>853.002</u>	<u>-</u>	<u>853.002</u>	<u>1.097.689</u>	<u>-</u>	<u>1.097.689</u>
	<u>1.274.177</u>	<u>-</u>	<u>1.274.177</u>	<u>1.433.702</u>	<u>-</u>	<u>1.433.702</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(42.621)	(42.621)	-	(21.661)	(21.661)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(102.379)	(102.379)	-	(151.937)	(151.937)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.400	(185.819)	(177.419)	8.818	(254.706)	(245.888)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(213.900)	(213.900)	-	(142.714)	(142.714)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	(179.400)	(179.400)	-	(325.239)	(325.239)
Outros passivos subordinados	-	(45.089)	(45.089)	-	(49.726)	(49.726)
	<u>8.400</u>	<u>(769.208)</u>	<u>(760.808)</u>	<u>8.818</u>	<u>(945.983)</u>	<u>(937.165)</u>
Garantias prestadas	<u>17.852</u>	<u>-</u>	<u>17.852</u>	<u>17.925</u>	<u>-</u>	<u>17.925</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2010			2009		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<u>Activo</u>						
Crédito a clientes	52.465	(14.457)	38.008	51.685	(12.396)	39.289
<u>Passivo</u>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	31.006	-	31.006	31.506	-	31.506

O Banco reconheceu durante os exercícios de 2010 e 2009 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido nos montantes de mEuros 2.724 e mEuros 4.076, respectivamente (Nota 28).

OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2010					
	Elemento coberto			Valor de balanço	Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor		Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	60.277	60.561	4.306	64.867	60.279	(4.639)
Activos disponíveis para venda	2.799.668	2.866.636	73.037	2.939.673	2.775.000	(109.710)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.355.606)	(1.363.332)	12.523	(1.350.809)	1.424.052	(24.154)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.782.508)	(4.844.192)	(18.012)	(4.862.204)	5.211.922	39.813
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.709.100	2.709.100	-	2.709.100	2.709.100	55.600
Recursos de outras instituições de crédito	(959.100)	(959.100)	-	(959.100)	959.100	(14.966)
	(1.528.169)	(1.530.327)	71.854	(1.458.473)	13.139.453	(58.056)
	2009					
	Elemento coberto			Valor de balanço	Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor		Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	72.573	73.121	4.082	77.203	72.575	(4.469)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	90.000	93.937	5.957	99.894	90.000	(6.732)
Activos disponíveis para venda	400.000	403.077	7.767	410.844	400.000	(6.617)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.027.486)	(1.030.171)	15.358	(1.014.813)	1.371.352	(24.181)
Responsabilidades representadas por títulos	(5.199.340)	(5.282.835)	7.400	(5.275.435)	4.540.264	(6.319)
Recursos de bancos centrais	(1.250.000)	(1.256.597)	(2.771)	(1.259.368)	1.250.000	7.419
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	9.512.747	9.512.747	-	9.512.747	9.512.747	90.674
Recursos de outras instituições de crédito	(1.659.100)	(1.659.100)	-	(1.659.100)	1.659.100	(7.801)
Passivos emitidos	(4.353.646)	(4.353.646)	-	(4.353.646)	4.353.646	(14.934)
	(3.414.252)	(3.499.467)	37.793	(3.461.674)	23.249.684	27.040

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

2010						
Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	7.519	29.107	(3.842)	5.992	1.858	40.634
2009						
Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	4.171	35.314	3.117	25.337	-	67.939

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as ineficácias de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

Os ganhos e perdas financeiras reconhecidas nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados					
	2010			2009		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	224	(224)	-	1.073	(1.073)	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	1.771	(1.796)	(25)
Activos financeiros disponíveis para venda	65.270	(66.420)	(1.150)	7.767	(6.617)	1.150
Recursos de bancos centrais	2.771	(2.771)	-	(2.771)	2.771	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	879	(1.043)	(164)	22.594	(22.586)	8
Responsabilidades representadas por títulos	(4.662)	6.787	2.125	(25.283)	25.686	403
	64.482	(63.671)	811	5.151	(3.615)	1.536

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2010		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	283.640	283.640
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	223.115	223.115
Activos financeiros detidos para negociação	1.690.217	-	1.690.217
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	13.594.411	27.665	13.622.076
Aplicações em instituições de crédito	-	7.177.663	7.177.663
Crédito a clientes	64.867	23.209.404	23.274.271
Derivados de cobertura	131.526	-	131.526
	<u>15.574.307</u>	<u>30.921.487</u>	<u>46.495.794</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.353.774	-	1.353.774
Recursos de outras instituições de crédito	-	9.952.531	9.952.531
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.350.809	16.911.667	18.262.476
Responsabilidades representadas por títulos	4.862.204	1.949.621	6.811.825
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	3.941.746	3.941.746
Derivados de cobertura	189.582	-	189.582
Outros passivos subordinados	-	883.790	883.790
	<u>7.756.369</u>	<u>38.446.517</u>	<u>46.202.886</u>
	2009		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor líquido
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	699.509	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	170.694	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.710.543	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.539.384	30.238	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	-	7.575.665	7.575.665
Crédito a clientes	77.203	28.028.952	28.106.155
Derivados de cobertura	246.133	-	246.133
	<u>13.173.157</u>	<u>36.505.058</u>	<u>49.678.215</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	1.259.368	767.444	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.276.727	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	-	11.339.497	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.014.813	14.238.775	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	5.275.435	1.445.984	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	10.170.904	10.170.904
Derivados de cobertura	219.093	-	219.093
Outros passivos subordinados	-	1.178.253	1.178.253
	<u>9.548.075</u>	<u>39.140.857</u>	<u>48.688.932</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2010					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
<u>Activo</u>						
Activos financeiros detidos para negociação	406.355	-	1.283.862	-	-	1.690.217
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.898	1.344	44	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	14.035.112	125.742	(596.107)	73.037	(43.373)	13.594.411
Crédito a clientes	60.277	489	-	4.306	(205)	64.867
Derivados de cobertura	-	-	131.526	-	-	131.526
	<u>14.593.642</u>	<u>127.575</u>	<u>819.325</u>	<u>77.343</u>	<u>(43.578)</u>	<u>15.574.307</u>
<u>Passivo</u>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.353.774	-	-	1.353.774
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.355.605	7.727	-	(12.523)	-	1.350.809
Responsabilidades representadas por títulos	4.782.508	61.684	-	18.012	-	4.862.204
Derivados de cobertura	-	-	189.582	-	-	189.582
	<u>6.138.113</u>	<u>69.411</u>	<u>1.543.356</u>	<u>5.489</u>	<u>-</u>	<u>7.756.369</u>

	2009					
	Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
<u>Activo</u>						
Activos financeiros detidos para negociação	483.940	-	1.226.603	-	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	1.344	5.957	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.533.150	57.905	(22.387)	7.767	(37.051)	10.539.384
Crédito a clientes	72.573	548	-	4.082	-	77.203
Derivados de cobertura	-	-	246.133	-	-	246.133
	<u>11.682.256</u>	<u>59.797</u>	<u>1.456.306</u>	<u>11.849</u>	<u>(37.051)</u>	<u>13.173.157</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de bancos centrais	1.250.000	6.597	-	2.771	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.276.727	-	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	2.639	-	-	-	502.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.027.486	2.685	-	(15.358)	-	1.014.813
Responsabilidades representadas por títulos	5.199.340	83.495	-	(7.400)	-	5.275.435
Derivados de cobertura	-	-	219.093	-	-	219.093
	<u>7.976.826</u>	<u>95.416</u>	<u>1.495.820</u>	<u>(19.987)</u>	<u>-</u>	<u>9.548.075</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2010			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	406.281	1.283.936	-	1.690.217
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	5.436.681	453.417	7.704.313	13.594.411
Crédito a clientes	-	64.867	-	64.867
Derivados de cobertura	-	131.526	-	131.526
	<u>5.936.248</u>	<u>1.933.746</u>	<u>7.704.313</u>	<u>15.574.307</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.353.774	-	1.353.774
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.350.809	-	1.350.809
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.862.204	-	4.862.204
Derivados de cobertura	-	189.582	-	189.582
	<u>-</u>	<u>7.756.369</u>	<u>-</u>	<u>7.756.369</u>
	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Activos financeiros detidos para negociação	477.920	1.232.623	-	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	99.894	-	500.000	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.740.763	534.580	7.264.041	10.539.384
Crédito a clientes	-	77.203	-	77.203
Derivados de cobertura	-	246.133	-	246.133
	<u>3.318.577</u>	<u>2.090.539</u>	<u>7.764.041</u>	<u>13.173.157</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	1.259.368	-	1.259.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.276.727	-	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	502.639	502.639
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.014.813	-	1.014.813
Responsabilidades representadas por títulos	-	5.275.435	-	5.275.435
Derivados de cobertura	-	219.093	-	219.093
	<u>-</u>	<u>9.045.436</u>	<u>502.639</u>	<u>9.548.075</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A valorização dos activos e passivos financeiros do Banco compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização interno utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a modelos de valorização baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificadas as obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos e outros títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2010		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	283.640	283.640	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	223.115	223.115	-
Activos financeiros disponíveis para venda	27.665	27.665	-
Aplicações em instituições de crédito	7.177.663	7.278.416	100.753
Crédito a clientes	23.209.404	22.544.423	(664.981)
	<u>30.921.487</u>	<u>30.357.259</u>	<u>(564.228)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	4.807.162	4.806.610	552
Recursos de outras instituições de crédito	9.952.531	9.925.127	27.404
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.911.667	16.900.579	11.088
Responsabilidades representadas por títulos	1.949.621	1.919.661	29.960
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3.941.746	4.312.304	(370.558)
Outros passivos subordinados	883.790	879.691	4.099
	<u>38.446.517</u>	<u>38.743.972</u>	<u>(297.455)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, caso fosse calculado o justo valor da maior parte dos passivos emitidos sujeitos a operações de cobertura incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos, nomeadamente para a segunda e terceira emissão das obrigações hipotecárias e para a 35ª emissão de EMTN, o mesmo seria inferior ao respectivo valor de balanço por aproximadamente 196.000 mEuros.

	2009		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	699.509	699.509	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	170.694	170.694	-
Activos financeiros disponíveis para venda	30.238	30.238	-
Aplicações em instituições de crédito	7.575.665	7.701.930	126.265
Crédito a clientes	28.028.952	27.923.389	(105.563)
	<u>36.505.058</u>	<u>36.525.760</u>	<u>20.702</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	767.444	767.820	(376)
Recursos de outras instituições de crédito	11.339.497	11.395.876	(56.379)
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.238.775	14.266.115	(27.340)
Responsabilidades representadas por títulos	1.445.984	1.448.610	(2.626)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.170.904	10.109.881	61.023
Outros passivos subordinados	1.178.253	1.189.720	(11.467)
	<u>39.140.857</u>	<u>39.178.022</u>	<u>(37.165)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável a empresas foi considerado igual ao valor de balanço, uma vez que se procede à sua refixação periodicamente. Para o crédito concedido a particulares (habitação e consumo) e pequenos negócios (empréstimos), foi considerado o *spread* médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa a empresas ou particulares, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano.
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito.
- No caso das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados foi efectuado o desconto dos *fluxos futuros* considerando as condições de mercado estimadas para emissões semelhantes no final do ano.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi levado a cabo na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da Norma IAS 39, atendendo ao facto de na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);
- Clientes de Retalho.

Em 31 de Dezembro de 2010, os ganhos a reconhecer relativamente a estas operações ascendem a mEuros 15.088 e encontram-se reflectidos na rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” (mEuros 23.368 em 31 de Dezembro de 2009).

GESTÃO DE RISCOS**RISCO DE CRÉDITO**

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Crédito concedido

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2010		2009	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	283.640	283.640	699.509	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	223.115	223.623	170.694	171.116
Activos financeiros detidos para negociação	1.690.217	1.690.217	1.710.543	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	93.286	599.894	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	13.622.076	13.622.076	10.569.622	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	7.177.663	7.177.663	7.575.665	7.575.665
Crédito a clientes	23.274.271	30.078.814	28.106.155	35.524.217
Derivados de cobertura	131.526	131.526	246.133	246.133
	<u>46.495.794</u>	<u>53.300.845</u>	<u>50.136.397</u>	<u>57.554.881</u>
Garantias prestadas	2.292.606	2.292.606	2.241.901	2.241.901

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A exposição máxima em “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2010, inclui mEuros 1.982.317 e mEuros 4.822.226 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 2.240.834 e mEuros 5.177.228 em 31 de Dezembro de 2009, respectivamente) (Nota 27).

Crédito concedido

Paralelamente ao processo de constituição de provisões, nos termos preconizados pelo Banco de Portugal (Nota 1.2. d)), o Banco analisa periodicamente o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Crédito ao consumo	1.156.902	1.165.513
Crédito à habitação	9.174.944	15.302.418
Outros créditos concedidos a particulares	244.496	220.779
Cartões de crédito de particulares	247.990	240.268
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	10.824.332	16.928.978
Crédito concedido a grandes empresas	2.001.596	1.820.275
Crédito concedido a médias empresas	5.582.281	5.661.127
Crédito concedido a pequenas empresas	781.568	905.725
Cartões de crédito de empresas	10.768	12.309
Crédito concedido a instituições financeiras	-	1.011
Papel comercial	2.633.386	2.359.024
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	11.009.599	10.759.471
Garantias prestadas	2.259.753	2.215.386
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	24.093.684	29.903.835

O crédito concedido a particulares apresentado no quadro supra, inclui as operações que foram objecto de titularização no âmbito dos Hipototta nº 1 e nº 2 FTC.

As análises de risco são suportadas por um modelo de rating desenvolvido pelo Banco, de elaboração obrigatória, excepto no que se refere a clientes particulares e a empresários em nome individual. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, determinado com base nos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2010		2009	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	779.894	80.141	1.206.588	137.090
Rating 4 - 6	6.251.376	1.341.733	5.795.519	1.325.342
Rating 1 - 3	583.937	83.130	511.293	70.065
	7.615.207	1.505.004	7.513.400	1.532.497
Sem Rating	750.238	116.918	873.727	130.649
	8.365.445	1.621.922	8.387.127	1.663.146
Cartões de crédito de empresas	10.768	-	12.309	-
Instituições Financeiras	-	637.831	1.011	552.240
Papel comercial	2.633.386	-	2.359.024	-
	11.009.599	2.259.753	10.759.471	2.215.386

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascendem a mEuros 44.164 e mEuros 53.355, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,26% e 0,32%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação desde 2006, pode ser detalhado como segue:

	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito vencido</u>	<u>Total</u>
Empresas:			
. Médias empresas	27.825	6.923	34.748
. Pequenas empresas	16.279	3.158	19.437
	-----	-----	-----
	44.104	10.081	54.185
Particulares	164.733	36.669	201.402
	-----	-----	-----
	208.837	46.750	255.587
	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor de balanço do crédito concedido a clientes cujos termos tenham sido objecto de reestruturação desde 2006, pode ser detalhado como segue:

	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito vencido</u>	<u>Total</u>
Empresas:			
. Médias empresas	24.596	5.471	30.067
. Pequenas empresas	12.567	2.487	15.054
	-----	-----	-----
	37.163	7.958	45.121
Particulares	124.890	20.350	145.240
	-----	-----	-----
	162.053	28.308	190.361
	=====	=====	=====

O crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vincendo	1.183.027	1.473.045
Vencido		
. Até 90 dias	27.590	25.099
. Entre 90 e 180 dias	31.009	28.824
. Mais de 180 dias	325.951	308.538
	-----	-----
	1.567.577	1.835.506
	=====	=====
Garantias prestadas	32.853	26.515
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante de crédito vencido ou em imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária e por penhor de depósitos no Banco, por títulos de dívida emitidos pela própria instituição ou sem garantia, apresenta a seguinte composição:

	2010		2009	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:				
Garantia superior ao capital em dívida	212.772	495.434	333.436	771.064
Garantia inferior ao capital em dívida	98.701	38.866	89.386	39.463
Sem garantia	604.622	-	394.667	-
	<u>916.095</u>	<u>534.300</u>	<u>817.489</u>	<u>810.527</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 113.563 e mEuros 114.068, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 12)	114.013	119.342
Outros activos recebidos em dação em pagamento	38.835	33.262
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>22.121</u>	<u>22.121</u>
	<u>174.969</u>	<u>174.725</u>
Imparidade de imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 12)	(36.050)	(37.920)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	(7.464)	(1.121)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	<u>(22.121)</u>	<u>(22.121)</u>
	<u>(65.635)</u>	<u>(61.162)</u>
	<u>109.334</u>	<u>113.563</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresenta o seguinte detalhe, por rating externo:

	2010	2009
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P		
A	93.286	99.894
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P e outros		
AAA	7.392.788	6.819.112
AA	3.077.900	909.677
A	2.173.659	2.132.519
BA	59.106	62.366
BBB	410.381	25.189
BB	-	26.012
Sem rating externo	<u>451.695</u>	<u>542.694</u>
	<u>13.565.529</u>	<u>10.517.569</u>
	<u>13.658.815</u>	<u>10.617.463</u>

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, estão apresentados os ratings das agências Moody's ou Fitch.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**RISCO DE LIQUIDEZ**

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2010 o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) no montante global de mEuros 10.000.000, do qual estão utilizados mEuros 2.470.420.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2010						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
<u>Activo</u>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	217.797	161	503	66.614	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	223.115	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	1.690.217	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	93.286	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	2	265.696	787.738	3.672.106	3.556.689	8.097.697	56.546
Aplicações em instituições de crédito	2.355.338	1.415.278	2.777.088	128.833	379.950	326.627	-
Crédito a clientes	577.635	3.870.834	5.256.264	6.486.682	3.974.933	7.622.714	-
Derivados de cobertura	131.526	-	-	-	-	-	-
	<u>5.195.630</u>	<u>5.551.969</u>	<u>8.821.593</u>	<u>10.447.521</u>	<u>7.911.572</u>	<u>16.047.038</u>	<u>56.546</u>
							<u>54.031.869</u>
<u>Passivo</u>							
Recursos de bancos centrais	1.800.011	3.008.855	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.353.774	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	2.197.095	5.805.161	923.898	60.062	696.004	405.527	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.112.407	3.974.410	4.149.603	1.470.147	1.743.420	21.884	-
Responsabilidades representadas por títulos	100.000	820.058	1.840.084	2.663.417	1.408.714	321.477	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3.487	284.150	828.130	1.961.511	1.636.600	1.454.581	-
Derivados de cobertura	189.582	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	63.307	274.261	61.003	364.148	282.081	-
	<u>12.756.356</u>	<u>13.955.941</u>	<u>8.015.976</u>	<u>6.216.140</u>	<u>5.848.886</u>	<u>2.485.590</u>	<u>-</u>
							<u>49.278.869</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	225.954	777	3.620	479.439	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	170.694	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	1.710.543	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	501.070	5.046	10.096	97.636	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	2	131.338	465.585	1.461.441	2.861.178	7.670.564	52.053
Aplicações em instituições de crédito	2.074.543	1.884.281	202.161	2.927.967	76.508	634.570	-
Crédito a clientes	486.947	3.468.475	4.371.697	5.267.088	3.232.158	18.719.817	-
Derivados de cobertura	246.133	-	-	-	-	-	-
	4.914.816	5.985.941	5.048.109	10.146.031	6.267.480	27.024.951	52.053
Passivo							
Recursos de bancos centrais	13.478	-	2.020.611	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.276.727	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	505.153	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	1.106.855	6.865.164	636.063	1.874.433	254.120	660.883	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.661.745	5.109.285	3.829.327	1.316.597	2.150.968	1.391.820	-
Responsabilidades representadas por títulos	120.413	802.110	1.174.724	3.373.499	1.427.956	213.284	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	30.296	116.481	440.789	1.177.363	1.174.005	11.824.110	-
Derivados de cobertura	219.093	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	20.390	25.395	91.642	91.603	1.900.636	-
	4.428.607	13.418.583	8.126.909	7.833.534	5.098.652	15.990.733	-

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados com “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Grupo Santander Totta, consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à Análise de Cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2010				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	65.843	217.797	-	283.640
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	223.115	-	223.115
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	406.281	1.283.936	1.690.217
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	91.898	-	1.388	-	93.286
Activos financeiros disponíveis para venda	5.675.491	8.287.915	(341.330)	-	13.622.076
Aplicações em instituições de crédito	3.754.659	3.380.709	42.295	-	7.177.663
Crédito a clientes	1.904.207	21.497.300	(127.236)	-	23.274.271
Derivados de cobertura	-	-	-	131.526	131.526
	11.426.255	33.231.767	422.310	1.415.462	46.495.794
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	4.805.011	-	2.151	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.353.774	1.353.774
Recursos de outras instituições de crédito	7.272.038	2.671.110	9.383	-	9.952.531
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.679.591	6.520.106	62.779	-	18.262.476
Responsabilidades representadas por títulos	5.974.543	725.665	111.617	-	6.811.825
Passivos financeiros associados a activos transferidos	20.324	3.908.143	13.279	-	3.941.746
Derivados de cobertura	-	-	-	189.582	189.582
Outros passivos subordinados	567.171	316.263	356	-	883.790
	30.318.678	14.141.287	199.565	1.543.356	46.202.886
	2009				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	473.910	225.599	-	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	170.694	-	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	477.920	1.232.623	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	592.593	-	7.301	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	2.658.118	7.814.612	96.892	-	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	4.091.102	3.449.265	35.298	-	7.575.665
Crédito a clientes	4.447.616	23.786.584	(128.045)	-	28.106.155
Derivados de cobertura	-	-	-	246.133	246.133
	11.789.429	35.524.371	885.659	1.478.756	49.678.215
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	2.036.861	-	(10.049)	-	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.276.727	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	500.000	-	2.639	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	8.323.633	2.999.923	15.941	-	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.004.689	5.220.763	28.136	-	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	5.291.090	1.351.650	78.679	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	9.623	10.145.232	16.049	-	10.170.904
Derivados de cobertura	-	-	-	219.093	219.093
Outros passivos subordinados	547.647	630.130	476	-	1.178.253
	26.713.543	20.347.698	131.871	1.495.820	48.688.932

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- são identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- os activos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;
- para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- pressupõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;
- não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc) – utilizam-se a condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano corresponde a:

	2010		2009	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	658	(649)	4.726	(4.412)
Activos financeiros disponíveis para venda	69.096	(68.923)	67.848	(66.484)
Aplicações em instituições de crédito	57.413	(57.317)	41.043	(37.904)
Crédito a clientes	190.992	(190.678)	215.588	(209.401)
	<u>318.159</u>	<u>(317.567)</u>	<u>329.205</u>	<u>(318.201)</u>
Derivados de cobertura	<u>(28.918)</u>	<u>28.900</u>	<u>(24.368)</u>	<u>19.623</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	-	(11.736)	-
Recursos de outras instituições de crédito	(154.161)	154.004	(89.270)	87.345
Recursos de clientes e outros empréstimos	(74.896)	70.330	(74.742)	68.427
Responsabilidades representadas por títulos	(152)	152	(4.541)	4.527
Passivos financeiros associados a activos transferidos	(49.368)	49.249	(82.894)	80.411
Outros passivos subordinados	-	-	(5.929)	5.921
	<u>(278.577)</u>	<u>273.735</u>	<u>(269.112)</u>	<u>246.631</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realiza o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
VaR Percentil 99%	(70)	(244)
VaR Wei. Percentil 99%	(47)	(125)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2010		
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	278.601	2.701	2.338
Disponibilidades em outras instituições de crédito	200.267	10.734	12.114
Activos financeiros detidos para negociação	1.674.798	14.379	1.040
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	93.286	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.612.884	9.192	-
Aplicações em instituições de crédito	6.736.839	399.360	41.464
Crédito a clientes	23.105.656	133.392	35.223
Derivados de cobertura	131.187	339	-
	<u>45.833.518</u>	<u>570.097</u>	<u>92.179</u>
			<u>46.495.794</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	4.807.156	-	6
Passivos financeiros detidos para negociação	1.338.631	14.102	1.041
Recursos de outras instituições de crédito	9.450.473	470.064	31.994
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.324.349	788.018	150.109
Responsabilidades representadas por títulos	6.811.825	-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3.941.746	-	-
Derivados de cobertura	188.155	1.427	-
Outros passivos subordinados	614.728	269.062	-
	<u>44.477.063</u>	<u>1.542.673</u>	<u>183.150</u>
			<u>46.202.886</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	694.306	2.552	2.651	699.509
Disponibilidades em outras instituições de crédito	150.360	8.397	11.937	170.694
Activos financeiros detidos para negociação	1.665.363	35.308	9.872	1.710.543
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	599.894	-	-	599.894
Activos financeiros disponíveis para venda	10.561.384	8.235	3	10.569.622
Aplicações em instituições de crédito	7.105.673	425.983	44.009	7.575.665
Crédito a clientes	27.932.963	140.454	32.738	28.106.155
Derivados de cobertura	244.977	1.156	-	246.133
	48.954.920	622.085	101.210	49.678.215
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	2.023.339	3.471	2	2.026.812
Passivos financeiros detidos para negociação	1.253.955	12.689	10.083	1.276.727
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	502.639	-	-	502.639
Recursos de outras instituições de crédito	9.455.363	1.120.938	763.196	11.339.497
Recursos de clientes e outros empréstimos	14.207.199	661.603	384.786	15.253.588
Responsabilidades representadas por títulos	6.721.419	-	-	6.721.419
Passivos financeiros associados a activos transferidos	10.170.904	-	-	10.170.904
Derivados de cobertura	215.233	3.860	-	219.093
Outros passivos subordinados	928.357	249.896	-	1.178.253
	45.478.408	2.052.457	1.158.067	48.688.932

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o VaR associado ao risco cambial corresponde a:

	2010	2009
VaR Percentil 99%	(13)	(85)
VaR Wei. Percentil 99%	(9)	(31)

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)44. GESTÃO DO CAPITAL

O Banco Santander Totta procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio de adequação de fundos próprios – relação entre os Fundos Próprios Elegíveis e os activos ponderados pelo risco – acima de 8%, correspondente ao mínimo legal estabelecido no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Banco sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2010, o Conselho de Administração do Banco propôs a distribuição de dividendos de mEuros 175.000, o que correspondeu a um dividendo de 0,28 Euros por acção.

A partir de Junho de 2009, o BST utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método standard para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). A partir de Dezembro de 2010 passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação e para parte da carteira de negociação e o método standard para o resto da carteira de negociação. O BST tem utilizado o método do indicador básico para o risco operacional.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em Dezembro de 2009 e Dezembro de 2010 (montantes expressos em milhões de Euros):

Valores em milhões de Euros		
	2010	2009
A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)	1.963	1.783
Capital Elegível	919	888
Reservas e Resultados Elegíveis	724	555
Interesses Minoritários Elegíveis	413	372
Impactos de transição IAS (regime transitório)	89	120
Deduções aos Fundos Próprios de Base	(182)	(152)
B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)	390	752
Passivos subordinados com vencimento indeterminado	316	687
Passivos subordinados com vencimento determinado	-	300
Reservas de reavaliação	23	23
Outros Elementos/ Deduções aos Fundos Próprios Complementares	51	(258)
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	(9)	(9)
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	2.344	2.527
E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS	22.189	23.505
RÁCIOS	2010	2009
TIER I (A/E)	8,8%	7,6%
CORE CAPITAL	7,5%	6,3%
TIER II (B/E)	1,8%	3,2%
RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)	10,6%	10,7%

Nota: Em Dezembro de 2009, os passivos subordinados com vencimento indeterminado incluem 176 milhões de Euros de acções preferenciais e excluem 181 milhões de Euros de títulos próprios. Em Dezembro de 2010, as acções preferenciais (154 milhões de Euros) foram incluídas nos Outros Elementos / Deduções aos Fundos Próprios Complementares e os títulos próprios (105 milhões de Euros) abatidos aos passivos subordinados com vencimento indeterminado.

O rácio Tier I e o rácio core capital do BST subiram de 7,6% e 6,3% em Dezembro de 2009 para 8,8% e 7,5%, respectivamente, em Dezembro de 2010. Para este aumento contribuiu a incorporação de resultados de 2009 líquida de dividendos, a fusão com o BSN, bem como a optimização dos activos ponderados pelo risco, nomeadamente com a adopção em Dezembro de 2010 de modelos internos para a maior parte dos derivados da carteira de negociação e para parte das unidades de participação da carteira de negociação. O rácio de adequação de fundos próprios baixou de 10,7% em Dezembro de 2009 para 10,6% em Dezembro de 2010, para o que contribuiu a amortização de empréstimos subordinados no montante de mEuros 314.000.

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal. Em Janeiro e Fevereiro de 2011, na sequência destas operações, o Banco registou ganhos de mEuros 46.406.

Nesse sentido, o BST voltou a reconhecer os créditos previamente desreconhecidos de cada uma das referidas operações de titularização.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação Total	Total Balanço	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquirido	Balanço						
Agro(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	14.591	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de Ações
Água(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	14.591	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de Ações
Água Rendimento	EUR	59.669	18.873	40.796	889	41.685	0,50%	21-Ago-06	22-Ago-11	Cabaz de Ações
AutoCallable 80-20	EUR	8.055	-	8.055	-	8.055	0,00%	7-Jun-10	7-Jun-13	Cabaz de Ações
AutoCallable 80-20 2ª série	EUR	14.751	-	14.751	-	14.751	0,00%	30-Ago-10	30-Ago-11	Cabaz de Ações
Banca(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	16.161	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 Ações
Bio Energia(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	14.591	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de Ações
Cabaz Mundial Euribor	EUR	7.650	50	7.600	-	7.600	0,00%	21-Out-10	21-Jan-11	Cabaz de 3 índices
Cabaz Mundial Euribor II	EUR	5.500	-	5.500	-	5.500	0,00%	7-Dez-10	7-Mar-11	3 índices
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7.050	-	7.050	-	7.050	0,00%	12-Out-09	12-Out-12	Cabaz de índices
Converg. Europeia (FEI INVEST MULTISTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	15.189	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	2 índices accionistas
Dividendos (FEI INVEST MULTISTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	15.189	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	2 índices accionistas
Energias Renováveis 10% VI	EUR	5.900	-	5.900	-	5.900	0,00%	25-Mar-10	25-Mar-11	Cabaz de Ações
Eólica(ENERGIA INVEST FEI)	EUR	14.273	-	14.273	318	14.591	0,50%	18-Jul-06	18-Jul-11	Cabaz de Ações
Euro Banca 7,00%	EUR	84.999	10.917	74.082	-	74.082	0,00%	30-Abr-07	30-Mai-11	Cabaz de 5 Ações e índice accionista
Euro Premium 7,00%	EUR	12.940	1.149	11.791	158	11.949	2,00%	30-Abr-10	2-Mai-11	Cabaz de 10 Ações e índice accionista
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	-	1.920	1,50%	28-Dez-10	28-Jun-11	Índice accionista
Europa 5	EUR	7.424	-	7.424	215	7.639	3,50%	8-Mar-11	8-Mar-11	Cabaz de Ações
Europa 5 2ª série	EUR	3.094	-	3.094	47	3.141	2,50%	25-Mai-10	25-Mai-11	Cabaz de Ações
Infra-estruturas Aeronautica (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	18.888	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 Ações
Infra-estruturas Energia (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	18.888	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 Ações
Infra-estruturas Telecomunicações (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	18.888	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 Ações
Infra-estruturas Transportes (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	18.888	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 Ações
Infra-estruturas Utilities (INFRA-ESTR. FEI)	EUR	18.530	-	18.530	358	18.888	0,50%	20-Fev-07	21-Fev-11	Cabaz de 5 Ações
Investimento Premium 8,25%	EUR	15.020	1.621	13.399	-	13.399	0,00%	26-Mar-10	28-Mar-11	Cabaz de 4 Ações
Japão (FEI INVEST MULTISTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	15.189	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	1 índice accionista
Media (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	16.161	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 Ações
Obrigações Europa 2ª Série	EUR	1.211	-	1.211	-	1.211	0,00%	9-Nov-10	9-Nov-11	Cabaz de Ações
OPV Asia Pacífico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	10.594	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de Ações
OPV E.U.A.(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	10.594	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de Ações
OPV Europa e Asia Pacífico(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	10.594	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de Ações
OPV Europa e E.U.A (OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	10.594	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de Ações
OPV Europa(OPV INVEST FEI)	EUR	10.384	-	10.384	210	10.594	0,50%	12-Dez-06	12-Dez-11	Cabaz de Ações
Performance Mais	EUR	63.096	-	63.096	67	63.163	1,04%	24-Nov-10	24-Nov-11	Cabaz de índices
Performance Mais II	EUR	13.731	-	13.731	3	13.734	1,04%	22-Dez-10	22-Dez-11	Cabaz de índices
Premium Bens de Luxo	EUR	11.778	414	11.364	-	11.364	0,00%	17-Set-10	19-Dez-11	Cabaz de Ações
Rendimento China 8%	EUR	100.447	17.587	82.860	1.631	84.491	0,50%	22-Jan-07	24-Jan-11	índice FTSE Xinhua China 25
Rendimento China Premium 10%	EUR	15.000	2.854	12.146	235	12.381	0,50%	12-Fev-07	14-Fev-11	índice FTSE Xinhua China 25
Rendimento Europeu	EUR	99.796	-	99.796	469	100.265	1,17%	6-Ago-10	6-Ago-11	índice accionista
Rendimento Global	EUR	3.767	-	3.767	-	3.767	0,00%	18-Jan-10	18-Jan-11	Cabaz de Ações
Rendimento Premium 7,5% 2ª Série	EUR	9.020	918	8.102	-	8.102	0,00%	1-Jun-06	1-Jun-12	taxa fixa
Rendimento Valor Global	EUR	68.900	21.627	47.273	-	47.273	0,00%	25-Set-06	26-Set-11	Cabaz de Índices
Santander Rendimento Certo	EUR	19.963	4.167	15.796	-	15.796	0,00%	29-Jan-10	31-Jan-11	Euribor 1 Ano
Santander Rendimento Cresce 6%	EUR	15.718	2.888	12.830	-	12.830	0,00%	25-Ago-05	25-Ago-11	Cabaz de 2 índices
ST Diversificação Invest	EUR	77.891	1.572	76.319	2.625	78.944	0,50%	9-Mai-06	28-Mar-13	Cabaz de 5 Ações
Seguros (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	23.912	786	23.126	-	23.126	0,00%	28-Mar-13	30-Mar-15	Cabaz de índices
Solar (ENERGIA INVEST FEI)	EUR	23.912	786	23.126	-	23.126	0,00%	30-Mar-15	28-Mar-17	Cabaz índices
Super Rendimento Campeão	EUR	58.907	7.414	51.493	-	51.493	0,00%	23-Ago-07	23-Nov-12	Cabaz de 5 Ações
Taxas de Câmbio (FEI INVEST MULTISTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	15.189	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	taxas de cambio
Taxas de Juro (FEI INVEST MULTISTRATEGIA)	EUR	14.924	-	14.924	265	15.189	0,50%	14-Jun-07	14-Jun-11	taxa de juro swap usd
Telecomunicações(MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	16.161	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 Ações
Totta MultInvestimento	EUR	84.510	38.586	45.924	4.634	50.558	2,08%	28-Fev-06	28-Fev-11	Cabaz de fundos
Totta Rendimento Certo	EUR	54.986	12.343	42.643	-	42.643	0,00%	29-Jan-10	31-Jan-11	Euribor 1 Ano
Totta Rendimento Cresce 6%	EUR	57.052	9.871	47.181	-	47.181	0,00%	25-Ago-05	25-Ago-11	Cabaz de 2 índices
Utilities (MULTISECTOR INVEST FEI)	EUR	15.794	-	15.794	367	16.161	0,50%	9-Mai-06	9-Mai-11	Cabaz de 5 Ações

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação Total	Total Balanço	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Readquirido	Balanço						
Valor Premium	EUR	11.666	646	11.020	-	11.020	0,00%	25-Jun-07	27-Jun-11	Índice Accionista FtseUROFIRST 80
Valorização Dolar	EUR	3.645	-	3.645	-	3.645	0,00%	12-Abr-10	12-Abr-13	taxa de cambio EUR/USD
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	28	21.561	0,50%	30-Sep-10	30-Sep-15	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.987	-	9.987	7	9.994	0,50%	2-Nov-10	2-Nov-15	Cabaz de índices
Obrigações Hipotecárias I	EUR	1.000.000	-	1.000.000	29.021	1.029.021	4,75%	23-Mai-08	23-Mai-11	Fixa
Obrigações Hipotecárias II	EUR	1.000.000	39.000	961.000	6.161	967.161	3,25%	21-Out-09	21-Out-14	Fixa
Obrigações Hipotecárias III	EUR	1.000.000	-	1.000.000	18.771	1.018.771	2,63%	15-Abr-10	15-Abr-13	Fixa até à maturidade, variável se extensão de prazo
		4.423.858	194.069	4.229.789	71.866	4.301.655				
EMTN		2.470.420	-	2.470.420	25.676	2.496.096				
Despesas com encargo diferido		(3.938)	-	(3.938)	-	(3.938)				
Correcções de Valor por Operações de Cobertura		18.012	-	18.012	-	18.012				
		6.908.352	194.069	6.714.283	97.542	6.811.825				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Montante			Periodificações	Total de Balanço	Taxa de juro		Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Emitido	Readquirido	Líquido						
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	EUR	297.750	-	297.750	37	297.787	Fixa	4,403%	Perpétuas	
Recursos do BST International Bank, Inc	USD	269.421	-	269.421	(359)	269.062	Fixa	7,010%	Perpétuas	
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	EUR	284.315	13.868	270.447	224	270.671	Variável	3,021%	Perpétuas	22 de Junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	172.833	131.292	41.541	412	41.953	Variável	2,764%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	54.359	50.084	4.275	42	4.317	Variável	2,764%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011
		1.078.678	195.244	883.434	356	883.790				

Relatórios e Pareceres Individuais



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 do Banco Santander Totta, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 48.696.964 mEuros e capital próprio de 1.753.362 mEuros, incluindo um resultado líquido do exercício de 278.010 mEuros, as Demonstrações individuais dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira individual do Banco, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual do Banco Santander Totta, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios individuais e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1) e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

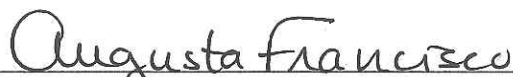
Ênfase

6. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2010 e que o relato sobre as práticas do governo societário inclui os elementos exigíveis ao Banco nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2010.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo e tomou conhecimento do respectivo relatório anual do Revisor Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2010, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral do **BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.** aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2010;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 17 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)